

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

JOÃO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR

As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso

São Paulo
2023

JOÃO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR

As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 02 de fevereiro de 2023. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011

Área de Concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Orientador:
Prof. Dr. Edegar Luís Tomazzoni

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,
com os dados inseridos pelo(a) autor(a) □
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Santos Júnior, João José dos

As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso / João José dos Santos Júnior; orientador, Edegar Luís Tomazzoni. -- São Paulo, 2023.

215 p: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023.

Versão corrigida

1. turismo religioso. 2. governança. 3. stakeholders. 4. desenvolvimento. 5. Aparecida (SP). I. Tomazzoni, Edegar Luís, orient. II. Título.

SANTOS JUNIOR, João José dos.

As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Turismo

Aprovado em 02 de fevereiro de 2023

Banca examinadora:

Prof. Dr.	Edegar Luis Tomazzoni
Instituição:	Universidade de São Paulo
Julgamento:	Aprovado
Profa. Dra.	Fábia Trentin
Instituição:	Universidade Federal Fluminense
Julgamento:	Aprovado
Profa. Dra.	Silvia Helena Zanirato
Instituição:	Universidade de São Paulo
Julgamento:	Aprovado

AGRADECIMENTOS

“Há três coisas que todos devem fazer durante a sua vida: plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro”. A célebre frase de José Martí (1853-1895) resume em poucas palavras a minha sensação ao finalizar essa obra. Na minha interpretação pessoal, a frase refere-se diretamente ao legado que cada um de nós é convidado a deixar para as gerações futuras. Por essa razão, entendo o quanto esse trabalho está permeado de significações que me remetem à essa citação.

Essa dissertação foi desenvolvida em um período especial em minha vida. Não somente por ser a realização do sonho pessoal do mestrado, mas também, porque no período de minha matrícula no Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH-USP, recebi o feliz presente da paternidade.

Cada etapa desta pesquisa foi desenvolvida junto ao milagre diário da concepção, gestação, nascimento e do primeiro ano de vida do meu filho. Posso dizer que administrar tamanha mudança de rotina, resultante da intensidade desses dois eventos acontecendo concomitantemente, consistiu em um grande desafio. Mas, acima de tudo, compreendo a situação como uma grande dádiva. Pude experimentar o cumprimento da frase acima citada à cada fase da construção dessa dissertação.

Assim como o meu filho, essa pesquisa passou pela etapa de concepção, a partir de seu projeto inicial, sendo nutrida com o referencial teórico consultado, e se desenvolveu com a aplicação do método para o alcance dos resultados. E, em cada etapa de estudo, a minha maior motivação sempre foi pensar no legado que eu pretendo deixar para o meu filho, um representante da futura geração, que cresce a cada dia ante meus olhos.

Essa dissertação consiste então, na minha pequena parcela de contribuição para “o grande livro da ciência e do conhecimento”, o qual todos somos convidados a escrever algumas páginas. Meu primeiro agradecimento a ser feito, portanto, é para o meu pequeno João Arthur, minha inspiração diária. Junto a ele, agradeço à minha esposa Larissa, que me incentivou desde o início dessa jornada, sendo minha companheira de todos os momentos e conquistas e meu apoio nas dificuldades encontradas.

Agradeço aos meus pais, João e Célia, por sempre confiarem em mim e me incentivarem nessa jornada. A minha irmã Tatiane, exemplo de determinação diária. À minha sogra Rita e minha cunhada Andréa, que me acolheram no período de análise de dados, oferecendo apoio para que eu pudesse me dedicar com afinco à pesquisa aqui apresentada.

Agradeço ao meu orientador Edegar Tomazzoni, por acreditar nesse projeto, e por sua maestria e precisão nas valiosas orientações dadas, por todo tempo e paciência dedicados. Aos professores do PPGTUR, que compartilharam seus conhecimentos, contribuindo diretamente para minha formação como pesquisador. Aos colegas do PPGTUR, que por muitas vezes se fizeram presente, auxiliando nas dúvidas.

Agradeço também às Professoras Fábria Trentin e Silvia Helena Zanirato, que gentilmente e prontamente aceitaram o convite de compor a banca examinadora desse trabalho, contribuindo também com seus conhecimentos.

Não poderia deixar de mencionar a minha gratidão, à cada uma das pessoas entrevistadas na pesquisa, que contribuíram para a construção desse trabalho.

E por fim, agradeço a Deus. Não há como estudar o turismo religioso e não se sentir tocado pela fé presente em cada peregrino que se desloca ao seu destino para fazer a sua profissão de fé. Que esse trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão da importância desse segmento do turismo, permeado de significado para o turista e de possibilidade para o desenvolvimento dos destinos em que ocorrem.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“As dificuldades foram feitas para serem vencidas”

Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá)

RESUMO

SANTOS JÚNIOR, João José dos. **As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso**. 2023. 215p. Dissertação (Mestrado em Ciências), Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023

Procedente das antigas peregrinações, o turismo religioso desponta como um fenômeno que possibilita o desenvolvimento dos municípios que sediam os templos, ou locais em que tal prática ocorre. Uma vez cumpridos os preceitos religiosos, o turista ou romeiro, faz uso de equipamentos que constituem o *cluster* do turismo religioso, como: meios de hospedagem, serviços de alimentação, comércio varejista para a compra de artigos religiosos e *souvenirs*, e outros atrativos locais. Nessa conjectura, o Santuário Nacional de Aparecida, localizado no município de Aparecida (SP), destaca-se como o maior centro de peregrinação religiosa do Brasil e da América Latina, abrigando a segunda maior basílica católica do mundo. O empreendimento religioso chama atenção por suas dimensões e representatividade, ocupando quase 20% do território urbano do município. Nota-se, entretanto, uma discussão em torno do Santuário, por vezes, visto como principal motor da economia local, impulsionando o seu desenvolvimento, e, em outras, apontado como monopólio, do qual a economia municipal é dependente. Em razão disso, essa pesquisa objetiva analisar a configuração da gestão turística no município de Aparecida. Para tanto, foram adotados como principais procedimentos metodológicos, a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo. Ademais, foram analisados três diferentes elementos da governança do turismo, em que foram acrescentadas outras técnicas complementares, objetivando maior consistência aos resultados. Primeiramente, analisou-se o processo de elaboração das políticas públicas de turismo, por meio da análise documental e aplicação do modelo teórico dos múltiplos fluxos ao Plano Diretor de Turismo, no qual foi identificada a participação de atores visíveis e invisíveis no processo de elaboração das políticas públicas municipais para o turismo em 2021, resultando na reconfiguração da diretoria do Conselho Municipal de Turismo em 2022. Em seguida, valendo-se da pesquisa de Campo, para a aplicação de entrevistas e observação de reunião do Comtur, investigou-se a estrutura da governança do turismo local e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade. Foi constatado, que ainda conscientes de não possuírem poder determinante sobre a gestão pública, os representantes do conselho atuam como *stakeholders*, no que tange ao

planejamento, execução e fiscalização das ações voltadas para o turismo no município. Nesse cenário, o Santuário Nacional de Aparecida se destaca como principal representante, pela qualidade de seu atendimento ao turista, em detrimento aos outros equipamentos existentes no município. Por fim, para a validação das informações coletadas, foram verificados indicadores oficiais do desenvolvimento socioeconômico local. Como resultado, os dados oficiais comprovam que, em comparação a outros municípios com número aproximado de habitantes, e cuja principal atividade econômica não consiste no turismo, em Aparecida esse turismo religioso é evidenciado na economia municipal, gerando emprego e renda. A atividade turística resulta em impactos positivos na qualidade de vida da população, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: Turismo religioso. Governança. Stakeholders. Desenvolvimento. Aparecida (SP)

ABSTRACT

SANTOS JÚNIOR, João José dos. **The relations among the tourism governance' stakeholders in Aparecida (SP) and the Church's participation in the public policies of the religious tourist destination.** 2023. 215p. Dissertation (Master of Science), School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, 2023

Coming from the ancient pilgrimages, religious tourism emerges as a phenomenon that enables the development of the municipalities that contain the temples or places where such practice occurs. Once the religious precepts are fulfilled, the tourist or pilgrim uses the equipment that constitute the cluster of religious tourism, such as: lodging facilities, food services, retail businesses for the purchase of religious items and souvenirs, and other local attractions. In this conjecture, the National Shrine of Aparecida, located in the municipality of Aparecida (SP), stands out as the largest center of religious pilgrimage in Brazil and Latin America, containing the second-largest Catholic basilica in the world. The religious enterprise draws attention for its dimensions and representativeness, occupying almost 20% of the urban territory of the municipality. However, there is a discussion around the Sanctuary, sometimes seen as the main engine of the local economy, boosting its development, and sometimes pointed out as a monopoly, on which the municipal economy is dependent. As a result, this research aims to analyze the configuration of tourism management in the municipality of Aparecida. For this, methodological procedures such as semi-structured interviews and content analysis were adopted. In addition, three different elements of tourism governance were analyzed, in which other complementary techniques were added, aiming at a greater consistency of the results. First, we analyzed the process of elaboration of tourism policies, through the documental analysis and application of the theoretical model of multiple flows to the Tourism Master Plan, in which the participation of visible and invisible actors in the process of elaboration of municipal policies for tourism in 2021 was identified, resulting in the reconfiguration of the board of the Municipal Tourism Council in 2022. Then, field research was used for the application of interviews and observation of municipal tourism board meeting, we investigated the structure of local tourism governance and the power relations among the religious organization and the actors of the public power, the private initiative, and the community. It was found that, still aware of not having decisive power over public management, the representatives of the council act as stakeholders regarding the

planning, execution, and supervision of actions focused on tourism in the municipality. In this scenario, the National Sanctuary of Aparecida stands out as the main representative for the quality of its service to tourists to the detriment of other existing equipment in the municipality. Finally, for the validation of the collected information, official indicators of local socioeconomic development were verified. As a result, official data show that compared to other municipalities with an approximate number of inhabitants, and whose main economic activity does not consist of tourism, in Aparecida this religious tourism is evidenced in the municipal economy, generating employment and income. Tourism activity results in positive impacts on the quality of life of the population, favoring local socioeconomic development.

Keywords: Religious tourism. Governance. Stakeholders. Development. Aparecida (SP).

RESUMEN

SANTOS JÚNIOR, João José dos. **Las relaciones entre los actores de la gobernanza turística en Aparecida (SP) y la participación de la Iglesia en las políticas públicas del destino turístico religioso.** 2023. 215p. Disertación (Maestría en Ciencias), Facultad de Artes, Ciencias y Humanidades, Universidad de São Paulo, 2023

Proveniente de las antiguas peregrinaciones, el turismo religioso surge como un fenómeno que posibilita el desarrollo de los municipios que albergan los templos o lugares donde se produce tal práctica. Una vez cumplidos los preceptos religiosos, el turista o peregrino hace uso de los equipos que constituyen el clúster del turismo religioso tales como: medios de hospedaje, servicios de alimentación, comercio minorista para compra de artículos religiosos y souvenirs, además de otros atractivos locales. En esta conjetura, el Santuario Nacional de Aparecida, ubicado en el municipio de Aparecida (SP), se destaca como el mayor centro de peregrinación religiosa de Brasil y América Latina, albergando la segunda basílica católica más grande del mundo. La empresa religiosa llama la atención por sus dimensiones y representatividad, ocupando casi un 20% del territorio urbano del municipio. Sin embargo, existe una discusión en torno al Santuario, a veces visto como el principal motor de la economía local, impulsando su desarrollo y, en otras, señalado como un monopolio, del que depende la economía municipal. Como resultado, esta investigación tiene como objetivo analizar la configuración de la gestión turística en el municipio de Aparecida. Para ello, se adoptaron como principales procedimientos metodológicos las entrevistas semiestructuradas y el análisis de contenido. Además, se analizaron tres elementos diferentes de gobernanza turística, en los que se agregaron otras técnicas complementarias, apuntando a una mayor consistencia a los resultados. En primer lugar, se analizó el proceso de elaboración de políticas públicas de turismo, mediante el análisis documental y aplicación del modelo teórico de flujos múltiples al Plan Maestro de Turismo, en que se identificó la participación de actores visibles e invisibles en el proceso de elaboración de políticas públicas municipales para el turismo en 2021, resultando en la reconfiguración de la junta directiva del Consejo Municipal de Turismo en 2022. Luego, aprovechando el trabajo en campo, para la aplicación de entrevistas y observación de la reunión del Comtur, investigamos la estructura de la gobernanza turística local y las relaciones de poder entre la organización religiosa y los actores del poder público, la iniciativa privada y la comunidad. Se comprobó que, aún

conscientes de no tener poder decisivo sobre la gestión pública, los representantes del consejo actúan como partes interesadas, en lo que respecta a la planificación, ejecución y supervisión de las actuaciones centradas en el turismo en el municipio. En este escenario, el Santuario Nacional de Aparecida se destaca como el principal representante, por la calidad de su servicio a los turistas, en relación a otros equipamientos existentes en el municipio. Por último, para la validación de la información recolectada, se verificaron indicadores oficiales de desarrollo socioeconómico local. Como resultado, los datos oficiales demuestran que, en comparación con otros municipios con un número semejante de habitantes y cuya principal actividad económica no consiste en el turismo, en Aparecida el turismo religioso se evidencia en la economía municipal, generando empleo e ingresos. La actividad turística se traduce en impactos positivos en la calidad de vida de la población, favoreciendo el desarrollo socioeconómico local.

Palabras clave: Turismo religioso. Gobernanza. Stakeholders. Desarrollo. Aparecida (SP).

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1	Operacionalização da pesquisa	71
Figura 2	Material utilizado na pesquisa de campo.....	76
Figura 3	Municípios que compõem a região turística da Fé	89
Figura 4	Localização do município de Aparecida – SP	92
Figura 5	Passarela da Fé e as duas Basílicas de Aparecida	94
Figura 6	Basílica do Santuário Nacional de Aparecida	96
Figura 7	Mosaicos da Basílica de Aparecida	97
Figura 8	Equipamentos do Santuário de Aparecida	98
Figura 9	Centro de Apoio ao Romeiro do Santuário Nacional de Aparecida	99
Figura 10	Bonde e Mirante do Cruzeiro	100
Figura 11	Cidade do Romeiro	100
Figura 12	O Trem do devoto	101
Figura 13	Porto Itaguaçu e rio Paraíba do Sul – Aparecida (SP)	101
Figura 14	Nuvem de Palavras (Todas as entrevistas)	109
Figura 15	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 1)	110
Figura 16	Nuvem de Palavras (Entrevista 1)	110
Figura 17	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 2)	111
Figura 18	Nuvem de Palavras (Entrevista 2)	112
Figura 19	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 3)	112
Figura 20	Nuvem de Palavras (Entrevista 3)	113
Figura 21	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 4)	113
Figura 22	Nuvem de Palavras (Entrevista 4)	114
Figura 23	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 5)	115
Figura 24	Nuvem de Palavras (Entrevista 5)	116
Figura 25	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 6)	116
Figura 26	Nuvem de Palavras (Entrevista 6)	117
Figura 27	Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (entrevista 7)	118
Figura 28	Nuvem de Palavras (Entrevista 7)	119
Figura 29	Registro da reunião do Comtur	151
Figura 30	Cartaz de divulgação e palco central da Festa de São Benedito	162
Figura 31	Barracas diversas da Festa de São Benedito	162

Figura 32	Comercialização de CD “Missa em ritmos congos” na Festa de São Benedito	163
Figura 33	Mapas turísticos fixados em Aparecida	165
Figura 34	Galeria Recreio	178

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1	Fluxo de visitantes ao Santuário Nacional de Aparecida (1968 a 2021)	102
Tabela 2	Avaliação da infraestrutura turística de Aparecida	135
Tabela 3	Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Indicadores Socioeconômicos	170
Tabela 4	Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Indicadores do turismo em 2021	172
Tabela 5	Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Saúde (dezembro / 2021)	181
Tabela 6	Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Ocorrências Policiais (2021)	182
Tabela 7	Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – IDEB (2019)	182

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1	Indicação de Representantes para composição do Comtur do município de Aparecida – SP	78
Quadro 2	Representantes do Comtur entrevistados	79
Quadro 3	Categorias de Análise iniciais: Primeiro objetivo específico	82
Quadro 4	Categorias de Análise iniciais: Segundo objetivo específico	83
Quadro 5	Categorias de Análise iniciais: Terceiro objetivo específico	84
Quadro 6	Categorização dos municípios da região turística da Fé	89
Quadro 7	Cores e categorias utilizadas na Análise de Conteúdo	107
Quadro 8	Visualização da Matriz de códigos da Análise de Conteúdo	108
Quadro 9	Atuação do Poder Público de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada	122
Quadro 10	Atuação da iniciativa privada de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada	124
Quadro 11	Atuação da organização religiosa de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada	125
Quadro 12	Atuação da comunidade local de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada	126
Quadro 13	Síntese do Plano diretor de turismo do município de Aparecida	137
Quadro 14	O Plano diretor de turismo revisional com base no modelo dos múltiplos fluxos	145

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1	Total de visitantes no Santuário Nacional de Aparecida (1968 a 2021)	103
Gráfico 2	Locais de abordagem aos moradores de Aparecida	120
Gráfico 3	Abordagem aos moradores de Aparecida por sexo	121
Gráfico 4	Abordagem aos moradores de Aparecida por faixa etária	121
Gráfico 5	Segmentação Turística do município de Aparecida	129
Gráfico 6	Distribuição do emprego formal em Aparecida por divisão da CNAE em 2020	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

APL	Arranjo Produtivo Local
ABEOC	Associação Brasileira de empresas de eventos
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CAR	Centro de Apoio ao Romeiro do Santuário Nacional de Aparecida
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Classificação Nacional de Atividades econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COMTUR	Conselho municipal de Turismo do município de Aparecida
DADETUR	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Instâncias Turísticas
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S/A
EACH / USP	Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGM	Instância de Governança Municipal
IGR	Instância de Governança Regional
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDTR	Plano Diretor de Turismo Revisional
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PPGTUR	Programa de Pós-graduação em Turismo
PRT	Programa de regionalização do Turismo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UNWTO	World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 TURISMO RELIGIOSO	28
1.1 A PRÁTICA DA PEREGRINAÇÃO COMO EXPRESSÃO RELIGIOSA	29
1.2 A PRÁTICA DO TURISMO RELIGIOSO	32
1.3 O TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL	33
2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	37
2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	37
2.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	40
3 GOVERNANÇA EM TURISMO	44
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	50
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NO BRASIL	55
3.3 REDES DE COOPERAÇÃO EM TURISMO	59
3.4 A GOVERNANÇA TURÍSTICA E OS SEUS ATORES.....	64
4 MÉTODO	70
4.1 TÉCNICAS DE PESQUISA	71
4.1.1 <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	72
4.1.2 <i>Pesquisa Documental</i>	73
4.1.3 <i>Pesquisa de campo</i>	74
4.1.4 <i>Entrevistas semiestruturadas</i>	75
4.1.5 <i>Categorização e Análise de Conteúdo</i>	81
5 APARECIDA (SP) E O TURISMO RELIGIOSO	87
5.1 A REGIÃO TURÍSTICA DA FÉ	87
5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE APARECIDA (SP)	90
5.3 O SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA: ATRATIVO TURÍSTICO LOCAL	95
5.4 ESTUDOS ANTERIORES	104
6 RESULTADOS E ANÁLISES	106
6.1 INFERÊNCIAS INICIAIS	106
6.1.1 <i>Abordagem aos representantes do Comtur</i>	106

6.1.2 <i>Abordagem à comunidade local e sua percepção acerca da Governança do turismo</i>	119
6.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM APARECIDA.....	128
6.2.1 <i>Estudo de demanda Turística</i>	131
6.2.2 <i>O Plano Diretor de Turismo, com base no Modelo Teórico dos Múltiplos Fluxos</i>	136
6.2.3 <i>A participação da Organização Religiosa nas Políticas Públicas do município</i>	146
6.3 O COMTUR COMO ESTRUTURA DA GOVERNANÇA TURÍSTICA MUNICIPAL	151
6.3.1 <i>As relações de poder entre os atores da Governança do turismo</i>	154
6.4 O TURISMO RELIGIOSO EM APARECIDA.....	159
6.4.1 <i>Regionalização do turismo e roteirização turística</i>	166
6.5 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	168
6.5.1 <i>O Desenvolvimento local através do turismo</i>	174
6.5.2 <i>Emprego e Capacitação Profissional</i>	177
6.5.3 <i>Qualidade de vida</i>	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	194
APÊNDICE A – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA DISSERTAÇÃO	211
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	212
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (REPRESENTANTES DO COMTUR)	213
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (COMUNIDADE LOCAL).....	214
APÊNDICE E – CALCULO DE IRPS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.....	215

INTRODUÇÃO

O fenômeno turístico consiste em um sistema complexo, caracterizado pelo envolvimento de diversos serviços profissionais e comunidades. Por essa razão, percebe-se uma mobilização por parte não somente dos governos, mas também dos empresários e das comunidades locais, na elaboração de estratégias de planejamento que potencializem a atividade turística, tornando-a cada vez mais rentável e competitiva. Objetiva-se assim, o desenvolvimento sustentável dos municípios, por meio do equilíbrio entre a oferta e a demanda turística (MOLINA, 2007; HALL, 2011).

Partindo desse pressuposto, estima-se que uma efetiva estrutura de governança no setor turístico contribua diretamente para o processo de desenvolvimento socioeconômico de países, regiões e municípios, uma vez que se faz inevitável, a relação entre as atividades turísticas e o seu destino receptor. Deste modo, considera-se viável que os benefícios resultantes desta atividade alcancem prioritariamente a comunidade local, assim como as organizações que a compõem, no caso, os setores público e privado (BENI, 2006; CÉSAR, 2011; DIAS; MATOS, 2012).

Para melhor alcance desses benefícios, se faz necessária uma gestão que analise o fenômeno turístico em toda a sua complexidade, planejando de maneira responsável o seu desenvolvimento nos âmbitos econômico, social e ambiental. Consequentemente, o turismo torna-se uma alternativa econômica continuamente produtiva e geradora de renda, interferindo nos diversos segmentos da economia e repercutindo direta e indiretamente em outras atividades (BENI, 2001). Todavia, a ausência desse processo pode acarretar prejuízos em todos os aspectos citados, resultantes de investimentos malfeitos, prejudicando assim, o desenvolvimento local (KOTLER; HAIDER; REIN, 1994). Desse modo, ações de políticas públicas, como adesão à uma gestão participativa, proporcionada pela governança, estabelece condições favoráveis para a solução dos problemas e superação das dificuldades do desenvolvimento turístico e socioeconômico.

De modo geral, a literatura referente ao tema aponta para a necessidade de articulação entre o poder público e a iniciativa privada no planejamento e gestão de políticas públicas para o turismo, como caminho para o aumento da competitividade de uma destinação turística. Estimula-se assim, uma gestão democrática e endógena, beneficiando de fato, a população local. Nesse sentido, há uma cooperação entre os setores, potencializando a capacidade organizativa além do atrativo turístico, ao abranger diferentes serviços,

aperfeiçoando o sistema turístico e atendendo assim às necessidades dos turistas. Tal processo resulta no desenvolvimento socioeconômico local, uma vez que gera melhorias na infraestrutura, bem como empregabilidade e, conseqüentemente qualidade de vida (ANJOS; ANGELI; LIMBERGER, 2003; DIAS; MATOS, 2012).

Por conseguinte, torna-se fundamental, que o poder público seja o principal agente mobilizador para fomentar o turismo, uma vez que, via de regra, é o planejador e gestor da atividade em âmbito municipal (IGNARRA, 2002). Todavia, o efetivo desenvolvimento da atividade turística, depende também da atuação da iniciativa privada, proprietária e mantenedora da maior parte dos empreendimentos pertencentes ao trade turístico local. Ademais, conta-se também com a participação da sociedade civil, a quem os impactos da atividade turística repercutem diretamente.

Posto isso, salienta-se que esta temática foi crescentemente discutida nos últimos anos devido a sua relevância no processo de desenvolvimento socioeconômico nos destinos turísticos (LIMA, 2004). Nota-se no Brasil, a percepção do turismo como setor dinamizador para o desenvolvimento regional e local, uma vez que se apresenta como atividade socioeconômica, cultural e ambiental. Por isso, há uma atenção particular por criar políticas públicas que promovam uma crescente estruturação e organização do setor, por meio da articulação dos atores que influenciam no segmento (BENI, 2006; DIAS; MATOS, 2012).

A partir destas premissas foi construído o presente trabalho. Percebe-se que as políticas públicas para o turismo no Brasil, visam tal articulação, desde as últimas gestões, apresentadas nos Planos Nacionais de Turismo, com a elaboração dos Planos de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007b, 2013, 2018a) e nos documentos orientadores para a instituição das Instâncias de Governança Regionais - IGRs (MTUR, 2007a, 2019a). Como etapa deste processo, foram identificados em 2008, 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, abrangendo 59 regiões turísticas e 740 municípios com potencial turístico em todo o território nacional.

Outro marco para a regionalização do turismo no Brasil, se deu com a instituição do Mapa do Turismo Brasileiro, em que os municípios com potencial turístico foram categorizados, entre “A” e “E”, conforme explicita a Portaria do MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015, posteriormente revogada pela Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Ambas compreendem a categorização como instrumento para identificar o desempenho econômico dos destinos, possibilitando a observação dos municípios com o setor turístico mais desenvolvido, tornando mais perceptíveis também as regiões turísticas instituídas pelo Ministério do Turismo.

Visando o desenvolvimento regional do turismo, considera-se a importância de identificar os atrativos turísticos locais, que influenciam diretamente no desempenho do setor. Por atrativos turísticos compreendem-se: “os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos e todas as atividades desenvolvidas em função deles” (BENI, 1999, p. 8). Entre as possíveis classificações dos atrativos turísticos, encontram-se os atrativos culturais (MTUR, 2008). Nas subcategorias pertencentes ao turismo cultural, encontra-se o turismo religioso (MTUR, 2006).

Oriundo da antiga prática do deslocamento em forma de peregrinação com a intenção de prestar culto e obter favores das divindades, bem como do cumprimento de preceitos religiosos (TOMILLO NOGUERO, 2019), o turismo religioso movimentava anualmente mais de 300 milhões de pessoas, podendo, portanto, ser observado como potencial motivador para o desenvolvimento de seus destinos (UNWTO, 2017).

Essa segmentação turística tem despertado a atenção do poder público, que por sua vez realizou ações para sua promoção (GUIMBELLI, 2019). Todavia, nota-se que o potencial existente nesse segmento turístico é pouco estudado e conseqüentemente, pouco explorado. Tratando-se da realidade no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) “a carência de dados demonstra a falta de uma equipe técnica, voltada para pesquisas no turismo religioso, cuja dificuldade é relacionada às verbas e repasses” (ABEOC, 2016b). Nesse contexto, encontra-se o município de Aparecida (SP), onde está situado o principal atrativo turístico religioso do país, que rendeu -lhe a fama de “Capital Mariana da Fé” (CESAR; VIANNA, 2015). Sua história está relacionada com a descoberta de uma imagem em 1717, a qual foram atribuídos milagres, atraindo crescentemente visitantes em busca de prestar culto à imagem, resultando assim no desenvolvimento do atual município e de sua vocação turística. O Santuário Nacional de Aparecida, erigido para atender à devoção, atrai dezenas de milhares de visitantes, que se auto intitulam romeiros¹ (BRUSTOLONI, 2004; MORENO, 2009).

Numa área de 120.890 km² e com uma população estimada em 36.211 habitantes no ano de 2021 (IBGE, 2022), o município está classificado entre os principais destinos turísticos, conforme atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, realizada em 2022 (MTUR, 2022). Segundo esse mapa, este município pertence à região turística da Fé, localizada no vale

¹ O termo romaria designava, nos primórdios do Catolicismo, o ato de “caminhar para Roma”, a sede oficial da Igreja, onde está o Papa, legítimo representante de Pedro, um dos primeiros apóstolos e líder da Igreja, segundo a tradição católica. De acordo com Santos (2007, p. 61) “As peregrinações a Roma inauguraram no Catolicismo o costume de se pôr em marcha para pedir ou agradecer uma graça alcançada. Romeiro pode ser sinônimo de peregrino – aquele que se sente estrangeiro, que está de passagem, em busca de um bem maior, superior à sua condição”.

do Paraíba, no estado de São Paulo. A região é composta por onze cidades, sendo elas: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Piquete, Potim, Roseira e Tremembé, sendo Aparecida o município que se destaca no que se refere à atividade turística (categoria “A”), seguido de Guaratinguetá e Cachoeira Paulista (Categoria “B”). Estes dois municípios também são dotados de atrativos turísticos religiosos, fato esse que desperta a atenção para a elaboração do presente estudo.

Nesse sentido, esta pesquisa visa a analisar a configuração da gestão turística do município, tendo como ponto de partida a compreensão das relações entre os atores envolvidos, a saber: poder público, iniciativa privada, organização religiosa e comunidade local, que atuam no desenvolvimento do setor, e conseqüentemente, no desenvolvimento do município.

Por meio da pesquisa bibliográfica preliminar, foram encontrados estudos, que ressaltam a importância do empreendimento turístico-religioso, que ocupa quase 20% do território urbano do município, influenciando diretamente na economia local (MOREIRA NETO; GUIMARAES; ZANETTI, 2020). O atrativo turístico, além do templo, conta com uma estrutura de hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento (BETTONI, 2020). Nota-se, portanto, uma discussão em torno do santuário, por vezes, visto como principal motor da economia local, impulsionando o seu desenvolvimento, e em outras circunstâncias, apontado como monopólio do qual a economia municipal é dependente (BARBOSA, 2016; MANGIALARDO, 2015).

Este trabalho, portanto, discorre sobre a influência exercida por uma organização religiosa na estrutura administrativa do sistema turístico, existente em uma região, com forte presença de turistas sob a motivação religiosa. Desse modo, compreende-se a centralidade da composição desse trabalho, sendo a organização religiosa a administradora do principal atrativo turístico presente no local, pois supõe-se que seja também influenciadora e participante no processo de tomada de decisões no que se refere à gestão deste setor, como um dos atores da governança, na organização turística do município. Isto posto, como se relaciona com o poder público, com a iniciativa privada e com a comunidade local?

Tais inquietações conduzem à questão-problema que orienta esta dissertação: como se configura a gestão turística no município de Aparecida, destino com forte presença de turistas sob a motivação religiosa? A questão enseja os seguintes objetivos desta pesquisa.

Objetivo Geral

- Analisar a configuração da gestão turística no município de Aparecida.

Objetivos específicos:

- Verificar a participação da organização religiosa (Igreja) nas políticas públicas municipais de turismo e no ambiente de cooperação entre os atores em rede;
- Analisar a estrutura da governança do turismo municipal e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade;
- Identificar os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico municipal, resultantes do segmento do turismo religioso.

Considerando o objeto, o problema e os objetivos da presente pesquisa, foi realizada uma busca preliminar por dissertações e teses que apresentassem similaridades com este trabalho, visando a identificar os aspectos aos quais essa obra apresente maior relevância e contribuições acadêmicas. A busca resultou em trabalhos que relacionam a formação do espaço social e geográfico do município de Aparecida e o Santuário local. Contudo, de modo geral, os textos encontrados, não apresentam diretamente, a relação entre a organização religiosa e a gestão do setor turístico local, tampouco consideram a existência de uma Instância de Governança Municipal (IGM) no destino e sua atuação, com base na proposta do Ministério do Turismo.

Do mesmo modo, a pesquisa preliminar também não aponta nenhum estudo semelhante em outros destinos de turismo religioso, de modo que se almeja que essa dissertação contribua academicamente para o tema proposto, não somente considerando a realidade do município de Aparecida, mas também na construção de futuras reflexões em outros destinos turísticos do segmento religioso.

A pesquisa realizada por Lopes (2015) elucida que o fenômeno ocorrido em Aparecida influenciou diretamente na formação geográfica dos municípios da região, que estão diretamente ligados ao turismo religioso. Mangialardo (2015) aborda perspectiva semelhante, concluindo que o arranjo espacial e o planejamento urbano de Aparecida resultaram do desenvolvimento do Santuário religioso.

Barbosa (2016) afirma que o processo de desenvolvimento local tornou a economia do município dependente do fluxo turístico do Santuário, o que, segundo o autor, monopolizou o setor turístico ao empreendimento religioso. Antunes (2017) por sua vez, apresenta a perspectiva da hospitalidade promovida pelo Santuário Nacional de Aparecida para com os seus visitantes. Segundo a autora, o elevado nível de satisfação dos visitantes com relação ao acolhimento recebido no atrativo resulta em uma vantagem competitiva do município de Aparecida como destino turístico apresentando, portanto, o turismo religioso como segmento promissor na área do turismo.

Para o método de pesquisa, foram identificados trabalhos que analisaram as Instâncias de Governanças Regionais (IGRs) e a relação entre seus atores, em destinos receptores de outros segmentos turísticos, nas quais, o autor deste trabalho inspirou-se para a elaboração de seu método e suas técnicas de pesquisa. Alguns dos trabalhos encontrados utilizaram-se da técnica de aplicação de entrevistas e questionários para o alcance de seus resultados, em diferentes cenários turísticos. Xavier (2016) aplicou a técnica de entrevistas para compreender as relações de poder entre a associação dos produtores de vinhos e os demais atores da governança do Vale dos Vinhedos (RS). Tineo (2016) fez uso dessa metodologia para entender a formação de redes como estratégia para o desenvolvimento do turismo na Costa da Mata Atlântica, e Trindade (2019), por sua vez, para a análise da governança turística de Gramado (RS).

Apresentadas as motivações para este estudo, os capítulos iniciais desta dissertação apresentam a fundamentação teórica resultante da pesquisa bibliográfica. Deste modo, o texto sintetiza o resultado da busca realizada pelo pesquisador, referente aos temas gerais que englobam a discussão a ser realizada nesse estudo, seja em artigos, livros, ou documentos orientadores do Ministério do Turismo. O primeiro capítulo apresenta os aspectos gerais do turismo religioso, como também os conceitos que envolvem essa modalidade turística, apresentando brevemente o seu histórico desde as antigas peregrinações - das quais se têm relatos desde as civilizações antigas - bem como o seu desenvolvimento ao longo da história, até configurar-se à forma realizada atualmente.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentam-se os conceitos ligados diretamente ao desenvolvimento socioeconômico e ao desenvolvimento regional, relacionando-o com o turismo. Já o terceiro capítulo deste trabalho atenta-se ao conceito e a estrutura de governança, de modo a relacioná-la com a administração turística local, chegando, portanto, ao ponto central desse estudo, a saber: a organização das IGRs e a relação existente entre os atores que fazem parte dessa estrutura. Para tanto, vale uma abordagem acerca das políticas públicas e da formação de redes de cooperação, apresentando assim a estratégia adotada pelo governo brasileiro para o desenvolvimento do turismo nos últimos anos.

O quarto capítulo objetiva a apresentação dos procedimentos metodológicos e técnicas escolhidas para a execução da pesquisa, para responder a questão-problema deste estudo, destacando o delineamento da mesma. Neste ponto, vale a compreensão de ser uma pesquisa de natureza predominantemente qualitativa, utilizando-se, sobretudo da técnica da análise de conteúdo e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

O quinto capítulo, por sua vez, expõe a realidade do objeto escolhido para ser observado nesse trabalho, o município de Aparecida – SP, com o objetivo de compreender a conjuntura local, uma vez que se trata de um destino ao qual os turistas se dirigem com a principal intenção de visitar o templo religioso construído na região. É apresentada também, a configuração do conselho municipal de turismo, tido como órgão de Instância de Governança Municipal (IGM) local. Deste modo, se tem uma correlação das ideias expostas nos capítulos anteriores aplicadas ao destino, de forma concreta.

Por fim, o sexto capítulo contém as análises deste trabalho, resultantes da aplicação das técnicas propostas para a realização da pesquisa, visando responder os objetivos acima apresentados. Desta forma, apresentam-se as contribuições acadêmicas deste trabalho, servindo como base para estudos posteriores no que se refere à organização das Instâncias de Governanças Municipais e Regionais, sobretudo nos destinos turísticos cujo público busca prioritariamente, atrativos religiosos.

O presente projeto tem a intenção de contribuir com a linha de pesquisa “Turismo: gestão e inovação” do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Sabe-se da existência de estudos predecessores a esse dedicados à observação de IGRs, todavia, este tem por objetivo analisar, a exemplo do caso de Aparecida – SP, como os atrativos de turismo religioso – e sobretudo, como as organizações religiosas que administram tais espaços – se articulam com os outros atores dessa estrutura em nível municipal, e, do mesmo modo, como estes atores percebem a organização religiosa no território turístico. Ademais, o presente estudo versa em seus resultados a análise de indicadores para a percepção do desenvolvimento socioeconômico local resultante da prática do turismo religioso.

1 TURISMO RELIGIOSO

Considerando o objeto de estudo da presente dissertação, a configuração da gestão de um destino turístico religioso, e conseqüentemente a relação entre os diferentes atores de uma estrutura de governança, este capítulo apresenta uma abordagem referente a esse segmento turístico e suas motivações.

Para tanto, será exposto brevemente as suas origens, advindas da antiga prática da peregrinação como forma de expressão de culto em locais, nos quais de alguma forma, houve a manifestação do sagrado, em forma de hierofania². Assim, compreende-se que a existência desses locais proporcionam o desenvolvimento das chamadas “cidades santuário”, ou hierópolis³, cuja organização espacial, social, cultural e econômica está intimamente ligada ao elemento religioso (ROSENDAHL, 1996, 2018; LOPES, 2015; MANGIALARDO, 2015).

Em seguida, partindo de uma explanação a respeito da prática do turismo religioso na atualidade, e da realidade do turismo religioso no Brasil, abordam-se as particularidades dos centros receptores de turistas sob a motivação religiosa, a fim de um melhor aproveitamento de suas características, por meio da estrutura de governança, objetivando o desenvolvimento local.

Diante da temática exposta, torna-se cabível breve conceituação referente aos elementos que compõem a experiência de um turista religioso: A fé, a espiritualidade, a Religião e a Igreja.

Entende-se como fé, a capacidade psíquica que o ser humano possui em acreditar em algo existente, seja na esfera imanente, como também na transcendência, portanto, a fé não está estritamente ligada à religiosidade, mas pode também justificá-la, quando esta é motivada por uma crença em algo divino. A espiritualidade, por sua vez, refere-se diretamente à dimensão espiritual do ser humano, sendo, portanto, o oposto de sua dimensão material. A fé espiritualizada e permeada por crenças, dogmas e rituais, que constituem o que chamamos de religião. Por fim, a estrutura de poder administrativo, jurídico e econômico que governa as pessoas e os recursos pertencentes à uma determinada religião definem as organizações religiosas e o conceito de Igreja (RIBEIRO, 2009; SANTOS, 2015).

² De acordo com Eliade (1992), o termo hierofania refere-se à manifestação do sagrado, dada como uma revelação que transcende a concepção do homem, podendo ocorrer em um espaço ou objeto, que a partir desse fenômeno, deixam suas características comuns (profanas) para assumir então, um caráter de sacralidade.

³ Sobre o termo hierópolis, Rosendahl (1996, p. 82) descreve: “Refere-se às cidades que possuem uma ordem espiritual predominante e marcadas pela prática religiosa da peregrinação ou romaria ao lugar sagrado. Pelo simbolismo religioso que esses locais possuem e pelo caráter sagrado atribuído ao espaço, podemos chamar esses locais de hierópolis ou cidades-santuários”.

A Igreja enquanto Instituição é compreendida como uma organização, existente a partir das relações sociais de um determinado grupo dotado de valores em comum, dinamizado socialmente pela presença de liderança, regras, princípios regulatórios, crenças e ritos. (SILVA; XAVIER FILHO; DOS SANTOS, 2020). Nesse sentido, as organizações religiosas, classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, são constituídas para a divulgação de determinado preceito religioso (ROCHA, 2012). Portanto, no presente trabalho será também adotado o conceito de organização religiosa.

1.1 A Prática da Peregrinação como Expressão Religiosa

Desde os tempos remotos da história da humanidade, o ser humano busca respostas para os seus questionamentos mais profundos, os quais por muitas vezes o remete a refletir sobre o transcendente. Tais questionamentos resultam na prática da espiritualidade, e consequentemente no surgimento de crenças que por sua vez estabelecem as religiões. A palavra religião deriva da palavra de origem latina, *religio* ou *religare*, que significa religar. Desse modo, a religiosidade está vinculada a uma forma específica de se manifestar a ligação com o transcendente, expressando-se por características que são próprias de cada religião, por meio de ritos (ABBAGNANO, 2007).

A religião, por sua essência, leva o seu seguidor a uma jornada espiritual, apresentada por um itinerário a ser seguido, que conduz à uma evolução. De um modo geral, as grandes religiões trazem em suas origens, experiências de um longo caminho percorrido. Nos escritos sagrados das três grandes religiões monoteístas - Judaísmo, Islamismo e Cristianismo - encontramos histórias como a trajetória de Abraão, da qual estas religiões se originaram (TOMILLO NOGUERO, 2019).

Toda viagem, por si só, agrega valores ao ser humano, conforme Trigo (TRIGO, 2010): “a viagem, não é apenas um deslocamento geográfico, cultural ou social, mas uma jornada interior, o que justifica ser uma experiência fundamental na vida das pessoas”. E, quando a viagem tem por motivação a busca pelo transcendente, a finalidade é uma vivência enriquecedora, proporcionando a quem a fez, uma experiência de interiorização e descoberta, sendo por esse motivo, transformadora.

Considerando essa realidade, o deslocamento ocorre por meio das peregrinações:

Por peregrinação, entendemos o deslocamento em benefício próprio ou de outro, a lugares santos ou mágicos, para buscar a saúde corpórea ou espiritual, ou para agradecer a graça, ou a solução de problemas materiais.

Muito bem, a peregrinação é a viagem mais universal, popular, frequente e multitudinária da antiguidade e da atualidade. Sempre. Talvez seja, além disso, a viagem mais antiga. (TOMILLO NOGUERO, 2019, p. 82–83).

A institucionalização das grandes religiões no decorrer da história interferiu diretamente no desenvolvimento social ao longo dos séculos. De acordo com Pinto (2006), no período das Cruzadas, o caráter penitencial da peregrinação se tornou ainda mais acentuado para o cristianismo devido à tentativa de reconquistar a Terra Santa (Jerusalém) por parte da Igreja, pois, acreditava-se que quem fosse a Jerusalém participar da campanha conseguiria a remissão de todos os pecados. Tal promessa tinha o respaldo do Papado e, portanto, contribuiu diretamente com a promoção desse tipo de prática devocional.

A prática da peregrinação na idade média tornou-se, portanto, valorizada pelo Cristianismo, que por sua vez, recomendava locais específicos como destinos aos peregrinos: Jerusalém (a terra onde Cristo viveu), Roma (onde os apóstolos tidos como referência para os católicos foram mortos), dentre outros, como Santiago de Compostela. Evidentemente, o caminho para tais locais não era fácil e caracterizava-se como uma experiência com valor penitencial, dado o esforço que o indivíduo deveria fazer para cumpri-lo (PINTO, 2006). Ademais, quem se dispusesse a fazê-lo, contava com os riscos de quem se expõe a experiência de um andarilho, tornando-se vulnerável durante o percurso.

Nesse contexto, observa-se a prática da hospitalidade através dos habitantes dos vilarejos, localizados ao longo dos trajetos, até o destino dos peregrinos. O peregrino desloca-se de seu ponto de partida, com a intenção de ser recebido em seu destino final, mas conta também com a generosidade e a atitude hospitaleira de outros que encontrará ao longo de seu caminho. Se tal experiência hospitaleira é resultado da religiosidade do peregrino, o mesmo pode-se dizer do anfitrião que o recebe. Motivado pelo ensinamento bíblico de que “Quem recebe alguém em nome de Cristo, recebe a ele próprio”, o acolhimento é realizado com a crença de que seu hóspede, ao seguir seu caminho e chegar ao local sagrado, levará consigo também as intenções de seu anfitrião, transformando então a prática de sua hospitalidade em bênçãos (FRUGOLI, 2019).

A hospitalidade, portanto, se estabelece como um rito essencial e um princípio básico para as religiões, desde o acolhimento dado aos peregrinos durante o seu trajeto, como também no local de seu destino, de modo que os templos se tornam centros de acolhida:

O templo ou seus anexos e os lugares dos ministros do culto, geralmente servem como casas de hospedagem, como casas de refeições, como casas de higiene, como lugares de descanso, ou como centros de celebração. São hospedados comensais, festeiros, etc., os fiéis em geral ou os forasteiros em particular. Normalmente, essas possibilidades só se apresentam em circunstâncias pontuais. Mas, em determinadas religiões, as portas estão abertas de maneira permanente. (TOMILLO NOGUERO, 2019, p. 28)

A pesquisa acadêmica sobre peregrinação e hospitalidade estão relacionadas, sobretudo por apresentarem em comum o aspecto religioso como referencial. “Os estudos de ambas as áreas apontam que os dois fenômenos podem ser observados em períodos muito remotos da história humana e todos os grandes sistemas religiosos mundiais fazem menção à prática, tanto da hospitalidade quanto da peregrinação” (GONZÁLEZ, 2016). Ambas as áreas têm como peça fundamental o encontro com o outro, a relação entre hóspede e anfitrião. Além disso, nota-se que os centros de peregrinação, de um modo geral, impulsionam a criação de estruturas caritativas para a recepção de peregrinos, buscando suprir suas necessidades básicas, como abrigo e alimentação a custo mínimo.

Partindo desta compreensão, observa-se o início da relação existente entre religião e turismo, resultante do deslocamento do ser humano em busca de centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças, o que conseqüentemente favoreceu o desenvolvimento de uma estrutura de hospedagem e acolhimento. Além disso, a religião, com suas exigências e interditos, colaborou com o desenvolvimento do comércio em torno dos santuários, e o peregrino, por sua vez, assume o comportamento de consumidor turístico. (ABUMANSSUR, 2003; SCHNEIDER; DOS SANTOS, 2015).

MacCannell (1976) afirma que existe uma profunda relação entre as antigas peregrinações religiosas e o turismo moderno, sendo os atrativos turísticos carregados de valores que podem ser vistos de forma análoga aos simbolismos religiosos dos povos primitivos.

Ademais, MacCannell (1973) considera que a conexão entre as antigas peregrinações religiosas e as viagens modernas não são unicamente organizacionais, mas, também, motivacionais, uma vez que, em ambos os casos, procuram-se experiências autênticas. Tratando-se do peregrino sob a motivação religiosa, a busca se dá ao visitar um local onde ocorreu algum evento de importância para a prática de sua religiosidade, ao passo que o turista contemporâneo, por muitas vezes busca tal experiência em locais de importância social, histórica ou cultural. Tal constatação feita pelo autor, auxilia também na compreensão da frequente relação existente entre o turismo religioso e o turismo cultural.

1.2 A Prática do Turismo Religioso

Diante do crescente favorecimento e agilidade da mobilidade humana, o ato de peregrinação tradicional vem se adaptando. As características específicas de um peregrino, que tem por finalidade a visita a um espaço considerado sagrado piedosamente tendo em vista a busca ou agradecimento por uma graça espiritual, assume, em grande parte, algumas características semelhantes à dos indivíduos que praticam o turismo por outras motivações (COLLINS-KREINER, 2010).

De modo geral, centros religiosos por onde circula um grande número de pessoas para a prática de religiosidade popular como Aparecida (Brasil), Lourdes (França), Fátima (Portugal), dentre outros, atualmente podem ser observados para além de locais destinados para o culto, uma vez que desenvolveram, em sua estrutura local, um arcabouço de serviços, fornecimento de transporte, alimentação, hospedagem, venda de *souvenirs*, e, até mesmo, lazer, reduzindo assim para muitos a diferenciação conceitual existente entre o turista religioso e o peregrino (SILVEIRA, 2007).

Para alguns autores, os destinos religiosos são vistos como qualquer outro destino turístico, oferecendo produtos com vários atributos que podem satisfazer as necessidades, tanto dos turistas sob motivação religiosa, como de outros turistas (RINSCHÉDE, 1992). Desse modo, a diferenciação conceitual entre o peregrino e o turista religioso pode ser vista também sob a perspectiva da utilização do tempo livre. “O peregrino exerce seu compromisso religioso e retorna ao seu lugar de origem. O turista procura utilizar seu tempo livre conciliando seu compromisso religioso à uma atividade lúdica” (PINTO, 2006, p. 32).

Collins-Kreiner (2010) sugere, por sua vez, uma desdiferenciação desses conceitos, ao pontuar para a possibilidade de haver turistas que fazem a visita a esses locais sob outra perspectiva, não trazendo consigo o caráter piedoso próprio do turismo religioso, mas sim motivações históricas ou culturais. Além disso, segundo o mesmo autor, o termo “peregrinação” vem sendo utilizado de maneira cada vez mais frequente para referir-se também à locomoção para lugares não considerados sagrados.

De acordo com a UNWTO (2017), o turismo religioso apresenta-se como uma potencialidade para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos destinos, pela fidelidade que esse perfil de turista possui para com o destino turístico, resultante de sua relação estabelecida com o mesmo. Além disso, visitas a tais lugares podem também servir

como porta de entrada para que esses turistas usufruam outros atrativos turísticos próximos a esses locais, incentivando ainda mais o desenvolvimento do turismo na região.

Ademais, ao se tratar do nicho religioso, considera-se também o fato de que tal prática se dá na maior parte das vezes em grupos, que se reúnem, seja no caminho ou mesmo no destino, geralmente, em ocasiões específicas nas quais celebram-se festividades, para realizarem sua profissão de fé, tida quase como em uma reafirmação identitária diante de outros indivíduos que comungam da mesma religião (RINSCHÉDE, 1992).

A prática do turismo religioso vincula-se também, à cultura, sobretudo, devido à sua relação com as festividades populares e a história, sendo uma forma de expressão cultural para determinados grupos sociais que expressam a sua realidade histórica e preservam sua memória, contribuindo para a perpetuação do patrimônio cultural e para a constituição da identidade local. (DIAS, 2003; SILVA; BARROSO, 2015). As celebrações e festividades religiosas, e, conseqüentemente, o trânsito de pessoas para a participação destas - mantêm vivas as tradições dentro dos espaços das cidades, possibilitando que tais acontecimentos se convertam em um verdadeiro patrimônio cultural (ARAGÃO; MACEDO, 2011).

Isto posto, considera-se que se torna necessário um investimento para além da estrutura; também na gestão turística, propondo políticas públicas voltadas para o segmento para impulsionar o desenvolvimento local.

1.3 O Turismo Religioso no Brasil

Segundo as estimativas da UNWTO (2017), entre 300 e 330 milhões de turistas visitam os principais locais religiosos a cada ano em todo o mundo, tornando o turismo religioso uma parte significativa do turismo nacional e internacional.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC, 2016a) anualmente, são organizados no Brasil 96 eventos religiosos, que atraem milhares de habitantes, transformando os aspectos religiosos em produtos turísticos e gerando desenvolvimento econômico e cultural para a comunidade local. Todavia, o mesmo órgão aponta para a falta de exploração do potencial contido no turismo religioso: “a carência de dados demonstra a falta de uma equipe técnica voltada para pesquisas no turismo religioso, cuja dificuldade é relacionada às verbas e repasses” (ABEOC, 2016b).

Conforme os marcos conceituais do Ministério do Turismo, o turismo religioso está categorizado como subdivisão do turismo cultural, configurando-se como “atividades

turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas” (MTUR, 2006, p. 16). Tais religiões são compostas por doutrina, estrutura, rituais, templos específicos, hierarquia e sacerdócio, podendo, portanto, ser cristã, afro-brasileira, espírita, de origem oriental, entre outras. Dessa forma, o turismo religioso caracteriza-se também como aquele empreendido por participação de eventos de caráter religioso como peregrinações e romarias. (DIAS, 2003).

Ainda em conformidade com o Ministério do Turismo, a busca espiritual e a prática religiosa caracterizam-se pelo deslocamento a espaços e eventos com alguma das seguintes finalidades: a) peregrinações e romarias; b) visitação a espaços e edificações religiosas; c) participação de festividades e comemorações religiosas; d) realização de itinerários e percursos de cunho religioso; e) contemplação de apresentações artísticas com caráter religioso; f) eventos e celebrações relacionados à evangelização de fiéis; g) participação em retiros espirituais e h) outros. (MTUR, 2006).

Tratando-se de um país naturalmente receptivo, aberto ao convívio com novas experiências e com forte miscigenação cultural, a realidade do Brasil favorece a prática do turismo religioso. Observa-se, por toda a extensão do país, diferentes manifestações culturais com fortes traços religiosos, nas quais, inclusive, nota-se uma relação aproximada entre o sagrado e o profano (visto, por exemplo, nas procissões religiosas seguidas de arraiais), e, até mesmo, uma influência das próprias crenças por outras, ao ponto de uma determinada religião, apropriar-se de símbolos de outra. (FRUGOLI, 2019).

Sabe-se que, acima de tudo, a religiosidade se expressa através de diferentes doutrinas, modos de culto e crenças, como por exemplo: o budismo, o espiritismo, as religiões de origem africanas e o cristianismo. Todavia, tratando-se da realidade brasileira, é notória a forte representatividade do catolicismo como religião. (FESTURIS, 2018).

Dentre as práticas de religiosidade difundidas no Brasil, destacam-se, aqui, as chamadas romarias, termo comumente utilizado nas línguas portuguesa e espanhola, remetendo às peregrinações cristãs com destino a Roma, sendo compreendida popularmente no Brasil como a experiência de submeter-se a curtos deslocamentos com finalidades devocionais e festivas, apresentando uma mescla entre aspectos religiosos e culturais, que se associam a práticas de lazer e consumo, incrementando o cenário festivo. (SCHNEIDER; DOS SANTOS, 2015).

Desse modo, dentre as destinações religiosas católicas no Brasil, destacam-se o Santuário Nacional de Aparecida - SP, a igreja do horto do Padre Cícero (Juazeiro do Norte - CE), o Santuário Basílica do Divino Pai Eterno (Trindade - GO), o Santuário de Santa Paulina

(Nova Trento - SC), e a Canção Nova em Cachoeira Paulista – SP. Tais localidades, denominadas como “cidades-santuário” ou “hierópolis” por autores como Oliveira (1999) e Rosendahl (2018), têm por característica uma forte peregrinação religiosa, que impulsionam o desenvolvimento de uma estrutura turística, como o setor alimentício e o comércio, por meio da venda de artigos religiosos, além de outros itens diversos, sobretudo, no período das festividades em que o número de peregrinos aumenta.

Trata-se, portanto, de cidades organizadas a partir de suas características culturais de origem religiosa que, por sua vez, se estabeleceram de modo a influenciar na organização do território. Tais cidades possuem como elemento característico a forte presença de peregrinos (LOPES, 2015; ROSENDAHL, 2018). Nas hierópolis, presença da organização religiosa local cria espaços que, apesar de serem administrados pela igreja, influenciam diretamente na promoção de políticas de ordenamento territorial (MANGIALARDO, 2015).

Nota-se, em territórios que presenciaram uma experiência religiosa, a influência direta e indireta das instituições religiosas, no que tange ao cenário político e social. No que se refere à Igreja Católica, evidencia-se sua organização política, uma vez que sua estrutura é organizada hierarquicamente e territorialmente, a partir das dioceses, sob a jurisdição de um bispo local; e das unidades territoriais administradas pelos padres, as paróquias. Assim, politicamente organizada, a Igreja relaciona-se com o território, mostrando sua influência (CLAVAL, 2011).

Além desses destinos, destacam-se os eventos festivos, como: a festa no Santuário de santa Dulce dos Pobres (Salvador - BA), o Círio de Nazaré (Belém – PA), além das festas de São João no Nordeste do país, que contribuem diretamente para a disseminação do turismo religioso no Brasil (ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020).

Ao tomar, como exemplo, as festividades do Divino Pai Eterno que ocorrem na cidade de Trindade (GO), nota-se uma articulação local para receber os peregrinos, desde a movimentação via transporte aéreo e rodoviário (podendo ser realizada, inclusive, por meio de agências de viagem de turismo religioso), o sistema de hospedagem (seja ele por meio de hotéis ou casas de aluguel para temporadas) e o comércio local (ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020).

Todavia, a instalação de uma estrutura para um atrativo turístico pode afetar positivamente ou negativamente a comunidade local, sendo evidente a necessidade de planejamento de uma boa gestão local. Nesse ponto, convém citar a publicação de Sartori (2019) como exemplo. O autor apresenta a realidade do recente desenvolvimento da cidade de Nova Trento (SC), cuja atividade turística, antes tímida e voltada para a cultura de

colonização italiana da imigração, foi alterada após a beatificação de madre Paulina e a construção de um Santuário local.

De acordo com o estudo de Sartori (2019), a comunidade local viu-se como espectadora de uma transformação, a partir do aumento do número de turistas no Santuário, com uma motivação diferente da costumeira. Valendo-se de pesquisa qualitativa com fontes bibliográficas e análise de conteúdo, objetivando a criação de uma matriz SWOT do destino, detectou-se a falta de planejamento da localidade turística, objetivando harmonizar a adaptação local como pólo receptivo do turismo religioso, sem afetar a sua importância histórica regional e seu patrimônio cultural.

Desse modo, Sartori (2019) aponta para a necessidade de uma melhor articulação entre o poder público, a iniciativa privada e a congregação que administra o empreendimento religioso para um melhor aproveitamento do potencial turístico da região, uma vez que, devido a rapidez com a qual se deu tal mudança, não houve vinculação entre a identidade local e o turismo religioso.

Isto posto, o presente trabalho apresenta, na configuração da gestão turística de Aparecida, as influências do seguimento religioso e a relação entre a organização religiosa e a IGM para as políticas públicas e governança do turismo. Sabe-se que tal relação resulta em impactos diretos ao desenvolvimento socioeconômico local. Para tanto, são apresentados a seguir, conceitos essenciais para compreensão do desenvolvimento socioeconômico, e posteriormente, abordagens acerca das políticas públicas de turismo, como o conceito de Redes de Cooperação e de Instâncias de Governanças Regionais. A realidade do município de Aparecida (SP), local de destaque no campo do turismo religioso no Brasil, é contextualizada nessas abordagens.

2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Esta etapa do trabalho expõe, em linhas gerais, a importância do planejamento turístico dos destinos, pautando-se, não somente no bem-estar aos visitantes, mas também em proporcionar aumento de riquezas para, enfim, obter-se a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Para que a atividade turística resulte no desenvolvimento regional, é fundamental a integração das organizações públicas e privadas e o comprometimento dos atores locais, por meio da instância de governança. Respeitando a especificidade de cada município, a gestão pública deve motivar a cooperação dos atores no planejamento do turismo (TOMAZZONI, 2009). Compreende-se, portanto, que a estrutura de governança em determinado município visa o seu desenvolvimento, e conseqüentemente o desenvolvimento da região onde está situado.

Deste modo, como etapas desta pesquisa, são apresentados, em tópicos, o conceito de desenvolvimento socioeconômico, e sua relação com a atividade turística, a fim de relacionar a prática do turismo religioso e o desenvolvimento dos destinos, como é o caso do município de Aparecida – SP, objeto desse estudo.

2.1 Desenvolvimento Socioeconômico

As raízes históricas da abordagem referente ao desenvolvimento socioeconômico datam do final do século XVIII com as teorias da economia clássica, inicialmente discutidas em “A riqueza das nações”, de Adam Smith (1776), na qual o autor trata o progresso de uma nação a partir da produtividade e do trabalho.

Posteriormente, Marx introduz a ideia da luta de classes resultante da mais-valia, sendo esse o termo designado para o lucro obtido pelo patrão diante do serviço prestado por seu empregado. Contudo, é na primeira metade do século XX que o estudo e o debate a respeito do desenvolvimento socioeconômico avançam, com a teoria de inovação tecnológica de Schumpeter, ganhando destaque ainda maior após a segunda guerra mundial (ARNDT, 1981; MALTA; BRAGA; BARBOSA, 2019).

Desse modo, o conceito de desenvolvimento socioeconômico, baseado inicialmente na produtividade e no trabalho, relaciona-se, na atualidade, diretamente com a qualidade de vida, verificada por outros elementos, como boas condições de educação, profissionalização e

empregabilidade, valorizando a autonomia da comunidade local e oportunizando o desenvolvimento regional. Resulta, portanto, de um conjunto de fatores que se inter-relacionam abrangendo diversos aspectos, como: renda, expectativa de vida ao nascer, educação e distribuição de renda, viabilizando a diminuição da disparidade social (SEN, 2000, TOMAZZONI, 2009).

O desenvolvimento socioeconômico não se restringe ao crescimento econômico, apesar de, até meados de 1970, os critérios para a mensuração do desenvolvimento limitarem-se a aspectos relacionados com o progresso material, considerando que o enriquecimento proporciona a melhoria dos padrões sociais (VEIGA, 2005). Todavia, trata-se de conceitos distintos, embora ambos objetivem a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza, diferem no que se refere à forma e aos meios utilizados para alcançá-lo. O crescimento econômico se refere ao aumento quantitativo da riqueza ou do produto per capita, enquanto a ideia de desenvolvimento abrange a melhoria qualitativa na economia por meio de uma melhor utilização dos recursos (VAREIRO, 2007). Desse modo, “(...) desenvolvimento não é apenas crescimento, implica processo de melhorias nas condições de vida da população, bem-estar social, mudanças no comportamento, aspirações e o entendimento do mundo em que se vive” (ARÁUJO et al., 2020, p. 343).

Sob tal perspectiva, considera-se o desenvolvimento como caminho para a liberdade, em seus âmbitos econômico, social e político. Para Sen (2000a) o desenvolvimento e a liberdade estão intrinsecamente relacionados, ao passo que “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política, pode da mesma forma, gerar privação de liberdade econômica” Nesse sentido, a carência de liberdades resulta no subdesenvolvimento, enquanto o desenvolvimento refere-se ao processo de remoção de tais carências, proporcionando qualidade de vida para a população.

O autor salienta também, a importância da garantia da liberdade política por meio da democracia, que por sua vez, deve estar atrelada às oportunidades sociais oferecidas para a população por meio de serviços, como saúde e educação, e também pela oportunidade de participação ativa na produção local, gerando riquezas pessoais e desenvolvimento local.

Dito isso, considera-se como qualidade de vida o nível de satisfação, felicidade e liberdade individuais, elementos estes, dependentes de condições financeiras mínimas de autonomia econômica para a sua execução. Tais condições resultam da aplicação de boas políticas públicas pautadas na equidade, permitindo à população a participação no processo de

expansão econômica, e conseqüentemente, do aproveitamento de seus resultados (SEN, 2000).

Portanto, a liberdade é vista como meio e como finalidade do desenvolvimento, possuindo fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida humana, ao diminuir a miséria, além de permitir aos cidadãos uma efetiva participação social:

Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido. [...] As capacidades que uma pessoa realmente possui dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar (SEN, 2010).

Buarque (2008, p. 15) explicita que “como toda formulação teórica, os conceitos e concepções de desenvolvimento e planejamento tem uma base histórica e surgem para fazer face aos novos desafios e mudanças da realidade”. Desse modo, compreende-se que atualmente o desenvolvimento regional abrange diversos aspectos, desde os relacionados à região, como os físico-territoriais, como também os socioculturais (BENI, 2001). O conceito de desenvolvimento resulta, portanto, da utilização de ferramentas para a sua mensuração, como o rendimento per capita, o acesso a serviços sociais e a sistemas administrativos e judiciais adequados. O desenvolvimento socioeconômico torna-se sustentável ao ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado (TOMAZZONI, 2009).

Ponto crucial para essa questão, pauta-se no fato de por muitas vezes, o processo de planejamento acontecer de forma exógena e por consequência, não considerar as peculiaridades regionais. Tal modelo visa o lucro sem preocupar-se profundamente com outros aspectos, como os culturais, ambientais e sociais (ATHANÁSIO, 2015).

Teóricos consideram que o processo de desenvolvimento se torna mais efetivo ao ser estruturado de forma endógena, ou seja, a partir das particularidades e potencialidades locais. Segundo Vasquez-Barquero (2001), quando o processo de crescimento econômico e de mudança estrutural é liderado pela comunidade local, resulta em melhoria de nível de vida da população, pois essa explora o seu potencial de desenvolvimento (BERITELLI; BIEGER; LAESSER, 2007; HRISTOV; ZEHRER, 2015). Para isso, faz-se necessária uma sinergia entre atores públicos e privados, que em suas decisões de investimento visam a elevação da produtividade das empresas, solucionam os problemas locais e aumentam o bem-estar da sociedade.

Ao observar, por exemplo, as chamadas hierópolis, como é o caso do município de Aparecida (SP), sabe-se que o turismo religioso é o principal motor econômico para o desenvolvimento local. Em tais cidades, a organização espacial resulta das atividades voltadas à religiosidade dos visitantes, que por sua vez, promove a comercialização de itens, como objetos de devoção, além de fomentarem o setor de hospedagem por meio de hotéis e pousadas, visando ao acolhimento dos peregrinos e constituindo a estrutura turística local (ROSENDAHL, 1996). Desse modo, considera-se o impacto do espaço tido como sagrado sobre o desenvolvimento socioeconômico local.

2.2 Turismo e Desenvolvimento regional

A realização de um estudo sobre determinada região não é tarefa simples, uma vez que a definição de região pode apresentar características relacionadas a diferentes fatores, como: a formação geográfica, econômica, social, histórica e cultural; a distribuição populacional no território; os aspectos políticos e administrativos do local; o processo produtivo local e a base da economia local. (BASSAN; SIEDENBERG, 2008). Compreende-se, portanto, que estudos sobre desenvolvimento regional exigem uma abordagem interdisciplinar (CARNIELLO; SANTOS, 2013).

Quando bem articulado em determinada região, o turismo complementa-se às outras atividades econômicas, contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), favorecendo o desenvolvimento. (CÁRDENAS-GARCÍA; SÁNCHEZ-RIVERO; PULIDO-FERNÁNDEZ, 2015). Deste modo, “quando aplicado de maneira certa, [o turismo] pode contribuir para a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas” (EMMENDOERFER *et al.*, 2021)

Segundo Ablas (1991, p. 50), o turismo pode ser visto como “a exportação da região para o restante do país, havendo em contrapartida, um fluxo de pagamentos oriundos de outras regiões”. Esse processo atrai investimentos e gera emprego, sendo possível que o turismo exerça um importante papel na geração dos efeitos iniciais para o desenvolvimento regional. De acordo com Cunha (1997):

(...) nenhum outro setor econômico garante melhor que o turismo, a conexão que deve existir entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento nacional, na medida em que os efeitos econômicos e sociais do turismo verificados numa região se repercutem no todo nacional. (CUNHA, 1997, p. 287)

Sendo o turismo composto por um conjunto de operações que envolve diferentes setores, seus impactos socioeconômicos locais podem ser detectados por diferentes aspectos, sendo os principais: geração de renda e riqueza, geração de empregos, geração de receita tributária, efeitos da balança de pagamentos, melhoria da estrutura econômica de uma região e incentivo à atividade empreendedora, movimentando a economia local, impulsionando assim o desenvolvimento. (NODARI, 2007; VANHOVE, 2011a; MTUR, 2018a). Ademais, o desenvolvimento ocorre quando os vários setores da economia local são estimulados, favorecendo um crescimento equilibrado em todos eles. Amplia-se assim, a oferta e a demanda, estimulando também a geração de empregos. (TAKASAGO; MOLLO, 2011; GONÇALVES; FARIA; HORTA, 2020).

Estudos da economia do turismo apontam indicadores de impacto econômico resultantes da atividade turística em um destino turístico, por meio de abordagens para sua mensuração, sempre considerando o crescimento econômico, e conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico:

A caracterização do turismo como uma atividade econômica se dá por diversas razões, dentre elas o fato de que o deslocamento compreende gastos e receitas, e principalmente, porque atividades turísticas geram riquezas por meio de um processo produtivo, uma característica típica de uma atividade econômica. (GONÇALVES; FARIA; HORTA, 2020)

A gestão da atividade turística incentiva a criação de políticas públicas para a promoção da cultura local, desenvolvimento do território urbano e melhorias na infraestrutura local, impactando no nível de satisfação, felicidade, bem-estar e qualidade de vida dos residentes. Tais impactos, mensurados por indicadores socioeconômicos, podem ser avaliados como positivos ou negativos, mediante a realidade do destino turístico. (YU; COLE; CHANCELLOR, 2018; ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020).

Entende-se como destinos turísticos “aglomerações de empresas em torno de um atrativo turístico geográfico, histórico e/ou cultural” (HOFFMANN; CAMPOS, 2013, p. 21). Estes, por sua vez, são formados por “produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar” (VALLS, 2006, p. 26).

O Ministério do Turismo compreende por atrativo turístico “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (MTUR, 2007c, p. 27). O atrativo, portanto, caracteriza-se como o elemento que desencadeia a atividade turística (VALLS, 2006).

Tratando-se de turismo, a competitividade refere-se à capacidade de um determinado produto turístico “proporcionar ao turista uma experiência positiva e, conseqüentemente, impulsionar a geração de negócios nas atividades econômicas relacionadas ao turismo, em um ou mais segmentos turísticos” (MTUR, 2010).

Desse modo, ao ser conveniente tanto para o turista quanto para a comunidade local, o turismo torna-se uma atividade econômica sustentável, pois, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT),

(...) atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor do gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

Sob essa perspectiva, o Plano Nacional de Turismo (PNT) para o período de 2018 a 2022 salienta que se preze também pela identificação da vocação e potencialidade turística dos destinos, de modo a compreender as necessidades específicas locais, proporcionando assim, o desenvolvimento regional endógeno.

Nesse aspecto, considera-se que a estrutura que suporta tal atividade constitui um *cluster*, uma vez que compreende um conjunto de serviços diferentes, porém interligados, de atrativos, empreendimentos e instituições relacionadas diretamente ou indiretamente ao turismo e concentradas em uma área geográfica específica, que compõem a experiência do turista (VANHOVE, 2015). Consideram-se, além das características próprias do setor turístico, as especificidades dos destinos, que objetivam atrair e atender um determinado segmento de turistas como: turismo de negócios, turismo de aventura, turismo rural, ou como é o caso do objeto de estudo desta dissertação, o turismo religioso.

Destarte, a estruturação de um *cluster* turístico contribui para o aumento da competitividade de setores ligados a essa demanda como: hospedagem, alimentação e transporte em um destino turístico, ao atuarem de maneira interligada, otimizando a lucratividade e contribuindo assim para o seu desenvolvimento. Por essa razão, existe interesse por parte dos governos, especialmente nos países em desenvolvimento, em investigar a significância do turismo, para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico regional e a estrutura de competitividade ideal para a sua concretização (CALERO; TURNER, 2020). Ao se estruturar um *cluster* turístico, favorece-se a criação de redes de

cooperação, que possibilitam uma gestão participativa, endógena e sustentável do setor turístico local, por meio das IGRs.

Com relação ao impacto direto da atividade turística para a comunidade local, Wang, Berbekova e Uysal (2022) afirmam que, nas últimas duas décadas os estudos do turismo visam analisar, além dos fatores econômicos, os impactos intangíveis da atividade turística, como a qualidade de vida dos residentes, suas relações sociais, emoções, satisfação e indicadores socioeconômicos como educação e empregabilidade. Os autores afirmam que tais variáveis constituem as principais ferramentas para a mensuração do bem-estar dos residentes, determinando, inclusive, o nível de aceitação da população local para com a atividade turística, reforçando a importância do planejamento para o desenvolvimento endógeno.

Apresentando semelhante perspectiva, Moesch (2012) salienta que, como resultado da melhoria da oferta turística em uma localidade, ampliam-se também as condições da qualidade de vida da comunidade receptora, uma vez que, de modo geral, o desenvolvimento da estrutura turística regional incentiva políticas públicas para benfeitorias urbanas tanto dos espaços públicos (praças, parques, áreas verdes, entre outras), quanto dos serviços de manutenção e limpeza, segurança, saúde, transporte público, etc., com vistas a reforçar uma imagem positiva do destino, e por consequência, beneficia a comunidade local.

Em contrapartida, Vanhove (2011a) ressalta que, se por um lado a demanda turística incentiva a criação de uma estrutura que atenda às necessidades específicas dessa atividade, gerando empregabilidade e riqueza para a região turística, há de se pensar também na tendência de inflação nos preços e no pagamento de custos incidentais, por meio de impostos para a manutenção pública local, que exigirá maior investimento para manter um bom funcionamento de suas competências básicas como: segurança, saneamento, saúde, transporte, entre outros, resultando em um maior custo de vida para a comunidade local. Posto isto, nota-se a importância da aplicação de políticas públicas direcionadas para a otimização do aproveitamento do turismo no Brasil.

3 GOVERNANÇA EM TURISMO

A eficácia no desenvolvimento do setor turístico resulta da aplicação de políticas que visam constantes melhorias no setor, gerenciado por um órgão que tenha poder de deliberação e decisão, por meio da participação dos diferentes grupos envolvidos na estrutura turística local. Dessa forma, articulam-se as demandas e atendem-se as necessidades (TRINDADE; CÉSAR; VIANNA, 2019). Assim sendo, este capítulo discorre a respeito das instâncias de governança do turismo, como espaços de participação social que possibilitam a estes atores proporem, analisarem, discutirem e monitorarem as políticas públicas voltadas para o setor.

Em geral, a concepção de governança remete a uma estrutura administrativa, onde está evidenciada a atuação conjunta entre o poder público e outros *stakeholders* (agentes da iniciativa privada e do terceiro setor), para a elaboração, implementação, coordenação, monitoramento e avaliação das políticas públicas locais, neutralizando ações que não correspondam aos anseios desses atores e da sociedade civil (CONCEIÇÃO *et al.* 2019; MEDIOTTE *et al.* 2020).

Discorrendo sobre o assunto, Hall (1999, 2001, 2011) entende por governança “o ato de governar”, reconhecendo a inexistência de uma definição específica e amplamente aceita para o termo. Deve-se a isso a sua complexidade, uma vez que o processo decisório é influenciado por diferentes *stakeholders*⁴, não havendo, portanto, a possibilidade de aplicação de um modelo padronizado. Todavia, o autor elenca quatro possibilidades para a aplicação de uma estrutura de governança, sendo elas:

- Governança hierárquica, cuja estrutura administrativa apresenta claramente o Estado como centralizador e principal tomador de decisões para a elaboração e implementação das políticas públicas. Nesse sentido, o Estado, em sua autoridade legítima conferida pelo sistema democrático, utiliza-se de seus mecanismos tradicionais de atuação para trabalhar as questões inerentes ao governo. Como resultado, há pouca participação direta dos outros atores nos processos burocráticos e decisórios;

- Governança mercadológica, na qual são adotados mecanismos que se aproximam da estrutura de mercado, relacionados com a demanda e a oferta. O processo decisório referente às ações a serem tomadas pauta-se diretamente na eficiência e na eficácia. Tal ponto de vista

⁴ O termo *stakeholder*, amplamente abordado em estudos de administração e de outras áreas, é comumente traduzido para o português como “partes interessadas”. Remete aos grupos ou indivíduos que influenciam diretamente ou indiretamente nas estratégias de uma empresa, afetando ou sendo afetado pelas ações da organização com a qual se relaciona e compartilha seus interesses. (FREEMAN, 1984, STOCKER, *et.al.* 2019).

influencia diretamente nas decisões, resultando na priorização das necessidades do mercado, em detrimento das necessidades da sociedade civil;

- Governança de redes, que por sua vez estimula uma constante interação entre o poder público e a iniciativa privada, possibilitando tomadas de decisão a partir de reflexões sob diferentes perspectivas, resultando em parcerias público-privadas. Nesse sentido, percebe-se também a configuração de uma estrutura que se aproxima de uma coordenação, na qual há o compartilhamento de recursos e de informações e são estabelecidas parcerias que visam otimizar a utilização dos recursos públicos e privados, com o objetivo de atender ao máximo os interesses comuns, beneficiando a região;

- Governança comunitária, cuja participação civil está em evidência e que resulta em um governo local, a interferência nas esferas federal, estadual ou municipal é mínima, uma vez que alcança a capacidade de uma autogestão.

De acordo com Kalaoum e Trigo (2021) a estrutura de governança constitui um processo que objetiva o alcance de resultados eficazes, ao integrar um processo, no qual o poder público, visando produzir resultados eficazes, deve atuar como um intermediador integrando diversos atores sociais, indicando assim limitações na governança hierárquica apresentada por Hall.

Os autores afirmam também que a governança surge da globalização das atividades econômicas no final da década de 1970, em resposta às fragilidades das chamadas Novas Políticas Públicas (*New Public Management*), cujo modelo volta-se para uma visão gerencial e mercadológica, na qual o cidadão é tido quase que como um mero consumidor das políticas públicas, com possibilidade restrita da participação de debates a respeito de determinados assuntos, em processo semelhante à governança de mercado apontada por Hall (2011).

Percebe-se, portanto, que o processo de redemocratização possibilitou uma maior participação e engajamento de diferentes grupos da sociedade no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e controle das políticas públicas no Brasil (ENDRES; PAKMAN, 2019). Nesse sentido, o conceito de governança de redes sugerido por Hall (2011) apresenta coerência e viabilidade.

A abordagem referente à governança sobrepõe-se, portanto, aos mecanismos tradicionais muitas vezes adotados pela administração pública, pautados na representatividade inerente do sistema político democrático, nos quais há pouca participação direta da sociedade civil. Deste modo, compreende-se que não se trata de um modelo de governo, mas sim do estabelecimento de padrões de articulação entre os atores que constituem as arenas políticas,

bem como suas relações, sejam elas de cooperação, competição, conflito ou consenso. (KALAOUM; TRIGO, 2021).

Todavia, anteriormente às adversidades inerentes para a efetiva aplicação da estrutura de governança, estão os desafios para o estabelecimento de uma definição no que se refere à sua compreensão conceitual. A discussão acadêmica em torno do conceito de governança apresenta algumas divergências que dificultam a sua definição. Segundo Wildberger e Gileá (2020), a produção acerca da temática, se difundiu de modo que se percebe divergências sobre a delimitação do seu alcance. Parte desse problema resulta da utilização do termo sob diversas variáveis como: governança pública, governança territorial, governança local, governança multinível e boa governança.

Mediotte, Emmendoerfer e Oliveira (2020) sinalizam a divergência no que se refere à conceituação de governança nos estudos do turismo, sendo essa, abordada por diversos pesquisadores a partir de diferentes perspectivas. O mesmo ocorre, conseqüentemente, com relação ao conceito de redes de cooperação em turismo, o que sugere, portanto, a necessidade de maior aprofundamento nos estudos acerca deste tema, seja no campo teórico ou no empírico. Contudo, sabe-se que, no turismo, as redes de Cooperação e as instâncias de governança são complementares para a consolidação da aplicação dos Planos de Regionalização do Turismo:

O momento de estabelecimento de uma Instância de Governança pode ser o mesmo no qual se consolida ou se estabelece a Rede. Ou então, o processo em curso da Rede pode contribuir para fortalecer e consolidar a Instância de Governança Regional. No Programa de Regionalização, tudo converge para a articulação e a sinergia. O projeto da Rede deve ser resultado de um processo de pactuação entre os atores. (MTUR, 2007d, p. 34).

Portanto, o termo ainda se encontra em definição, sendo polissêmico em sua interpretação, inclusive quando aplicado ao contexto do turismo. Entretanto, percebe-se que as similaridades conceituais se aproximam do modelo epistemológico da Administração Pública (MEDIOTTE; EMMENDOERFER; OLIVEIRA, 2020). De modo geral, a abordagem teórica a respeito da Governança elenca três categorias principais, relacionando-a às dimensões de coordenação, cooperação e colaboração, tendo como perspectiva a vinculação entre poder público e iniciativa privada e redes de atores e inclusão social nas tomadas de decisão relacionadas às políticas públicas. (MEDIOTTE, 2020; EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022).

Emmendoerfer *et.al* (2022) definem coordenação como o modelo administrativo formal, no qual exista uma rede de atores públicos e privados capacitados para a gestão de conflitos e resolução de problemas, que participe do planejamento e controle das políticas públicas, inserindo a sociedade civil nos processos decisórios, resultando na descentralização do poder, uma vez que o Poder Público deixa de ser o único promotor e formalizador das políticas públicas.

A perspectiva de Trentin (2016) salienta que a diversidade de atores sociais na tomada de decisão estabelece a coordenação, como o órgão que possui deliberação para projetar e operar para o alcance das metas desejadas, sendo portanto, necessários canais formais de comunicação. O planejamento, controle e avaliação podem ser realizados por meio de reuniões periódicas em que se discutem as ações a serem tomadas, de modo a enfrentar os desafios, designar papéis e responsabilidades, e obter *feedbacks* (GULATI *et al*, 2012; ANTERO, 2015).

Por cooperação compreende-se o processo comportamental das relações inter organizacionais, realizado de maneira informal, fomentando a criação de parcerias e a interação e confiança mútua entre os atores em rede. A intensidade da cooperação entre tais atores, dependerá diretamente do acordo realizado e do nível de confiança adquirido (BEAMOUNT; DREDGE, 2010; TRENTIN, 2016).

A colaboração, por sua vez, remete ao processo no qual os atores sociais trabalham de maneira formal e conjunta, objetivando a criação de normas e estruturas que irão reger as relações e tomadas de decisão, proporcionando interações benéficas a todos os atores. Trata-se de um processo de longo prazo, que exige dos parceiros disposição para investir recursos, a fim de estabelecer relacionamentos duradouros através da confiança e do consenso (THOMPSON; PERRY, 2006).

A sociedade civil como um todo, torna-se propositora das políticas públicas, sendo, portanto, passível de direitos e executora de obrigações. Desse modo, há descentralização de poder por meio do envolvimento efetivo de todos os atores, capacitados para a resolução de problemas em um trabalho executado em rede. (TRENTIN, 2016; EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022).

Valendo-se das informações supracitadas, pode-se considerar que “governança é refletida na literatura como um processo de gestão democrático e participativo em que diversos atores, dos setores públicos e privados, alocados em redes, são inseridos no processo de desenvolvimento turístico e nas tomadas de decisões coletivas” (EMMENDOERFER; MEDIOTTE; DOS SANTOS, 2022). Portanto, pressupõe-se a participação efetiva e atuante

por parte de todos os atores da governança, não somente no planejamento e elaboração de políticas públicas para o turismo, mas também no processo decisional de tais políticas, de modo democrático e horizontalizado. Ademais, se faz necessária a conscientização e responsabilização de tais atores acerca de sua representatividade na estrutura de governança, também como fiscalizadores, para que, de fato as políticas públicas atendam às necessidades coletivas, resultando assim no desenvolvimento endógeno por meio da atividade turística.

Outro ponto crítico para a discussão sobre a governança consiste nas relações de poder entre os atores envolvidos. Diferentes estudos apresentam visões a respeito das relações de poder. Dada a complexidade de alcançar essa compreensão, considerou-se pertinente conceituar tais relações que, em determinados aspectos, apresentam, nas perspectivas de French e Raven (1959) Claval (2011) e de Mitchell, Agle e Wood (1997) elementos convergentes ou complementares.

French e Raven (1959) apresentam cinco categorias principais de exercício do poder entre dois indivíduos, sendo eles: a) o poder de recompensa, resultante da percepção que determinado indivíduo tem de que o outro possa mediar recompensas para ele; b) o coercitivo, resultante da percepção que determinado indivíduo tem de que o outro possa mediar punições para ele; c) o poder legítimo, resultante da percepção que determinado indivíduo tem de que o outro possua autoridade legítima para prescrever determinado comportamento para ele; d) o poder de referência, alicerçado na identificação que uma organização ou indivíduo tenha em relação a outro; e) o poder de expertise, apoiado na percepção que um indivíduo tem de que outro detenha um conhecimento especial ou especializado.

Segundo a classificação posteriormente realizada por Handley e Benton (2012), as três primeiras categorias acima expostas se referem a poderes mediados, pois se baseiam na indução de uma ação, por parte do detentor do poder ou do subordinado. As duas últimas, por sua vez, são consideradas pelos autores como poderes não mediados, uma vez que remetem à internalização de cooperação entre os sujeitos.

A teoria dos *stakeholders* desenvolvida por Mitchell, Agle e Wood (1997) discorre sobre as tipologias e saliências de *stakeholders* em suas relações, sejam elas já existentes ou potenciais. Na visão dos autores, os *stakeholders* possuem basicamente, três atributos, a saber: o poder, a legitimidade e a urgência. Sobre o atributo “poder”, consideram que este, pode ser apresentado de três diferentes maneiras: a) poder coercitivo, baseado nos recursos físicos de força, violência ou contenção; b) poder utilitário, baseado em recursos e/ou recompensas materiais ou financeiras; c) e poder normativo, baseado em recursos e/ou recompensas simbólicas como: aceitação, prestígio e estima, dentre outros.

Convergindo com essa definição de poder, Claval (2011) afirma que:

No campo político, falar de poder é falar da possibilidade que têm alguns de mandar fazer coisas por outros. O *poder* tem diversas formas ou componentes: (1) a força física, a coação que ela introduz e o medo que suscita seu uso eventual; (2) a autoridade legítima, que faz aceitar as decisões e ordens de alguém como normais e conduz a seu cumprimento; (3) a dominação econômica, que constringe esses que não possuem terras ou ferramentas de produção, ou não têm acesso aos meios de transporte e comunicação, a trabalhar por um salário por demais baixo; (4) a influência, que conduz alguém a convencer outros de agir para ele.

Nesse sentido, segundo a perspectiva de Claval (2011) o poder coercitivo pode incidir em futuras rebeliões por parte da parte subordinada. Portanto, uma instituição política só terá êxito ao conquistar a confiança da população, e o modo mais fácil de fazê-lo é por meio do legítimo reconhecimento de sua autoridade. Entretanto, o autor apresenta ainda outras duas formas de poder, sendo a primeira, de dominação econômica e finalmente a de influência.

Ademais, a complexidade do conceito de poder também resulta das diferentes perspectivas com a qual o mesmo é abordado. Nesse sentido, ao ser visto como um atributo, pode-se discorrer a respeito do “poder sobre” algo, relacionando-o diretamente com a dominação a algo ou alguém, conforme a perspectiva weberiana de que o poder consiste na “probabilidade de um ator, numa relação social, estar numa posição de fazer valer a sua vontade mesmo existindo resistência” (WEBER, 1991, p. 83). Em contrapartida, de acordo com Almeida (2016), o conceito de poder refere-se também à capacidade do ator, que por sua vez, interfere diretamente na influência de suas relações com a estrutura da qual faz parte, sendo esse, o “poder de” algo, então aplicado a um contexto relacional específico. Desse modo, “assevera que o conceito de poder ‘sobre’ remete a ideia de conflito enquanto o poder ‘de’ remete ao consenso” (ALMEIDA, 2016).

Conforme visto, os espaços de tomadas de decisão e disputas políticas evidenciam as relações de poder e os jogos de interesses de grupos, muitas vezes, antagônicos. Essas relações são constituídas diante do equilíbrio entre a cooperação e colaboração mútua, objetivando o benefício para todos os envolvidos, mas caracteriza-se por momentos de competição, evidenciados pela existência de diferentes pontos de vista e interesses, caracterizados pela disputa na tomada de decisão mais conveniente a cada um. Em vista disso, as decisões e resultados dessas disputas negociadas ajudam a desenhar uma agenda política conjunta e a definir os projetos a serem gerados futuramente (KALAOUM; TRIGO, 2021). Conforme Bantim e Fratucci (2019, p. 109) “as decisões políticas podem ser consideradas como o resultado do jogo de interesses entre diferentes grupos envolvidos no processo

político, obedecendo regras, direitos e deveres e tentando defender seus valores, muitas das vezes conflitantes com suas próprias identidades perante a sociedade”.

O surgimento inerente de conflitos nas relações políticas, quando bem trabalhados, resultam em uma tomada de decisão democrática. Segundo Tomazzoni (2009, p. 122) “A tomada de decisão, como escolha entre várias alternativas de ação, resulta do consenso entre vários interesses, muitas vezes, evidenciados por múltiplas fontes de pressão” Tal consenso, evidencia portanto, a característica de gestão participativa na estrutura de governança.

Considerando o turismo como potencial ferramenta para o desenvolvimento endógeno, as políticas públicas do Brasil apresentam como caminho a criação de redes de cooperação, de modo a potencializar os benefícios, através da troca de informações e de fortalecimento competitivo do setor. A estratégia é a atuação em redes para coalizão dos atores em IGRs.

Destarte, este capítulo apresenta-se importante para a discussão teórica da presente dissertação, a fim de analisar as relações entre os atores envolvidos nas IGRs, a saber: o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local. Em suas articulações com o turista religioso, consideram-se as particularidades desse segmento turístico para o desenvolvimento local do objeto dessa pesquisa, o município de Aparecida (SP), e sua Instância de Governança Municipal (IGM).

3.1 Políticas Públicas

Por políticas públicas entendem-se as ações e estratégias realizadas pelo poder público visando o desenvolvimento social e econômico da população, proporcionando o bem-estar social (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2013). Dessa maneira, o governo assume o papel de gestor dos recursos e estabelece o destino dos mesmos de modo a atender as necessidades da população “por meio da utilização de metodologias, que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir os objetivos e metas predefinidas” (MATOS; DIAS, 2013, p. 14).

A partir do reconhecimento dos problemas públicos, ou seja, (aqueles que atingem grupos específicos da população, ou englobam à sociedade como um todo), estes devem ser classificados por prioridades e confrontados com possíveis soluções. Após serem devidamente identificados e assegurada sua relevância de ordem pública, são inseridos na

agenda governamental, configurando o processo conhecido como *Policy Agenda-Setting*⁵ (SUBIRATS, 2006). Tais ações devem ser realizadas nos diversos setores da administração pública, objetivando atender diretamente aos interesses da população, gerando o desenvolvimento econômico e social. Para tanto, é necessário que o Estado identifique as necessidades da sociedade para proporcionar políticas públicas coerentes (CIRINO; SILVA; MELO, 2021).

Segundo a perspectiva de Kingdon (2003) esse processo é sistematizado por três categorias de agenda: sistêmica, governamental e decisional. Na agenda sistêmica, as questões são envolvidas de maneira geral, de modo a identificar quais problemas apresentados pela população são ou não de fato preocupações do governo. Quando determinado problema atrai a atenção dos formuladores de políticas, é inserida na agenda governamental. Porém, nem todas serão futuramente consideradas, devido à alta demanda por parte do governo.

A agenda é trabalhada de modo a corresponder as questões às quais o governo de fato empreenderá esforços para atender, alcançando assim esfera decisional, com encaminhamento das questões para as esferas de poder (executivo, legislativo ou judiciário). Deste modo, a agenda decisional apresenta-se como um subconjunto da agenda governamental, englobando as questões que estão prontas para uma decisão ativa por parte dos formuladores de políticas.

Ainda de acordo com Kingdon (2003), a formação da agenda constitui a primeira de quatro etapas para a compreensão das políticas públicas. Após essa etapa, segue-se para a formulação de políticas (na qual são elencadas as estratégias e caminhos para a execução das ações), para a escolha entre as possíveis alternativas de políticas públicas, e por fim, a implementação da alternativa escolhida.

Por meio do Modelo dos Múltiplos Fluxos, Kingdon (2003) apresenta os estágios que antecedem a formulação de políticas públicas, bem como a observação dos atores responsáveis pela inclusão de determinado problema público na agenda de políticas governamentais. O processo que antecede a formulação das políticas públicas é constituído por três diferentes fluxos de informações e fatores, que influenciam diretamente na definição de prioridades na elaboração de uma agenda política, a saber: o fluxo dos problemas (*problem stream*), o fluxo das políticas públicas (*policy stream*) e fluxo político (*political stream*). Cada um desses fluxos possui atores específicos, sendo em alguns casos atores visíveis (presidente,

⁵ Por *Policy Agenda-setting* compreende-se a etapa de planejamento na qual são organizados os assuntos que o governo destinará atenção em um determinado momento. Deste modo, elenca os problemas que o governo de fato destinará esforços para resolver. Os critérios para considerar determinado problema como relevante dependerá, portanto, do grupo que está no poder. Deste modo, cada gestão terá uma agenda com questões, na maioria das vezes, diferentes. (CIRINO; SILVA; MELO, 2021; KINGDON, 2003).

parlamentares, ministros, burocratas, grupos de interesse e mídia) e, em outros invisíveis (servidores públicos, consultores, pesquisadores e acadêmicos). Em dado momento, ocorre a convergência desses três fluxos, resultando assim em uma janela de oportunidades, possibilitando então que a questão tenha acesso à *agenda-setting*.

O primeiro fluxo, chamado “fluxo dos problemas”, é caracterizado pela observação das inúmeras questões levantadas pela sociedade, que recebem a atenção dos formuladores de políticas públicas. Dessa forma, os participantes envolvidos (atores visíveis) elencam as prioridades, de modo a serem destacados aqueles considerados mais relevantes e urgentes, como critérios para o reconhecimento dos problemas de ordem prioritária, que segundo Kingdon (2003) são:

- Indicadores, que apontam para a realidade local, mostrando as necessidades locais, possibilitando a visualização e magnitude dos problemas, como, por exemplo, custos e déficits, etc.;

- Eventos-Foco, caracterizado pela ocorrência de fatos que despertam a atenção para determinado problema como, por exemplo, crises ou catástrofes;

- *Feedbacks* formais ou informais de programas já existentes, que representa o monitoramento, acompanhamento, cumprimento do que foi estabelecido, bem como reclamações e consequências não previstas, sendo fatores que permitem a ascensão dos problemas à agenda.

O fluxo político, por sua vez, refere-se à etapa na qual não se detém na difusão de ideias, mas sim nas negociações e coalizões entre os atores visíveis, diante dos problemas públicos apresentados. Possui três elementos influenciadores:

- O humor nacional (*national mood*), que sinaliza repercussão geral acerca do problema que, por determinado período, pode atrair o interesse de diferentes pessoas ou grupos pelas mesmas questões, evidenciando-as. Desse modo, o humor nacional pode estimular ou desestimular as ações a serem tomadas;

- As forças políticas organizadas, que remetem diretamente para as relações políticas entre os atores visíveis envolvidos. Correspondem às opiniões existentes no setor público, que garantem apoio ou oposição quanto as ideias defendidas por cada um desses grupos. De acordo com Capella (2007), essas relações podem ser propícias para a ocorrência de mudanças, quando há um consenso entre os atores. Todavia, quando há situações de conflito entre esses atores, os favoráveis a uma determinada proposta procuram identificar setores de apoio ou contrários à questão fazer parte da agenda, na intenção de analisar as forças em jogo;

- As mudanças internas no governo, por sua vez, referem-se às alterações de servidores na estrutura governamental, que, apesar de comuns, afetam diretamente nas tomadas de decisão, por exemplo, a troca de gestão, alterações no congresso, mudanças de chefia, entre outras (CAPELLA, 2007).

O fluxo das políticas públicas remete à participação dos atores invisíveis no processo de elaboração da agenda. Nessa etapa, são feitas e analisadas as propostas para solucionar o problema em questão. Kingdon (2003) salienta que, nessa etapa, realize-se uma seleção e/ou combinação das diferentes propostas de modo a encontrar a solução mais conveniente para o problema público apresentado. Para tanto, Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b) consideram em suas análises, os seguintes critérios:

- A viabilidade técnica para a execução das ações propostas;
- A harmonia com os valores da comunidade de especialistas, formada pelo grupo de atores invisíveis que irão analisar o problema;
- A percepção antecipada das restrições inerentes à execução das ações propostas, sejam elas orçamentária, de aceitação do público, ou até mesmo de receptividade política.

Em determinado momento, esses três fluxos convergem entre si, possibilitando que o problema em questão, bem como a solução proposta, seja incluído na agenda. Esse é, de acordo com Kingdon (2003) o momento de abertura da janela de oportunidades. Portanto, a janela de políticas públicas resulta do reconhecimento do problema público, da apresentação de sua solução e da existência de relações políticas propícias para recebê-lo no ato de sua admissão na agenda. Nessa etapa, há a intermediação do empreendedor de políticas, ator possuidor de habilidades de negociação e conexões políticas, que conecta os fluxos múltiplos na janela de oportunidades, dispondo de recursos como: tempo, energia e reputação, unindo “soluções a problemas; propostas a momentos políticos e eventos políticos a problemas” (CAPELLA, 2007, p. 31).

Como visto, o Modelo dos Múltiplos Fluxos elaborado por Kingdon (2003) analisa as relações de poder existente no processo de *policy agenda setting*. Nesse sentido, a variável “poder” é compreendida, ora como um atributo – poder “sobre” algo -, como capacidade – poder “de” algo - em cada um dos atores. O poder público é compreendido como detentor deste como atributo, exercendo papel dominante na formulação de uma agenda, porém, não exerce controle sobre especificação das alternativas, influenciada diretamente pelos atores invisíveis. Além disso, o empreendedor de políticas públicas, que pode ou não estar ligado ao poder público, exerce por sua vez, o poder como capacidade, sendo o agente articulador entre os três fluxos, possibilitando a abertura da janela de oportunidades. Portanto, apesar de o

processo de elaboração de políticas públicas acontecer de forma institucionalizada, na qual nem todos os atores têm acesso ao poder decisório, identifica-se o poder tanto como posse de recursos, quanto como a capacidade de mobilizá-los. (ALMEIDA, 2016).

Portanto, as políticas públicas referem-se, então ao que o governo escolhe ou não fazer. Nesse sentido, compreende-se que a decisão por não agir diante de um problema público pode ser considerada também uma forma de fazer políticas públicas (DYE, 1992).

As políticas públicas mostram-se eficientes quando atendem sobretudo as demandas dos setores mais vulneráveis da sociedade, garantindo aos mais marginalizados o seu direito à cidadania, dando-lhes, inclusive, a possibilidade de acompanhar o processo, fazendo valer as suas expectativas (TEIXEIRA, 2002; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

A possibilidade de acesso aos benefícios gerados por políticas públicas caracteriza também um processo de democratização. Tratando-se do setor turístico, esse processo deve garantir, não somente o bem-estar e acesso ao lazer e à hospitalidade aos turistas, mas também convergir em benefícios para a comunidade receptora. Portanto, fazem-se importante as representações sociais para a garantia de um desenvolvimento turístico local endógeno, garantindo assim que, de fato, haja melhorias no setor, através das intervenções para melhorias da infraestrutura e dos serviços locais (MOESCH, 2007; FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015; GASTAL).

No turismo, as políticas públicas devem voltar-se para o desenvolvimento harmônico dessa atividade econômica, por meio da construção e de uma infraestrutura básica que atenda tanto aos turistas, quanto à população local, além de gerenciar uma superestrutura jurídico-administrativa através da instituição de secretarias para melhor elaboração e execução dos trabalhos. Desse modo, há planejamento e acompanhamento dos investimentos realizados, de modo a retornarem na forma de benefícios para toda a sociedade (BARRETO; BURGOS; FRENKEL, 2003).

Políticas públicas voltadas ao turismo buscam minimizar os problemas que dificultam o desenvolvimento do setor, através de ações eficazes e planejadas. A ausência de planejamento para tais ações voltadas para a realidade local pode ser ineficaz ou mesmo prejudicial, por não considerar elementos essenciais para o processo de desenvolvimento territorial (TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2021).

Considerando a importância da gestão do turismo para o desenvolvimento de uma região, será apresentado a seguir um panorama referente às políticas públicas de turismo no Brasil, sobretudo no que se refere ao seu plano de regionalização.

3.2 Políticas Públicas em Turismo no Brasil

As políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil iniciaram-se a partir da fundação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) em 1952. Criada como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, a Embratur adquiriu uma maior visibilidade e participação na década de 1990, com a adaptação de seu modelo e alteração de seu nome para Instituto Brasileiro de Turismo, adquirindo status de empresa estatal (ARAÚJO; TASCHNER, 2012). Nesse período, foi instituído o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cuja proposta pautou-se na política de descentralização e incumbência aos municípios pela gestão do turismo local.

Para tanto, as políticas públicas voltadas para o turismo passaram a incentivar a criação de Conselhos Municipais de Turismo e dos Fundos de Turismo, bem como a criação de planos de desenvolvimento turístico municipais, de modo a propiciar uma parceria entre o poder público local, a iniciativa privada e a comunidade (ARAÚJO; CÉSAR, 2012; TRENTIN, 2016).

Em conformidade com Trentin e Fonseca Filho (2020), a partir desse período percebe-se uma reestruturação das políticas públicas voltadas para o setor turístico brasileiro, nas quais o poder público atua como coordenador, estimulando a atividade turística através da alocação de infraestruturas, para atender as demandas do setor e do fomento ao setor privado, que possibilitem vantagens competitivas, gerando desenvolvimento local e melhorando a qualidade de vida da população residente. Para tanto, os autores salientam que as relações entre os atores para a elaboração de políticas públicas, se dão, tanto de forma horizontalizada (entre ministérios que compõem a estrutura política federal, bem como atores políticos pertencentes ao mesmo nível de governo), como também verticalizada (entre atores políticos de diferentes níveis de governo), resultando em uma atuação conjunta, visando o desenvolvimento por meio da mobilização de recursos e harmonização de políticas, programas, procedimentos e práticas, maximizando a eficácia dos recursos empregados (TRENTIN, 2016).

Todavia, a demarcação territorial da gestão turística em municípios apresentou desafios, uma vez que o sistema turístico dispõe uma complexidade que transcende esta delimitação. Percebeu-se que para um aproveitamento do potencial turístico, havia a necessidade de articulação junto aos municípios vizinhos, devido a multiplicidade e diversidade de segmentos, e conseqüentemente, de atores e organizações a compor a estrutura

turística, o que motivou a origem do planejamento do turismo a partir da regionalização (FRATUCCI, 2014).

Em 2003, nota-se um avanço no que se refere às políticas públicas de turismo no país, com a criação do Ministério do Turismo (MTur). Neste novo cenário, a Embratur tornou-se, dentro da pasta ministerial, responsável pelo marketing, comercialização e divulgação do Brasil perante os outros países (ARAÚJO; TASCHNER, 2012). No ano seguinte, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), cuja proposta apresentou como foco a geração de empregos e melhoria da qualidade de vida, através de políticas de desenvolvimento de regiões brasileiras, possuidoras de potencial econômico turístico (MTUR, 2013).

A estratégia, portanto, aponta para o desenvolvimento regional do turismo. O documento direcionador do plano administrativo deste período, compreende a regionalização do turismo como um vantajoso modelo de gestão, uma vez que o planejamento para além das demarcações geográficas, decorrentes de uma limitação municipal, possibilitou um delineamento de atividades descentralizadas, coordenadas e integradas por meio do compartilhamento de ações de promoção e de mercado turístico (MTUR, 2013; FEGER; ETGES, 2014). O modelo de gestão, portanto, baseia-se na cooperação e na governança, ou seja, na democratização da participação e distribuição de responsabilidades entre diversos atores que participarão da gestão turística regional.

De acordo com análises de estudiosos do turismo, o plano de turismo instituído nesse período apresenta-se coerente para suprir as necessidades então vigentes, apesar dos desafios a serem enfrentados, sobretudo, aos decorrentes das diferentes realidades entre os municípios e regiões, bem como das particularidades econômicas, ambientais, sociais e culturais existentes em cada um dos territórios turísticos (BENI, 2006).

Após algumas reformulações pautadas no plano de Marketing Internacional – Plano Aquarela – e em outros estudos, foi elaborado em 2007, um novo documento diretivo do PRT, fundamentado no modelo de destinos turísticos indutores. Partindo de um estudo de competitividade no qual foram identificados os principais destinos turísticos nacionais, destacaram-se 65 destinos indutores, considerando um futuro desenvolvimento turístico em suas regiões (MTUR, 2007b). A mensuração e monitoramento da competitividade desses destinos se deu por meio do índice de competitividade turística, trabalho resultante de parceria entre o MTur, o Sebrae Nacional e a Fundação Getúlio Vargas (SETTE; TOMAZZONI, 2016).

Dessa forma, a perspectiva voltada para o fortalecimento da regionalização turística e da descentralização de sua gestão manteve-se presente desde então, sendo incluída também nos PNT seguintes (2013-2016 e 2018-2022), nos quais percebe-se ainda, a busca pelo equilíbrio da complexa relação entre descentralização e municipalização, bem como ao incentivo à interação entre os municípios pertencentes à mesma região turística.

Nesse sentido, o PNT 2018-2022 (em vigência no período de realização da presente pesquisa) aponta para a importância de ações de políticas públicas voltadas para um “...planejamento turístico para a promoção do crescimento ordenado e sustentável da atividade, integrado às demais atividades e setores da economia local, com especial destaque para a segurança do turista, dos prestadores de serviços e da comunidade local, em todas as suas dimensões” (MTUR, 2018a). Portanto, percebe-se o direcionamento para ações que objetivem a melhoria da infraestrutura turística local, que conseqüentemente, resultará em melhorias nos destinos turísticos e benefícios para a população local.

Por conseguinte, cada um dos estados brasileiros estabeleceu suas próprias políticas de desenvolvimento turístico, utilizando-se de planos que, de modo geral, seguem indicadores semelhantes aos utilizados pelo MTur, a partir da observação dos empreendimentos ligados ao setor de hospedagem hoteleira como principal fator determinante da economia turística, e conseqüente consideração dos atores ligados ao setor, como estratégicos no processo de planejamento (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2018).

Contudo, desafios ainda se apresentam, como por exemplo, o decorrente das delimitações definidas pela estrutura federativa nacional. Uma vez que os governos estaduais, assumiram papel estratégico para a configuração das regiões e para incentivar a articulação entre os atores de cada região, para o planejamento e promoção dos destinos, tal modelo dificulta a atuação conjunta de municípios limítrofes que poderiam caracterizar uma região turística pelo seu fluxo, porém, localizam-se em áreas fronteiriças dos estados brasileiros (FEGGER, 2010).

O processo de regionalização do turismo, exige por sua vez, a integração entre os municípios, de modo que seja possível transformar ações individuais em políticas públicas conjuntas, integradoras e motivadoras de mudanças, por meio do desenvolvimento de uma visão estratégica conjunta, resultante da comunicação, do relacionamento e da negociação entre gestores municipais de uma região turística (MENEGHEL; TOMAZZONI, 2012).

Ao longo do seu período de aplicação, o Programa de Regionalização do Turismo sofreu adequações fundamentais, visando sua adaptação de acordo com cada mandato gestor. Em 2013, os documentos diretivos salientaram a necessidade do fortalecimento do papel dos

interlocutores nas distintas esferas de poder. Uma outra alteração substancial foi o estabelecimento da Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas, por meio da Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, objetivando identificar o desempenho econômico do setor, nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro⁶.

Os dados que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro baseiam-se em cinco variáveis relacionadas à economia do turismo, sendo elas: a quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem; a quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem; a quantidade Estimada de Visitantes Domésticos; a quantidade Estimada de Visitantes Internacionais e a arrecadação de Impostos Federais dos Meios de Hospedagem. Deste modo, os municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro são categorizados entre A e E, e foram organizados, em agosto de 2022 - momento da redação do presente trabalho - da seguinte maneira: A) 62 municípios (2,20%); B) 249 municípios (8,85%); C) 472 municípios (16,79%); D) 1603 municípios (57,01%); E) 426 municípios (15,15%), totalizando os 2.812 municípios organizados em 338 regiões turísticas em todo o território nacional (MTUR, 2022).

O Mapa do Turismo Brasileiro apresenta-se útil na compreensão da atual categorização dos municípios nacionais com relação ao seu potencial turístico, sendo portanto, “um processo dinâmico e perene, que assim como o Mapa do Turismo Brasileiro, deverá ser atualizada e aperfeiçoada periodicamente” (MTUR, 2019b, p. 6). O mesmo documento orientador explica que o procedimento utilizado nas contínuas revisões, se baseia na metodologia de análise de *cluster*, reunindo portanto, em uma mesma categoria os municípios que possuem médias semelhantes.

A efetiva estruturação do turismo em uma determinada região não se apresenta como uma tarefa de fácil execução. Para tanto, além de políticas públicas bem direcionadas na esfera federal, se faz necessário um empenho na articulação regional. Lohmann e Panosso Netto (2008) apontam que a atividade turística envolve um grande número de agentes, e por esse motivo, necessita de uma complexa integração entre os responsáveis por seu desenvolvimento. Deste modo, o Programa de Regionalização do Turismo, elaborou dentre seus documentos diretivos, estratégias para fomentar a criação de redes de inteligência nos destinos turísticos brasileiros.

⁶ O Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento do Ministério do Turismo com a finalidade de orientar a sua atuação no desenvolvimento das Políticas Públicas no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. Anteriormente atualizado a cada dois anos, passou a ser atualizado constantemente a partir de 2022. Na ocasião de redação do presente texto, em agosto de 2022, contabilizava 2812 municípios divididos em 338 regiões turísticas.

3.3 Redes de Cooperação em Turismo

A chamada “teoria das redes” surge em meados da década de 1920 e 1930, baseando-se na interação entre atores, que ainda que operem em diferentes escalas espaciais, focam em questões inter-relacionadas, visando gerar soluções (DREDGE, 2006).

Olave e Amato Neto (2001) reconhecem certa indefinição conceitual, no que se refere a redes, quando aplicada ao contexto organizacional, embora, considerem que o conceito fundamental para a sua operacionalização é o da colaboração – termo aqui empregado com aproximada significação de parceria entre empresas, existindo variadas explicações para sua ocorrência. No ambiente corporativo, a articulação em redes, pode ser considerada uma estratégia para o fortalecimento mútuo das empresas.

Em vista disso, a aplicabilidade das redes organizacionais visa promover o compartilhamento de informações, conhecimentos e competências entre as organizações, possibilitando que estas, ao trabalharem em conjunto, obtenham vantagens competitivas e maior incentivo à inovação. Portanto, o ambiente cooperativo resultante da articulação em redes possibilita que as organizações alcancem níveis de desempenho, que dificilmente seriam alcançados ao trabalharem isoladamente (STOCKER et al., 2019)

O cenário contemporâneo favorece cada vez mais as empresas à dinâmica de mercado voltada para uma atuação reticular, na qual os negócios são definidos por um conjunto de relacionamentos que, por sua vez, ultrapassam os limites da individualidade empresarial, e portanto, apresentam traços de competitividade que seriam inexistentes se cada organização trabalhasse de maneira isolada. (OLIVEIRA; SACOMANO NETO; BOAVENTURA, 2016)

O poder de negociação, outrora pautado nas transações individuais, passa a ser observado sob o viés interorganizacional, considerando elementos como: mutualidade, confiança e colaboração. (HINGLEY, 2005). Nessa perspectiva, partindo da concepção de French e Raven (1959), a articulação em redes se estabelece com base no poder social entre as organizações, sobretudo o poder de referência e o poder de expertise.

Uma das abordagens teóricas, que contribui para esclarecer a configuração das redes de cooperação, bem como para a estratégia da sua estruturação, é o conceito de *cluster*, que advém do ambiente empresarial, referindo-se, basicamente à um sistema, no qual se fazem presentes a aglomeração e a cooperação entre empresas e instituições, como uma maneira de aumentar a sua competitividade no mercado. A terminologia utilizada para essa definição, muitas vezes é ambígua, podendo também ser chamada de arranjo produtivo local (APL),

cadeia produtiva ou distrito industrial. Tal modelo administrativo busca integrar diferentes instituições de variados setores, podendo abranger entidades públicas, privadas, mistas, governamentais, não governamentais, bilaterais, universidades e associações comerciais de classe ou órgãos de investigação, que tenham um interesse comum. (TOLEDO; VALDÉS; POLLERO, 2002).

De acordo com Porter:

Os *clusters* são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um determinado campo. Abrangem uma variedade de setores vinculados e outras entidades importantes para a concorrência. Incluem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, como componentes, maquinários e serviços, e fornecedores de infraestrutura especializada. Os *clusters* também costumam se estender para canais e clientes e, lateralmente, para fabricantes de produtos complementares e empresas em setores relacionados por habilidades, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos grupos incluem instituições governamentais e outras - como universidades, agências de definição de padrões, grupos de reflexão, provedores de treinamento vocacional e associações comerciais - que fornecem treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico. (PORTER, 1998, p. 3).

Tal aglomeração de empreendimentos associa pequenas empresas em torno de grandes indústrias, aumentando consideravelmente suas chances de sobrevivência e de desenvolvimento, fortalecendo o mercado local e gerando uma vantagem competitiva que não seria adquirida ao atuarem separadamente (COSTA; SOUTO-MAIOR, 2006; OLIVEIRA; GONÇAVES, 2014). Aumenta a produtividade das empresas locais, ajuda a direcionar e dar ritmo ao desenvolvimento e inovação, e estimula o surgimento de novos negócios. (MARTINS; FIATES; PINTO, 2016).

Como características dessa forma de organização empresarial destacam-se segundo Cunha e Cunha (2005): a troca de informações, a criação de uma infraestrutura de apoio mútuo, o desenvolvimento de especialização coletiva e implementação de ações estratégicas que tragam vantagens competitivas aos seus integrantes. Tomazzoni (2009) destaca ainda as seguintes características: abrangência de fornecedores; ramificação dos canais de distribuição e clientes; presença de instituições governamentais e de ensino; incentivo à produtividade; estímulo à inovação e a realização dos novos negócios; acesso a empregos, informações e conhecimentos; atração de atividades correlatas; incentivo à qualidade; agilidade; poder de influência e valorização da localização e do ambiente geral.

O comportamento cooperativo entre empresas torna-se, portanto, vantajoso por diferentes aspectos, como: a redução dos custos das transações, melhor desempenho na área de atuação, promoção do desenvolvimento, melhoria do processo decisório, maior

lucratividade, inovações e combinações de ideias e aumento da capacidade para ações coletivas (COSTA; SOUTO-MAIOR, 2006).

Assim sendo, torna-se possível a aplicação do conceito de *cluster* ao turismo, uma vez que o consumo do produto turístico resulta de uma sequência de serviços como: o comércio, os transportes, os meios de hospedagens, as agências de viagens, restaurantes, dentre outros, além de proporcionar o desenvolvimento da infraestrutura local por meio de portos, aeroportos, estradas, comunicação e outros, impulsionando assim o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região. (MIRAILH; CASSANEGO JR; ALBANO, 2019).

Segundo Costa, Costa e Miranda Jr., (2012) o contexto existente em um destino turístico configura-se como o ideal para a aplicação do conceito de *cluster*, uma vez que nos destinos, naturalmente se encontram cenários compostos por aglomerações empresariais. Nesse sentido, enquadra-se a visão de Beni (2003) a respeito dos *clusters* turísticos:

(...) conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens comparativas e competitivas. (BENI, 2003, p. 74)

Quanto aos centros receptores de turistas sob a motivação religiosa, a realidade não poderia ser diferente. Silveira (2007, p. 41) afirma que:

Centros da religiosidade popular como Aparecida (Brasil), Lourdes (França), Fátima (Portugal), que atraem a circulação de milhares de pessoas, passagem de fluxos e comunicação, desejos, comércio, ritos, tornam-se mais do que elementos de fé, de crença, de peregrinação e de romaria; transformam-se num espaço no qual se desenrolam práticas de deslocamento e consumo que, acopladas à forma como a religião se apresenta, fabricam um novo tipo de arranjo social.

O turista religioso contemporâneo não restringe a sua estadia na hierópolis apenas às práticas de sua religiosidade, mas também usufrui do equipamento turístico local para momentos de lazer e entretenimento, assemelhando-se, nesse sentido, aos turistas de outros segmentos turísticos (OLIVEIRA, 2004; SILVA; MARQUES JUNIOR, 2016). Desse modo, a atividade turística estrutura-se em *cluster* ou arranjo produtivo local.

Considera-se a existência de especificidades para um *cluster* do turismo religioso de modo geral, o estímulo à criação de um comércio de artigos religiosos, adquiridos como *souvenirs* pelos visitantes. Em vista disso, os espaços urbanos são reorganizados para atender essa demanda, e, conseqüentemente, impulsiona-se o setor de serviços na região (CESAR;

VIANNA, 2015; ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020). A fé, nesse sentido, se entrelaça ao consumo, impactando diretamente o arranjo produtivo e a economia local.

Em relação ao município de Aparecida, segundo Godinho (2018), a base de dados do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2015, aponta que, das 1.990 empresas então registradas do município, 1.847 relacionam-se ao setor de serviços, sendo que 425 destas compõem a infraestrutura turística local, 187 destinando-se ao serviço de alojamento e 238 aos serviços alimentícios. Contudo, dentre os serviços, o que apresenta maior expressividade é o comércio varejista, correspondendo a total de 1.117 empresas abrangendo a oferta de produtos variados, destacando-se dentre eles, os artigos religiosos. Ao evidenciar esses números, pode-se concluir, no caso de Aparecida, a existência de um aglomerado de empresas que atuam em relação direta com o turismo.

Ressalta-se, portanto, que a investigação proposta por esta pesquisa, apesar de não abordar primariamente o *cluster* turístico religioso do município de Aparecida (SP), contemplará esse fenômeno, ao discutir as relações entre os atores da governança municipal, dentre os quais, a iniciativa privada.

Ademais, dadas tais informações, sugere-se que a existência de *clusters* potencialize o desenvolvimento regional, uma vez que contribuem diretamente para o aumento da produtividade, desempenho, capacidade de inovação dos empreendedores locais que buscam operar em um ambiente de turismo competitivo e globalizado. (NOVELLI; SCHMITZ; SPENCER, 2006).

Para Schmitz (1999), as ações conjuntas que caracterizam o *cluster*, estimulam a dinâmica econômica, resultando na realização de um trabalho em redes de cooperação, com estímulo de uma gestão participativa nas IGRs, favorecendo a competitividade.

Tratando-se de gestão pública, a articulação em redes, pode ser considerada um recurso estratégico na dimensão da ação pública para superar desafios em ambientes de incertezas, competitividade ou em vias de reestruturação (LOIOLA; MOURA, 1996).

De acordo com as diretrizes do Ministério do Turismo, o plano que visa a regionalização, não se resume em simplesmente agrupar municípios com relativa proximidade, mas objetiva a construção de um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada e comunidade, permitindo a cada região turística, decidir autonomamente seu futuro. Deste modo, o Programa de Regionalização do Turismo subsidia esse processo de estruturação, tencionando a consolidação e desenvolvimento dos destinos turísticos por meio da criação de redes de cooperação (MTUR, 2007d).

Partindo deste pressuposto, o PRT visa a formação de redes de colaboração como forma de potencializar o êxito na gestão regional do turismo. Por Rede compreende-se “a formação de uma dinâmica que favoreça a integração entre pessoas ou instituições em torno de objetivos específicos. Portanto, Rede é uma forma de articulação que permite a distintos indivíduos trabalhar em conjunto e de modo organizado” (MTUR, 2007d, p. 16).

Para o desenvolvimento do turismo, as redes objetivam fazer com que seus integrantes – pessoas físicas ou jurídicas – colaborem entre si compartilhando conhecimentos e experiências, identifiquem novas oportunidades de ação, consolidem suas relações e divulguem mutuamente seu processo de desenvolvimento, capacitando-se, dividindo riscos e responsabilidades, conquistando novos mercados, reduzindo custos, qualificando produtos e serviços e desfrutando acesso às novas tecnologias.

Essa relação cooperativa entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil incentiva o movimento de criação de redes (*networks*), das quais se embasam os fundamentos da governança pública, otimizando a inovação local por meio da coalizão de interesses de diferentes agentes que constroem o desenvolvimento (KALAOUM; TRIGO, 2021). Todavia, o trabalho em conjunto apresenta-se como um desafio, e quando mal articulado, pode ser arriscado. Por isso, faz-se importante um trabalho de preparação para a criação de um ambiente cooperativo, com a finalidade de um melhor aproveitamento das oportunidades (ROSAS; CAMARINHA-MATOS, 2009).

O MTur, ao adotar a utilização dessa estratégia estabelece a existência de uma Rede Nacional de Turismo que dê o suporte necessário às redes regionais, seja para o estabelecimento de normas e diretrizes, como para a oportunizar a troca de informações e a crescente conexão entre as regiões turísticas, resultando em uma maior conectividade entre os agentes, além de uma maior densidade de contatos entre estes. O mesmo processo é incentivado a acontecer nas regiões turísticas, ao estimular a autonomia, participação voluntária e cooperação entre os atores envolvidos. O resultado vem a ser uma pluralidade de ideias e ações colaborativas, que podem ser harmônicas (as quais envolvem a totalidade dos membros) ou difusas (executadas somente por alguns dos integrantes das redes). Desse modo, a rede tende a se fortalecer e a multiplicar-se (MTUR, 2007a).

O processo de formação de redes, segundo o MTur, se dá por meio de sete passos, a saber: Reunir um grupo inicial de participantes, para início da articulação; Definir o propósito da Rede e seus objetivos norteadores; A pactuação entre os participantes e a elaboração do projeto da Rede; O planejamento e organização das ações e tarefas a serem realizadas; A circulação de informações; A animação e articulação constante e o Monitoramento e

avaliação da Rede (MTUR, 2007d). Por esse motivo, o estabelecimento de um trabalho em Rede só é possível se houver um propósito comum a todos os protagonistas, podendo ser estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo, promovendo assim, o desenvolvimento da região.

O Plano de Trabalho do MTur publicou em agosto de 2018 o documento referencial para as Redes de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT), salientando as ideias principais supracitadas, além de reforçar a compreensão da existência das redes como estratégia para que os destinos turísticos trabalhem com a inteligência visando sempre alcançar vantagens competitivas por meio do levantamento e monitoramento de dados, possibilitando uma melhor análise e, conseqüentemente, melhor tomada de decisões (MTUR, 2018b). O documento reforça também o seu objetivo em gerar um processo de sinergia para a ampliação da profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros, buscando sempre a inovação.

Uma Rede de cooperação no turismo é, portanto, um conjunto de relações formais e cooperativas que objetivam um propósito dentro da atividade turística, resultando em benefícios qualitativos e quantitativos para a estruturação de destinos turísticos rentáveis (MORRISON; LYNCH; JOHNS, 2004). Além disso, essa composição administrativa, descentraliza as ações voltadas para o turismo, reduz os custos operacionais dessa atividade e potencializa as vantagens locais (RODRIGUES; SOUZA, 2015).

Nota-se que a implantação do Programa de Regionalização do Turismo, coordenado pelo Ministério do Turismo, relaciona-se também com o fomento à criação de redes de cooperação no segmento do turismo, objetivando o desenvolvimento do setor. Portanto, o estabelecimento das redes de acordo com os critérios aqui apresentados configura as IGRs, devendo resultar de um processo endógeno, participativo e democrático, objetivando o crescimento e consolidação das regiões turísticas (FRATUCCI, 2009). Dessa forma, compreende-se a importância da existência de políticas públicas que favoreçam a criação de redes que fortaleçam a governança local e, conseqüentemente, impulsionem o desenvolvimento sustentável de uma região turística.

3.4 A Governança Turística e os seus Atores

O conceito de governança adquire destaque a partir da década de 1990 (GREENWOOD, 1993; HALL, 1999) e consiste em uma política de gestão local resultante da

cooperação e da participação coletiva, agregando atores dos setores público, privado e sociedade civil, que atuam em conjunto, visando potencializar o desenvolvimento de uma determinada região. Considerando que a sociedade apresenta demandas cada vez mais diversificadas, se faz necessário que o governo seja composto por visões públicas mais amplas, embora o chefe do executivo ainda seja o detentor do poder legitimado de controlar as decisões finais (WAN; BRAMWELL, 2015).

A política de regionalização do turismo compreende governança como a “[...] descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática, a partir da participação social” (MTUR, 2007c, p. 16). A principal vantagem resultante da adoção desse modelo administrativo local consiste em oportunizar a participação da comunidade local no processo, possibilitando que, de fato, o desenvolvimento seja benéfico para a região. (GONZÁLES, 2013; KEYIM, 2018; COUTINHO; NÓBREGA, 2019).

Segundo Viana (2012, p. 77) a organização da governança “[...] é composta de arranjos institucionais e processos políticos de formulação e implementação de objetivos políticos e refere-se à coordenação dos diversos atores públicos e privados.”. Deste modo, apresenta-se como poder partilhado ou ação coletiva gerenciada, favorecendo uma organização cooperativa, democrática e associativa.

A governança é compreendida, de modo geral, como o mecanismo de atuação conjunta entre o poder público e outros *stakeholders* (agentes interessados na elaboração, implementação, coordenação, monitoramento e avaliação das políticas públicas locais) com o objetivo de solucionar um problema identificado ou iminente. (MEDIOTTE; EMMENDOERFER; OLIVEIRA, 2020). No âmbito turístico, é aplicada em um território no qual os municípios ou distritos se identificam por meio de atividades turísticas que se complementam ou se relacionam, proporcionando um desenvolvimento social e econômico sustentável, endógeno, resultante de um planejamento conjunto (CONCEIÇÃO, 2020).

Sob o ponto de vista da Ciência Política, a adoção da estrutura de governança como modelo gestor, abrange sobretudo o que se refere ao modo e sentido de governar, sendo mais ampla que a concepção de governo, podendo incluir múltiplos atores. (BRAMWELL; LANE, 2011). Segundo Stoker (2018, p. 2) “[...] a essência da governança é o foco em mecanismos que não repousam no recurso à autoridade e sanções do governo”. Portanto, resulta da interação entre instituições governamentais e não governamentais, de modo que cada uma destas organizações tenham uma conduta determinada dentro de sua área de atuação, satisfazendo as necessidades e respondendo às demandas locais existentes. (ROSENAU, 2000).

Segundo Goedert, governança pode ser compreendida como

[...] um marco de ação para a política regional, que visa à integração dos mecanismos existentes através do desenvolvimento e a sinergia das ações executadas em um dado território. É constituído por valores, políticas e ações, características do ambiente, mecanismos para o desenvolvimento de ações cooperativas entre os setores público e privado, mecanismos coletivos de decisões a respeito das inversões e instrumentos de políticas de diferentes áreas promotoras do desenvolvimento produtivo e da competitividade regional (GOEDERT, 2005, p. 23)

De modo geral, o termo governança é aplicado ao referir-se à uma forma particular de governo mais abrangente e participativo que a convencional, de modo a melhor representar a sociedade atual. Enfatiza-se a aplicação de uma política que atenda aos interesses, dentro do possível, da maioria dos envolvidos, por meio da cooperação política entre todos os atores (MATOS; DIAS, 2013). Deste modo, a política de governança supõe a existência de parcerias, aprendizagem coletiva, orçamento participativo, além de políticas de bom governo contendo ações voltadas para o desenvolvimento local e regional. O Estado não executa as ações sozinho, mas converte-se em regulador, permitindo a formação das redes nas quais há cooperação entre cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos. (RODRIGUES; MALO, 2006; DIAS; MATOS, 2012).

A governança regional e local traduz-se na capacidade que um determinado governo tem para formular e implementar políticas, ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento de uma determinada região e/ou localidade. Tal capacidade pode ser financeira, gerencial e técnica, e tem por finalidade a formulação e a implementação adequada das políticas públicas de acordo com as necessidades da região ou localidade onde está instituída (ARAÚJO, 2002).

A governança pública se apresenta, portanto, como nova possibilidade de governar, que visa atender as necessidades da sociedade de modo mais satisfatório que os utilizados até então, objetivando trabalhar com maior transparência e buscando trazer soluções inovadoras para os problemas sociais (BRAMWELL; LANE, 2011; DEL CHIAPPA; PRESENZA, 2013) assumindo um papel interventor na criação de um ambiente, que conduz ao desenvolvimento econômico e social e na divisão equitativa das riquezas. (SILVA; MANTOVANELI JR; SAMPAIO, 2012)

Conforme abordado em tópicos anteriores, o processo de desenvolvimento local apresenta-se mais eficaz quando ocorre de forma endógena e sustentável. Nesse sentido, compreende-se que a aplicação do modelo de governança possibilita que a destinação turística seja a protagonista de seu processo de desenvolvimento, articulando as suas demandas e

atendendo as necessidades de todos os atores e agentes locais (QUEIROZ, 2005). Todavia, a participação, da comunidade local, por vezes é mínima, justificando-se a necessidade de estudos acerca do tema. (WHITFORD, 2009).

Considerando que a atividade turística resulta da combinação de diferentes setores, a integração entre os atores participantes é fundamental para o fortalecimento do turismo. A instituição de uma governança turística permite que, a partir de tomadas de decisão coletivas, que incorporem necessidades e potencialidades de cada um dos atores envolvidos, possibilitem a articulação que dinamize o mercado turístico em um determinado espaço. (OLIVEIRA; TOMAZZONI, 2017). Além disso, ao incorporar diferentes atores no planejamento e gestão de uma destinação turística, viabilizam-se os processos de inovação, fortalecimento e mudança das dinâmicas do setor no território onde atua (GONZÁLES, 2013).

VIANA (2012, p. 67) entende governança do turismo como uma “[...] organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território (país, estado, região ou município)”. De acordo com o autor, o processo de estruturação da governança local exige a cooperação entre as organizações, na busca por um padrão sustentável de desenvolvimento e na busca por maior competitividade.

Deste mesmo modo, o desenvolvimento da governança local do turismo parte da intenção e necessidade de acelerar a competitividade, no que se refere a transformações estruturais e crescimento socioeconômico. O município é considerado um agente coletivo que deve buscar recursos que são escassos, como: investimentos econômicos, imagem, turistas, arquitetura espetacular, entre outros, para garantir um lugar vantajoso no mercado (SEIXAS; MAS, 2010).

A governança turística local, portanto, pode ser considerada uma ferramenta impulsionadora para o aumento da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e aglomerados produtivos. A partir de seus recursos e ativos territorializados, pode-se considerar que a governança engloba uma série de mecanismos sociais e políticos, como convenções culturais, instituições e organizações que buscam obter fatores positivos com base em vantagens competitivas e externalidades regionais, que também assegurem a qualidade de vida da comunidade e maximizem as economias locais (DIAS; MATOS, 2012; MOTA; VIANNA; ANJOS, 2013).

Uma característica inerente da governança turística consiste na gestão de conflitos que inevitavelmente o turismo provoca na destinação. Adiciona-se a isso, as necessárias tomadas

de decisão e o desenvolvimento de ações no destino. Dessa maneira, assim como nos outros campos econômicos, a governança exerce no turismo um papel ligado à organização, gestão e articulação dos objetivos propostos, além de seleção de meios e técnicas, estabelecendo margens que permitam um trabalho conjunto entre a totalidade de atores (HALL, 2011; GONZÁLES, 2013).

A instituição da estrutura de governança possibilita, portanto, um processo de coordenação e direcionamento dos atores públicos e não-públicos no desenvolvimento do turismo, em todas as escalas de governo, principalmente em escala regional, tendo em vista a obtenção de benefícios econômicos e sociais que, ao final, promovam o desenvolvimento local. (BOCK, 2018).

O Mapa do Turismo Brasileiro, organizado por regiões turísticas, propõe a instalação de IGRs, sendo estas, “as organizações responsáveis pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo em âmbito regional, bem como pela tomada de decisões políticas, econômicas e sociais” (MTUR, 2007b, p. 37). Essa gestão pode assumir estrutura e caráter jurídico diferenciados, sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcios ou outras tipologias de colegiado.

Dessa forma, os municípios pertencentes à mesma região turística somam suas forças para a elaboração e realização de um planejamento estratégico de turismo, visando ao fortalecimento da governança no âmbito local a partir do estímulo à formação de parcerias que promovam a cooperação entre os atores do setor sendo eles:

O setor público, cujas estruturas administrativas criam os órgãos de decisão e participação, que incidem na capacidade organizativa. Dotado de poder político, tem por função básica a prestação de bens e serviços, a captação e gestão de recursos, e assessoramento. Atuando como regulador, facilitador, aliado e apoiador nas decisões públicas, é fundamental por parte deste ator, que sua atuação na governança atenda satisfatoriamente os diversos interesses existentes, de modo a proporcionar o desenvolvimento local (COUTINHO; NÓBREGA, 2019; DIAS; MATOS, 2012).

A iniciativa privada refere-se ao empresariado. Detentora do poder econômico, é dotada de capacidade financeira na atividade turística e incentiva o crescimento do setor por meio de seus investimentos privados. Possui certo grau de autonomia, e por buscar o lucro, traz consigo uma forte característica econômica e competitiva. Em geral, domina as relações sociais e tende a conduzir os planos e programas de apoio ao desenvolvimento no setor turístico para que tenham foco nestes atores. (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013; COUTINHO; NÓBREGA, 2019).

A comunidade ou terceiro setor, refere-se a um grupo mais abrangente que, por sua vez, representa diretamente a sociedade civil, com vistas à consolidação da democracia e o atendimento às necessidades inerentes à população. Nesse sentido, a sociedade civil remete à articulação dos cidadãos, que a partir de interesses comuns se organizam livre e voluntariamente, formando grupos e associações (BRONSTEIN; FONTES FILHO; PIMENTA, 2017). Sua estruturação no turismo é organizada por meio de vários tipos: associações, câmaras, *conventions bureau*, universidades, etc.(COUTINHO; NÓBREGA, 2019).

Essa participação faz-se importante, uma vez que são estes que efetivam o processo democrático da governança, a partir de sua participação ativa nas tomadas de decisões (OLIVEIRA; TOMAZZONI, 2017; TOSUN, 2006), cuja participação apresenta-se como indispensável para uma governança efetiva do turismo (MALEK; COSTA, 2015). Ademais, a população local é a principal detentora do conhecimento e vivências de sua realidade vigente, sendo assim, quando bem informada e engajada, é capaz de identificar problemas, propor alternativas, desenvolver estratégias e buscar soluções que visem à melhoria na qualidade da cadeia de valor do destino turístico (BRIDI, 2017; JOPPE, 2018; BICHLER, 2021).

Apesar de existirem estudos apresentando propostas de aplicação de modelos de governança turística, sabe-se que não existe um modelo ideal, tampouco uma total concordância no que se refere à sua definição, apesar de todas as conceituações a respeito do tema a relacionarem com uma nova forma de governar, cuja estrutura pauta-se na adoção de novos mecanismos de tomada de decisão, com participação democrática de diferentes atores. (KOOIMAN, 2003; BERITELLI; BIEGER; LAESSER, 2007; HALL, 2011).

A estrutura de governança depende das influências da realidade local, em seus aspectos geográficos, econômicos, sociais e principalmente políticos, uma vez que o poder público acaba por ser o principal agente deste processo, sendo na maior parte das vezes o responsável por impor requisitos e fornecer incentivos para os demais componentes dessa gestão, visando o alcance das metas comuns (WAN; BRAMWELL, 2015).

Desse modo, cada região constitui a sua estrutura de governança, com base na percepção de suas particularidades locais e de seus *stakeholders*. Tratando-se de cidades cujo atrativo turístico principal seja religioso, supõe-se que a Igreja seria um ator importante para a articulação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento local.

4 MÉTODO

Neste capítulo, apresenta-se o método proposto para a construção deste trabalho e, por consequência, o alcance de seus resultados. De acordo com Dencker (2003, p. 23), “[...] o método científico é um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação em relação a questões ou problemas específicos”.

Parte-se do objetivo de analisar como se configura a gestão turística no município de Aparecida, tendo como objeto de observação as relações entre os atores da governança do turismo (IGM), no caso, o Comtur, bem como a influência da organização religiosa na governança do turismo local. Com efeito, são analisados nesta pesquisa, dados referentes ao desenvolvimento socioeconômico da região estudada, com ênfase na qualidade de vida dos moradores, sugerindo a utilização de informações, muitas vezes, não quantificáveis. Por essa razão, propõe-se uma abordagem predominantemente qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, adotam-se poucos casos como objeto de observação, selecionados de forma intencional, dos quais busca-se a profundidade de dados com base no conhecimento de suas particularidades e características (RAGIN, 2007; BAQUERO, 2009). Assim sendo, alcançam-se resultados que servem para o entendimento do fenômeno no contexto investigado localmente e como referência para estudos de contextos semelhantes.

Apesar de se propor um estudo qualitativo, a pesquisa pautou-se também em dados quantitativos, de fontes secundárias, obtidos de fontes oficiais – IBGE, SEADE e outros arquivos públicos – a respeito do desenvolvimento do município de Aparecida (SP). Essas fontes secundárias permitem uma sistematização das informações em um banco de dados categórico-quantitativo (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Com base nos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, buscando o aprimoramento de ideias ou a descoberta de evidências. Segundo Gil (2002, p. 41) "estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". A pesquisa exploratória é caracteristicamente mais flexível, permitindo o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Este estudo possui, por fim, um caráter descritivo. Deste modo, pretende ir além de uma simples identificação da existência de relações entre variáveis, mas busca também, determinar a natureza dessas relações. Dencker (2003) destaca que é essencial um

conhecimento do pesquisador em relação ao problema a ser investigado para que a pesquisa venha a ser melhor realizada.

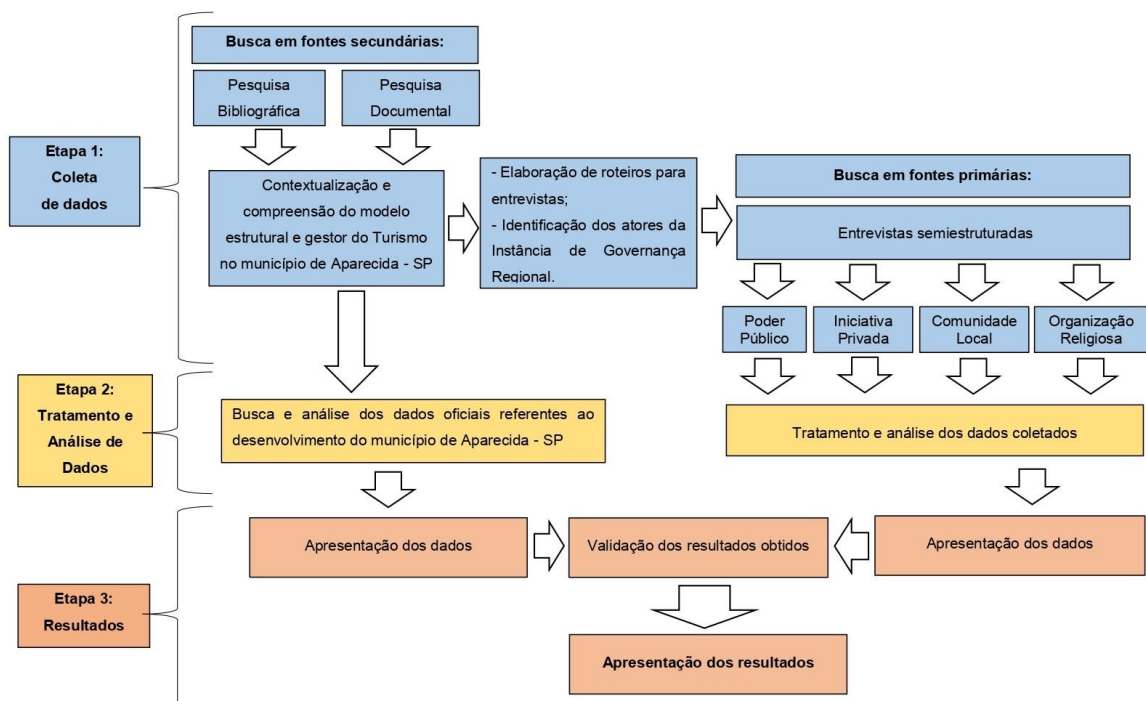
Dadas as informações referentes à natureza, abordagem e classificação deste estudo, são apresentados os procedimentos técnicos utilizados.

4.1 Técnicas de Pesquisa

Compreende-se técnica como o conjunto de processos utilizados por uma ciência ou arte. São modelos padronizados para coleta e análise de dados escolhidos com base na abordagem, tais como: aplicação de questionários padronizados, execução de entrevistas em profundidade e a observação participante, entre outras (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Lança-se mão, no primeiro momento, das pesquisas bibliográfica e documental, e, em seguida, da pesquisa de campo, na qual o pesquisador utilizou a técnica de observação não participante e a aplicação de entrevistas com roteiros semiestruturados junto aos representantes dos grupos estudados.

Figura 1 - Operacionalização da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A presente dissertação foi desenvolvida no período que abrange os anos de 2021 e 2022, seguindo um cronograma de execução pré-estabelecido (APÊNDICE A). Os subcapítulos que seguem detalharão as técnicas de pesquisa, visando responder o problema de pesquisa, bem como os seus objetivos.

4.1.1 Pesquisa Bibliográfica

O processo de pesquisa bibliográfica apresenta a vantagem de permitir ao investigador maior cobertura no que se refere ao conteúdo, permitindo-lhe uma abordagem mais ampla do que aquela que poderia investigar pessoalmente. Esse método, segundo Köche (2010, p. 122) “[...] amplia o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa”. Essa forma de pesquisa, elaborada tradicionalmente com base em material impresso já publicado como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, vêm adquirindo novos formatos, nos quais se incluem outros tipos de fontes, como: discos, fitas magnéticas, CDs, e, sobretudo, material acadêmico disponibilizado pela Internet (GIL, 2002).

A revisão da literatura, por sua vez, constituiu-se em uma importante ferramenta para a sistematização desse trabalho, tendo como objetivo compreender o problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórica que tenta explicá-lo (LUNA, 1997). Ademais, a revisão teórica possibilita ao pesquisador uma melhor definição dos conceitos abordados no presente estudo.

Buscou-se material bibliográfico para a compreensão dos principais conceitos abordados na pesquisa: “Turismo Religioso”, “Desenvolvimento Regional”, “Desenvolvimento Socioeconômico”, “Turismo e desenvolvimento”, “Políticas Públicas”, “*Cluster*”, “Redes de Cooperação” e “Governança”, em livros, dissertações, teses e artigos científicos disponíveis nas bases de dados Scopus, Science Direct, Publicações de Turismo, bem como no Portal CAPES e o Google Acadêmico. Realizou-se essa busca por meio dos temas e palavras-chave citados anteriormente.

Visando um maior aprofundamento desses conceitos e sua aplicabilidade no território nacional, o pesquisador buscou também informações em sites, diretórios e cartilhas oficiais do Ministério do Turismo. Por fim, lançou-se mão de dados do turismo e do contexto histórico do Santuário no município de Aparecida - SP e da Região Turística da Fé.

4.1.2 Pesquisa Documental

Para a obtenção de um melhor panorama do atual contexto do setor turístico, bem como do desenvolvimento socioeconômico do município de Aparecida, realizou-se uma pesquisa documental. Segundo Gil (2002), tal pesquisa refere-se àquela em que se busca por fontes que ainda não receberam um tratamento, de modo a fazerem parte de um escopo de uma pesquisa acadêmica. No caso deste trabalho, considera-se a utilização de fontes secundárias, ou seja, de documentos que de alguma forma já foram analisados, como dados fornecidos por órgãos oficiais como o IBGE, SEADE e dados da prefeitura do município de Aparecida (SP), na busca por elementos quantitativos e qualitativos, como indicadores econômicos, demográficos e sociais.

Além da busca por dados estatísticos, o pesquisador pautou o referencial teórico nas informações fornecidas por documentos oficiais. De acordo com Gil (2002, p. 46), “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. A validação das informações obtidas na busca bibliográfica com base em tais documentos, robustece a pesquisa de modo a minimizar a possibilidade de equívocos.

Outra vantagem obtida por meio da pesquisa documental é a possibilidade de coleta de dados sem a necessidade inicial de ida à campo, utilizando-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Tratando-se de fontes confiáveis, a utilização desta técnica permite a obtenção de importantes informações. Desse modo, o uso da pesquisa documental destaca-se pela possibilidade de organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Segundo Moreira (2014, p. 271), a análise documental “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”, apresentando-se como um bom método, uma vez que pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação, e como técnica eficaz, por ser um recurso que complementa outras formas de coleta de dados. Nesse sentido, optou-se pela realização da análise documental como técnica sobretudo para a obtenção de dados que auxiliem na obtenção de resultados para o primeiro objetivo específico deste trabalho: “Verificar a participação da organização religiosa (Igreja) nas políticas públicas municipais de turismo e no ambiente de cooperação entre os atores em rede”, bem como na compreensão do modelo de gestão adotado pelo setor turístico municipal, servindo também como base para a elaboração dos roteiros de entrevistas.

Para a construção do presente estudo, a análise documental se configurou, principalmente, por meio da leitura e análise de documentos norteadores para a gestão do turismo no município de Aparecida, a saber:

- O Plano Diretor de Turismo Revisional do Município de Aparecida, disponibilizado em outubro de 2021, que apresenta elementos norteadores para a gestão turística municipal no período de 2021 a 2024. O documento exhibe o resultado do estudo da demanda turística do município, uma análise dos atrativos locais e diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento do setor turístico local, como a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

- Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021, sobre a reestruturação do Comtur e sua definição como órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador das atividades turísticas desenvolvidas no município;

- Portaria nº 754/2021, de 02 de dezembro de 2021, com a nomeação dos membros e da presidência do Comtur;

- Plano Regional de Turismo da Região Turística da Fé, elaborado em dezembro de 2018, que apresenta um diagnóstico do turismo local e elabora diretrizes a serem seguidas, considerando a Política Nacional de Turismo estabelecida pela lei 11.771/2008, referente ao Programa de Regionalização do Turismo.

Além dos documentos acima referidos, para a elaboração da presente pesquisa foram consultados documentos do Ministério do Turismo, como os planos de turismo das últimas gestões, cartilhas e diretórios, elaborados para a aplicação dos modelos administrativos abordados no referencial teórico do presente trabalho, tais como a formação de redes e a instituição de IGRs.

4.1.3 Pesquisa de campo

A presente pesquisa valeu-se também da coleta de dados em fontes primárias que auxiliaram na compreensão da relação existente entre o poder público, a iniciativa privada, a organização religiosa e a comunidade local para o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao turismo em Aparecida (SP).

Segundo Gonsalves (2001) a pesquisa de campo pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, exigindo que o pesquisador tenha um encontro direto com o objeto pesquisado, indo ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu para reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Nesse sentido, configura-se como uma importante etapa para o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que, por meio do contato direto com os atores envolvidos no arcabouço turístico do município de Aparecida, obteve-se uma melhor compreensão da gestão do setor, quais têm sido efetivamente os papéis desempenhados por cada um destes, e quais os efeitos dessa estrutura para o desenvolvimento socioeconômico local. Desse modo, a coleta de dados a partir do ponto de vista do objeto estudado enriquece o resultado do trabalho, permitindo um maior aprofundamento a respeito do fenômeno a ser estudado.

Vale ressaltar que a presente pesquisa foi realizada no período de 2021 / 2022, em um contexto particular de crise de saúde pública em nível mundial, resultante da pandemia de Sars-Cov2, conhecida como Covid-19⁷. Tal cenário exige regras sanitárias específicas e distanciamento social, para contenção do contágio do vírus. Sendo assim, a ida à campo foi adaptada às possibilidades permitidas, contando com a realização de parte das entrevistas por chamada de vídeo.

Para etapa de pesquisa de campo foram consideradas a abordagem individual aos membros do conselho municipal de turismo de Aparecida, realizada no período de abril a junho de 2022, e com estada no município em duas ocasiões. A primeira nos dias 22 e 23 de abril de 2022, com o objetivo de melhor conhecer os espaços do município e a segunda nos dias 20 a 22 de junho de 2022, nos quais o pesquisador abordou a comunidade local e realizou uma observação não participante em uma reunião ordinária do Comtur.

4.1.4 Entrevistas semiestruturadas

Para a coleta de dados em campo por meio de entrevistas, propõe-se um roteiro semiestruturado elaborado com base em duas etapas, apresentadas por Gil (2002): a especificação dos dados que se pretende obter e a escolha e formulação de perguntas a serem realizadas, com a finalidade de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas com representantes do poder público, da iniciativa privada, do Santuário Nacional de Aparecida e da sociedade civil. Para Dencker (2003, p. 138) “[...] a entrevista é a técnica indicada sempre

⁷ A pandemia resultante do Sars-CoV-2, doença causada pelo vírus Covid-19, conhecido popularmente como “corona vírus”, detectado inicialmente na China no final de 2019, e com contágio mundial em 2020 e 2021, que acarretou na necessidade de adoção de medidas sanitárias e de isolamento social em nível global. Tais medidas afetaram diretamente a prática turística, inclusive do segmento religioso (Dowson, 2020). Centros de peregrinação mantiveram-se fechados ou com redução significativa em sua movimentação, visando a contenção da disseminação do vírus (Mróz, 2021). Em Aparecida, a redução do número de visitantes no ano de 2020 foi de 75% comparado ao ano anterior (Barros, 2021). Portanto, a presente pesquisa foi realizada durante o período de vigência das medidas restritivas de mobilidade, e no início da retomada das atividades, que, por sua vez, se deu de forma gradativa.

que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias”, portanto, essa etapa foi fundamental para complementar as informações obtidas para o primeiro objetivo da pesquisa, bem como para o alcance do segundo e do terceiro objetivos, não contemplados na análise documental.

Para a condução desta etapa, considera-se o procedimento indicado por Gil (2002): preparação do roteiro de entrevista; estabelecimento do contato inicial; formulação das perguntas; estímulo a respostas em profundidade; registro das respostas e conclusão da entrevista. A coleta de dados realizada dependeu, portanto, da disponibilidade dos entrevistados em atender o pesquisador. Como instrumentos utilizados para a coleta de dados, o pesquisador munuiu-se de papel e caneta para anotações e de um gravador para o registro de informações obtidas no ato das entrevistas. Para tanto, os entrevistados foram abordados previamente e sua participação se deu mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

Figura 2 - Material utilizado na pesquisa de campo



Fonte: Imagem do autor (2022)

De acordo com Flick (2013), esse procedimento técnico consiste na realização de diálogos entre o pesquisador e indivíduos que possam fornecer-lhe informações que agreguem à pesquisa. O pesquisador pauta-se em um roteiro pré-definido de questões vinculadas a seu objeto de pesquisa, às quais o entrevistado responde livremente. Essa abordagem tem a intenção de obter visões individuais dos entrevistados a respeito do tema abordado. Além disso, a escolha por entrevistas semiestruturadas, permite adequações que se considerem pertinentes ao longo do processo de entrevista, ainda que, inicialmente, não tenham sido previstas (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Busca-se, na realização das entrevistas, aplicar questões semelhantes para os diferentes atores, de modo a contemplar diferentes pontos de vista a respeito do mesmo tema, e, assim, possibilitar uma análise comparativa. Além disso, foram abordados indivíduos que tenham representatividade do universo do qual fazem parte, no caso, os membros participantes do Comtur do município de Aparecida.

Considerando o referencial teórico desta dissertação, foram elaboradas algumas questões norteadoras para a realização das entrevistas (APÊNDICE C).

Para a definição dos entrevistados, considerou-se os seguintes documentos, complementares à pesquisa documental do PDTR:

- Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021, sobre a reestruturação do Comtur e sua definição como órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador das atividades turísticas desenvolvidas no município;

- Portaria nº 754/2021, de 02 de dezembro de 2021, com a nomeação dos membros e da presidência do Comtur.

A Lei Complementar 1.261, de 19 de abril de 2015, estabelece que as estâncias turísticas do estado de São Paulo devem dispor de um Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante. Portanto, o PDT do município de Aparecida, considera tal determinação em sua diretriz estratégica número oito, apresentando a reorganização do Comtur local como etapa importante para o processo de melhorias na estruturação do trade turístico local. Segundo a Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021:

O Comtur da Estância Turística de Aparecida é um órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador das atividades turísticas desenvolvidas no município, com natureza permanente, e para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Aparecida/SP. (APARECIDA, 2021a)

Para a composição do Conselho, chancelado pela Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021, o município valeu-se do modelo de lei aprovado pelo CONTURESP para o cumprimento das recomendações orientadas pela SETUR/SP, por meio do Guia de Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e da AMITur. Deste modo, o mesmo deverá ser composto por integrantes na proporção de 1/3 (um terço) do setor público e 2/3 (dois terços) da iniciativa privada, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Indicação de Representantes para composição do Comtur de Aparecida (SP)

Representantes do Comtur do Município de Aparecida - SP	
Do Poder Público:	Da Iniciativa Privada:
Secretaria Municipal do Turismo; Dep. de Cultura Municipal; Dep. de Meio Ambiente Municipal; Secretaria de Educação Municipal; Secretaria de Obras Municipal Secretaria de Indústria e Comercio.	Meios de Hospedagem; Restaurantes e Bares e Similares; Agentes de Turismo Receptivos; Agentes de Turismo Emissivo; Guias de Turismo; Monitores de Turismo; Turismólogos; Artesãos; Arquitetos e Engenheiros Urbanistas;
De outros, sem direito a voto:	Proprietários de Postos de Combustíveis; Rádio e TV Aparecida; Associação Comercial e Industrial; Comércio Ambulante e feira livre local; Turismo Rural e Ecológico; Atrativos Turísticos; Pastoral do Turismo da Arquidiocese; Convention VB e Eventos de Aparecida; Conselho de Segurança Municipal; Ordem dos Advogados do Brasil; Santuário Nacional de Aparecida.

Fonte: Município de Aparecida. Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021

Considerando a lei supracitada, a Portaria nº 754/2021, de 02 de dezembro de 2021, nomeia os membros do Comtur de Aparecida – SP, inclusive a sua presidência e secretaria, indicando a articulação local para a reestruturação do Comtur (APARECIDA, 2021c). Considerando tal informação, obtém-se um referencial com relação aos representantes entrevistados com a finalidade de lograr as informações necessárias para a execução dessa pesquisa.

Todavia, vale ressaltar que a referida Portaria informa que, até a ocasião de sua publicação, não havia a representação de alguns setores da iniciativa privada, a saber: os representantes dos artesãos, dos arquitetos e engenheiros urbanistas, dos proprietários de postos de combustíveis, da rádio e TV Aparecida, do turismo rural e ecológico, do Conselho

de Segurança Municipal e da Ordem dos Advogados do Brasil. Também não houve manifestantes para representar os outros, sem direito a voto: Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil Municipal e Câmara Municipal.

Uma vez que o presente trabalho, tem como um de seus objetivos analisar a configuração da gestão turística do município de Aparecida, optou-se por uma investigação tendo como referência inicial os membros do Comtur. Além disso, considera-se importante a percepção das particularidades inerentes ao contexto da predominância do turismo religioso. Nesse sentido, a existência de representantes da Pastoral do Turismo e do Santuário Nacional no Comtur, apontam para a participação da organização religiosa na formulação das políticas voltadas para o turismo local.

Valendo-se das informações fornecidas pelas fontes supracitadas, foram contatados membros do Comtur do município de Aparecida, solicitando entrevistas, no período de abril a junho de 2022. Mediante as respostas positivas obtidas, foram realizadas um total de sete entrevistas semiestruturadas, conforme quadro 2:

Quadro 2 - Representantes do Comtur entrevistados

ID	Representação do entrevistado	Tempo (hora:min:seg)	Data
1	Ex-secretário de Turismo e atual responsável pelo departamento de Cultura	00:49:46	07/04/2022
2	Secretária executiva do Comtur do município de Aparecida e representante dos guias de turismo	01:27:23	07/04/2022
3	Representante da Pastoral do Turismo no Comtur do município de Aparecida	00:40:50	11/04/2022
4	Presidente do Comtur do município de Aparecida e representante dos monitores de turismo	01:13:04	12/04/2022
5	Secretária municipal de turismo em Aparecida - SP	01:38:51	18/04/2022
6	Turismólogo consultor contratado para coordenar o processo de revisão do plano diretor de Aparecida	01:17:04	18/04/2022
7	Representante do Santuário Nacional de Aparecida no Comtur de Aparecida	00:35:02	16/06/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

As entrevistas foram realizadas por videoconferência, cujos áudios foram gravados, com o consentimento dos entrevistados que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B). O tempo total de informações coletadas por meio das entrevistas

supracitadas foi de 7 horas e 42 minutos. Vale lembrar que, o modelo de entrevistas adotado foi semiestruturado, e, portanto, o pesquisador fez uso de perguntas previamente estabelecidas, deixando ao entrevistado liberdade na condução das respostas e abordagem a assuntos correlacionados com o tema, motivo pelo qual há diferenciação no tempo de duração de cada entrevista. As entrevistas foram devidamente transcritas e utilizadas para a análise de conteúdo realizada para a obtenção dos resultados desse trabalho. Para tanto, o pesquisador utilizou o software MAXQDA2020 como ferramenta de suporte para a categorização dos discursos dos entrevistados.

Além da abordagem direta aos membros representantes do Conselho Municipal de Turismo de Aparecida, considerou-se também importante a abordagem direta à comunidade local. Para tanto, como parte da etapa de pesquisa de campo, no período de 20 a 22 de junho de 2022, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a população residente no município de Aparecida.

A amostra obtida para essa pesquisa se deu por meio de abordagem não probabilística, cujos sujeitos foram escolhidos por acessibilidade ou conveniência. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a opção por esse tipo de amostragem, utilizado em estudos exploratórios ou qualitativos permite ao pesquisador selecionar os sujeitos da pesquisa de forma aleatória, conforme se tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Ao total, a referente abordagem resultou em um total de 22 respondentes. Considera-se essa quantidade de entrevistados como suficiente para a realização de inferências, possibilitando a obtenção de dados relevantes a serem utilizados para os resultados da pesquisa, dado que não se pressupõe a utilização de tais informações com caráter quantitativo, mas sim, como ferramenta para complementar as reflexões e abordagens referentes à possíveis visões da população local, uma vez que, de modo geral, os representantes do Comtur não representam esse universo, conforme será abordado nos resultados da presente pesquisa.

Tratando-se de uma abordagem que busca compreender percepções e experiências comuns aplicada a um grupo relativamente homogêneo (no caso, moradores do município de Aparecida), visando a obtenção de informações a serem trabalhadas de modo qualitativo, se considera como quantidade mínima necessária para a coleta, seis entrevistas. A partir disso, as respostas começam a apresentar certa exaustividade, de modo que se pode obter uma saturação satisfatória dos dados a partir de doze entrevistas (GUEST, BUNCE, JOHNSON, 2006).

Tratando-se de cidadãos abordados em locais diversos da cidade, para a realização das entrevistas com essas pessoas foi elaborado um roteiro simplificado, no qual os entrevistados apontavam pontos fortes e pontos fracos da atuação do poder público, da iniciativa privada, da organização religiosa e da própria comunidade local, para o desenvolvimento do turismo no município (APÊNDICE D). Foi possível, portanto, obter também, informações diretas dos munícipes.

Após a etapa de coleta de dados, foi realizada a transcrição das informações e posteriormente a análise do conteúdo obtido, convertendo-se assim em dados a serem utilizados para a apresentação dos resultados desta investigação.

4.1.5 Categorização e Análise de Conteúdo

Para a coleta, organização e análise dos dados, lança-se mão da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A análise de conteúdo é uma técnica de sistematização e de aplicação de categorias analíticas, na qual são os próprios conceitos que fundamentam as questões das entrevistas.

O procedimento de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016) caracteriza-se por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a textos diversificados. Tal método é constituído por três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira fase, sistematizam-se ideias iniciais obtidas pelo referencial teórico e se estabelecem indicadores para a interpretação das informações coletadas. O procedimento de busca bibliográfica e revisão de literatura caracteriza-se como uma pré-análise, onde, após a seleção de documentos *a priori* relacionados com os objetivos da pesquisa e a realização de uma leitura flutuante, resultaram na elaboração das ferramentas a serem utilizadas em campo.

Deste modo, o levantamento de dados secundários resultou na elaboração de categorias que auxiliaram a pesquisa em sua etapa posterior. Buscando alcançar o objetivo geral “Analisar a configuração da gestão turística no município de Aparecida”, foram definidas cinco diferentes categorias que, com suas subcategorias, foram organizadas em três diferentes quadros, para responder a cada um dos objetivos específicos.

Para cumprir o primeiro objetivo, “Identificar de que forma as políticas públicas municipais de turismo concebem a participação da organização religiosa e o ambiente de cooperação entre os atores em rede”, foram detectadas subcategorias referentes às políticas públicas e redes de cooperação, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Categorias de Análise: Primeiro objetivo específico

Objetivo específico 1: Verificar a participação da organização religiosa (Igreja) nas políticas públicas municipais de turismo e no ambiente de cooperação entre os atores em rede.		
SUBCATEGORIAS	OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
Políticas Públicas		
Planejamento local	Identificar as ações coordenadas pelo Poder Público objetivando melhorias na infraestrutura pública local, beneficiando a população.	Seixas; Mas (2010), Matos; Dias (2013), Silva; Costa; Carvalho (2013), Almeida, Enoque, Oliveira Jr. (2020).
Planejamento e desenvolvimento Turístico	Identificar as ações coordenadas pelo Poder Público objetivando melhorias na infraestrutura turística local.	Beni (2006), Araújo; César (2012), Dias; Matos (2012), Abrahão; Tomazzoni (2018), MTur (2018a). Trentin e Fonseca Filho (2020)
Processo de revisão do Plano Diretor de Turismo de Aparecida (SP)	Identificar e descrever o papel dos atores visíveis e invisíveis atuantes na elaboração da <i>Agenda-setting</i> do município de Aparecida, com base no modelo teórico dos múltiplos fluxos	Capella (2007), Kingdon (2003) e Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b).
Redes de Cooperação em Turismo		
Cluster Turístico	Detectar a existência de conjunto de empreendimentos voltados ao setor turístico local	Porter (1998), Beni (2003), Vanhove (2015), Costa, Costa e Miranda Jr., (2012), Mirailh; Cassanego Jr; Albano (2019).
Vantagens Competitivas	Investigar o aumento de produtividade, desempenho e capacidade de inovação resultantes da atuação em redes	Olave; Amato Neto (2001), Costa; Souto-Maior (2006), Novelli; Shmitz; Spencer (2006), Oliveira; Gonçalves (2014), Oliveira; Sacomano Neto; Boaventura (2016), Mtur (2018b), Stocker <i>et al.</i> (2019), Calero; Turner (2020).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Para analisar a estrutura da governança do turismo municipal e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade, e assim lograr o segundo objetivo, buscou-se subcategorias relacionadas à estrutura de governança e às relações de poder objetivando a autonomia e endogenia na regionalização do turismo, conforme o quadro 4:

Quadro 4 - Categorias de Análise: Segundo objetivo específico

Objetivo específico 2: Analisar a estrutura da governança do turismo municipal e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade		
SUBCATEGORIAS	OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
Governança em Turismo		
Relações de Poder entre os atores envolvidos (Poder Público, Iniciativa Privada, Igreja Local e Comunidade)	Caracterizar aspectos de cooperação, de competição, de conflito e de consenso nas relações existente entre os atores.	French; Raven (1959), Weber (1991), Mitchell, Agle e Wood (1997), Hingley (2005), Tomazzoni, (2009), Claval (2011), Feger; Etges (2014), Almeida (2016), Trentin (2016), Conceição; dos Anjos; dos Anjos (2019), Bantim e Fratucci (2019), Kalaoum; Trigo (2021), Emmendoerfer, Mediotte, dos Santos (2022).
Estrutura das relações	Constatar a existência ou inexistência de aspectos de governança hierárquica, mercadológica, reticular e comunitária	Hall (2001, 2011), Kalaoum; Trigo (2021).
Autonomia e endogenia	Verificar se a gestão turística local prioriza as particularidades e potencialidades locais, valorizando a comunidade residente.	Vasquez-Barquero (2001), Athanásio (2015), Tomazzoni (2009), Mtur (2018a), Conceição (2020).
Regionalização do Turismo	Observar a interação entre os municípios pertencentes à Região Turística da Fé, no que se refere à governança	Mtur (2007d); Meneghel e Tomazzoni (2012), MTur (2013), Feger; Etges (2014), Fratucci (2014), Mtur (2018a).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Para identificar os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico municipal, por meio do segmento do turismo religioso, considerou-se categorias relacionadas ao turismo religioso e ao desenvolvimento socioeconômico, conforme o quadro 5:

Quadro 5 - Categorias de Análise: Terceiro objetivo específico

Objetivo específico 3: Identificar os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico municipal, por meio do segmento do turismo religioso		
SUBCATEGORIAS	OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
Desenvolvimento Socioeconômico		
Crescimento Econômico	Identificar a contribuição do setor turístico para o aumento quantitativo da riqueza	Veiga (2005), Nodari (2007), Vareiro (2007), Vanhove (2011), Gonçalves; Farias; Horta (2020).
Qualidade de vida	Compreender quais os benefícios do setor turístico para a Profissionalização e Empregabilidade da comunidade residente.	Ablas (1991), Sen (2000), Tomazzoni (2009), Vanhove (2011), Takasago; Mollo (2011); Dias; Matos (2012), Mtur (2013), Cárdenas-Garcia; Sánchez Rivero; Pulido-Fernandez (2015), MTur (2018a), Gonçalves; Farias; Horta (2020). Emmendoerfer et al, 2021).
	Investigar se o setor turístico proporciona melhoria nos indicadores socioeconômicos locais	Vareiro (2007), Tomazzoni (2009), Yu; Cole; Chancellor (2018), Araújo <i>et al</i> (2020), Wang, Berbekova e Uysal (2022).
Turismo Religioso		
Cidades-Santuário	Reconhecer a oferta de atrativos e serviços disponíveis no município, para além do templo religioso	Oliveira (1999), Rosendahl (1996, 2018), Lopes (2015), Mangialardo (2015).
Romeiros	Identificar as ações realizadas para atender aos visitantes do Santuário para cumprimento de preceitos	Brustoloni (2004), Moreno (2009), Pereira e Christofolli (2013), Barbosa (2016).
Turista Religioso	Compreender como a gestão turística local atua para atender aos visitantes dos atrativos turísticos religiosos que não têm a intencionalidade de cumprimento de preceitos religiosos.	Rinschede (1992), Pinto (2006), Mtur (2006), Silveira (2007), Collins- Kreiner (2010), Silva, Marques Jr (2016).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Tratando-se da presente pesquisa, as categorias elencadas têm caráter exploratório, buscando fins qualitativos. Deste modo, a análise feita posteriormente não se deteve somente à frequência com que aparecem, mas também, se pautou na relevância com que cada uma delas foi apresentada pela fonte pesquisada.

Para a elaboração das categorias, contemplaram-se os critérios sugeridos por Bardin (2016), a saber: exclusão mútua (não admitindo o mesmo elemento em mais de uma categoria), homogeneidade (não abarcando elementos muito distantes conceitualmente dentro

da mesma categoria), pertinência (adequadas ao objetivo e referencial teórico pesquisado), objetividade (definidos precisamente) e produtividade (objetivando trazer resultados consistentes para a pesquisa).

Com relação ao quadro de categorias, este pode ser: a) de grade fechada, quando as categorias são elaboradas *a priori* e conduzem a pesquisa baseando-se em tais categorias já pré-definidas de acordo com o objetivo da pesquisa; b) de grade aberta, quando as categorias surgem *a posteriori*, sendo identificadas ao longo da pesquisa, sendo estabelecidas apenas no final da análise; c) de grade mista, com definição previa das categorias, porém com possibilidade de rearranjos durante o processo de pesquisa (VERGARA, 2015). Para a construção desse trabalho, optou-se pela utilização de uma grade mista.

As entrevistas semiestruturadas realizadas foram gravadas, em formato MP3, e posteriormente transcritas, constituindo assim, o *corpus* da pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos considerados relevantes para submissão aos procedimentos analíticos.

Na segunda fase, chamada exploração do material, foram construídas as operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros e unidade de contexto, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações nas categorias já definidas no processo de categorização. Para a execução da segunda e da terceira fase da análise de conteúdo, o pesquisador fez uso do MAXQDA2020, um software acadêmico para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa, como ferramenta de suporte para a codificação das entrevistas, nas categorias acima apresentadas. Nesta etapa da pesquisa foi realizada a “análise vertical” do conteúdo, por meio de uma decifração estrutural centrada em cada item do *corpus* da pesquisa. Segundo Bardin (2016), essa análise permite ao pesquisador não somente realizar a análise da estrutura individual de cada documento, mas também realizar uma imersão na subjetividade de cada um.

A exploração do material e as inferências iniciais foram realizadas com auxílio de ferramentas oferecidas pelo software MAXQDA2020, o “visualizador da matriz de códigos” para a leitura da frequência com a qual cada sujeito entrevistado abordou cada uma das categorias analíticas. Visando respaldar a obtenção dos dados na abordagem a cada categoria nos documentos, utilizou-se a ferramenta “retrato do documento”, apresentando uma medida gráfica da composição de cada uma das entrevistas individualmente, em relação às categorias utilizadas, seja de forma intercalada, identificando as abordagens sequencialmente e de acordo com a interlocução no texto trabalhado, como também, com as categorias apresentadas separadamente, a fim de compreender a intensidade com a qual cada entrevistado abordou os temas propostos na ocasião da entrevista. Por fim, a exploração do material dispôs também da

ferramenta “nuvem de palavras”, permitindo a visualização dos termos mais recorrentes nas entrevistas.

Na terceira fase, objetiva-se captar os conteúdos manifestos e latentes (interpretados pelo pesquisador) contidos em todo o material coletado. Para tanto, trabalhou-se a chamada “análise transversal”, que consiste na observação das unidades de registro e unidades de contexto existentes nos documentos do *corpus*, codificadas na fase anterior, desmembrando os textos e reagrupando-os por categorias. Por fim, realizou-se a inferência e interpretação das informações obtidas, respaldadas pelo referencial teórico consultado na fase inicial do trabalho, alcançando assim, os resultados da análise, respondendo aos objetivos propostos para a pesquisa.

5 APARECIDA (SP) E O TURISMO RELIGIOSO

Como já visto, a atividade turística em Aparecida caracteriza-se sobretudo pelas romarias com destino ao Santuário Nacional, como prática da devoção difundida pela imagem da Virgem Maria, encontrada por pescadores no Rio Paraíba do Sul. Destacando-se como o principal destino religioso do país (CESAR; VIANNA, 2015), considera-se oportuna a contextualização da construção do templo religioso citado e a consequente fundação e desenvolvimento do município que contém o mesmo nome.

Este capítulo visa aprofundar-se no objeto de estudo dessa dissertação, tencionando apresentar algumas de suas particularidades, uma vez que “o Santuário Nacional de Aparecida apresenta esta característica de não restringir, em seu entorno contínuo, suas ações de apropriação dos espaços, pois se projeta em todo o espaço urbano através de edificações, atividades e espetáculos religiosos” (MANGIALARDO, 2015, p. 32).

A partir da observação histórica do município de Aparecida, compreende-se a sua relação com o fluxo de romeiros que se dirigem ao Santuário Nacional, de modo que se pode afirmar que a emancipação e o desenvolvimento do distrito resultou desse fenômeno (JORNAL DO TURISMO, 2015). As peregrinações para visitação à imagem contribuíram diretamente para o surgimento do *cluster* de turismo religioso que, atualmente, compõe a região turística da qual o município de Aparecida faz parte, conforme o tópico a seguir.

5.1 A Região Turística da Fé

Conforme já exposto, o Programa de Regionalização do Turismo, iniciado com a gestão do Ministério do Turismo de 2003-2007 propôs a instituição de governanças turísticas regionais, resultado de um mapeamento dos polos turísticos do país, relacionando as regiões com potencial para o desenvolvimento do setor. (MTUR, 2007b). Desse modo, utiliza-se o mapa do turismo Brasileiro, como instrumento orientador para a atuação do Ministério do Turismo no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas, focando na gestão, estruturação e promoção do turismo de forma regionalizada e descentralizada.

Em conformidade com o PRT, a integração de diferentes municípios em uma região turística não significa necessariamente que todos estes sejam dotados de potencial predominantemente relevante para o turismo. A proposta é que cada município mantenha foco no desenvolvimento de seu potencial econômico, mas que, ainda assim, participe do processo

de planejamento regional, agregando-se a esse processo de acordo com suas particularidades, de um modo que a atividade turística seja benéfica para a região como um todo (MTUR, 2007d)

Visando estabelecer parâmetros para nivelar o desenvolvimento do potencial turístico dos municípios, o Ministério do Turismo estabeleceu categorias (A, B, C, D e E sendo “A” as que possuem um maior potencial turístico e “E” as que apresentam menor potencial turístico), a partir da utilização de quatro variáveis, apresentadas na portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021, bem como observa-se a seguir, na portaria MTur nº 249, de 1 de agosto de 2019:

Art. 1º Fica estabelecida a categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, disponível para consulta no sítio eletrônico www.mapa.turismo.gov.br.

Parágrafo único: Para fins desta Portaria, considera-se categorização um instrumento para identificação do nível de desenvolvimento da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. (NR)

Art. 2º Na definição das categorias dos municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro, foi utilizada a metodologia de análise de cluster (agrupamento) por meio de quatro variáveis, considerando sua relação com a economia do turismo:

I - Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: RAIS); (NR);

II - Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: RAIS); (NR)

III - Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte: Estudo de Demanda Doméstica - MTur/FIPE);

IV Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (fonte: Estudo de Demanda Internacional - MTur/FIPE); e

V - Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem (fonte: Secretaria de Receita Federal/ME). (NR)

Utilizando-se dos parâmetros indicados pelo mapa do turismo brasileiro, o presente tópico deste estudo tomará como objeto a chamada “Região Turística da Fé”, situada na região sudeste do Brasil, especificamente no estado de São Paulo. A região turística da Fé é composta por onze cidades⁸, sendo elas: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Piquete, Potim, Roseira e Tremembé.

⁸ Informação obtida em agosto de 2022, podendo sofrer alterações, uma vez que a atualização do Mapa do turismo brasileiro, antes realizada a cada dois anos, pode ocorrer a qualquer momento, conforme critérios definidos na Portaria MTur 41/2021.

Segundo os parâmetros de desempenho indicados pela referida portaria, Aparecida seria, portanto, a cidade com maior nível de desenvolvimento turístico (categoria A) na região, seguido por Cachoeira Paulista e Guaratinguetá (categoria B). Considerando essas informações, pode-se afirmar que dos onze municípios que integram a região turística da fé, os que apresentam nível mais elevado de desenvolvimento da atividade turística são: Aparecida, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista.

Visando a atender as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, os municípios pertencentes à essa região turística instituíram uma estrutura de governança, nomeada “Grupo de Trabalho Região Turística da Fé”, erigida com o CNPJ 46.680518/0001-14, sendo, portanto, formalizada como IGR (MTUR, 2019c). No ano de 2018, o órgão elaborou o seu próprio Plano Regional de Turismo, contendo índice de dados da região e estudo da demanda turística. (PLANO... , 2019). Ademais, o plano traça as diretrizes estratégicas da IGRs a serem trabalhadas, apresentando para cada uma delas, um conjunto de planos de ação a serem executados a curto prazo (até dois anos), médio prazo (até quatro anos) e longo prazo (até oito anos).

Além do Plano Regional do Turismo, cada município desenvolve o seu Plano Diretor de Turismo Revisional (PDTR). Em 2021, a secretaria municipal de turismo de Aparecida trabalhou a revisão e atualização de seu PDTR, vigente no período de 2021 a 2024, como documento norteador para as ações da pasta em sua gestão. Para tanto, houve participação do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), sendo este, “um órgão consultivo/deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo: opinar, sugerir, indicar e propor medidas que tenham por finalidade o desenvolvimento da atividade turística no município da Estância Turística”. (APARECIDA, 2020a).

O plano prevê ações de capacitação e maior envolvimento dos representantes do Turismo em Aparecida (Comtur e comerciantes, prestadores de serviços e demais integrantes do Trade turístico), buscando o desenvolvimento cada vez maior do potencial turístico da cidade, bem como sua valorização dentro da Região Turística da Fé (APARECIDA, 2020b).

5.2 Contextualização Histórica do Município de Aparecida (SP)

Na história do Brasil, há traços marcantes de religiosidade e herança de sua colonização. Sendo colônia de Portugal, o regime político adotado no Brasil⁹ estava intrinsecamente ligado ao catolicismo através do acordo existente entre a coroa portuguesa e o

⁹ De acordo com Moreno (2009, p. 18) em consequência de tal acordo, denominado “padroado”, o rei de Portugal recebe delegação papal e assume a responsabilidade de implantar a fé católica na nova colônia.

papado. Com o passar das gerações, o catolicismo no Brasil colônia desenvolveu-se com uma religiosidade marcada por devoções populares (MORENO, 2009).

Em 1717 desenvolveu-se uma devoção particular à virgem Maria, quando às margens do rio Paraíba do Sul, situado na região do Vale do Paraíba no estado de São Paulo, os pescadores, João Alves, Domingos Martins Garcia e Felipe Pedroso, depois de um tempo de pescaria sem resultado, “pescaram” uma imagem da Imaculada Conceição em duas etapas; sendo primeiro o corpo e em seguida a cabeça. Após esse fato, conta-se popularmente que a pesca se tornou abundante naquele dia.

Segundo Moreno (2009), a imagem permaneceu na casa de Felipe Pedroso que se tornou guardião da mesma, por cerca de 15 anos, onde a devoção iniciou de maneira familiar com a reza do terço e a imagem passou a ser chamada carinhosamente de “Nossa Senhora da Conceição Aparecida”, e futuramente “Mãe Aparecida”. Aos poucos, a devoção entre os parentes e vizinhos do pescador foi adquirindo maior proporção e cada vez, mais pessoas visitavam a imagem, atribuindo a ela os milagres. Diante das muitas visitas, anos depois, Atanásio Pedroso, filho de Felipe, construiu um pequeno oratório (também chamado de “capelinha do Itaguaçu”) para que os visitantes prestassem culto à imagem.

O local escolhido para a construção do oratório foi de fundamental importância para a disseminação da devoção. Segundo Brustoloni (2004) o local constituía-se como rota de trânsito entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (sede política e administrativa do império e período inicial da república), sendo, portanto, importante via para o transporte de riquezas e mercadorias. Desse modo, mineradores, sertanistas e tropeiros que passavam pela região auxiliaram na propagação da fama da imagem. Posteriormente, no século XIX, a cultura do café proporcionou o desenvolvimento socioeconômico para a região do Vale do Paraíba, impulsionando uma melhoria considerável nas vias de acesso, facilitando ainda mais, o fluxo de pessoas na região.

Ao longo dos últimos 300 anos, o acesso local também se desenvolveu. Durante o período que compreende o século XVIII e boa parte do século XIX, o caminho era feito a pé ou por transporte animal, em uma viagem que durava dias. Com o desenvolvimento dos meios de transporte no final do século XIX e a implantação da estrada de ferro¹⁰ ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, e posteriormente ao sul de Minas Gerais - que passava por Aparecida - o acesso foi facilitado e conseqüentemente, o número de devotos a visitar a imagem aumenta. A

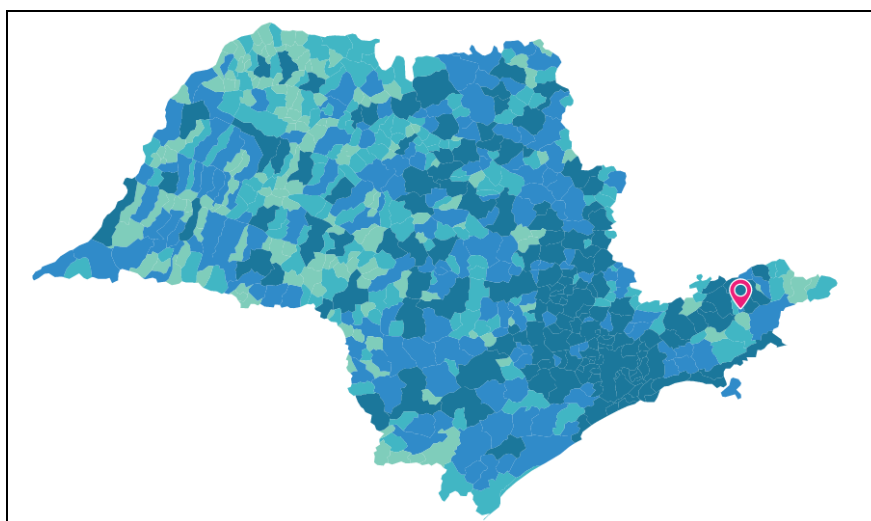
¹⁰ Havia uma linha ferroviária, hoje inexistente, mas muito utilizada nos séculos XVIII e XIX, nos tempos áureos do café, chamada de “Linha do Norte” partindo da cidade de São Paulo sentido o Norte do estado, para unir-se à linha férrea que chegava ao Rio de Janeiro, passando, portanto, por Aparecida. Por essa razão, a cidade é conhecida até hoje popularmente como “Aparecida do Norte”

partir de 1920, torna-se possível locomover-se até a cidade por automóvel, caminhão ou ônibus, com a construção da rodovia São Paulo – Rio de Janeiro e posteriormente através da rodovia Presidente Dutra.

Ainda no século XVIII, o crescente número de devotos despertou a atenção do Pe. José Alves Vilela - então vigário da igreja de Santo Antônio de Guaratinguetá - que solicitou ao bispo local, autorização para a edificação de uma nova capela, onde os devotos poderiam também ser mais bem recebidos e acompanhados. Assim, no ano de 1745, no chamado “Morro dos coqueiros” o templo posteriormente conhecido como “Basílica velha” é inaugurado e a imagem é então transferida para o local. Com uma estrutura ampliada e o constante aumento do número de visitantes à imagem, a região desenvolveu-se, culminando assim, na formação do atual município de Aparecida (MORENO, 2009).

De acordo com os informativos da Secretaria Estadual da Cultura do ano 1993 apresentados por Oliveira (1999), no período anterior à descoberta da imagem em 1717, o local onde a imagem foi encontrada e onde o seu oratório foi construído, pertenciam ao município de Guaratinguetá, cuja economia voltava-se para pecuária com o cultivo de arroz, cana de açúcar, mandioca e milho. Segundo o autor, o fato da descoberta da imagem foi determinante para que, futuramente a região se desenvolvesse, sendo elevada à categoria de distrito a partir de uma lei provincial de março de 1842 e tornando-se município autônomo em 12 de dezembro de 1928. Atualmente, o município de Aparecida destaca-se por suas atividades ligadas ao turismo.

Figura 4 - Localização do município de Aparecida (SP)



Fonte: IBGE (2022)

A devoção à imagem não se restringiu à camada mais simples da sociedade, mas também alcançou a nobreza, que ao prestar suas honras à santa, também contribuíram para a sua divulgação. Dom Pedro I, imperador do Brasil, teria visitado a imagem em 22 de agosto de 1822, enquanto transitava entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A capela recebeu também visitas do imperador Dom Pedro II e de sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, em 1843 e 1865. No dia 08 de dezembro de 1868, a princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança (filha de D. Pedro II) e seu marido, o Conde d'Eu estiveram presentes na festa da Imaculada Conceição celebrada no local. Relatos contam que em sua visita, a princesa pediu à santa a “graça especial” da concepção de um herdeiro. Na ocasião, presenteou a imagem com um manto ornado com 21 brilhantes (representando as então 20 províncias do império e a capital). Em 1884, a princesa retornou à Aparecida para agradecer o alcance de seu pedido e fez a doação de uma coroa pesando 300 gramas, feita em ouro 24 quilates, ornada com 24 diamantes maiores e 16 menores (GODINHO, 2018). Esses adereços se mantêm junto à imagem desde então.

Diante da repercussão da devoção popular à santa, a Igreja Católica Apostólica Romana, buscou organizar as práticas piedosas em torno da imagem. Elevando a igreja à categoria de Santuário Episcopal em 1883, a administração local passou a ser responsabilidade da ordem religiosa dos Padres Redentoristas. Nesse contexto, duas peregrinações organizadas foram particularmente marcantes, no que se refere à demonstração da força institucional da Igreja. A primeira, realizada em 08 de setembro de 1900, que contou com a participação de 1.200 peregrinos advindos de São Paulo, e a segunda, realizada em 16 de dezembro do mesmo ano, com peregrinos do Rio de Janeiro.

Assim, aos poucos, as peregrinações espontâneas, marcadas por uma religiosidade tradicional ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, cederam lugar às romarias organizadas, que a projetaram em âmbito nacional. Em 1931, o local é elevado à categoria de Santuário Nacional e Nossa Senhora Aparecida recebe o título de “Padroeira do Brasil”. (MAIO, 2004). Nessa perspectiva, percebe-se claramente o quanto a instituição religiosa consolidou-se como uma grande influência local. De fato, a cidade que respira o Santuário em sua história, também conta com a sua existência para o desenvolvimento do fluxo turístico local.

Com uma estrutura administrativa, deu-se início a construção de uma nova basílica. No dia 10 de setembro de 1946, a pedra fundamental da construção do templo chamado popularmente de “Basílica nova” é lançada no local conhecido como “Morro das Pitas”, com presença de altos representantes da Igreja Católica e autoridades do governo Estadual e Federal. Tal projeto, de grandes proporções, integra o espaço que se tornaria o maior santuário

dedicado à Virgem Maria em todo o mundo. Tal fator entrelaça-se com a infraestrutura do município, que vive e respira o Santuário, e necessita de melhorias para acompanhar os projetos do Santuário Nacional, para lidar com o movimento crescente de pessoas.

Gradativamente, com a evolução da construção do Santuário, o número de romeiros cresce. Em 1959, a nave norte, primeira parte da construção da Basílica Nova (que representa somente um quinto da área total do templo), começa a ser utilizada para atender aos devotos nos finais de semana e feriados. A segunda parte a ser construída foi a Torre Brasília (doada pelo governo de Juscelino Kubitschek), inaugurada em 1964. Pouco a pouco, as atividades passam a ser desenvolvidas nas novas instalações na medida em que são construídas: a cúpula, a capela das velas, a nave sul, a nave leste e a nave oeste. Por fim, a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida é transferida definitivamente para a Basílica, permitindo assim que todos os serviços sejam executados no novo templo.

Mesmo após a construção de uma nova basílica, a basílica velha continua sendo importante para a cidade, sobretudo por seu valor histórico. Muitos dos romeiros que vão à Aparecida, após visitar a imagem, passeiam pela cidade e visitam a basílica velha e as margens do rio Paraíba do Sul, onde a imagem foi encontrada. O caminho entre os dois templos pode, inclusive, ser realizado através de uma ponte construída pela “Desenvolvimento Rodoviário S.A.” (DERSA) na década de 70, chamada “passarela da fé”. A passarela de 500 metros de comprimento é, segundo Pinto (2006) bastante frequentada e muitos fiéis atravessam para o cumprimento e promessas. Na imagem a seguir, pode-se observar, à esquerda, a Basílica nova e a Passarela da Fé, que une os dois templos e à direita, a Basílica histórica, ou como conhecida, Basílica velha.

Figura 5 - A Passarela da Fé e as duas Basílicas de Aparecida



Fonte: Imagens do autor (2022)

Nos dias atuais, ainda podemos constatar a realidade de romeiros que vão até Aparecida, sobretudo na ocasião das festividades, em comemoração ao aniversário da descoberta da imagem, no mês de outubro. Pereira e Christoffoli (2013) apontam que, no ano de 2011, o número de romeiros já ultrapassava a marca de 10 milhões de pessoas, vindas de diversas localidades e por diferentes caminhos e meios de transporte, podendo ser a pé ou por automóveis. Geralmente, em caravanas, esses grupos visitam a basílica, cumprem seus preceitos religiosos e permanecem na cidade até o final do dia, usufruindo do *cluster* turístico local, consolidando assim a sua estrutura, e conseqüentemente contribuindo para o seu desenvolvimento.

Todavia, a presente investigação tenciona compreender não somente a forma como se dá tal relação entre o turista religioso e o Santuário, mas também entre o Santuário e os outros atores da governança local. Ao considerar os fatores acima mencionados, compreende-se que o turismo religioso é o principal motor para a economia local, de modo que há uma relação de dependência dessa atividade turística para a garantia da empregabilidade local (CESAR; VIANNA, 2015).

5.3 O Santuário Nacional de Aparecida: Atrativo Turístico Local

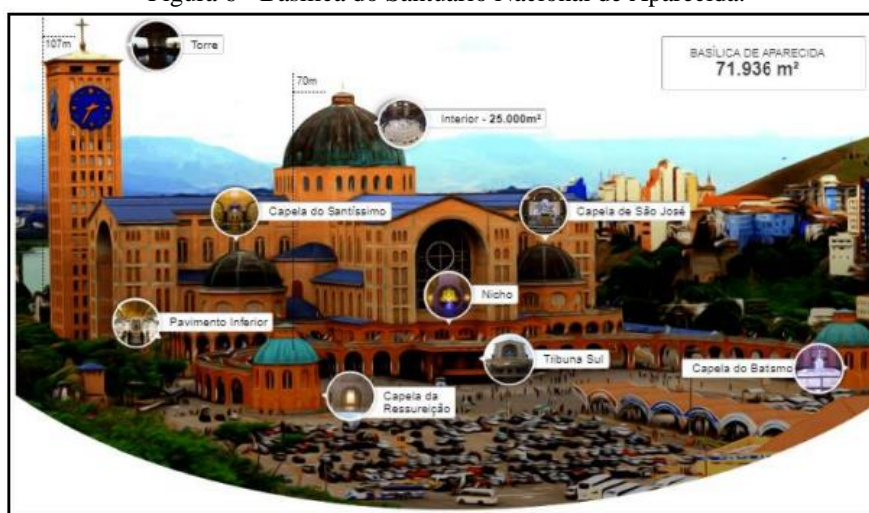
Considerado o principal destino turístico religioso no Brasil (CESAR; VIANNA, 2015), e conhecido como “Capital Mariana da fé” (APARECIDA, 2021b), o município de Aparecida é o maior centro de peregrinação religiosa da América Latina, um destaque no cenário turístico do Brasil. Possui uma área de 120.890 km² e contava, no ano de 2021, com uma população estimada de aproximadamente 36.211 habitantes (IBGE, 2022). Situado na região Paulista do Vale do Paraíba, está localizada entre as duas megalópoles brasileiras, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), interligadas pela rodovia Presidente Dutra, que atravessa a cidade, facilitando assim, o acesso.

De acordo com o Ministério do Turismo, a cidade de Aparecida está integrada à chamada “Região Turística da Fé”, juntamente com os municípios de Cachoeira Paulista, Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Cunha, Canas, Piquete, Potim, Roseira e Tremembé. Destas, destacam-se como cidades turísticas Guaratinguetá, onde viveu o Santo Brasileiro conhecido popularmente como “Frei Galvão”, Cachoeira Paulista, onde situa-se a “Canção Nova” que atrai muitas pessoas para a participação de sua programação religiosa oferecida

sobretudo por meio de eventos e Aparecida, principal cidade turística deste circuito, que abriga o maior santuário católico do Brasil.

O Santuário Nacional de Aparecida está classificado como a segunda maior basílica católica do mundo por suas dimensões, sendo apenas menor que a Basílica de São Pedro, situada na cidade de Roma (Itália). O empreendimento religioso chama atenção por suas dimensões e representatividade. (GODINHO, 2018).

Figura 6 - Basílica do Santuário Nacional de Aparecida.



Fonte: Portal A12 (2021)

Conforme informa o site oficial do Santuário Nacional, o número de visitantes (denominados “romeiros”) a se dirigirem ao local no ano de 2019 foi de aproximadamente 12 milhões de pessoas. Nota-se, portanto, que a estrutura do Santuário Nacional alcançou uma dimensão que ultrapassa o serviço religioso, mas engloba também o atendimento a diversas necessidades dos romeiros. Partindo da definição de Beni (1999, p. 8), ao afirmar que “os atrativos turísticos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos e todas as atividades são desenvolvidas em função deles”, podemos compreender que, de fato, o Santuário Nacional de Aparecida, pode ser considerado um atrativo turístico.

César e Vianna (2015) descrevem o Santuário como atrativo turístico em Aparecida (SP), cuja história permeia-se pela mística resultante dos milagres atribuídos à imagem encontrada na região, resultando no desenvolvimento urbano local como espaço turístico, influenciando diretamente na sua caracterização sociocultural. Tal processo é observado, também, em outros destinos do turismo religioso no Brasil, como Iguape (SP) e Nova Trento (SC), cidades que também desenvolveram seu arcabouço turístico a partir do seu fluxo de peregrinos. (PEREIRA; CHRISTOFFOLI, 2013).

O Santuário Nacional de Aparecida permanece em constante processo de construção. Internamente, em 2017 concluiu-se a aplicação dos mosaicos no interior e na cúpula do templo, localizada sobre o altar central, a 52 metros de altura (PORTAL A12, 2017). No mês de março de 2022, foi inaugurada a nova fachada norte da Basílica. A entrada principal para o templo conta com mosaicos de 24 diferentes cenas bíblicas (ROMÃO, 2022). Os turistas podem realizar um circuito de visitação à cúpula e ao andar superior da Basílica, para melhor apreciação dos mosaicos, que por sua vez, estão interligadas com a “Torre Brasília”, onde se encontra um mirante e o museu da devoção, cuja visita está inclusa no ingresso.

Figura 7 - Mosaicos da Basílica de Aparecida.



Fonte: Imagens do autor (2022)

Na figura 7 estão registrados: 1. A fachada norte da Basílica, um mês após a sua inauguração; 2. A fachada, com destaque à torre Brasília, localizada ao seu lado direito; 3. Os mosaicos vistos a partir do andar superior da Basílica; 4. Os mosaicos no interior da Basílica.

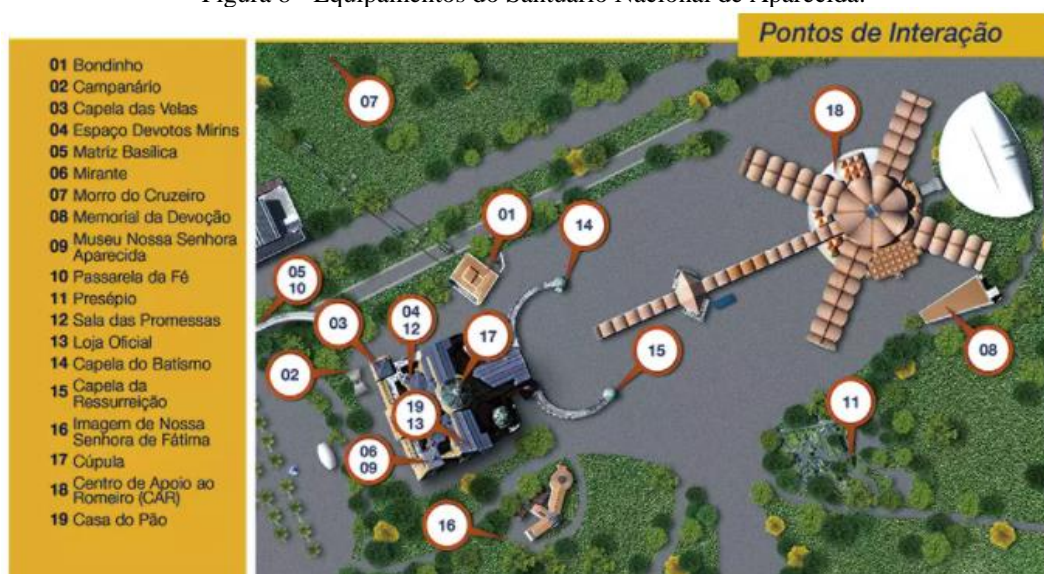
Como já visto, a história do município de Aparecida está relacionada com o Santuário Nacional que possui o mesmo nome. Portanto, para suprir a necessidade dos turistas, o

Santuário Nacional e a cidade como um todo, precisaram desenvolver sua infraestrutura e profissionalizar o seu atendimento, oferecendo ao visitante (que em geral tem como objetivo principal a visita à imagem e a manifestação de sua fé), atividades complementares a essa experiência, que lhe ofereça o conforto e praticidade no que se refere à locomoção, alimentação, hospedagem e lazer, de modo a satisfazer as necessidades dos seus visitantes.

Para atender a essa demanda, a administração do Santuário Nacional iniciou um projeto de construção, na década de 1980, de um espaço de atendimento para os romeiros. Inaugurado em 1998, o “Centro de apoio ao Romeiro” (CAR), que ocupa uma zona neutra no território do santuário, ao lado do templo religioso, oferecendo ao visitante instalações sanitárias, bebedouros, fraldário, ambulatório médico, livraria, padaria, sala para os motoristas (que transportam os ônibus com os romeiros de suas diversas localidades até o santuário), centro de documentação e memória, estacionamento e uma área de lazer contendo um conjunto comercial com 700 boxes para venda de *souvenirs* e artigos religiosos, praça de alimentação, serviço de informações e ponto de encontro, serviços esses, necessários, dado o elevado fluxo de pessoas a circular no local. Distingue-se, portanto, as áreas de culto das áreas de atendimento às necessidades básicas às pessoas e de comércio. (MORENO, 2009).

A figura 8 apresenta o mapa do espaço interno do Santuário no entorno da Basílica. Nota-se, a existência de espaços que oferecem um atendimento que não se restringe à prática religiosa e que suprem necessidades complementares a essa experiência, como alimentação e lazer.

Figura 8 - Equipamentos do Santuário Nacional de Aparecida.



Fonte: Portal A12 (2021)

O investimento em um atendimento de qualidade é prioridade para o Santuário, de acordo com Moreno (2009). Em seu trabalho, o pesquisador entrevistou o então reitor do Santuário, Pe. Darci Nicolini, que afirmou haver treinamentos para os então 1200 funcionários do Santuário – atualmente esse número aproxima-se de 2000 - para que todos estivessem preparados a receber bem os romeiros. Segundo as palavras do próprio reitor, “Deu atendimento para o povo, o povo vem. Se o atendimento não é bom, o povo não volta” (MORENO, 2009, p. 100).

Valendo-se do lema “Acolher bem Também é Evangelizar”, o Santuário Nacional de Aparecida, atualmente, conta, além do CAR, com equipamentos para lazer como a “casa do pão”, estacionamento para 6.000 veículos e um heliporto, um centro para eventos com capacidade para até 8.000 pessoas e ampla área verde (BETTONI, 2020).

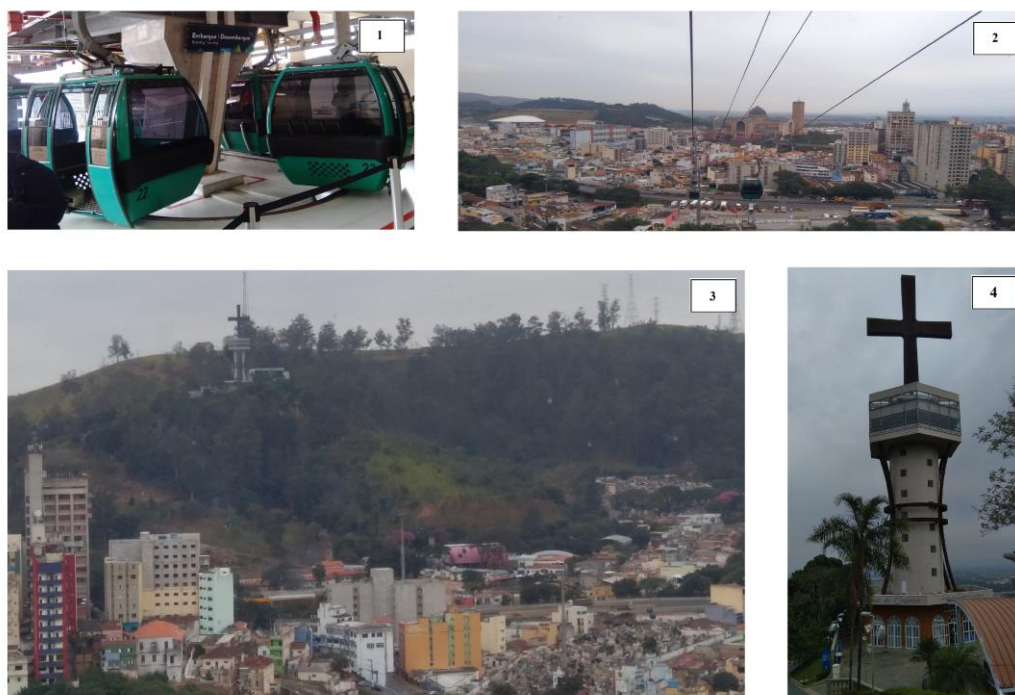
Figura 9 - Centro de Apoio ao Romeiro do Santuário Nacional de Aparecida.



Fonte: Imagens do autor (2022)

Dentre os seus atrativos, o Santuário conta também com o “Mirante do Cruzeiro”, cujo acesso pode ser realizado por bondinhos aéreos que interligam a Basílica, ao morro do Cruzeiro numa extensão de 1.100 metros. A figura 10 a seguir, apresenta registros feitos pelo pesquisador na ocasião da pesquisa de campo, em que foi possível conhecer o bonde (1), utilizá-lo (2), dirigindo-se até o morro do Cruzeiro e visita ao mirante (3 e 4).

Figura 10 - Bonde e Mirante do Cruzeiro



Fonte: Imagens do autor (2022).

Uma das construções mais recentes do empreendimento religioso é a chamada “cidade do Romeiro” (figura 11). Na imagem a seguir, observa-se: 1. O pátio local, no qual encontram-se empreendimentos como lojas, agencia de turismo religioso, salão de beleza e estética, cafeteria e uma pizzaria; 2. Um lago com pedalinhos e ao fundo, o hotel “Rainha do Brasil”, situado no local e administrado pelo Santuário Nacional.

Figura 11 - Cidade do Romeiro



Fonte: Imagens do autor (2022).

Ainda na Cidade do Romeiro, é possível percorrer o “Caminho do Rosário” trajeto de 1.132 metros de extensão que interliga ao Porto Itaguaçu. Todo o percurso é composto de 20 cenários, com um total em 128 esculturas criadas pelos artistas paraguaios Blas e Angela

Servín, apresentando os quatro Mistérios do Rosário (PORTAL A12, 2022). O visitante tem também, a opção de se dirigir até a “estação do trem do devoto” e adquirir ingressos para realizar o trajeto em um passeio de cerca de 10 minutos na réplica de um Maria-fumaça, conforme a figura 12:

Figura 12 - O Trem do devoto



Fonte: Imagens do autor (2022).

O Porto Itaguaçu, apresentado na figura 13, por sua vez, é um importante local para a visita dos Romeiros. Considerado o local onde a imagem foi encontrada, atrai a atenção dos turistas, seja para o passeio turístico de balsa em suas águas (1 e 2), como também para a observação de suas margens, com vista ao fundo para o Santuário Nacional (3).

Figura 13 - Porto Itaguaçu e rio Paraíba do Sul - Aparecida (SP)



Fonte: Imagens do autor (2022)

Tais melhorias foram essenciais, uma vez que o perfil do visitante também se modificou ao longo das últimas décadas. Para a grande maioria dos romeiros, o deslocamento até o santuário é praticado como um testemunho de fé, participado pelas romarias, como expectadores de um ritual religioso, desvinculando-se do caráter penoso de outros tempos (MAIO, 2004). Este olhar se faz necessário, dado que, conhecer as classificações dentro da atividade turística, resulta em benefícios, por tratar-se de uma estratégia de marketing que divide os consumidores-turistas em segmentos e subsegmentos, buscando uma maior eficácia dos recursos existentes e, dessa forma, equacionar a oferta e a procura (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

A tabela a seguir apresenta o número de visitantes ao Santuário Nacional de Aparecida no período de 1968 a 2021. Ao observar os dados, constata-se que, de modo geral, o número de visitantes ao espaço manteve-se crescente, mesmo diante de pequenas oscilações em alguns anos. Vale lembrar que essa tabela não diz respeito aos dados oficiais referentes ao turismo, mas sim às visitas feitas no Santuário.

Tabela 1 - Fluxo de visitantes ao Santuário Nacional de Aparecida no período de 1968 a 2020

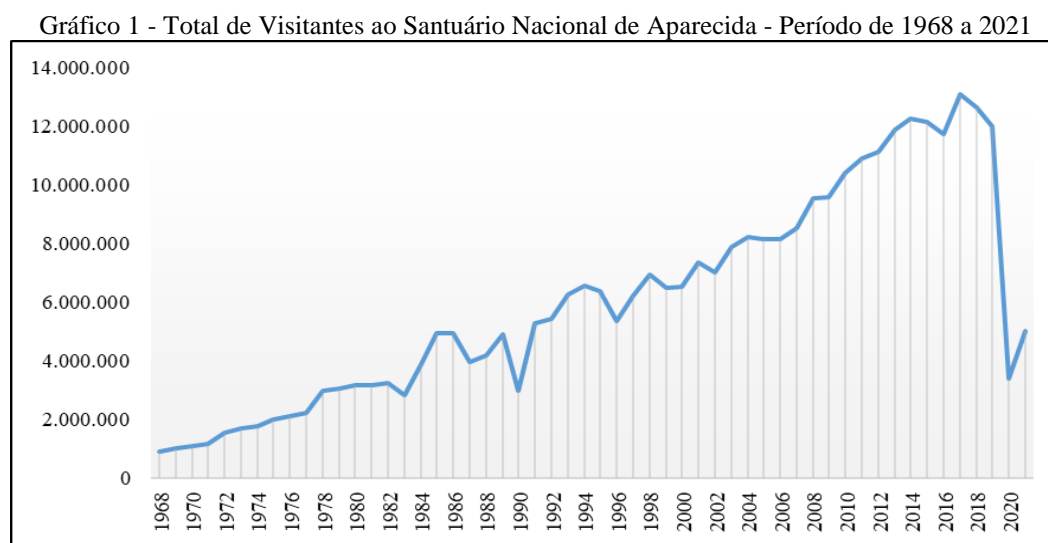
Ano	Total de Visitantes	Ano	Total de Visitantes	Ano	Total de Visitantes
1968	903.353	1986	4.930.900	2004	8.197.691
1969	1.009.955	1987	3.950.900	2005	8.109.610
1970	1.087.285	1988	4.177.900	2006	8.109.210
1971	1.171.060	1989	4.875.100	2007	8.511.733
1972	1.548.435	1990	2.951.000	2008	9.507.887
1973	1.667.140	1991	5.254.000	2009	9.554.485
1974	1.763.175	1992	5.413.300	2010	10.380.173
1975	1.994.730	1993	6.230.500	2011	10.885.894
1976	2.111.970	1994	6.546.800	2012	11.114.639
1977	2.208.030	1995	6.339.400	2013	11.856.705
1978	2.982.000	1996	5.336.000	2014	12.225.608
1979	3.041.000	1997	6.201.000	2015	12.112.583
1980	3.166.000	1998	6.924.400	2016	11.701.889
1981	3.164.000	1999	6.454.154	2017	13.058.991
1982	3.213.000	2000	6.514.583	2018	12.600.000
1983	2.812.000	2001	7.334.460	2019	11.963.935
1984	3.867.800	2002	7.003.778	2020	3.361.127
1985	4.930.000	2003	7.841.474	2021	5.014.815

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados fornecidos pelo Centro de documentação e memória do Santuário Nacional de Aparecida, e site oficial do Santuário Nacional, 2022

Vale considerar, porém, que o ano de 2020 apresenta uma expressiva diminuição no número de visitantes, justificada pela pandemia resultante da Covid-19, cujas medidas de contenção indicadas pela Vigilância sanitária resultaram no não recebimento de visitantes no período de março a agosto deste ano e atendimento limitado após esse período, com retomada gradativa no ano de 2021. O número de visitantes que o centro religioso recebeu em 2020, período mais crítico da pandemia do Covid-19, foi 75% menor, comparado ao ano anterior. O número de visitantes entre 01 de janeiro e 15 de março de 2020, período imediatamente anterior ao *lockdown*, foi de 1.546.322, enquanto, de 16 de março a 31 de dezembro do mesmo ano, período de vigência da quarentena, foi de 1.824.805 (CRUZ; SANTOS JR, 2022).

Vale ressaltar que a administração do Santuário Nacional de Aparecida, trabalhou para adaptar seu atendimento ao Romeiro durante esse período, intensificando a sua comunicação virtual, transmitindo amplamente sua programação de missas e outras práticas devocionais através da TV, Rádio, YouTube e Facebook. A medida trouxe resultados satisfatórios, com rápido crescimento de inscritos em seu canal do YouTube, alcançando 2 milhões de inscritos em 2 meses, e alcançando o segundo lugar no ranking Pay TV em sua transmissão da missa de Domingo de Ramos, no dia 28 de março de 2021, alcançando mais de 220 mil expectadores, segundo o Kantar Ibope Media (CRUZ; SANTOS JR, 2022).

Desse modo, compreende-se o sempre crescente número de romeiros que se dirigem para o Santuário Nacional de Aparecida. O gráfico a seguir facilita a observação de tal constatação:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

As melhorias na infraestrutura do Santuário, bem como os investimentos públicos para o acesso ao município sugerem que também há interesse de investimentos por parte da

iniciativa privada, configurando um *cluster* turístico religioso, que, por sua vez, de acordo com as afirmativas dos membros do Comtur, posteriormente apresentadas, pode proporcionar um desenvolvimento local benéfico tanto para os visitantes como para a comunidade local, a partir da geração de elementos como renda e empregabilidade. Visando compreender a realidade turística local, pretende-se olhar para além do turista, alcançando a realidade dos outros atores deste cenário: a comunidade local e sua interação com a atividade turística, o poder público e sua gestão para o desenvolvimento regional e a iniciativa privada, que se estabelece na região suprimindo as demandas decorrentes da atividade turística.

5.4 Estudos Anteriores

A fundação e o desenvolvimento do município de Aparecida (SP), sua estreita relação com a história da devoção à imagem encontrada na região e a construção de seu Santuário acarretaram o desenvolvimento da atividade turística local, de modo que “a conjunção turismo-religião é que move a economia e a cultura locais, e que a cidade, em quase sua totalidade, depende economicamente dela” (CESAR; VIANNA, 2015, p. 164).

O resultado da busca bibliográfica preliminar à coleta de campo realizada para esta dissertação aponta para discussões no que se refere a essa relação. O primeiro aspecto a se considerar são as dimensões do território pertencente ao Santuário Nacional com relação ao município. De um total de quase 121.000 km² da área municipal, apenas 5,6 km² situam-se em área urbana, comportando pouco mais de 36.211 habitantes (IBGE, 2022). Desse território, 1,35 km², ou seja, cerca de 20%, pertencem à igreja católica e compõem o espaço ocupado pelo Santuário Nacional. Tratando-se de um atrativo que movimenta em média 12 milhões de pessoas ao ano, pressupõe-se, que no perímetro do Santuário, desenvolvem-se atividades, ligadas direta ou indiretamente, ao turismo religioso, e, conseqüentemente, a influência do Santuário abrange toda a extensão urbana do município e também dos municípios vizinhos (MOREIRA NETO; GUIMARAES; ZANETTI, 2020).

De fato, o elevado número de romeiros a transitar pela cidade, necessita, após o cumprimento de seus preceitos religiosos, de uma estrutura para suprir suas necessidades básicas, movimentando assim o setor de serviços como alimentação, hospedagem e comércio. De acordo com alguns autores, a estrutura existente no território pertencente ao Santuário visa a atender tais necessidades de seus visitantes. Segundo Barbosa (2016), a gestão do Santuário afirma que essas construções tencionam um bom acolhimento ao peregrino, que, por vezes,

busca, sem sucesso, uma hospedagem com maior conforto que a oferecida pelos hotéis existentes nas proximidades do empreendimento religioso.

A perspectiva de Mangialardo (2015) supõe que a organização religiosa invista em infraestrutura para melhor atender aos romeiros, como percebe-se também, o investimento em melhorias na infraestrutura por parte da administração pública para atender o fluxo turístico, por meio da utilização de recursos estaduais cedidos pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Instâncias Turísticas (DADETUR), uma vez que o município possui o status de instância Turística¹¹.

Moreira Neto, Guimarães e Zanetti (2020), por sua vez, afirmam que o retorno da lucratividade do turismo no município (que corresponde a 80% do PIB) não se converte em investimentos públicos, o que resulta na pobreza da população, uma vez que 31,9% da população sobrevive com até meio salário mínimo mensal (IBGE, 2010). Segundo os autores, a administração do Santuário torna-se um limitador desse desenvolvimento, uma vez que as principais atividades e atrações de lazer pertencem ao Santuário, configurando-se, assim, um cenário monopolizado, no qual o turismo pouco usufrui das estruturas externas ao Santuário e, portanto, o lucro não é revertido para o benefício local.

Diferente perspectiva é apresentada por Godinho (2018), que revela, em sua pesquisa, pautada em dados do IBGE do ano de 2015, a existência de empresas formais ligados diretamente à infraestrutura turística local, sendo 187 destinadas ao serviço de alojamento, e 238 aos serviços alimentícios, além de 1.117 empresas de comércio varejista abrangendo a oferta de produtos variados, destacando-se dentre eles, os artigos religiosos. Dessa forma, o autor considera que a existência do Santuário impulsiona o desenvolvimento municipal.

Considerando esta investigação preliminar, com a coleta de dados, realizada *in loco*, apresentam-se a seguir, as informações obtidas, visando o esclarecimento de tais questões, tendo como ponto central a relação entre a organização religiosa que administra o Santuário Nacional de Aparecida e os atores da IGM, a saber, o Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

¹¹ As estâncias turísticas possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para a qualificação. São 70 municípios com essa classificação em São Paulo e elas podem ser destacadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais. Fonte: São Paulo Turismo (2017)

6 RESULTADOS E ANÁLISES

Este capítulo objetiva apresentar os resultados obtidos por meio do processo de realização das técnicas de coleta de dados *in loco*, realizadas após a etapa de revisão da literatura, pesquisa bibliográfica e elaboração das categorias analíticas, adotadas para o embasamento teórico da presente pesquisa, bem como da análise dos dados.

Conforme o método proposto para a execução desse trabalho, foi realizada a coleta de informações em fontes primárias, por meio das técnicas de análise documental do Plano Diretor de Turismo municipal, entrevistas semiestruturadas com atores da Instância de Governança Municipal (IGM) de Aparecida, com moradores locais e observação não participante de uma das reuniões.

6.1 Inferências iniciais

Para a obtenção de dados que trouxessem maior consistência para essa pesquisa, considerou-se pertinente a realização de entrevistas semiestruturadas com alguns atores da Instância de governança municipal (IGM) do município de Aparecida. Para tanto, utilizou-se um roteiro semiestruturado (APÊNDICE C) elaborado com base na especificação dos dados pretendidos a se obter, na formulação de perguntas norteadoras realizadas. (2002). Para Dencker (2003), “[...] a entrevista é a técnica indicada sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias”.

Para complementar tais informações, considerou-se pertinente uma abordagem aos municípios. Realizada de forma não probabilística, apresenta em sua síntese, um retrato da opinião da população, a respeito dos atores da Governança do turismo, no município estudado.



6.1.1 Abordagem aos representantes do Comtur

A partir da etapa de coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas com os representantes do Comtur, realizou-se a exploração do material e codificação. Para tanto, considerou-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações nas categorias anteriormente definidas, possibilitando assim, ao pesquisador, a realização das inferências e interpretações

das informações obtidas que, respaldadas pelo referencial teórico, apresentam os resultados aos objetivos desta pesquisa (VERGARA, 2015; BARDIN, 2016).

Para as inferências iniciais das entrevistas realizadas, utilizou-se o software MAXQDA2020 para a codificação dos textos transcritos, explorando o conteúdo coletado. Para tanto, cada texto foi codificado individualmente de acordo com as categorias analíticas pré-estabelecidas, resultando na análise de conteúdo vertical. Organizado nas cores verde, vermelho e azul, representam as categorias equivalentes a cada um dos objetivos propostos para essa pesquisa, conforme o quadro 7. Nesse sentido, apenas uma subcategoria foi acrescentada (Pandemia Covid-19), uma vez que esta se mostrou pertinente a ser considerada ao longo da análise dos dados coletados.

Quadro 7 - Cores e categorias utilizadas na análise de conteúdo

Cor	Código / Categoria	Subcategoria
(verde)	Políticas Públicas	Planejamento / Infraestrutura Municipal Planejamento Turístico Municipal Processo de Elaboração do PDTR Pandemia Covid-19
		Redes de Cooperação
(azul)	Governança em Turismo	Cluster Turístico Vantagens Competitivas
		Relação entre os atores Estrutura das Relações Autonomia e endogenia Regionalização do Turismo
(vermelho)	Desenvolvimento Socioeconômico	Crescimento econômico Qualidade de vida
	Turismo Religioso	Cidades-Santuário Romeiros Turista Religioso

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir da codificação feita, a utilização da ferramenta “visualizador da matriz de códigos” do software MAXQDA2020, apresentou a frequência que os entrevistados abordaram em seus discursos, informações relevantes acerca de cada um dos temas relativos às categorias de análise, sugerindo a percepção das categorias às quais cada um dos entrevistados discorreu com maior ênfase, conforme exposto no quadro 8:

Quadro 8 - Visualizador da matriz de códigos da análise de conteúdo

Categorias	Subcategorias	Frequência de abordagem por cada entrevistado						
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7
Políticas Públicas	Plan. / Infraestrutura Municipal	0	3	1	3	7	3	0
	Plan. Turístico municipal	3	7	1	6	8	8	2
	PDTR - Processo de revisão	5	7	2	6	1	0	4
	Pandemia Covid-19	3	1	0	0	4	0	0
Redes de Cooperação	Cluster Turístico	6	4	2	6	2	0	4
	Vantagens Competitivas	1	3	0	3	2	0	1
Governança em Turismo	Relação entre os atores	5	9	5	13	14	5	3
	Estrutura das Relações	5	7	3	4	5	4	3
	Autonomia e endogenia	1	0	0	0	0	0	0
	Regionalização do Turismo	5	5	4	2	1	0	5
Desenvolvimento Socioeconômico	Crescimento econômico	2	1	3	5	7	1	2
	Qualidade de vida	2	7	3	2	5	1	0
Turismo Religioso	Turismo Religioso (Conceito)	0	2	0	0	0	0	1
	Cidades Santuário	0	1	5	3	5	1	1
	Romeiros	0	1	1	3	2	0	0
	Turista Religioso	1	7	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Todavia, sabe-se que a quantidade de vezes que determinado código foi abordado, não infere exatamente na profundidade da explanação acerca do tema. Portanto, para auxiliar no processo de exploração do conteúdo, optou-se por complementar as informações supracitadas com outras duas ferramentas fornecidas pelo software MAXQDA2020.

A primeira, é a nuvem de palavras, que possibilita a visualização dos termos mais recorrentes em todas as entrevistas e que aqui neste trabalho, contém 30 palavras filtradas, como: pronomes, interjeições, conjunções, preposições, números e numerais, uma vez que estes poderiam interferir na visualização dos termos de interesse para essa pesquisa. Foram suprimidos também os nomes próprios dos entrevistados, garantindo assim, o seu anonimato. Para otimizar os resultados, optou-se por ignorar a diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas, evitando a duplicação de termos na nuvem de palavras.

Ao fazer uso da ferramenta nuvem de palavras para o conteúdo no conjunto das sete entrevistas semiestruturadas, compreende-se que as palavras que se referenciam os relatos dos entrevistados foram “Aparecida”, “turismo”, “cidade”, “santuário” e “Comtur/Conselho”, palavras essas que aparecem também nas nuvens de palavras elaboradas para cada uma das entrevistas. Importante notar que as nuvens não relacionam singular e plural, portanto, são

contabilizadas separadamente, como: “cidade / cidades”. O mesmo ocorre com palavras com a mesma raiz, como é o caso de “turismo / turistas / turístico”. Observa-se também, que os termos “Comtur” e “conselho”, de modo geral, representam o mesmo objeto, todavia, são contabilizados separadamente nas nuvens de palavras.

Figura 14 - Nuvem de palavras (Todas as entrevistas)



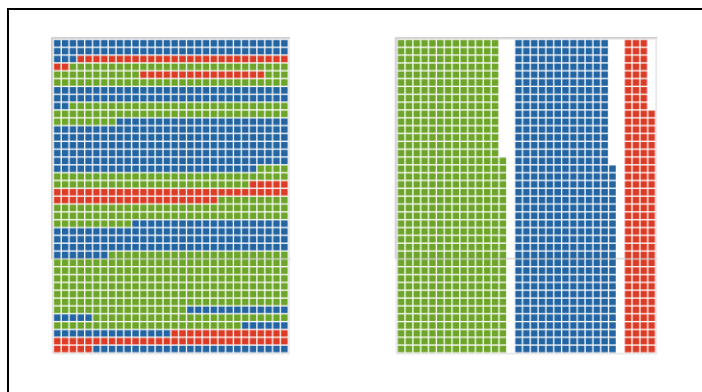
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Percebe-se que essa nuvem representa a síntese das informações coletadas com os membros do Comtur entrevistados. De modo geral, as palavras indicam que os conteúdos obtidos nas entrevistas, abrangem as perspectivas esperadas, indicando que as perguntas norteadoras resultaram na eficácia da coleta de dados. Palavras como “processo”, “plano”, “diretor”, “projetos”, “gestão” aludem à categoria políticas públicas. “Atrativos”, “turístico”, “setor” por sua vez remete ao cluster. As palavras “participação”, “pessoas”, “conselho”, “poder”, “Comtur”, “conselho” sugerem assuntos referentes às categorias relacionadas à governança e redes de cooperação. O turismo religioso pode ser referenciado com as palavras “fé”, “igreja” e “santuário”. O desenvolvimento socioeconômico pode estar relacionado às palavras “desenvolvimento” e “trabalho”.

A seguir, são exploradas cada uma das entrevistas individualmente, possibilitando a percepção das particularidades das narrativas de cada um dos entrevistados.

O **entrevistado 1** exerceu o cargo de secretário de turismo no período em que o plano diretor foi revisado, em 2021, trabalhando diretamente no processo. No momento da coleta de dados, permanece atuando com políticas públicas em Aparecida, sendo responsável pela divisão de cultura. A partir da utilização da ferramenta “retrato do documento” na entrevista 1, pode-se observar que o discurso foi conduzido de forma equilibrada entre as categorias “Políticas Públicas / Redes de cooperação” e “Governança”, ao passo que a abordagem referente ao turismo religioso, obteve menor destaque.

Figura 15 - Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (Entrevista 1)

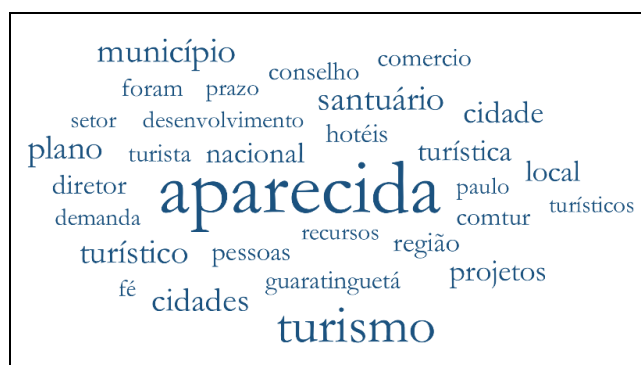


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Explica-se, que essas duas categorias tenham ocupado a maior parte do tempo da entrevista, conforme apresentado no “retrato”, pelo fato de o entrevistado ser o principal responsável pelo processo de revisão do plano diretor de turismo, além de ter acompanhado de perto, as mudanças na diretoria do Comtur, ocorridas no início de 2022. Ademais, o entrevistado ainda faz parte do conselho, participando das reuniões e mantém contato com todos os membros.

A nuvem de palavras gerada para essa entrevista apresenta as palavras “recursos”, “comércio” e “hotéis”, que não se destacam nas outras nuvens, sugerindo que, por meio do relato deste ator, encontrem-se informações para a compreensão do *cluster* turístico local. O destaque a palavras como “projetos”, “plano” e “desenvolvimento” apontam para as principais contribuições das falas desse entrevistado, utilizadas para construção desse trabalho, uma vez que representa o poder público. Desse modo, percebe-se a relação direta entre a nuvem de palavras e o retrato do documento, uma vez que as palavras destacadas em uma, remetem à categoria mais abordada em outra.

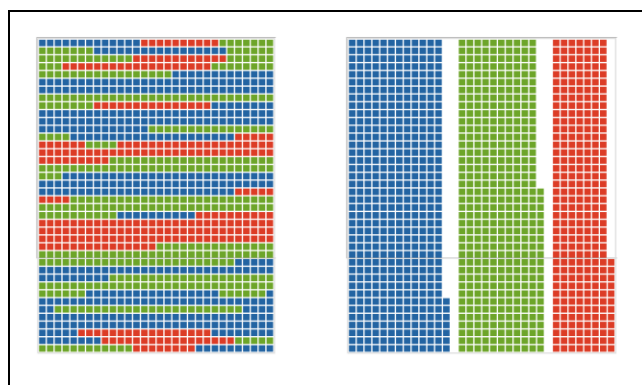
Figura 16 - Nuvem de palavras (Entrevista 1)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A **entrevista 2** foi realizada com a secretária executiva do Comtur do município de Aparecida. Representante dos guias de turismo no conselho, atua também, como vice-presidente da IGR Associação Turística da Fé. Formada em gestão de turismo, e atualmente estudiosa do tema dos destinos turísticos inteligentes, participou ativamente do processo de revisão do Plano Diretor de Turismo de Aparecida em 2021, sendo integrante das equipes de aplicação da pesquisa de demanda e avaliação dos atrativos turísticos locais. Nota-se, que a fala da entrevistada trouxe contribuições equilibradas entre as três categorias analíticas, bem distribuídas ao longo da conversa, sendo que a categoria mais abordada foi “governança”.

Figura 17 - Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (Entrevista 2)



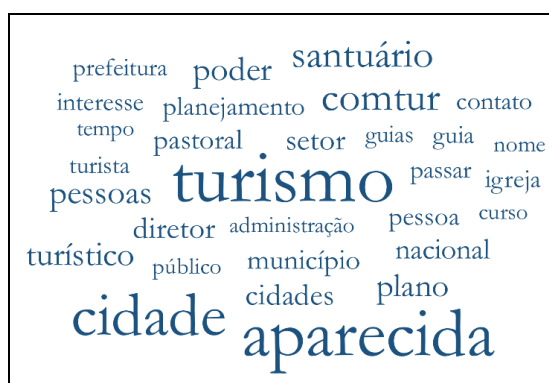
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A configuração do retrato, resulta sobretudo, dos relatos pautados em sua atuação direta no trade turístico local, integrando a experiência da entrevistada junto ao turista com a sua participação enquanto cidadã tanto na IGM - no caso, o Comtur - como na IGR, - Associação Turística da Fé - trazendo informações pertinentes para a compreensão dessa relação, a partir de sua perspectiva, no que se refere principalmente à Governança.

A análise da nuvem de palavras, resultante da entrevista 2, destaca as palavras “religioso”, “acesso” e “infraestrutura”, não mencionadas nas outras nuvens. Diferentemente do entrevistado anterior, essa entrevista apresenta maior número de palavras relacionadas à categoria “turismo religioso”, como por exemplo, “igreja”. Segundo a entrevistada, o turismo religioso é peculiar, e o fato de trabalhar como guia de turismo em um destino religioso lhe proporciona experiências espiritualizadas, sendo essa, uma das entrevistas que mais contribuiu para a observação do destino estudado como objeto de peregrinação, seja ao santuário, como também no que tange às propostas de roteirização com outros centros religiosos da região, haja visto, que a nuvem contém as palavras “região” e “conhecer”. Nesse sentido, auxilia também na observação da regionalização do turismo. A presença das palavras

e “prefeitura”. Relata, enquanto munícipe, inquietações no que se refere à administração pública e planejamento turístico, apresentando sua visão crítica acerca das relações entre os atores envolvidos na governança municipal. Menciona também, diferenças entre “as Aparecidas de dentro e de fora dos muros do Santuário Nacional”. Acredita que o poder público municipal pode trabalhar melhor a gestão de turismo, porém encontra entraves que burocratizam o processo, ao passo que a administração do Santuário age independentemente.

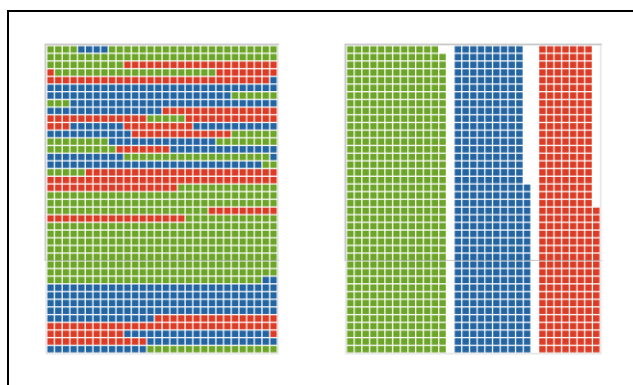
Figura 20 - Nuvem de palavras (Entrevista 3)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A **entrevista 4**, por sua vez, foi realizada com o Presidente do Comtur. Representante dos monitores de turismo no conselho e empreendedor, relata que tem projetos em fase de execução para a implantação de um atrativo turístico local, relacionado ao turismo náutico no rio Paraíba do Sul. O entrevistado participou ativamente dos encontros propostos para a revisão do plano diretor de turismo municipal, trazendo relatos do processo, como também da relação entre os atores da Governança, a partir de sua perspectiva. Ao aplicar a ferramenta “retrato do documento” na entrevista 4, pode-se observar o discurso sobre as três categorias definidas para esse trabalho, sobretudo, referente à “políticas públicas e redes de cooperação”.

Figura 21 - Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (Entrevista 4)

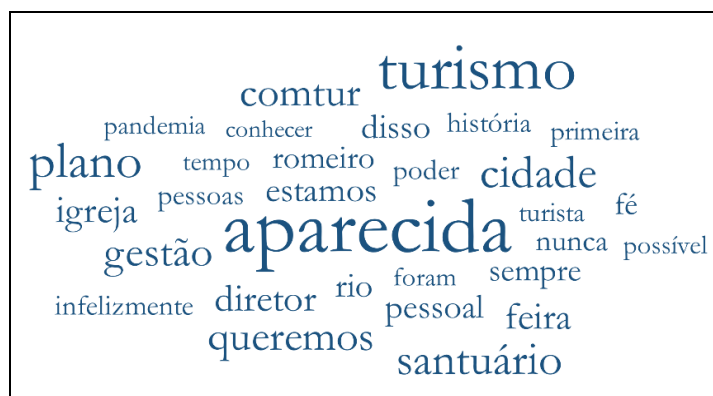


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Seu relato, versa sobretudo, para as expectativas resultantes da reconfiguração do Comtur e das primeiras reuniões realizadas pela nova gestão, justificando a configuração do retrato desta entrevista. O destaque para a categoria “políticas públicas e redes de cooperação”, portanto, resulta do tempo dedicado em sua fala à sua observação pessoal, enquanto presidente do Comtur, no que se refere ao empenho que pretende ter para a execução das diretrizes estratégicas propostas para os próximos anos.

A nuvem de palavras da entrevista 4 apresenta em destaque verbos que não se destacam em outros relatos como “queremos” e “estamos”. Justifica-se que o entrevistado, como presidente do Comtur, discursa a partir de sua intenção de promover mudanças e melhorias no setor turístico municipal, aplicando os verbos na primeira pessoa do plural, indicando falar em nome do conselho. Esse foi o único entrevistado que destacou o termo “romeiro” ao invés de turista. A palavra “feira” também se destaca apenas nessa nuvem de palavras, apontada na entrevista como importante elemento do *cluster* turístico local.

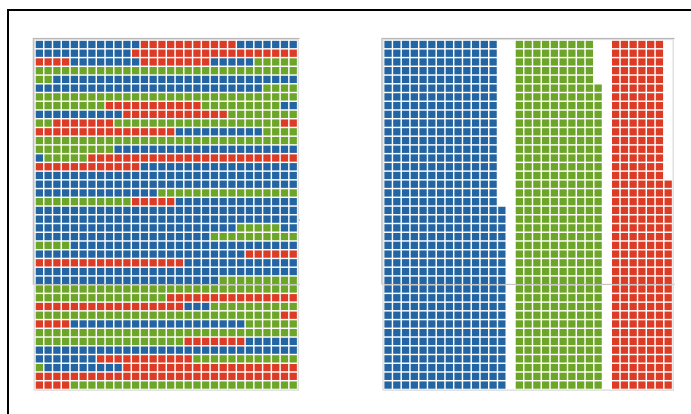
Figura 22 - Nuvem de palavras (Entrevista 4)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A **entrevista 5** foi aplicada à secretária municipal de turismo de Aparecida. Foi a entrevista mais longa dessa pesquisa, na qual a entrevistada discorre que, em sua trajetória profissional já trabalhou no Santuário Nacional, como monitora, e também atuou como guia. Por ter formação em história, trabalhou também com a educação básica em escolas públicas do município. Anteriormente a essa posição na prefeitura de Aparecida, coordenou a divisão municipal de cultura, por meio da qual aproximou-se da secretaria de turismo ao auxiliar na organização de eventos culturais. A interlocução da entrevistada, relaciona ao longo de toda a entrevista, as três categorias selecionadas para a pesquisa, trazendo percepções relevantes para todas, seja por sua experiência pessoal apresentando falas como cidadã aparecidense, como também pela sua intencionalidade para com a gestão da secretaria de turismo.

Figura 23 - Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (Entrevista 5)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O retrato da entrevista 5 é um dos que apresentam maior alternância na abordagem entre as categorias durante o discurso. A entrevistada relacionou em todo o tempo as categorias “governança” e “políticas públicas e redes de cooperação”, esclarecendo que, ao se tratar de políticas públicas para o turismo, a governança, representada aqui pelo Comtur, apresenta-se como um elemento importante. Ainda no que tange à governança do turismo, a entrevistada foi a que mais identificou a importância do envolvimento da população no processo, motivo pelo qual, percebe-se a dedicação de maior tempo para a abordagem dessa categoria na entrevista.

Na nuvem de palavras da entrevista 5 emergem as palavras “educação”, “organização” e “prefeito”, não destacadas em outras. Tratando-se da secretária de turismo, tais palavras sintetizam sua visão de gestão. No seu relato, são mencionadas diversas vezes sua intenção de organizar o departamento ao qual a entrevistada foi empossada recentemente. É interessante notar a relevância da palavra “pessoas” na nuvem de palavras desta entrevistada que narra também, a preocupação em trabalhar à dimensão de educação turística na cidade, sugerindo maior conscientização dos munícipes, sobre a importância da participação social para o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, crescimento econômico municipal. Ademais, essa entrevista atribui diversas vezes à palavra “pessoas”, uma relação direta à intenção de trabalhar para o lazer dos munícipes, por meio de projetos que possibilitem também a melhoria da qualidade de vida no município.

Esse entrevistado, em particular, menciona com maior frequência os impactos da pandemia do Covid-19 no município, fator importante para destacar devido a maneira como as políticas públicas para o turismo foram elaboradas no período mencionado nesse trabalho,

A partir da observação do retrato do documento, nota-se que as falas foram realizadas seguindo uma lógica, em trechos bem definidos alternando entre os assuntos relacionados às categorias “políticas públicas e redes de cooperação” e “governança”. O discurso deteve-se sobretudo, para a importância do PDTR, sendo esse o entrevistado que apresentou menor tempo de abordagem para a categoria “turismo religioso e desenvolvimento socioeconômico”.

Tratando-se de uma entrevista realizada com um acadêmico da área de turismo, as palavras destacadas diferem das demais, uma vez que o discurso deste entrevistado se relaciona majoritariamente ao processo de revisão do plano diretor municipal de turismo. As palavras “ações”, “diretrizes”, “atores”, “processo” e “governança” destacam-se unicamente nessa entrevista, que por sua vez, trouxe contribuições relevantes, para a obtenção dos resultados apresentados nesse estudo, sobretudo para a etapa de análise documental do documento citado.

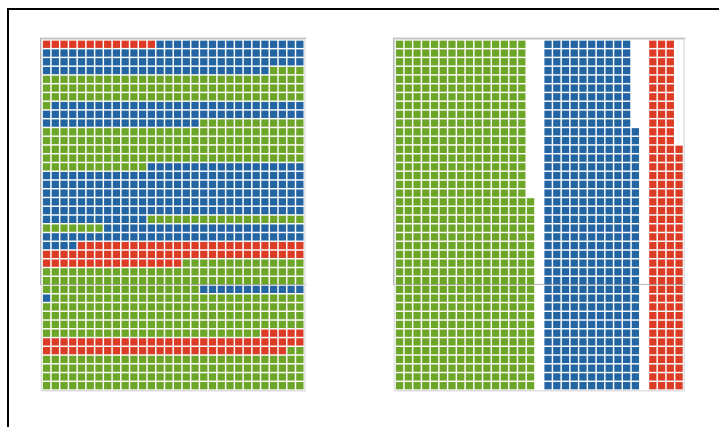
Figura 26 - Nuvem de palavras (Entrevista 6)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O **entrevistado 7** foi o representante do Santuário Nacional no Comtur. Trata-se de um funcionário do empreendimento religioso, cuja representatividade no conselho intermedia as relações entre a administração da organização religiosa e o órgão. Por diversas vezes, no decorrer das perguntas, o entrevistado comentou ser um membro recente do Comtur, não contendo informações aprofundadas sobre a sua atuação. Ainda assim, afirmou acreditar na eficácia do conselho, como órgão democrático e de participação social, percebendo uma boa vontade por parte dos membros da diretoria. As informações coletadas por meio desta entrevista são pertinentes para a confirmação de informações dadas anteriormente, sobretudo na categoria “Políticas Públicas / Redes de Cooperação”.

Figura 27 - Resultados - ferramenta “Retrato do documento” (Entrevista 7)

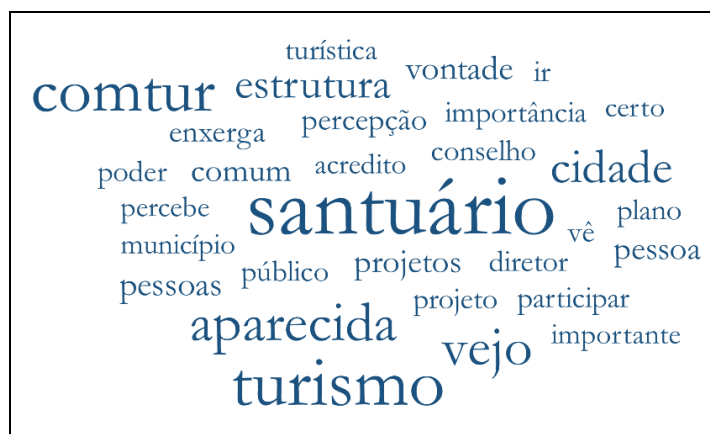


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Curiosamente, o retrato do documento revela que, dentre as três categorias principais, a categoria “Turismo Religioso” foi a menos evidente nessa entrevista que, em boa parte, pautou-se na explicação sobre a atuação do Santuário Nacional dentro do conselho, e sua relação com os demais atores da IGM. Ainda assim, o entrevistado evidencia a preocupação, por parte do Santuário Nacional, em suprir às necessidades dos romeiros que a visitam, proporcionando um atendimento para além da assistência religiosa. Por essa razão, a categoria mais abordada nessa entrevista foi “Redes de Cooperação”, pois o relato do entrevistado indica a visão para o cluster do turismo religioso existente no município, sendo o Santuário detentor da maior parte dos atrativos.

A nuvem de palavras aplicada à entrevista 7 resultou em maior destaque para o termo “Comtur” e “estrutura”. O entrevistado afirmou estar apresentando a sua perspectiva pessoal com relação às perguntas realizadas, o que justifica o aparecimento das palavras “vejo” e “percepção”, não destacadas em outras nuvens de palavras. Mencionou a importância da realização das pesquisas e do monitoramento constante no Santuário Nacional, como ferramenta norteadora para a realização de melhorias no empreendimento turístico-religioso, que podem e devem, na visão do entrevistado, ser também adotadas pela gestão pública como estratégia para o desenvolvimento do turismo no município.

Figura 28 - Nuvem de palavras (Entrevista 7)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A aplicação das ferramentas “nuvem de palavras” e “retrato do documento”, apresentam, portanto, as inferências iniciais das entrevistas com os membros do conselho municipal de turismo de Aparecida. Nota-se, que a opção pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, ou seja, com roteiro pré-determinado, conduziu as conversas realizadas. Ainda assim, essa técnica de abordagem possibilitou a obtenção das diferentes percepções subjetivas dos entrevistados, uma vez que cada um trouxe elementos pertinentes à pesquisa para as diferentes categorias utilizadas nesse estudo, em intensidades diferentes, possibilitando assim o êxito na coleta de dados, e conseqüentemente, na apresentação dos resultados aos objetivos propostos por essa dissertação.

6.1.2 Abordagem à comunidade local e sua percepção acerca da Governança do turismo

Visando a obtenção de informações referentes à percepção da comunidade local, foram realizadas, como parte da etapa de pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas com uma amostra da população residente no município de Aparecida.

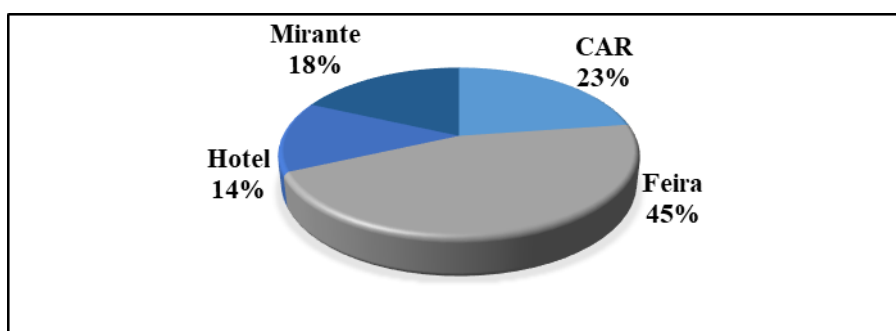
Vale ressaltar que a configuração do Comtur de Aparecida é composta, conforme indicado no quadro 1 (pág. 78) por seis representantes do poder público, vinte representantes da iniciativa privada e quatro outros representantes sem direito a voto. O PDTR 2021-2024 justifica a composição do conselho local a partir da Lei municipal de nº 4.375/2021 de 23 de novembro de 2021, valendo-se do modelo do guia de criação e fortalecimento dos conselhos municipais de turismo e da AMITur, aprovado pelo CONTURESP, cuja indicação é que o órgão seja composto por integrantes na proporção de 1/3 (um terço) do setor público e 2/3 (dois terços) da iniciativa privada). Portanto, a fim de obter informações complementares, se fez necessária tal abordagem.

Nesse sentido, apesar de a presente dissertação ter como finalidade compreender a gestão e estrutura de governança do turismo, bem como as suas relações, considerou-se pertinente a abordagem aqui apresentada como ferramenta para uma reflexão acerca das percepções dos moradores do município estudado com relação à IGM de turismo, uma vez que, ao serem realizadas as entrevistas com os membros participantes do Comtur, tal perspectiva não pôde ser melhor contemplada, posto que no órgão não foram identificados representantes diretos da sociedade civil.

A amostra obtida para essa pesquisa se deu por meio de abordagem não probabilística, cujos sujeitos foram escolhidos por acessibilidade ou conveniência. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a opção por esse tipo de amostragem permite ao pesquisador selecionar as pessoas que representarão o universo da pesquisa de forma aleatória, conforme se mostrarem acessíveis. Ao total, a referente abordagem resultou em um total de 22 respondentes, abordados em quatro diferentes pontos do município, sendo eles: a) O Centro de Apoio ao Romeiro, espaço sob a administração do Santuário Nacional. (5 Pessoas); b) O morro do cruzeiro, espaço também administrado pelo Santuário Nacional (4 Pessoas); c) Funcionários do hotel onde o pesquisador ficou hospedado (3 pessoas) e; d) Feira externa ao santuário, localizada em espaço público situado em frente ao portão principal da entrada no santuário (10 pessoas)

Desse modo, buscou-se uma amostragem da população que apresentasse diversidade, seja com relação as atividades que exercem no município, como também no local de abordagem, em espaços internos e externos ao santuário, conforme o gráfico 2.

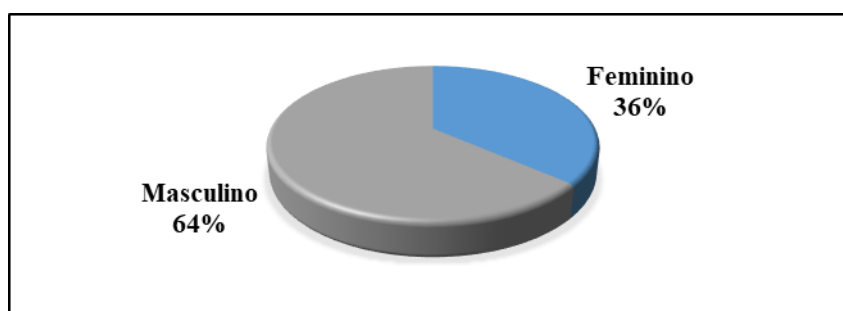
Gráfico 2 - Locais de abordagem aos moradores de Aparecida



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Com relação ao sexo dos respondentes, 14 foram do sexo masculino (64%) ao passo que 8 foram do sexo feminino (36%), conforme gráfico 3

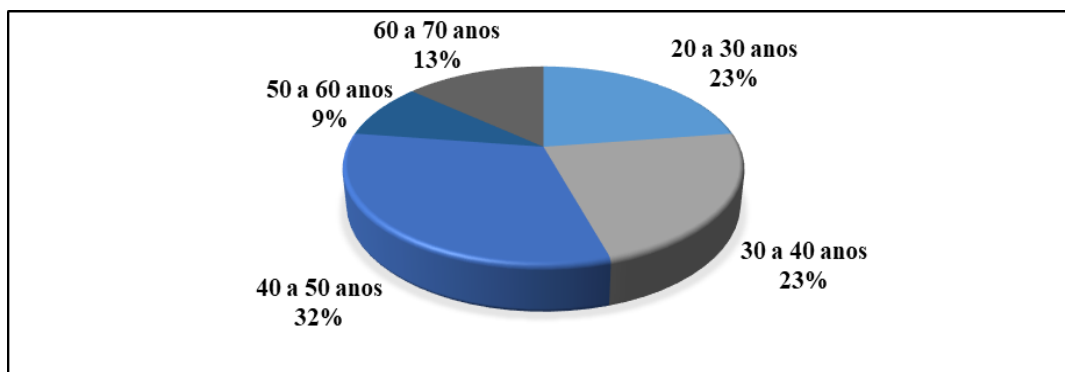
Gráfico 3 - Abordagem aos moradores de Aparecida por sexo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A amostragem abordada mostrou-se diversificada também no que se refere à faixa etária, sendo 5 com idade entre 20 e 30 anos (23%), 5 entre 30 e 40 anos (23%), 7 entre 40 e 50 anos (32%), dois entre 50 e 60 anos (9%) e três entre 60 e 70 anos (13%), conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Abordagem aos moradores de Aparecida por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Objetivando obter a perspectiva de uma amostra da comunidade local a respeito da ação dos atores da governança turística municipal, o pesquisador valeu-se, como pano de fundo para a condução da entrevista, de perguntas que motivassem os respondentes a apresentar a sua perspectiva sobre pontos fortes e pontos fracos na atuação de cada um dos atores da IGM no município de Aparecida (APÊNDICE D), possibilitando assim, por meio dos relatos coletados, uma análise de cada um desses atores, conforme será apresentado a seguir.

a) A atuação do Poder público na visão dos respondentes:

As respostas coletadas com os entrevistados no que se refere aos pontos fortes e aos pontos fracos da atuação do poder público evidenciam o descontentamento com relação à infraestrutura e manutenção da cidade, bem como falta de investimentos no setor turístico local. Diferentes entrevistados alertaram para a precariedade no atendimento da saúde e segurança. As informações coletadas pela amostra apontam também, como elementos complicadores para a atuação da gestão pública a falta de recursos e verbas, e como possível caminho para minimizar a situação, um trabalho mais harmônico com o Santuário Nacional.

Parte da amostra entrevistada demonstra-se descontente com o poder público, não apresentando nenhum ponto forte na gestão. Todavia, percebe-se que há esperanças de melhorias, por parte dos entrevistados, que apontaram como aspectos positivos da recente atuação do poder público, um maior apoio para a organização do comércio local. O combate aos “malhadores / vendedores de fitinhas” que, na visão de alguns entrevistados, fomentam a exploração dos romeiros, bem como a apresentação de um plano de infraestrutura, que apesar de ainda não ter sido executado, se apresenta mais claro que os anteriores. Alguns respondentes afirmaram também que a atual gestão, se mostrou atuante em atendimentos humanitários durante o período crítico da pandemia de Covid-19, captando e oferecendo cestas básicas para a população. Outro aspecto interessante foi a percepção de uma busca por organizar a agenda folclórica e de eventos, como estratégia para atrair turistas para o município. Uma das respostas apresentou uma visão divergente no que se refere à harmonização entre o poder público e Santuário Nacional, afirmando a inexistência de parceria entre os dois.

Quadro 09 - Atuação do Poder Público de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada

(Continua)

Pontos Fortes	Respondentes	Percentual
Gestão atual apresenta apoio para a organização do comércio local	6	27%
Não identificou	5	23%
Assistência humanitária durante a pandemia	4	18%
Gestão atual apresenta planos de Infra estruturas mais claros	3	14%

Quadro 09 - Atuação do Poder Público de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada
(Conclusão)

Busca pela organização da agenda folclórica e de eventos festivos do município	2	9%
A atuação junto com à Basílica, visando parcerias para melhoria da Infraestrutura local	1	5%
Busca combater os "malhadores de fitinhas" irregulares que aumentam a criminalidade	1	5%
<hr/>		
Pontos Fracos	Respondentes	Percentual
Falta investimento em Infraestrutura e manutenção	16	73%
Não investe no turismo, e em novos atrativos além dos oferecidos pelo Santuário	4	18%
Falta de trabalhar em harmonia com o Santuário	1	5%
Falta de recursos e verbas	1	5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

b) A atuação da iniciativa privada na visão dos respondentes:

No tocante à iniciativa privada, o ponto forte mais evidenciado foi a existência de uma grande quantidade de estabelecimentos, o que permite que seja oferecido um suporte aoromeiro que visita o Santuário. Destaca-se também a percepção, por parte de alguns respondentes, de investimentos por parte dos proprietários, objetivando melhorias na estrutura dos estabelecimentos, que apresentam opções diversificadas de preços e serviços para atender a públicos de diferentes condições financeiras. Outro ponto positivo citado foi a geração de empregos por meio de tais empreendimentos.

O principal ponto deficitário apontado foi a falta de qualificação no atendimento em boa parte dos empreendimentos, seguido de preços elevados, sobretudo no que se refere aos restaurantes, que não apresentam o cardápio com valores fixos, resultando na elevação dos preços em dias de alta demanda de turistas. Alguns respondentes apontaram como ponto fraco também, as condições de trabalho dos funcionários, com baixos salários. Um dos respondentes observou como ponto fraco a existência de poucos atrativos turísticos fora do santuário, e outro apontou que a falta de integração entre os estabelecimentos enfraquece a potencialidade do *cluster* turístico local.

Quadro 10 - Atuação da iniciativa privada de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada

Pontos Fortes	Respondentes	Percentual
Oferece suporte no atendimento ao Romeiro, pois há grande quantidade de estabelecimentos	10	45%
Os estabelecimentos têm investido em melhorias na sua estrutura	5	23%
Diversidade de preços e serviços	4	18%
Gera empregos	2	9%
Ofereceram ajuste de preços para acolher melhor o romeiro na atual crise econômica	1	5%
Pontos Fracos	Respondentes	Percentual
Falta qualidade no atendimento	14	64%
Preços elevados	4	18%
Salários Baixos para o trabalhador	2	9%
Ficam fechados em si, competitivos	1	5%
Poucas opções de atrativos fora do santuário	1	5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

c) A atuação da organização religiosa na visão dos respondentes:

Ao serem questionados sobre a atuação do Santuário Nacional, os respondentes indicaram como principais pontos positivos, a dimensão empreendedora dos seus administradores, investindo e oferecendo sempre novos atrativos para o turista, ultrapassando a dimensão do atendimento estritamente religioso, a qualidade na estrutura de atendimento e acolhimento ao romeiro. Relataram também a geração de empregos diretos e indiretos resultante da existência do complexo religioso, que investe constantemente em melhorias no seu território, diversificando os atrativos locais. Alguns entrevistados afirmaram que o Santuário Nacional impulsiona as obras de melhoria na infraestrutura da cidade, por ser o principal atrativo local. Um dos respondentes notou a existência de projetos sociais mantidos pela organização religiosa.

Nesse sentido, percebe-se, por parte da amostra entrevistada, uma admiração com relação à gestão e infraestrutura do Santuário, em detrimento à gestão pública. Tais percepções podem ser também indícios da influência que o empreendimento religioso exerce sobre a cidade.

Em contraponto, o principal ponto fraco identificado pelos entrevistados é a pouca interação do Santuário com o ambiente externo a seus muros, o que foi apontado também por parte dos respondentes como um inibidor para a iniciativa privada, uma vez que o Santuário presta serviços a fim de atender o romeiro em tudo o que ele necessita dentro de seu território, e, portanto, grande parte destes não circulam em espaços externos ao administrado pelo Santuário. Alguns munícipes também consideram os preços dos atrativos muito elevados, citando como principal exemplo, o estacionamento, o qual os próprios munícipes precisam pagar para utilizar, causando assim certo distanciamento entre o santuário e o município. Os respondentes que apresentaram esse ponto alegam que o santuário, ao atender os romeiros, poderia ter preços mais acessíveis nos atrativos, ao invés de “visar o lucro”. Uma parte dos respondentes não soube identificar e relatar pontos fracos do Santuário Nacional.

Quadro 11 - Atuação da organização religiosa de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada

Pontos Fortes	Respondentes	Percentual
Visão empreendedora, oferece atrativos além do religioso	5	23%
Acolhimento e estrutura para o romeiro	4	18%
Gera empregos diretos e indiretos para Aparecida e região	4	18%
Atrai obras de melhoria para a cidade, tornando-a mais bonita	3	14%
Excelência na organização e infraestrutura	3	14%
Peça principal para o turismo na cidade - Atrativo	2	9%
Oferece projetos sociais para a cidade	1	5%
Pontos Fracos	Respondentes	Percentual
Atuam basicamente no seu território (pouca interação fora dos muros)	10	45%
Preço elevado dos atrativos	6	27%
As vezes adquire característica comercial, monopolizando e inibindo a iniciativa privada a concorrer	3	14%
Não identificou	3	14%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

d) A atuação da comunidade local na visão dos respondentes:

Ao serem questionados sobre os pontos fortes e fracos da atuação da comunidade local no que tange ao turismo, o principal apontamento por parte dos respondentes foi o de que a população local tem um perfil acolhedor para com os romeiros e turistas religiosos. Alguns afirmaram que os munícipes vêm adquirindo uma maior consciência da importância do turismo, sobretudo após o *lockdown* resultante da pandemia de Covid-19, que resultou na ausência de turismo no município e acarretou em uma situação de falta de recursos financeiros para a maioria da população que vive das atividades decorrentes desse turismo. Nesse sentido, compreende-se também, a partir dos relatos de alguns entrevistados, que a população compreende a sua importância para a operacionalização do turismo.

Todavia, ainda assim, o principal ponto fraco apontado foi a falta de articulação e engajamento da população, além da falta de capacitação profissional. Alguns entrevistados apontam novamente a problemática resultante da falta de monitoramento dos preços dos produtos, reafirmando o preço abusivo dos malhadores / vendedores de fitinhas. Outras respostas trouxeram preocupações a respeito da grande dependência do turismo como fonte de renda para a população, do cansaço decorrente da alta demanda dos trabalhadores do setor e falta de perspectiva de crescimento profissional, que resulta na opção que alguns jovens fazem de mudar-se de cidade.

Quadro 12 - Atuação da comunidade local de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada
(Continua)

Pontos Fortes	Respondentes	Percentual
População com perfil acolhedor	9	41%
Está adquirindo consciência da importância do turismo	4	18%
Trabalha para o turismo acontecer	4	18%
Não identificou	3	14%
Cidade tranquila, boa de morar	2	9%
Pontos Fracos	Respondentes	Percentual
Pouca articulação e engajamento da população para proporcionar melhorias	7	32%

Quadro 12 - Atuação da comunidade local de acordo com a amostra da comunidade local entrevistada
(Conclusão)

Falta profissionalização e capacitação para lidar bem com o turista	6	27%
Abusam da fé do Romeiro "vendendo a fé;" com preços abusivos	3	14%
Grande dependência do turismo	2	9%
Cansaço pois o turismo local demanda muito trabalho	1	5%
Os munícipes que não trabalham no setor, não gostam da atividade turística	1	5%
Os jovens não veem oportunidade de crescimento profissional, e se mudam para outras cidades	1	5%
Não identificou	1	5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Diante das percepções supracitadas, notam-se lacunas pertinentes para discussão, sobretudo no que se refere à maneira como a amostra entrevistada observa a população local no contexto apresentado. Um ponto de atenção é evidenciado na perspectiva da empregabilidade, capacitação profissional e condições de trabalho, posto que a solução de alguns problemas relatados não depende diretamente dos munícipes. Ademais, o problema se revela ainda mais pertinente quando um dos entrevistados relata que há jovens que evadem da cidade em busca de melhores perspectivas profissionais, evidenciando uma falha a ser corrigida, no que tange à profissionalização e valorização da mão de obra local.

Além disso, o relato de alguns entrevistados com relação ao pouco engajamento da população nas políticas públicas de turismo aponta para a necessidade da educação turística no município, o que, por sua vez, tange ao poder público, conforme indicado, inclusive nas diretrizes do PDTR 2021-2014. Nesse aspecto, trabalha-se também o desenvolvimento a partir da liberdade do indivíduo em, de fato participar da construção política e social do meio em que vive, conforme a perspectiva de Sen (2000).

A abordagem à comunidade local traz, portanto, uma evidência importante a respeito do pensamento de um pequeno grupo de aparecidenses, acerca da percepção da população no que se refere à atuação dos atores da governança do turismo em Aparecida, cuja abordagem pode ser ampliada e aprofundada em pesquisas futuras. Pondera-se que as informações coletadas com esse público não fazem jus aos critérios de uma pesquisa quantitativa, uma vez

que representam a opinião de uma pequena amostra sob uma perspectiva qualitativa, com a finalidade de ser interpretada complementarmente às informações obtidas pelas demais fontes de pesquisa.

6.2 As políticas públicas de turismo em Aparecida

Para a apresentação dos resultados no que tange às políticas públicas municipais de turismo em Aparecida, considerou-se, sobretudo, o processo de sua elaboração, levando em conta o recorte temporal que compreende o ano 2021, período de revisão do plano municipal de turismo e primeiro semestre do ano 2022, no qual a nova gestão do Comtur foi empossada de suas atribuições e iniciaram-se as discussões acerca da aplicação das diretrizes estratégicas, propostas no documento norteador para a pasta.

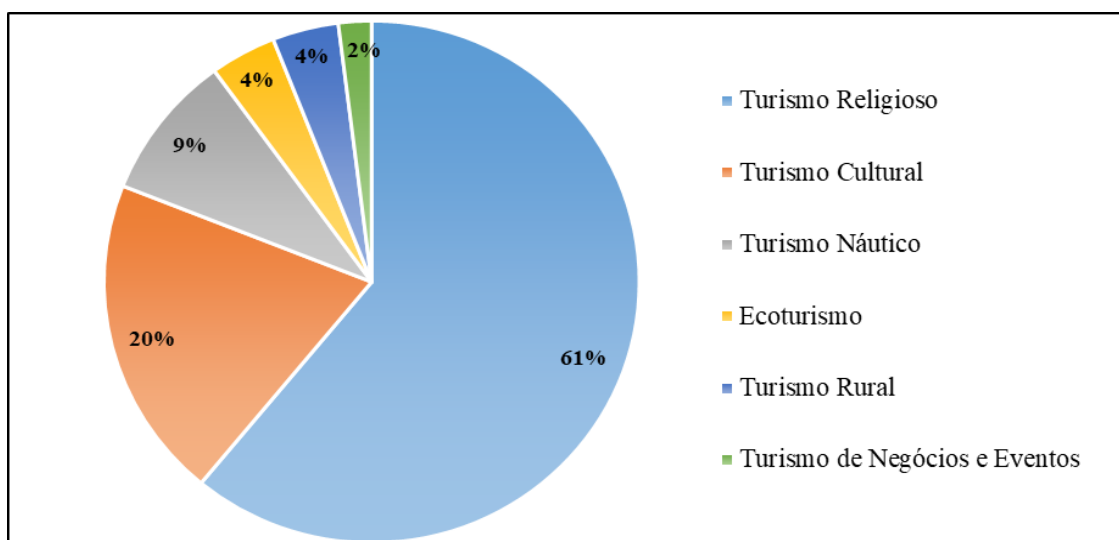
Para tanto, utilizou-se em um primeiro momento, como técnica, a pesquisa documental, por meio da leitura e análise do Plano Diretor Revisional de Turismo do Município de Aparecida, para o entendimento da vocação e demanda turística do destino, além da aplicação do Modelo Teórico dos Múltiplos Fluxos como meio para a observação da interação entre os atores da Instância de Governança Municipal (IGM) de Aparecida, na elaboração das políticas públicas para o turismo local. Portanto, apresenta resultados que constituem nos alcances obtidos para o objetivo específico proposto para esse estudo; “verificar a participação da organização religiosa (Igreja) nas políticas públicas municipais de turismo e no ambiente de cooperação entre os atores em rede”.

Para melhor conhecimento da realidade local, e visando a melhorar o desempenho do setor turístico, as estâncias turísticas do estado de São Paulo tem por obrigação, dispor de um Plano Diretor de Turismo Revisional (PDTR) aprovado e revisado a cada três anos, de acordo com a Lei Complementar 1.261, de 19 de abril de 2015. Sendo o município de Aparecida classificado como estância turística desde a década de 70, o poder público municipal atualiza periodicamente o seu PDTR. Resultado de um trabalho realizado no período de março a agosto de 2021, onde, a prefeitura municipal, juntamente com a empresa PHOCUS, elaboraram o diretório válido para o período de 2021 a 2024, sendo este portanto, o principal documento de análise deste trabalho. O PDTR faz um diagnóstico do atual cenário do turismo local, bem como apresenta estratégias para o desenvolvimento turístico da região, salientando a intenção de consolidar outros segmentos além do religioso, como o turismo cultural, rural, náutico, negócios e eventos (APARECIDA; PHOCUS, 2021)

O PDTR explicita que a principal vocação da Estância Turística de Aparecida é o turismo religioso, mas elucida também a existência de diferentes patrimônios culturais locais, um potencial turístico ainda pouco explorado. Do mesmo modo, indica a possibilidade de desenvolvimento do turismo náutico, uma vez que o rio Paraíba do Sul facilitaria o transporte no território do município pela região, além de ser potencialmente um atrativo turístico devido sua importância na história do município. Além disso, a existência de uma estrutura hoteleira e de um centro de eventos apontam a caracterização local para o investimento em turismo de negócios e de eventos. O turismo rural e o ecoturismo também são apresentados como futuras possibilidades de segmentos turísticos locais.

Sugere-se, porém, a partir da leitura do PDTR, a intenção por parte do poder público, na diversificação do turismo em Aparecida. O documento elenca 46 diferentes atrativos turísticos que abrangem diferentes segmentos, com a intenção de variar a demanda turística local, que atualmente conta com 29 atrativos turísticos religiosos (61%), seguido por nove atrativos de Turismo Cultural (20%), quatro de turismo náutico (9%), três de turismo rural e ecoturismo (4%) e um de Turismo de Negócios e Eventos (2%). O gráfico a seguir expõe mais claramente, a relevância do turismo religioso para o município (APARECIDA; PHOCUS, 2021).

Gráfico 5 - Segmentação Turística do município de Aparecida (SP)



Fonte: Elaborado com base no Plano Diretor de Turismo Revisional do município de Aparecida – 2021/2024

Tal informação confirma a importância do segmento turístico religioso no município de Aparecida (SP). Uma vez que os atrativos turísticos deste segmento são pertencentes à organização religiosa, este estudo tenciona compreender a influência e participação da Igreja

nas políticas públicas locais, bem como seus impactos diretos e indiretos para o desenvolvimento socioeconômico local.

Diante dos resultados de um diagnóstico local e do estudo da demanda turística, realizado no período de elaboração do Plano Diretor por meio de questionários respondidos por turistas e de visitas técnicas realizadas por profissionais do turismo aos atrativos turísticos, o Plano Diretor indica onze diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do turismo no município, apresentadas a seguir:

1. Criar um plano de infraestrutura turística para toda a extensão do município;
2. Conscientizar a comunidade para o turismo, educação, acessibilidade e sustentabilidade;
3. Incentivar a integração do comércio ao turismo no município;
4. Promover a parceria, capacitação e qualificação do Trade Turístico, Setor Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil;
5. Elaborar um Plano de Sinalização Turística Municipal;
6. Elaborar um Plano de Marketing e Comunicação com o objetivo de divulgar o potencial turístico do município;
7. Promover melhoria contínua dos atrativos turísticos e transformar os potenciais turísticos em atrativos, vinculados a roteiros;
8. Fomentar que o Comtur tenha participação efetiva na elaboração de Políticas Públicas;
9. Consolidar, especialmente, os segmentos de turismo cultural, rural, náutico e eventos, promover os demais segmentos;
10. Planejar o acesso ao anel viário regional - Arco da Fé;
11. Promover em âmbito Regional, Estadual e Internacional o turismo do município.

Identificadas as diretrizes, foram estipuladas 40 metas, sendo algumas de execução imediata, outras de curto prazo (até dois anos), médio prazo (até quatro anos) e longo prazo (acima de quatro anos).

Por meio dessas informações, compreende-se a importância de uma estrutura de gestão eficiente para o desenvolvimento municipal do turismo. Nesse sentido, o PDT apresenta-se como documento norteador, seja por propor as ações a serem executadas para o cumprimento das diretrizes estratégicas, como também para o melhor entendimento da demanda turística do destino, conforme será visto a seguir.

6.2.1 Estudo de demanda Turística

O presente tópico tem por objetivo apresentar resultados do Estudo de Demanda Turística do município de Aparecida apresentados no PDT. Apesar de não ser um objetivo prioritário para esse trabalho, a opção por compreender o universo dos turistas e excursionistas - ou conforme costuma-se chamar os visitantes do Santuário Nacional de Aparecida, os romeiros - objetiva complementar as informações obtidas ao entrevistar os atores da governança turística do município de Aparecida. Ademais, a observação deste público auxilia na compreensão da intensidade com a qual usufruem da infraestrutura local, para além do território, pertencente ao Santuário Nacional de Aparecida.

A pesquisa sugere, inicialmente, que a classificação ou não do romeiro como turista, seja um ponto intrigante para a compreensão da articulação municipal no que se refere ao turismo, uma vez que, conforme já exposto anteriormente, o templo religioso configura-se como o principal atrativo turístico local. Todavia, para a compreensão da gestão turística, faz-se importante uma observação acerca da atuação dos romeiros/turistas, na estrutura local e utilização dos serviços oferecidos, bem como sua interferência na vida da comunidade local, uma vez que tal percepção consiste em um dos objetivos deste trabalho.

A obtenção dos dados a seguir, se deu por meio da análise do PDTR do município de Aparecida 2021-2024. Conforme o Plano Diretor (p.79):

No contexto do Plano de Desenvolvimento, e dada a importância do turismo para a economia local, surgiram uma série de questionamentos iniciais a respeito das pessoas que visitam Aparecida, classificadas nesta pesquisa como Turistas (aqueles que se hospedam na cidade) ou Excursionistas (aqueles que não se hospedam na cidade). Alguns desses questionamentos iniciais são: a) quem é o visitante de Aparecida?; b) qual o seu perfil socioeconômico?; c) quais seus interesses de visitação em Aparecida? d) como os visitantes avaliam a cidade?

De acordo com o Plano Diretor, a coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário online, diretamente com o público-alvo (pessoas que visitam ou já visitaram a cidade de Aparecida), por meio de contato telefônico, link com endereço eletrônico do formulário por Mídias Digitais (Redes sociais, WhatsApp, Mailing de Clientes etc.) realizado pela Secretaria de Turismo Municipal de Aparecida. Foram realizadas também, abordagens presenciais com turistas, em alguns pontos da cidade.

O questionário foi constituído por 24 perguntas e a amostragem dessa população (turistas e excursionistas) resultou em um total de 387 respostas. Conforme o Plano Diretor, houve poucos respondentes presenciais, devido ao baixo fluxo de visitantes em decorrência

das medidas de restrições, resultantes da pandemia de Covid-19 no período de aplicação da pesquisa.

Os dados a seguir, foram, portanto, obtidos através da coleta de informações de parte das questões aplicadas na pesquisa citada, a fim de apresentar um panorama geral do perfil do turista que visita o município de Aparecida. Para tanto, optou-se por uma análise das respostas, a partir dos seguintes aspectos: motivação e interesse, tempo de permanência, acomodação, locomoção e avaliação e impressões do município.

a) Motivação e interesse

Para a percepção das motivações que atraem os turistas à Aparecida, questionou-se o porquê da escolha por esse destino. As respostas evidenciam que a maior motivação para os turistas se dirigirem à Aparecida possui origem religiosa (61,9%), indicando a vocação turística do município. As demais motivações se apresentam diversificadas: descanso (9,5%), cultura (6,9%), compras (5,8%), eventos (3,7%), visita a parentes e amigos (3,4%) e negócios (2,5%).

Os respondentes foram convidados a avaliar 25 diferentes atrativos existentes na cidade. Nota-se que apenas 5% dos respondentes não visitaram o Santuário Nacional, sendo também esse o atrativo que tem maior índice de aprovação, avaliado como excelente por 63% destes. A lista apresenta em sua maioria, atrativos religiosos, indicando novamente que, de modo geral, seus visitantes se dirigem à cidade em busca de tais atrativos, apesar de existirem outros, como por exemplo, o Museu José Pasin e o passeio de balsa no rio Paraíba do Sul. Ainda assim, esse último está diretamente relacionado com o encontro da imagem em suas águas, em 1717.

Dadas tais informações, evidencia-se a predominância do segmento religioso no que se refere ao turismo local. Deste modo, justifica-se também a realização deste estudo. Conforme já descrito, por parte do poder público, há o interesse na participação de representantes do Santuário Nacional e da Pastoral do Turismo na composição do COMTUR, indicando para a existência de um diálogo entre esses atores investigados, para fins desta dissertação.

b) Tempo de permanência

De acordo com o estudo de demanda turística, ao serem questionados sobre o tempo de permanência no destino, 10% dos turistas abordados responderam que permanecem meio período, 33% permanecem um dia, ao passo que 43% permanecem de 2 a 3 dias no destino.

Apenas 11% dos turistas permanecem na cidade entre 4 a 7 dias, o que indica que o município não é visto como destino para férias.

A pesquisa salienta que o movimento turístico local, ocorre sobretudo aos finais de semana (64%), enquanto 27% dos turistas optam por visitar a cidade durante a semana e apenas 10% permanecem em ambos.

Segundo o PDT, a maior parte dos visitantes do município são romeiros, cujo objetivo é a visita ao Santuário Nacional e aos atrativos turísticos relacionados com o encontro ou devoção à imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Tal informação confirma-se, ao constatar o elevado número de romeiros registrado pelo Santuário, conforme já descrito na tabela 1 (pag.102) desta dissertação.

c) Acomodação e alimentação

Segundo os resultados do estudo de demanda turística, que utilizou dados do cadastro dos prestadores de serviços turísticos (CADASTUR), 61% dos turistas se hospedaram no destino. Destes, 87,7% optaram por hotéis, seguidos por 7,7% que se hospedaram em Pousadas, 2,1% em casa de aluguel por temporada, 2,1% em casa de amigos e familiares e 0,4% em quarto de aluguel em residência familiar.

Quanto à capacidade de atendimento, de acordo com o inventário turístico municipal, Aparecida conta com 206 hotéis com aproximadamente 35.000 leitos, 60 pousadas com aproximadamente 4.800 leitos, e duas casas de retiro, com aproximadamente 280 leitos, totalizando assim 268 estabelecimentos que oferecem cerca de 40.080 leitos.

Ainda conforme o PDTR, baseado em dados do CADASTUR, a estância Turística de Aparecida possui 171 estabelecimentos para o oferecimento de serviços de alimentação aos turistas, com capacidade de atendimento de 7.822 lugares. Destes, os restaurantes representam 42%, seguido das lanchonetes com 21% e dos bares e cadeia de *fast food*, representando cada um, 7% do total. Os outros estabelecimentos que representam a porcentagem faltante são: padarias, pizzarias, cafeterias, cervejarias/choperias, churrascarias, docerias, esfiharias, lanchonetes, pastelarias e sorveterias.

Considerando a grande oferta de serviços de alimentação e acomodação, pode-se pressupor a existência de um cluster turístico local, agregando também os estabelecimentos comerciais, já citados anteriormente. Nota-se, inclusive, a organização desses subsetores em sindicatos e associações. Desse modo, justifica-se a sua representatividade no Comtur.

Atentando-se a esses números, presume-se uma importante empregabilidade no setor, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. Dados do CAGED

demonstram que de janeiro a dezembro de 2019 foram registradas 371 contratações formais de trabalhadores no setor de meios de hospedagem na Estância Turística de Aparecida. Nesse aspecto, o roteiro de entrevistas semiestruturadas aplicado aos representantes do Comtur contempla uma pergunta referente ao aperfeiçoamento do atendimento no setor, por meio da capacitação profissional.

d) Locomoção

Com relação aos meios de transporte utilizados para dirigirem-se ao destino, 52,5% dos respondentes afirmaram que utilizaram ônibus e 48,3% carro. Tal informação justificaria a alta porcentagem de visitantes que permanecem meio período ou apenas um dia na cidade (43%), conforme já indicado anteriormente.

Percebe-se, portanto, que a principal via de acesso utilizada para locomoção ao município é a rodovia. Em razão de parte dos visitantes serem excursionistas, compreende-se o fato de muitos destes não visitarem outros atrativos turísticos locais, justificando assim algumas diretrizes do PDTR como o plano de sinalização turística, o plano de marketing e comunicação, a melhoria dos atrativos turísticos e roteirização.

Os que chegam a pé representam 1,8% do total, indicando que, de fato, o perfil do romeiro vem se modificando, conforme o referencial teórico apresentado (MAIO, 2004; COLLINS-KREINER, 2010; PEREIRA E CHRISTOFOLLI, 2013) ou seja, o turista religioso, atualmente não prioriza a dimensão penitencial em sua visita, mas busca cumprir seus preceitos, e, potencialmente utiliza de seu tempo livre para o lazer.

A pesquisa informa também que 55% dos respondentes aproveitaram a viagem à Aparecida para conhecerem também outras cidades da região.

De acordo com as respostas, 32% dos respondentes visitaram a cidade de Guaratinguetá e 27,7% visitaram Cachoeira Paulista, o que reforça a perspectiva de um circuito turístico religioso, uma vez que ambas as cidades também se destacam por receberem turistas sob motivação religiosa. Destaca-se também a cidade de Campos do Jordão (13,7%), que não atrai turistas sob motivação religiosa e não pertence à mesma região turística, mas localiza-se próxima a Aparecida.

Dadas tais informações, considera-se importante a relação entre os municípios vizinhos, a fim de consolidar o processo de regionalização do turismo. Portanto, além da existência da IGM por meio do Comtur, valoriza-se a existência da IGR, proporcionando assim o desenvolvimento endógeno da região. Nesse sentido, percebe-se a articulação por meio da já citada “Associação Turística da Fé”, como órgão instituído para essa finalidade.

e) Avaliação e impressões do município

Os respondentes avaliaram também os serviços oferecidos pela cidade, classificando-os como péssimo, ruim, razoável, bom ou excelente. Deste modo, tornou-se possível um feedback a respeito da infraestrutura local, conforme a tabela 2

Tabela 2 - Avaliação da infraestrutura turística de Aparecida

Serviço	Avaliação				
	Péssimo	Ruim	Razoável	Bom	Excelente
Acessibilidade	4%	5%	18%	35%	37%
Artesanato	1%	3%	19%	39%	38%
Atrativos Turísticos	2%	3%	14%	33%	49%
Bares	4%	7%	32%	34%	22%
Centro de Atendimento aos Turistas	3%	6%	17%	34%	40%
Comércio	2%	4%	18%	41%	35%
Estacionamentos	4%	4%	17%	34%	41%
Hospedagem	1%	3%	17%	35%	44%
Limpeza	4%	7%	22%	32%	35%
Postos de Combustível	3%	7%	19%	43%	28%
Protocolos de Segurança Covid-19*	4%	6%	14%	34%	42%
Receptivos Turísticos	5%	4%	18%	33%	41%
Restaurantes	4%	6%	25%	36%	30%
Rodovias de Acesso	1%	4%	15%	40%	41%
Sanitários	4%	7%	20%	33%	36%
Segurança	4%	5%	23%	34%	34%
Sinalização	3%	6%	18%	34%	39%
Site	3%	5%	21%	37%	33%

*item inserido devido ao fato de a aplicação da pesquisa ter sido realizada durante as medidas de contenção para a Covid-19

Fonte: Plano Diretor de Turismo de Aparecida 2021-2024 (adaptado pelo autor)

Os resultados apresentados, portanto, indicam uma margem elevada de satisfação por parte dos visitantes da cidade. Considerando as pontuações positivas, obtidas através da somatória das pontuações “bom” e “excelente”, os itens mais bem avaliados foram os Atrativos Turísticos (82%), as Rodovias de acesso (81%) e a Hospedagem (82%). Todavia, dentre os itens com maior índice de pontuações negativas (considerando a somatória das pontuações ruim e péssimo) os itens “Bares”, “Limpeza” e “Sanitários” obtiveram 11% de feedback negativo, enquanto os itens “Postos de Combustível”, “Protocolos de segurança

Covid-19” e “Restaurantes” obtiveram 10% de feedback negativo. Portanto, supõe-se que, de modo geral, a maior parte das queixas dos visitantes referem-se à higiene/limpeza e atendimento nos serviços de alimentação.

Com relação à impressão dos respondentes a respeito da cidade, a pesquisa também demonstra um cenário positivo: 56% Excelente, 30% Bom, 10% Razoável, 3% Ruim e 1% Pésimo.

De acordo com o Plano Diretor, a pesquisa também revela que 96% dos respondentes pretendem retornar ao destino e 98% recomendariam o destino a outras pessoas, o que indica uma situação favorável no que se refere à experiência turística.

Por fim, cabe ressaltar que as informações aqui citadas não têm como base dados primários, coletados pelo autor deste trabalho, mas sim o Plano Diretor de Turismo do município de Aparecida. Portanto, a coleta de campo apresenta importância para a verificação e melhor compreensão de tais dados, por meio da observação do pesquisador, com as informações adquiridas através da aplicação de entrevistas aos representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local.

6.2.2 O Plano Diretor de Turismo, com base no Modelo Teórico dos Múltiplos Fluxos

Apresentam-se aqui os resultados da análise documental do PDT 2021-2024 do município de Aparecida, a fim de compreender o processo de participação dos atores de IGM de Aparecida no planejamento e gestão do turismo.

Para tanto, utilizou-se como base o Modelo dos Múltiplos Fluxos, visando a analisar a relação entre os atores da Instância Governança Municipal (IGM) do município de Aparecida. Para complementar as pesquisas foram utilizadas informações obtidas através das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos membros do Comtur do município estudado, identificando elementos-chave na elaboração da agenda de políticas voltadas para o setor. Estudos realizados por Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b) utilizaram-se de procedimento semelhante, visando a análise da participação dos atores envolvidos na formulação dos planos estaduais de turismo dos estados do Amazonas e do Pará.

Isto posto, foram considerados os critérios indicados por Kingdon (2003) apresentados no modelo teórico dos múltiplos fluxos para a análise da participação dos atores da governança na elaboração dos PDT do município de Aparecida, a saber: a) a identificação do fluxo dos problemas, com as variáveis: indicadores e eventos-foco; b) a identificação do fluxo de políticas públicas, com as variáveis: viabilidade técnica, harmonia com os valores das

comunidades de especialistas e antecipação de restrições; c) a identificação do fluxo político, com as variáveis: humor municipal, mudanças no governo e forças políticas organizadas.

Segundo o PDTR, o Comtur apresenta-se como o órgão que possibilita o fortalecimento da representatividade de todos os atores envolvidos no setor turístico, sendo “um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo opinar, sugerir, indicar e propor medidas, que tenham por finalidade o desenvolvimento da atividade turística no município” (APARECIDA, 2020a).

A leitura e análise do PDTR 2021-2024 indica que o documento apresenta em sua estrutura, as diretrizes estratégicas para as políticas públicas de turismo no município, a avaliação dos atrativos locais, o estudo de demanda turística local e os sinais de uma rearticulação do Comtur, conforme sintetizado no quadro 13:

Quadro 13 - Síntese do Plano Diretor de Turismo do Município de Aparecida (2021-2024)

Identificação	Caracterização
Documento Base	Plano Diretor de Turismo Revisional
Metodologia do processo de formulação	Metodologia Participativa mediada por empresa contratada Encontros / Oficinas Grupos temáticos de Trabalho Visitas técnicas Análise SWOT Elaboração de Diretrizes e Propostas de ação
Participantes do processo de formulação	Governo municipal (Prefeitura e secretarias) Sociedade Civil (Comtur) Trade Turístico (Comtur) Empresa contratada
Estrutura do Plano	Estudos Preliminares - Apresentação / metodologia Inventário Turístico / Diagnóstico Prognóstico / Análises e Propostas Validação do PDTR no Comtur e na Câmara Municipal
Síntese de Propostas	11 diretrizes estratégicas 40 propostas de ação (05 para realização imediata, 17 de curto prazo, 17 de médio prazo, e uma de longo prazo).

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Aparecida (2022)

De acordo com as informações obtidas, para o processo de revisão, formaram-se câmaras temáticas, nas quais foram discutidos aspectos fundamentais do PDTR, bem como das audiências públicas para a sua aprovação, nas quais percebe-se a participação dos atores visíveis dos setores público e privado conforme relata o ex-secretário municipal de turismo:

Foram representantes das entidades que falei para você, da rede de taxistas, fotógrafos, representantes dos atrativos turísticos, dos guias de turismo, dos hoteleiros, do comércio, da associação comercial. Alguns conselhos como o de segurança tinham representantes e mais alguns representantes da parte do Santuário Nacional. E também a parte do município teve as secretarias envolvidas diretamente no turismo, que são: secretaria de educação, turismo, cultura, meio ambiente e obras, foram as secretarias que estiveram representadas. Esses representantes se dividiram em câmaras temáticas, e dentro das câmaras temáticas se dividiram em grupos temáticos, então cada um ficou com uma parte do plano diretor para estudar, desenvolver e dar o parecer

Com relação à organização das câmaras temáticas, o turismólogo que coordenou o processo de revisão do Plano diretor explica:

Trabalhamos algumas metodologias, dentro desse processo, de forma mais participativa, aplicada aos membros criando uma câmara temática de vários setores, onde se criava uma câmara temáticas ligada a parte histórica do processo do plano revisional, outra voltada a parte do desenvolvimento regional, outra dos acessos rodoviários, ferroviários, rodoviários e aéreos se existisse. Enfim, nós fomos fazendo todo um processo de participação nessas câmaras temáticas para o desenvolvimento do processo revisional. A partir do momento que a gente conseguiu todo um embasamento tanto teórico, de tudo isso, quanto real da situação do que acontecia, desses levantamentos locais, a gente passou por um processo de diagnóstico.

Relatos de entrevistados apontam esse processo de forma positiva. Segundo o presidente do Comtur, o processo de elaboração do Plano proporcionou uma participação aberta à população:

Quando a gente fala de câmara temática, foram divididos todos aqueles participantes efetivos né (...). Então, grupo do pessoal de hotelaria, misturado com grupos atrativos, misturado com o pessoal da feira e com gente do santuário que ali era orientado, entra então, a questão da consultoria, eram alguns temas orientados. Na verdade, esse despertar, né? A partir daí eram colocados exercícios, proposto temas e ali desenvolvíamos. (...) formavam grupos de quatro a seis pessoas, colocavam temas, né, dentro do turismo, e ali cada um desenvolvia. Sabendo ou não, mas sempre alguém ia pesquisar, trazer informação a mais. Isso semanalmente.

O entrevistado conclui que a realização de câmaras temáticas proporcionou um momento de troca de conhecimentos e construção conjunta das diferentes visões dos participantes: “aliás a câmara temática foi mais formada pelo segmento [turístico], pela

sociedade civil, mais do que propriamente as secretarias do turismo, meio ambiente, cultura, educação, indústria e comércio”. Segundo o turismólogo coordenador, essa etapa foi essencial para a elaboração das diretrizes estratégicas: “A gente pega o conhecimento prévio dos atores, o resultado da pesquisa, une essas informações com o grupo nas câmaras temáticas com essas pessoas, e a partir disso, do conhecimento prévio da pesquisa, tomamos decisões para as diretrizes”.

Considerando os relatos, compreende-se que o processo de elaboração do PDTR 2021-2014 possibilitou a participação aberta da população. Sua participação se deu nos estudos realizados nas câmaras temáticas, de modo a contribuírem com as propostas que posteriormente foram analisadas pela equipe que coordenou o processo que, junto à secretaria de turismo e ao Comtur tomaram as decisões sobre quais seriam, de fato, as diretrizes do referido plano. Desse modo, subentende-se que a participação da população ocorre de forma limitada, através de sugestões na ocasião das câmaras temáticas, ao passo que o poder de decisão compete ao poder público.

Percebe-se, a partir dos relatos acima, a clara existência do processo de especificação das alternativas por meio da consultoria de um profissional qualificado, contratado para coordenar os trabalhos, evidenciando, assim a participação de atores invisíveis. Sua atuação destaca-se sobretudo na condução das câmaras temáticas, aplicação da pesquisa de demanda e realização da análise SWOT, como etapas norteadoras para a definição das diretrizes estratégicas. A atuação conjunta dos atores visíveis e invisíveis, em todo o processo, está especificada na introdução do documento.

Nota-se que, para a condução das atividades, houve uma atuação direta do então secretário municipal de turismo, que de acordo com as características apresentadas, atuou como empreendedor de políticas públicas. Esse ator articulou-se politicamente a fim de conectar os fluxos - dos problemas, de políticas públicas e fluxo político - na ocasião do surgimento da janela de políticas públicas – no caso, o momento de revisão do plano diretor e estabelecimento das diretrizes estratégicas para os próximos anos - possibilitando assim, a elaboração do PDTR e de sua agenda. Em sua entrevista, a secretária executiva do Comtur, que atua como guia de turismo local, afirma que se aproximou do órgão a partir do convite do secretário de turismo para participar da aplicação da pesquisa de demanda turística, e posteriormente das reuniões para a revisão do plano que, segundo relata, buscou pautar-se em um cunho técnico, para ser eficaz.

Partindo desse princípio, a atual secretária de Turismo reafirma a importância do PDTR como instrumento orientador em sua gestão:

Eu tenho o poder da caneta. Mas o que adianta eu ter o poder da caneta, se eu não faço nada sozinha. Então o plano diretor ele vem como uma diretriz de que todos possam ser parceiros, todos possam entender os problemas que ocorrem em Aparecida e todos têm a oportunidade também de contribuir para solucionar esses desafios.

É notável também, a existência de cooperação por parte dos representantes dos setores públicos e dos segmentos turísticos privados, inclusive no que se refere à rearticulação do Comtur. Como pode ser observado, anexa ao PDTR consta a ata da reunião de apresentação do plano diretor e a lista de presenças na ocasião de validação do citado documento.

Através das informações obtidas nas entrevistas realizadas, constata-se que os entrevistados se mostram conscientes da relevância de uma boa articulação do Comtur. O representante do Santuário cita que:

É o Conselho municipal de Turismo que vai direcionar a evolução do turismo em si. Porque se não tiver o COMTUR primeiro não tem a verba. E também se não tiver alinhado, a gente não consegue desenvolver o trabalho no município. Vai ficar sempre, como eu costumo dizer apagando fogo. A gente não precisa ficar apagando fogo, a gente tem que desenvolver algo, para um município tão importante que é Aparecida, né, no trade religioso.

O relato do turismólogo contratado como consultor que atuou na coordenação do processo, esclarece a importância do Comtur como “um retrato da participação social”, sendo que o órgão, além de consultivo, possui também, caráter deliberativo, uma vez que para a captação de verbas para o setor se faz necessária sua aprovação, além de que a existência do conselho é um requisito para a participação de uma IGR, bem como para a manutenção do status de estância turística.

No que toca ao caráter deliberativo do Comtur, apresentado na fala de diferentes entrevistados, nota-se que se referem a esse aspecto sobretudo ao mencionarem a aprovação dos projetos que incidam na necessidade de captação de verbas, conforme o artigo 3 da Lei nº 4375, de 23 de novembro de 2021 que estabelece, dentre as competências do Comtur: “Decidir sobre a aprovação dos projetos que serão encaminhados para o DADETUR, conforme a Lei Complementar 1.261/2015 e Lei 16.283/16”.

A Secretária Executiva, por sua vez, menciona a atuação fiscalizadora do Comtur, que deve permanecer atento à execução de ações propostas para o setor. Cita como exemplo, a sua intenção em acompanhar a construção de um atrativo turístico no município: “nós pedimos para avaliar o monumento, qual é essa estrutura, como é que ela vai ser”. Com relação a esse aspecto, a entrevistada se baseia também no artigo 3 da Lei nº 4375, de 23 de novembro de

2021, sendo atribuição do Comtur “Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos constantes do Fundo Municipal de Turismo e dos recursos advindos da Lei Estadual complementar 1.261/2015, opinando sobre as prestações de contas, balancetes e demonstrativos econômicos financeiros referentes às respectivas movimentações”.

As falas do ex-Secretário de Turismo sustentam a informação. Para ele, o Comtur possui caráter consultivo e fiscalizador, em todos os projetos relacionados ao setor turístico, e também deliberativo, podendo enviar ao poder executivo, projetos para a utilização de verbas públicas. Todavia, compreende-se, a partir da Lei nº 4375, de 23 de novembro de 2021 que o órgão possui um caráter consultivo e propositivo no que se refere as políticas municipais de turismo, diretrizes do PDTR, projetos para o desenvolvimento do turismo e utilização de verbas municipais. Portanto, a referida lei não estabelece ao Comtur o poder decisório na aprovação de tais ações, sendo este restrito ao poder público.

No tocante ao chamado fluxo dos problemas, seguindo a utilização do Modelo de Múltiplos Fluxos no processo de revisão do PDTR 2021-2024, nota-se, a partir da fala do ex-secretário de turismo, que tal processo, teve como referencial inicial, o plano diretor turístico municipal elaborado em 2017. Deste modo, percebe-se a existência do feedback dos programas anteriores, sendo este revisional ao plano anterior. Segundo o turismólogo consultor, para o prognóstico e as diretrizes dos planos de ação, foram analisados e revisados projetos municipais anteriores. O presidente do Comtur reitera que “o plano foi revisional, já tinha o anterior, e esse, como houve mais participação, revisou muita coisa, muita coisa foi mantida, mas muita coisa nova entrou”. Foram consideradas, também, informações contidas no Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Turística da Fé, elaborado em 2019, como um dos documentos referenciais para as diretrizes, uma vez que o município de Aparecida é o principal destino da citada região.

Ademais, são perceptíveis diferentes indicadores, que apontam para a realidade, para as necessidades locais, tais como: a) a avaliação e classificação dos atrativos turísticos, por meio de visitas técnicas; b) o conhecimento do universo dos turistas, através da pesquisa de demanda; e, c) o inventário turístico, dos serviços como hospedagem e alimentação. De acordo com a Secretária Executiva do Comtur, que participou ativamente de processo, “(...) foi muito importante trabalhar de uma forma aberta, com todos os grupos participando efetivamente, visitando o local, avaliando o atrativo e buscando uma ação conjunta para a melhoria”.

Ainda no que se refere ao fluxo dos problemas, vale ressaltar que o PDTR faz referência à pandemia do Covid-19, bem como de seus efeitos para o setor turístico, principal fonte de receita para o município. Ao analisar as informações obtidas por meio das entrevistas, pode-se considerar que o impacto da pandemia pode ser considerado um evento-foco, ou seja, um fato que despertou a atenção dos atores envolvidos para determinado problema de ordem pública, que, por sua vez, mobilizou a população e os membros do Comtur para uma melhor organização do setor.

Dentre os relatos referentes ao tema, o ex-Secretário de Turismo lamenta que, com a pandemia, os mais de dois mil ambulantes que trabalham na feira, grande atrativo local, viram-se em situação precária, dependendo de doações de cestas básicas. O representante da Pastoral do Turismo no Comtur menciona que “(...) por causa da pandemia, muita gente não veio visitar o Santuário, então, a cidade parou. Houve caos na cidade... ela não tem outra fonte de renda que não seja do turismo”. O presidente do Comtur, por sua vez, comenta que “sem o turismo, sem a questão econômica que vem do turismo, para tudo, a pandemia já deu uma prova disso”. Em concordância com as informações anteriores, a secretária executiva do Comtur confirma a repercussão da pandemia, como evento-foco, que impulsionou maior participação política, afirmando que, em momentos de necessidade, como na pandemia, a sociedade mostrou-se mais participativa.

Referindo-se ao fluxo político, os entrevistados declaram que o município de Aparecida depende economicamente do turismo religioso. Segundo o representante da Pastoral de Turismo no Comtur, “Aparecida depende do turismo religioso. Tudo aqui gira em torno do Santuário Nacional. Então o turismo religioso aqui em Aparecida é de grande importância”.

Nesse sentido, as informações indicam que o humor municipal aponta para a necessidade do desenvolvimento do setor turístico. Relatam que a pandemia evidenciou a dependência municipal da atividade turística que, até o momento, concentra-se no território do Santuário Nacional de Aparecida. Para a Secretária Executiva do Comtur: “existe uma realidade dentro dos muros do Santuário e uma externa. Então, eu acho que existe esse relacionamento, [entre as duas realidades], mas eu acho que ele pode ser intensificado. Pode e deve”. O Presidente do Comtur também critica: “vou ser bem sincero, estamos aquém ainda. O que acontece [com relação à atividade turística], hoje, ainda é por uma boa administração, uma boa infraestrutura do Santuário (...), precisamos crescer para fora dos muros do Santuário”.

O ex-Secretário de Turismo comenta, que em Aparecida, há duas realidades: a “Aparecida que deu certo, o território do Santuário, com a estrutura onde o turista tem tudo o que ele precisa; e a Aparecida que está tentando dar certo. O grande desafio nosso é fazer o turista sair dos muros do santuário para fora”. Sobre esse aspecto, a secretária atual discursa sobre a necessidade de uma educação turística para os munícipes:

Precisamos de uma educação turística e cultural, no sentido, olha, a gente depende do peregrino, do turista, do romeiro, o nome que for, eles que nos sustentam. Então, nada melhor do que o melhor acolhimento, melhor estrutura, que a gente possa fazer para que a cidade receba, eu falo cidade fora dos muros [do Santuário Nacional].

De acordo com os documentos e fontes consultadas para esse trabalho, não foram identificadas alterações relevantes na gestão pública ao longo do processo de construção do PDTR. Todavia, no início de 2022, ou seja, após a sua validação, houve alterações na Secretaria de Turismo. Em seguida, no mês de março do mesmo ano, foi empossada a nova diretoria do Comtur. Percebe-se que os membros da nova gestão participaram diretamente dos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Turismo no ano de 2021, indicador de que são conhecedores das suas diretrizes, estando empenhados para a sua execução.

Nessa perspectiva, compreende-se que a composição do Comtur visa proporcionar a participação de diversos sujeitos, por meio das representações no órgão, com direito a voto. O ex-secretário de turismo explica que, conforme a Lei municipal de nº 4.375/2021, cerca de 20 entidades possuem representação no Comtur. A secretária executiva do Comtur esclarece que o órgão tenciona desenvolver um trabalho em sintonia com as secretarias de turismo, cultura, meio ambiente, educação, obras, indústria e comércio, bem como interagir com a Câmara de Vereadores, observando as prioridades setoriais, em projetos que viabilizem a melhoria da infraestrutura e dos serviços municipais, de modo a trabalhar com as forças políticas municipais organizadas. O presidente do Comtur também manifesta esta intenção, comentando, na ocasião da entrevista, ter enviado dias atrás ofícios para as secretarias de infraestrutura e do meio ambiente, para o andamento de possíveis projetos.

A respeito do fluxo de políticas públicas, a análise dos dados coletados assinala para o propósito de apresentar diretrizes e ações que tenham viabilidade técnica para serem executadas. As etapas, coordenadas pelo turismólogo contratado, nortearam a revisão do plano diretor, a aplicação da pesquisa de demanda, as visitas técnicas aos atrativos locais e a análise SWOT. Nessa conjuntura, considera-se também, o trabalho realizado para o embasamento legal do plano, bem como a elaboração das diretrizes em consonância com o

Plano de Desenvolvimento Municipal, objetivando maior efetividade em sua execução. Segundo o turismólogo: “a gente teve esse cuidado também de uma forma geral nesse plano, além da questão técnica, a questão legal e a questão da participação de conselhos, de entidades e empresários nesse processo, junto ao executivo”.

Por conseguinte, nota-se também a intenção de trabalhar em harmonia com os valores das comunidades de especialistas da área do turismo e a intenção de trabalhar em conjunto com especialistas de outras áreas, por meio da possibilidade de participações no Comtur. Entretanto, de acordo com a Portaria nº 754/2021, ainda não havia manifestação por parte de alguns membros importantes para a sua composição, como por exemplo, um representante dos engenheiros e urbanistas. A esse respeito, o turismólogo que coordenou o processo, explica que de modo geral, a participação ativa da população, em suas representações no Comtur, costuma ser um desafio para a maioria dos municípios. A atual Secretária de Turismo atribui parte dessa dificuldade ao fato de os munícipes, muitas vezes, não se dedicarem, com tanto afinco, ao trabalho, que é voluntário. Ainda assim, ela relata que a nova configuração do Comtur tem se mostrado mais participativa.

Apesar disso, nota-se que, apesar de o plano diretor apresentar a análise SWOT e a elaboração de diretrizes, o documento não aprofunda a respeito das possíveis restrições ou limitações para a sua realização, sejam elas orçamentárias, de receptividade política ou de aceitação pelo poder público, por exemplo.

Por meio da utilização do Modelo dos Múltiplos Fluxos foram identificadas as participações de atores visíveis e invisíveis ao longo do processo de revisão do Plano Diretor de Turismo do Município de Aparecida que, por sua vez, atuaram nas ocasiões do surgimento do fluxo de problemas, do fluxo político e de fluxo de políticas públicas. Nesse sentido, compreende-se que o Plano Diretor Revisional do Turismo representa a janela de oportunidades para as políticas públicas para o turismo municipal, viabilizando assim, a inclusão das diretrizes estratégicas e dos planos de ação, propostos na agenda para a gestão da pasta no período proposto.

A síntese das análises, pela aplicação do modelo dos múltiplos fluxos, ao processo de elaboração do PDTR 2021-2024, apresenta-se no quadro 14.

Quadro 14 - O Plano Diretor de Turismo Revisional com base Modelos dos Múltiplos Fluxos

Indicadores do Modelo dos Múltiplos Fluxos		Identificações resultantes da pesquisa
Estabelecimento de agenda	Participantes visíveis	- Reuniões em câmaras temáticas - Audiências públicas para aprovação do plano
Especificação de alternativas	Participantes invisíveis	- Prognóstico e Análise SWOT - Diretrizes estratégicas
Fluxo dos Problemas	Indicadores	- Inventário turístico - Pesquisa de demanda - Avaliação dos atrativos turísticos
	Eventos-foco	- Pandemia Covid-19
	<i>Feedback</i> sobre programas	- Caráter revisional do Plano
Fluxo Político	Clima ou humor nacional	- Desenvolvimento do setor para além do Santuário
	Mudanças no governo	- Mudança de gestão na secretaria de Turismo - Nova gestão do Comtur
	Forças políticas organizadas	- Identificadas no plano
Fluxo de Políticas Públicas	Viabilidade Técnica	- Participação da empresa consultora - Definição de ações de curto, médio e longo prazo
	Harmonia com valores da comunidade de especialistas	- Identificada e mencionada no plano
	Antecipação de restrições	- Não identificada no plano
Empreendedor de Políticas		- Secretário Municipal de Turismo
Mudança de agenda		- Validação das diretrizes propostas no plano

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nessa perspectiva, o principal desafio apontado pelos entrevistados é o desenvolvimento do setor turístico no território externo ao Santuário Nacional. Outro desafio, de acordo com os relatos, consiste na efetiva participação social, para ocupar os espaços ainda carentes de representação no Comtur. Ademais, se faz necessária melhor conscientização dos munícipes no que concerne à importância das políticas públicas para o turismo, apesar de,

conforme exposto anteriormente, haver avanços nesse aspecto, sobretudo após o *lockdown* ocorrido no ano de 2020, resultante da pandemia de Covid-19.

Em síntese, pode se constatar, por meio das informações coletadas, conquistas no fortalecimento da instância de governança do turismo municipal, representada pelo conselho municipal de turismo, uma vez que os entrevistados expressaram satisfação com o estreitamento das relações entre os atores, em razão da construção participativa do PDTR 2021-2024 e da reestruturação do conselho.

6.2.3 A participação da Organização Religiosa nas Políticas Públicas do município

Tratando-se do principal destino turístico religioso do Brasil, para a execução desta pesquisa considerou-se, de modo particular a Igreja Católica, representada pelo Santuário Nacional de Aparecida, um importante ator a ser observado. Nesse sentido, o discurso dos entrevistados demonstra, de modo geral, a percepção de uma clara distinção entre a gestão do Santuário e a de outros atrativos turísticos do município, administrados pelo poder público.

De acordo com os entrevistados, o Santuário possui uma estrutura capaz de acolher e suprir as necessidades de seus visitantes, que, por muitas vezes, não buscam conhecer o espaço externo ao seu território, em consonância com autores como Barbosa (2016) e Antunes (2017). O empreendimento religioso possui uma organização própria, praticamente, uma cidade à parte. Conforme relata a secretária municipal de turismo:

Apesar do Santuário Nacional fazer parte da arquidiocese de Aparecida ele tem uma organização própria, é como se fosse uma cidade. Então, ele tem um administrador que é o responsável pela manutenção, pela criação, pelo calendário cultural turístico dentro do Santuário Nacional, junto com a parte religiosa que quem comanda é o reitor. Então, ele tem uma organização própria, por isso é uma grande cidade religiosa, a gente brincava, falava que era a “Roma II”, pela sua organização.

O representante do Santuário Nacional no Comtur considera que a distinção na qualidade do atendimento nos espaços internos do Santuário, se dá devido a maior facilidade em se trabalhar dentro do território pertencente à organização religiosa, uma vez que, por tratar-se de um território privado, possui trâmites menos burocráticos, em detrimento aos espaços públicos, nos quais existem desafios maiores. Um exemplo disso é citado em seu relato sobre a utilização dos dados da pesquisa de demanda turística, no qual se observa uma lacuna para um aproveitamento das informações obtidas, visando o desenvolvimento do turismo no município:

Então assim, aqui no Santuário está bem claro para a gente essa parte de demanda. Os locais que são mais visitados, o que a gente precisa fomentar, como que o turista vai chegar até o local, né? Então isso sim, precisa ser trabalhado mais, para a gente ter maior assertividade. Isso já faz parte do meu trabalho aqui no santuário. Aqui no complexo santuário a gente consegue trabalhar isso porque trabalhamos com indicadores. (...) foi feito esse levantamento [estudo de demanda turística do município], a gente até contribuiu nesse plano diretor, nessa revisão, daí eu já não sei como isso aí é entregue para os comércios, se isso aí é importante também.

A informação acima se confirma com a percepção do turismólogo entrevistado, mencionando a importância da participação de representantes do Santuário Nacional no processo de revisão do PDTR do município de Aparecida, trazendo informações pertinentes acerca da demanda do turismo religioso, uma vez que são os detentores dos principais atrativos locais: “A participação [dos representantes do Santuário Nacional] foi muito forte, muito importante pra trazer realmente números e dados, por exemplo, o fluxo turístico da cidade, que se baseia muito na numeração que eles fazem do controle de fluxo que eles tem lá também anualmente.” Deste modo, percebe-se que o Santuário Nacional oferece, de algum modo, suporte ao compartilhar seus indicadores internos.

Os entrevistados afirmam haver participação do Santuário Nacional no Comtur, sobretudo, para receber sugestões de melhorias a serem realizadas no próprio empreendimento religioso. Nesse sentido, a sua participação no Comtur é conveniente não somente para o órgão, mas sobretudo para o próprio Santuário, que obtém informações necessárias para efetuar melhorias em seu espaço.

Ademais, nota-se nas falas dos entrevistados que o Santuário exerce também, em suas relações, os poderes de referência e de expertise, dentro do Comtur, conforme French e Raven (1959) ao ser mencionado como exemplo de organização e empreendedorismo. A Secretária Executiva do Comtur expressa seu orgulho pela existência, no Santuário, de elementos como acessibilidade, tecnologia e profissionalismo, na maioria das vezes, ausentes fora do Santuário. A atual Secretária de Turismo observa a gestão do Santuário como um exemplo a ser seguido, mas lamenta o fato de os turistas não buscarem conhecer os outros atrativos da cidade. Segundo ela, essa é uma das prioridades de seu mandato. Ambas entendem que o município não deve “andar à sombra do Santuário”, mas sim acompanhar seu desenvolvimento.

De acordo com o representante do Santuário Nacional no Comtur, existe boa vontade por parte dos membros do Conselho para desenvolver a estrutura turística do município. Ao longo da entrevista, ele salienta que acredita na eficácia do Comtur e que valoriza cada um dos participantes ativos, pois participam voluntariamente

Eu estou aprendendo, e gosto muito de colaborar, acredito que é o meu perfil, de fazer parte. Porque é tão gostoso quando a pessoa vem e fala "eu vim em Aparecida e fui bem acolhido, tive um hotel para ficar que ficou bacana, tudo limpinho, fui num restaurante fui bem atendido, passei numa avenida e foi tranquilo. Precisei de um apoio, tive esse apoio..." Então é isso que a Aparecida espera, né, por meio nosso, seja por meio do Santuário Nacional, seja do poder público, dos empresários, porque quanto mais estruturado, mais bem acolhido, mais pessoas virão para cá, e assim mais será conhecido. Então isso é o objetivo.

Segundo o representante da Pastoral do Turismo no Comtur, o Santuário "trata a cidade com certo carinho, mas não adota a cidade, pois ele já tem lá os seus problemas, a administração própria dele". A fala do entrevistado evidencia sua percepção dicotômica sobre os dois cenários por ele apresentados, no caso, a infraestrutura interna do Santuário Nacional, e o município como um todo, exposta também por outros. Ademais, o comentário revela certo incomodo por perceberem tal diferença.

Nesse aspecto, há consonância entre os entrevistados que, apesar de reconhecerem os benefícios da existência do Santuário, com geração de aproximadamente dois mil empregos, fomento à profissionalização e suportes sociais ao município, também evidenciam, em diversos momentos de seus relatos, a falta de infraestrutura nos espaços externos ao Santuário.

Em contraponto, a atual secretária municipal de turismo menciona a existência de uma participação direta do Santuário Nacional no que tange ao desenvolvimento do turismo local, inclusive, como uma boa relação entre a organização religiosa e o poder público em prol do município:

Querendo ou não, por mais que sejam separados, um depende do outro, eles [Santuário Nacional] no sentido de informações públicas e nós [secretaria de turismo] das informações privadas. Então sempre caminhamos juntos. Quando o Santuário Nacional vai fazer um trabalho, um projeto ele consulta sim a prefeitura. Assim como a prefeitura também consulta o Santuário Nacional, a arquidiocese... São organizações diferentes, mas comunicam-se entre si.

A secretária executiva do Comtur declarou que, na ocasião da avaliação dos atrativos turísticos durante o processo de revisão do Plano Diretor, os representantes do Santuário foram atenciosos às sugestões dos avaliadores, inclusive executando o proposto. O relato aponta, novamente para reflexões acerca das relações entre o Comtur e a Santuário, sobretudo baseando-se na perspectiva de French e Raven (1959) ao considerar a expertise na gestão do Santuário, e a referência como empreendimento, que gera admiração por parte dos membros do conselho. Para o Comtur, a participação do Santuário é vista como benéfica por sua agilidade em atender as sugestões da equipe que realizou a avaliação dos atrativos, ao passo que, pode-se considerar que para o Santuário tal relação seja conveniente para obtenção de

feedbacks sobre seus equipamentos, de modo a possibilitar melhorias no seu empreendimento.

A entrevistada reconheceu também que, em casos pontuais, existem questões tratadas diretamente entre o poder público e a administração do Santuário Nacional, sem necessariamente envolver o Comtur, o que evidencia que as relações de poder entre o Santuário e o poder público podem, em determinados momentos, transcender o espaço do conselho. A secretária municipal de turismo confirma, ao afirmar que o trabalho organizado pelo Santuário Nacional, interpretado como uma parceria, beneficia o município, possibilitando seu status de estância turística religiosa, em detrimento da dificuldade de organização por parte do município:

Parceria tem, sabe? O Santuário é sempre aberto, quando a gente precisa, eles conversam muito com a gente também. Mas eu acho que na cidade, falta parte dela, falta ter uma iniciativa, para assim acreditar mais no seu potencial. Acho que uma frase que definiria bastante hoje o que nós queremos pra Aparecida, é mais iniciativa. Dar a cara a tapa mesmo. Olha, se eu amo a cidade, então eu vou atrás para poder transformá-la numa coisa melhor. (...) Quando você vai no ministério do turismo, quando se fala de Aparecida, a cidade acaba “morrendo”, porque aparece mais o Santuário Nacional, isso porque é ele quem mais dá a cara a tapa, quem mais corre atrás para arrumar as coisas.

O discurso do turismólogo entrevistado corrobora o argumento acima, ao afirmar que o complexo do Santuário Nacional trouxe, por meio do centro de eventos Pe. Vitor Coelho de Almeida, maior visibilidade para o município, no que tange ao turismo de eventos, que se manteve crescente desde a sua inauguração até o *Lockdown* decorrente da pandemia do Covid-19. Por ser o detentor do empreendimento, o Santuário Nacional participa de importantes feiras e eventos do setor:

Se você pegar o santuário nacional como referência, em feiras de turismo, como a WTM São Paulo, que são feiras de apelo internacional, você pode ver que o Santuário Nacional falando de Aparecida em si, vai estar lá, expondo em um estande, linkado ao município de Aparecida, né? Aí, dependendo do projeto que for na feira, é junto à Secretaria de Turismo. Então isso é muito forte, eles participam.

As fontes de informações, descrevem também, algumas formas de atuação diretas e indiretas por parte da organização religiosa para a promoção do turismo local, dentre elas: a busca pela eficiência no atendimento aoromeiro / turista, o investimento para melhoria dos seus atrativos e a construção de novos equipamentos turísticos, que beneficiam o trade turístico como um todo. Ademais, a participação da equipe do Santuário Nacional em importantes eventos como o WTM São Paulo revela o quanto o empreendimento religioso

possui visão de mercado, trabalhando o marketing e buscando assim, apresentar vantagens competitivas.

Verificou-se, portanto, a peculiaridade do município de Aparecida, cuja história não somente associa-se ao fenômeno religioso, mas também resulta dele. Os entrevistados relatam o turismo como principal atividade econômica local, tornando o município economicamente dependente da atividade turística, em razão de seu principal atrativo, o Santuário Nacional. Nesse sentido, corroboram com a visão de autores como Lopes (2015), Mangialardo (2015) e Moreira Neto, Guimarães e Zanetti (2020), ao afirmar que não há como tratar do turismo, no município, sem associá-lo ao templo religioso.

À vista disso, evidencia-se o poder de influência que o Santuário exerce sobre o município, seja por sua gestão organizada, que gera admiração nos membros do Comtur, como também por sua maior facilidade em desenvolver seu empreendimento, uma vez que, diferente dos projetos do poder público, pode tramitar com menor burocracia. Ademais, as falas explicitam a deficiência em alguns pontos por parte da gestão público, que a torna dependente de “favores” do Santuário, como, por exemplo para a utilização de dados dos visitantes e representações em eventos externos.

Este tópico apresentou, por meio de uma abordagem qualitativa, a participação dos atores da Instância de Governança Municipal de Aparecida nas Políticas Públicas municipais de turismo, em particular a organização religiosa, utilizando-se como técnicas de estudo a análise documental do PDTR à luz do Modelo teórico dos múltiplos fluxos e análise de conteúdo para interpretação das informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes do Comtur do município estudado. Desse modo, percebe-se uma constante interação entre o poder público e a organização religiosa no que se refere às políticas públicas de turismo, que não somente conta com participação de um representante do Santuário Nacional no Comtur, mas apresenta relações de poder que, em determinados momentos transpassam a IGM, dadas as particularidades histórica, política e religiosa do município estudado.

Por fim, essa etapa da pesquisa assinala para a importância da participação ativa de diferentes atores, em suas diversas representações, para um melhor resultado na elaboração de políticas e na gestão do destino turístico em estudo. Dessa forma, se faz necessária a conscientização de um trabalho continuado por parte do Comtur, para que as ações políticas voltadas ao turismo no município sejam mais efetivas, uma vez que o órgão possui, de acordo com a perspectiva de seus componentes, caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador.

6.3 O Comtur como estrutura da Governança turística municipal

Considerou-se como um dos objetivos da presente dissertação “analisar a estrutura da governança do turismo municipal e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade”, por meio da análise de conteúdo, considerando as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os representantes do Comtur de Aparecida já mencionados anteriormente, bem como a abordagem realizada com a amostra da comunidade local a percepção referente às relações entre os atores da IGM. Essa pesquisa também se valeu da ida do pesquisador à campo, possibilitando-o presenciar uma reunião do Comtur, relatada nesse trabalho de modo a complementar as informações obtidas por meio das entrevistas.

A reunião ocorreu no dia 21 de junho de 2021 das 15h às 17h, no Centro de Apoio ao Turista, prédio onde está situada a secretaria de turismo municipal, registrado na figura 29, à direita. Na ocasião, o pesquisador realizou uma observação não participante, presenciando o fato, sem porém, integrar-se ou deixar-se envolver pelas situações, tomando portanto, a postura de expectador (PRODANOV; FREITAS, 2013). Na figura 29, à direita, está o registro fotográfico da reunião do Comtur.

Figura 29 - Registros da reunião do Comtur



Fonte: Imagens do autor (2022)

Na reunião observada estavam presentes nove pessoas, a saber: presidente do Comtur (representante dos monitores de turismo); vice-presidente do Comtur (representante dos agentes de turismo); secretária executiva do Comtur (representante dos guias de turismo); secretária Municipal de Turismo; representante do Departamento de Cultura Municipal;

secretário municipal de obras; representante do Santuário Nacional de Aparecida; representante das operadoras de turismo e um jornalista comercial convidado.

De modo geral, o grupo mostrou-se receptivo à presença do pesquisador, demonstrando satisfação em saber que alguém da academia está estudando a governança local, indicativo de que os membros presentes na reunião, compreendem a importância da existência da governança do turismo no município.

O discurso abordado na reunião, conduzida pelo presidente do Comtur, apresenta como prioridade a intenção em organizar a estrutura do conselho, bem como a participação mais efetiva dos membros designados a representar as entidades no órgão. O presidente se mostrou incomodado com a ausência de parte dos membros, afirmou estar observando quais entidades são ativas e quais não participam das reuniões. Afirmou que, se necessário, será feita a substituição dos representantes atuais por outros que participem mais ativamente, de modo a fazer valer os votos que têm por direito. Instigou a vice-presidente a ajudá-lo a contatar os membros para motivá-los a participar efetivamente e a fazer uma busca pelas entidades que tem direito a representação - e, portanto, direito a voto - mas ainda não se manifestaram em participar do Comtur.

Mediante as falas ao longo da reunião, confirma-se a consciência, por parte dos participantes, da importância do Comtur para a captação de verbas. O representante do departamento de cultura municipal comentou, no início da reunião, sobre a necessidade da atualização de uma portaria municipal para dar ênfase na atuação do Comtur, configurando-a de acordo com as exigências do DADETUR com a finalidade de facilitar a captação de verbas do FUMTUR.

Sobre esse aspecto, o presidente do Comtur enfatizou a necessidade de organização por parte do Comtur. Afirmou que têm buscado informações referentes à atuação de outros municípios, com menor potencial turístico que Aparecida, mas com maior organização e, portanto, maior captação de recursos: “Precisamos nos organizar. Há municípios muito menores que Aparecida no que se refere ao turismo, captando verbas e a gente nada. Temos muito o que fazer, a cidade precisa muito de melhorias, e para isso temos que trabalhar, atualizar nossas portarias e ter bons projetos para apresentar ao DADE”.

A secretária municipal de turismo reforçou a importância de uma gestão organizada. Para isso, afirma ter buscado no histórico das últimas captações feitas, chegando a uma realizada em 2019 (período anterior à atual diretoria), que segundo ela, apresenta somente uma prestação de contas parcial, portanto, lacunas nas informações, o que pode acarretar problemas para futuros planos de captação.

A secretária executiva complementou a informação ressaltando a necessidade de identificar as prioridades e criar novos projetos. Lembrou aos presentes que no momento, havia apenas um projeto elegível para a captação de verbas (para iniciar o processo de cobertura e iluminação na avenida que liga o santuário à rodoviária, onde acontece a feira), sendo esse projeto escrito anteriormente à posse da gestão atual: “Precisamos olhar esse projeto com atenção, revisá-lo e aprová-lo. Precisamos também escrever mais projetos, para ter esses esboços prontos e apresentar quando surgirem oportunidades de captação de verbas”.

A secretaria executiva demonstrou competência técnica e atenção às necessidades eminentes do município, inclusive ao dialogar com os representantes do poder público. Em uma fala direcionada ao secretário municipal de obras, perguntou se o departamento já estaria trabalhando no plano de acessibilidade municipal, afirmando ser esse um elemento importante para melhorias no atendimento ao turista da cidade, uma vez que possui o status de estância turística e recebe milhões de pessoas todos os anos. Em suas falas a respeito da criação de projetos, seja na reunião do Comtur, como na entrevista concedida, menciona que os projetos devem estar em consonância com o PDTR 2021-2014 e suas diretrizes.

A pauta da reunião seguiu com a apresentação do pré-teste da pesquisa de demanda turística de 2022, elaborada pela secretaria municipal de turismo. De acordo com a fala da secretária, a pesquisa poderá ser acessada através de um QR Code, que direciona o respondente para um formulário do Google. Os membros puderam acessar o formulário e opinar, demonstrando-se satisfeitos com o avanço desse trabalho.

Em dado momento da reunião, comentou-se também sobre a importância em criar canais de comunicação a fim de ouvir a população, objetivando compreender o que eles pensam e buscar melhor forma de engajamento da comunidade local, para proporcionar melhorias no turismo e no desenvolvimento do município. No que se refere a esse aspecto, vale ressaltar que no processo de construção do PDTR 2021-2024, apesar a participação de munícipes nas câmaras temáticas, não houve pesquisas realizadas juntamente aos cidadãos aparecidenses, a fim de obter feedbacks sobre os impactos da atividade turística no município, ou para coleta de sugestões. Tal constatação indica carência de escuta à população, fator que evidencia falhas na execução de uma governança cuja participação social seja, de fato considerada.

Os membros presentes demonstraram consciência da importância do Comtur, ao colocarem em pauta a agenda municipal de eventos. Comentaram o último evento ocorrido até então, a procissão de Corpus Christi em 16 de junho de 2022, relativamente pequena em comparação com a última, ocorrida em 2019, antes do período de isolamento social

decorrente da pandemia do Covid-19. Foi sugerido que a próxima tenha maior visibilidade e participação, mas que, para tanto, se faz necessária uma boa organização. A secretária executiva do Comtur tem consciência de que, apesar do esforço da secretaria de turismo fornecendo a estrutura para a festa, se faz importante a criação de comitivas para o evento, envolvendo as paróquias locais em parceria com as associações existentes no município, sobretudo por tratar-se de um evento religioso. Ainda sobre o calendário de eventos, os presentes na reunião, concordaram que a formação de comitivas se apresenta como melhor caminho para que tais festas cresçam, sobretudo as ligadas ao calendário cultural e religioso. Um exemplo citado foi a Folia de Reis, realizada no mês de janeiro, que poderia ser organizada dessa forma, uma vez que a própria população local espera por esse evento.

Como pode-se notar, a observação não participante em uma das reuniões do Comtur constitui um elemento importante para o desenvolvimento deste estudo, possibilitando ao pesquisador observar, na prática, a relação existente entre os membros do conselho, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos para essa dissertação.

6.3.1 As relações de poder entre os atores da Governança do turismo

Para fins dessa dissertação, apresentam-se a seguir, os resultados da observação realizada acerca do envolvimento dos atores da Governança turismo de Aparecida, por meio da observação do Comtur, órgão de participação social para as políticas públicas municipais de turismo. Para tanto, aplicou-se a análise de conteúdo transversal, apresentada juntamente com as informações coletadas na pesquisa de campo.

O Conselho municipal de turismo retrata a participação dos atores envolvidos nos projetos e nas ações para o desenvolvimento do setor. Nesse sentido, o Comtur apresenta-se como espaço para as relações entre tais atores. Segundo o turismólogo entrevistado:

No Comtur é que começam os links. Com o quê? Com as ações que são feitas junto ao executivo. A gente tem junto as entidades, associações que precisam trabalhar em conjunto nesse processo. Então, a área empresarial, depende diretamente dessa economia, eles estão ligados ao turismo. Você tem essa participação deles, mas em contrapartida também precisam da participação do poder público para facilitar esse processo de desenvolvimento junto aos seus projetos né? Então, um depende do outro. Se eu tiver um conselho sem muita participação, sem muita efetividade, eu vou ter um reflexo nos atores do turismo. Porque hoje quem representa com legalidade esses atores é o conselho. Porque eu tenho empresários participantes da área, eu tenho entidades, associações. Eu tenho entidades religiosas muito renomadas participando, mas na legalidade do processo da lei estadual, o Comtur é a peça chave, é quem vai dizer se realmente os atores estão participando ou não. Não tem jeito.

Nesse sentido, convém notar, que de acordo com o referencial teórico consultado para o desenvolvimento desse estudo, o conselho municipal de turismo não exerce caracteristicamente um poder “sobre” a administração pública, ou seja, não está em posição de dominação ou imposição de sua vontade sobre a efetiva decisão por parte do poder público no que tange ao setor, conforme a concepção weberiana (WEBER, 1991). Seu poder se estabelece a partir de sua influência nas políticas públicas, exercida a partir do contexto relacional no qual está inserido, com o poder “de” interferir nas decisões, conforme a perspectiva de Almeida (2011). Compreende-se, então, que o poder de deliberação do Comtur restringe-se, na prática, no que se refere à aprovação de projetos para a captação de verbas do DADETUR, enquanto exerce majoritariamente um poder propositivo e consultivo para as políticas públicas de turismo em Aparecida.

O turismólogo entrevistado discorre, que atualmente, o Comtur de Aparecida se estabelece com o engajamento efetivo de alguns atores que participaram também do processo de revisão do Plano Diretor de Turismo, o que facilita a gestão. Apesar disso, segundo ele, algumas entidades não se manifestaram para enviar representantes, informação confirmada através da análise documental e observação da reunião do Comtur. Todavia, segundo o entrevistado, tal deficiência é comum em muitos municípios, uma vez que a participação é voluntária. Ademais, segundo ele, ainda que haja grande influência por parte do Santuário Nacional no que tange ao turismo local, o processo decisório será oficial somente mediante aprovação do conselho.

No que tange às relações entre os atores da governança do turismo, percebe-se uma boa expectativa, seja por parte da diretoria, como por parte da secretária de turismo, para a execução das diretrizes propostas no PDTR 2021-2024. Segundo o presidente do Comtur “Temos aí dois anos pela frente ainda, pelo menos, para gerir alguns projetos aqui. Já tem muita coisa boa acontecendo. Quem sabe, quanto antes isso começa a dar fruto. Bom, nós estamos cheios de esperança”. A secretária municipal de turismo, empossada no mesmo período, compartilha desse pensamento, afirmando que a atual configuração da IGM está disposta a interagir e a trabalhar em conjunto.

O representante do Santuário Nacional no Comtur salienta a importância da participação dos vários membros do Comtur que, apesar de suas diversificadas visões, seguem com um objetivo comum: “A gente se envolve, é lógico que tem as divergências, né? Mas quando a gente fala no bem comum tem que ser o bem comum mesmo, tem que ser o ‘ganha-ganha’. E eu percebo que em algumas coisas a gente consegue”. O discurso sugere, portanto, a existência de uma estrutura de cooperação entre os membros do conselho, que, conforme o

referencial teórico consultado (TRENTIN, 2016; EMMENDOERFER, et.al, 2022), atuaram de maneira formal e conjunta na formulação das políticas públicas para o turismo – na ocasião da revisão do plano diretor municipal – e estão dispostos a acompanhar a sua execução. O entrevistado entende o órgão como espaço para troca de experiências entre as realidades da cidade como um todo, e do Santuário, no qual existe o objetivo comum em desenvolver o setor turístico. Reafirma também a importância do órgão que atua democraticamente: “Existe uma votação e a gente coloca os pontos, prós e os contras, isso é democracia”.

Por parte da diretoria do Comtur, nota-se a intenção de estreitar suas relações com as diversas secretarias municipais, objetivando a otimização de recursos e de trabalho para o alcance de melhorias para o turismo, e conseqüentemente, para o município. De acordo com a secretária executiva do Comtur,

O foco é estarmos trabalhando em sintonia com as secretarias envolvidas dentro do Comtur, que é a de cultura, meio ambiente, turismo, claro, educação, obras, e indústria e comércio. E também com a câmara dos vereadores. O objetivo é: todos em prol de Aparecida. E tentar ver a prioridade deles à cada ano, cada secretaria estará atuando para que a gente possa trabalhar dessa forma em sintonia e buscar projetos que viabilizem a melhoria dessa estrutura como um todo.

O ex-secretário municipal de cultura admite as limitações do poder público no que tange à organização e articulação entre as secretarias. Nesse sentido, acredita na participação da iniciativa privada para tal processo, sobretudo, quando organizada em órgãos de participação social, como o Comtur. Segundo ele,

O poder público tem secretaria de turismo, de cultura, mas são engessadas (...) as vezes há um problema turístico ou falta de estrutura financeira, que a gente sabe, por exemplo, que as vezes não tem verba para fazer, por exemplo, custear um evento, a gente precisa ficar correndo atrás da iniciativa privada para dar suporte. Então a secretaria de turismo, com o conselho de turismo, tem essa característica de coordenação, com ações para que se desenvolva o turismo na cidade, que... assim, uma vez que o município não pode ajudar, ele não deve atrapalhar, criar obstáculo.

Por outro lado, o relato do representante da Pastoral do Turismo indica sinais de burocratização por parte da prefeitura para a execução das propostas apresentadas pelo Comtur. Sua preocupação, versa sobretudo, para a garantia do desenvolvimento do setor, uma vez que a maior parte da população depende do turismo como fonte de renda. De acordo com sua percepção, a prefeitura alega que parte das ações propostas, não avançaram devido à pandemia do Covid-19, e que, nesse momento, cabe ao Comtur uma postura de cobrança para a sua efetiva execução. Agravante à situação, o entrevistado recorda que a arrecadação de

impostos no município é baixa, devido a irregularidade de parte dos estabelecimentos do setor.

O mesmo entrevistado salienta a importância do Comtur como órgão fiscalizador das ações do poder público e como mediador entre o turista e o município. “Nós [Comtur] temos a nossa força como turismo, para acertar com o poder público alguma coisa que fica devendo para as pessoas que visitam aqui e não ficam muito satisfeitas”. Nesse sentido, valoriza as diferentes representações existentes no órgão, que por sua vez, trazem a percepção dos munícipes e dos trabalhadores do setor que tem o contato direto com o visitante da cidade: “A gente tem bastante contato com o turista e, claro, com as dificuldades que ele tem, alguma coisa que eles falam, que reclamam (...) A gente ouve os questionamentos, os elogios, as críticas e a gente leva para o Comtur”.

A secretária municipal de turismo, em seu relato, comenta sobre a importância do fortalecimento da relação entre os atores envolvidos na Governança do turismo em Aparecida:

Eu não tenho um projeto em si só, eu tenho parcerias, porque não vai depender da prefeitura, não depende dos ambulantes, hoteleiros, não depende só do Santuário Nacional. Nós temos que nos reunir e ver o que queremos para cidade hoje. O que dessas políticas públicas de desenvolvimento, de estrutura, de educação nós queremos para Aparecida hoje?

Nesse sentido, ela lamenta o comodismo por parte de alguns segmentos do setor turístico, que, segundo ela, apesar de terem a oportunidade e espaço, não participam mais ativamente por acreditar que o romeiro que vem ao Santuário voltará, motivado pela devoção, independente da baixa qualidade dos serviços: “Aparecida acaba caindo nesses detalhes ‘Ah, Aparecida recebe treze milhões de peregrinos ao ano’, mas, o que que eu faço com os treze milhões que vem aqui? A parte hoteleira contribui com a prefeitura? A parte ambulante, tem a sua responsabilidade social?” Vale ressaltar que a falta de qualidade no atendimento dos serviços foi apontada pelos moradores abordados para essa pesquisa, como o ponto negativo mais evidente da atuação da iniciativa privada no setor turístico municipal.

Ainda no que se refere à atuação da iniciativa privada, de acordo com a percepção do representante da Pastur, apesar de existir uma associação comercial, trata-se de um núcleo mais fechado, sem grande articulação para trazer melhorias ao município: “Eu não vejo uma atuação muito boa. Eles não têm um interesse muito grande que a cidade cresça não, sabe? Cada um luta por si, está claro. Principalmente a classe hoteleira aqui, eu sou bastante crítico com eles, eu acho que existe uma colaboração deles, mas é irrisória”.

A secretária executiva do Comtur acredita que, recentemente, a IGM se fortaleceu, porém, ainda há pouca presença da sociedade civil: “A sociedade ainda não é muito participativa. (...) Da cidade que temos, para a cidade que queremos, todos têm que ser cidadãos. Tem que participar, opinar, arregaçar a manga. Cada um com a sua contribuição”. Ainda com relação à participação dos munícipes para a construção de um município mais acolhedor, a secretária executiva do Comtur salienta que:

A cidade que nós temos, a gente tem que aprender a olhá-la, tem que circular. Levantar um diagnóstico. Quando detectar algo que precisa de melhoria, acionar o setor responsável, porque aquilo vai melhorar não só para você como para sua família como para todo mundo que está lá. (...) E tem coisas que a gente pode fazer. A gente pode fazer, por exemplo, a praça, uma extensão da nossa casa, ajudando a cultivar um jardim e ao sairmos, termos um ambiente melhor. Então esse espírito de cidadania é algo que precisa ser mais, sabe... ser mais orientado à população de uma forma racional.

Ademais, a secretária municipal de turismo menciona a pouca educação turística por parte dos munícipes. Menciona, como exemplo, que anos atrás, na praça de São Benedito, na região central da cidade, acontecia um evento chamado “forró na praça”, que foi extinto a pedido dos moradores do entorno, que reclamaram da movimentação e barulhos no local.

Uma das ideias sugeridas pela secretaria de turismo para motivar o turista a circular pelo município é a retomada de alguns eventos religiosos, anteriormente realizados na cidade e retirados do calendário cultural do município. Atualmente, parte desses eventos, acontecem dentro do Santuário Nacional. Segundo ela, a falha consiste no comodismo por parte da gestão municipal que, ao longo do tempo, transferiu tais eventos para dentro do Santuário, resultando em um cenário de pouca atividade cultural, organizada pelo poder público municipal. A abordagem realizada aos moradores do município apresenta respondentes que identificaram essa preocupação por parte da secretaria de turismo, em reorganizar a agenda de festividades folclóricas do município.

De acordo com o presidente do Comtur, o Santuário tem a sua participação nas reuniões do conselho, mas, como instituição, age na maioria das vezes, de forma autônoma para atender às necessidades dos turistas, uma vez que dentro do seu território pode trabalhar de forma menos burocrática que nos espaços públicos. O representante da pastoral do turismo no Comtur afirma que “sempre que há as reuniões do Comtur vem alguém de lá [do Santuário] para acertar e levar as reivindicações da cidade, porque o Santuário tem um grande poder na cidade. Eles estão a par de todos os problemas da cidade e o Comtur manda coisas para eles lá”. Nesse sentido, compreende o Santuário Nacional, detentor dos principais atrativos turísticos do município, como instituição de grande poder. Segundo o entrevistado,

por meio da participação no Comtur, a organização religiosa percebe as necessidades dos turistas e procura atendê-las de alguma forma, dentro de seu território.

Os relatos indicam que o empreendimento religioso, apesar de não ser a autoridade legítima no que tange ao desenvolvimento do turismo municipal, apresenta grande poder por sua influência, considerando-se os critérios de poder apresentados por Claval (2012). Confirma-se, portanto, por meio desses relatos, que o complexo de atrativos do Santuário Nacional é o elemento principal do trade turístico municipal. Ademais, há consciência de que o turismo local é dependente do Santuário. A relação entre o Santuário Nacional e o Comtur apresenta características que se aproximam do conceito de cooperação apresentados por Trentin (2016) e Emmendoerfer et.al (2022). Muitas vezes, conforme já descrito anteriormente, as relações entre o Santuário e o poder público se dão informalmente, e, aparentemente, sem grandes conflitos. A secretária executiva do Comtur corrobora com a informação, quando relata que na ocasião da avaliação dos atrativos turísticos – etapa da revisão do Plano Diretor de Turismo em 2021 – foram apresentadas sugestões de melhoria que, por sua vez foram acatadas e implementadas pelo Santuário Nacional, que possui autonomia para investir em melhorias no seu empreendimento turístico religioso.

6.4 O Turismo religioso em Aparecida

Considerando as categorias analíticas elencadas para o alcance dos objetivos propostos para essa dissertação, este tópico apresentará uma abordagem qualitativa acerca das informações obtidas com os entrevistados a respeito das particularidades da atividade turística de Aparecida, da existência de um *cluster* do turismo específico para a realidade apresentada, assim como a visão dos entrevistados a respeito do desenvolvimento local a partir da regionalização do turismo.

Por meio da análise de conteúdo realizada para a categoria “Turismo Religioso” nota-se que a percepção dos entrevistados acerca da realidade do município de Aparecida converge com os conceitos expostos na pesquisa bibliográfica, considerando o município de Aparecida uma hierópolis dada a sua relação com o Santuário Nacional (OLIVEIRA, 1999; ROSENDAHL, 1996, 2018; LOPES, 2015; MANGIALARDO, 2015). Segundo o Representante da Pastoral do Turismo no Comtur “Aqui tudo gira em torno da imagem de Nossa Senhora, que, por sua vez, está dentro do Santuário Nacional. [O município de] Aparecida deve seu nome à imagem, porque antes a gente pertencia a Guaratinguetá”.

O representante do Santuário Nacional no Comtur corrobora:

A gente costuma dizer que o destino é Santuário. É o único lugar do mundo que o destino é o Santuário ao invés de ser o nome da cidade. É só fazer uma reflexão: se eu tiro o santuário de lá hoje o que seria do turismo em Aparecida? Então, eu tenho os outros atrativos, mas não tão expressivos. Você vai no rio onde encontrou a imagem da santa, o passeio fluvial ali. Você tem o Mirante da Pedra da Santa e mais alguns atrativos. Mas o santuário, a igreja em si, ela criou vários atrativos que fortaleceram não só a igreja, mas uma atratividade em conjunto né, centro de eventos, você tem lá o bondinho, tem o mirante lá em cima da parte que o bondinho leva lá no cruzeiro, então é assim, são vários atrativos conectados, junto à igreja, né? Então ela tem seu papel importantíssimo nesse processo.

A secretária executiva do Comtur comenta sobre a importância de compreender o processo histórico da região, que desenvolveu suas vias de acesso, como as estradas e a ferrovia, mediante o aumento constante do número de romeiros a se dirigirem até a imagem, como apresentado nos estudos de Maio (2004) Lopes (2015) e Mangialardo (2015). Lembra também, da popularização da devoção, sobretudo, após as visitas de membros da família real no período imperial. Esses fatores foram determinantes para a posterior emancipação do município e sua configuração, como destino para o turismo religioso, resultante do fluxo de romeiros a visitarem o Santuário.

Ademais, a entrevistada salienta as particularidades do turista religioso:

Vou te contar uma coisa que fica nítida na pesquisa de demanda, totalmente atípica, comparado com outros locais. Por exemplo, não é pela TV é pela internet que o romeiro vem, a grande maioria. Ele vem pela indicação da família, pela indicação dos amigos. E isso sempre foi assim. Não mudou. Mesmo com o avanço da tecnologia isso não mudou. Continua igual. Ele pode ser mais independente no transitar por aqui, mas ele ainda vem por influência dos amigos e da família. O turismo religioso é muito familiar. Tradicional. De pai para filho, de filho para neto.

A percepção acima se relaciona com as visões de Rinschede (1992) e Collins-Kreiner (2010), autores que dissertam que o turismo religioso está intimamente ligado às suas raízes culturais, religiosas e identitárias de quem o pratica.

Segundo o presidente do Comtur, a economia municipal depende quase que totalmente do turismo religioso, reforçando a classificação do destino como hierópolis: “Não tem como entrar de cabeça na laicidade não, do Estado, do governo, quer dizer, uma coisa que é movimentada aqui, toda uma economia, todo um bem viver movimentado em torno da fé”. Tal dependência se confirma mediante a menção acerca dos impactos da pandemia do Covid-19, sobretudo no período de *lockdown* no qual o Santuário se manteve fechado: “Nunca na sua história de mais de trezentos anos, Aparecida tinha ficado um domingo sem um movimento, sem um romeiro, e isso aconteceu na pandemia”. Os noticiários confirmam,

informando que grande parte da população se viu em sua pior crise econômica, com aproximadamente 70% de sua população, em situação de desemprego (REVEDILHO, 2021).

Com relação ao perfil do turista, os entrevistados fazem menção à uma grande porcentagem de pessoas, sobretudo, vindas de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que viajam de ônibus, em caravanas durante a madrugada, chegam ao amanhecer e retornam para suas cidades no final da tarde. Esses grupos, por suas características, podem ser considerados Romeiros, de acordo com as referências bibliográficas (BRUSTOLONI, 2004; MORENO, 2009; PEREIRA E CHRISTOFOLLI, 2013; BARBOSA, 2016). Tem como objetivo principal visitar o Santuário e participar das celebrações religiosas. Ainda que adquiram algum produto para si, ou para presentear alguém, essa aquisição será de importância secundária em sua visita.

A secretária executiva do Comtur esclarece que, por vezes, realiza serviços de guiamento turístico durante festividades religiosas e culturais que acontecem fora do Santuário, como a Festa de São Benedito, no mês de abril. A festa atende a uma devoção relacionada à cultura popular local: “É o turismo religioso, mas também é o turismo cultural muito forte. Tem a cavalaria, tem as congadas, ela é histórica”. Essa percepção está conforme com a definição de turismo religioso proposta pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2006).

Nesse sentido, os relatos sugerem a existência de três principais eventos culturais e religiosos existentes no calendário municipal e organizados fora do Santuário Nacional, a saber: a Festa da Folia de Reis, a Procissão de Corpus Christi e a Festa de São Benedito. Essa última, segundo a secretária executiva do Comtur, é a maior festa local externa ao Santuário. A secretária municipal de turismo corrobora com a informação, diz que o evento é organizado pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição e São Benedito, administradas pela diocese, e contou no ano de 2022, com o suporte da prefeitura municipal. Na ocasião de sua entrevista, estava trabalhando para a organização do evento, que, segundo ela, gerou grandes expectativas na comunidade local, uma vez que os eventos haviam sido suspensos no município nos últimos dois anos.

A festa, que acontece há 113 anos, é organizada em forma de novena – evento religioso com duração de nove dias – com a presença total de aproximadamente 300 mil pessoas, sendo considerada uma importante manifestação religiosa, cultural e folclórica do estado de São Paulo (PARÓQUIA DE APARECIDA, 2022). Uma das idas a campo para a realização dessa pesquisa foi realizada durante a festividade, possibilitando ao pesquisador a observação do evento. Na figura 30 são apresentados o cartaz de divulgação e registros do palco central do evento, em um dos dias da novena.

A festa contém elementos culturais e folclóricos relacionados às Congadas e Moçambiques, também inseridos nas celebrações. Na figura 32, à esquerda, o estande destinado para a venda de CDs com os cânticos da Missa em honra à São Benedito em ritmos Congo. À direita, destaque para a capa do CD comercializado no evento.

Figura 32 - Comercialização de CD “Missa em ritmos Congos” na Festa de São Benedito



Fonte: Imagens do autor (2022).

Ao observar o fenômeno turístico em Aparecida, nota-se também a existência de outra parcela de visitantes que busca roteiros que, após o cumprimento dos preceitos religiosos, possibilitem a realização de atividades relacionadas ao lazer e a outras finalidades. Desse modo, adquirem características que se aproximam da conceituação que distingue o peregrino tradicional do turista religioso, apresentada por Pinto (2006), Silveira (2007) e Collins-Kreiner (2010). Visando o atendimento a essa demanda, é perceptível, nas falas dos representantes do Comtur entrevistados, a correlação entre as necessidades do turista, o cluster do turismo religioso e a intenção do fortalecimento do setor por meio da regionalização do turismo e da roteirização.

Outro aspecto que esta pesquisa se propôs a observar é a existência de um cluster do turismo religioso no município de Aparecida, conforme apontado por autores como Pereira e Christoffoli (2013), Cesar e Vianna (2015) e Almeida, Enoque e Oliveira Jr (2020). Sobre esse aspecto, os entrevistados reconhecem a necessidade de maior articulação entre os empreendimentos voltados para o setor. Admitem também que o Santuário Nacional se destaca no trade turístico por sua dimensão empreendedora.

Em sua fala, a secretária executiva do Comtur apresenta elementos convergentes ao perfil do turista religioso atual, apresentados por Pinto (2006), Silveira (2007) e Collins-Kreiner (2010). A entrevistada atribui o desenvolvimento dos atrativos do Santuário Nacional à essa percepção por parte dos gestores do empreendimento religioso, e uma busca por atendê-los:

O que o turista pediu? Ele precisava de mais eventos noturnos, porque em Aparecida não tem evento noturno. O que faz a noite? Quer conversar, são poucos barzinhos e tudo mais. Daí o Santuário criou, lá na cidade do Romeiro, eventos musicais na época do Natal... Bombou! Saber ouvir. Saber ouvir e criar. E não adianta você fazer eventos, não adianta você criar coisas mirabolantes, com custo altíssimo se você não atender o que ele quer. Então primeira coisa é saber ouvir.

Em seguida, discorre sobre a importância da articulação do trade turístico local, sobretudo do trabalho dos guias, uma vez que o turista religioso busca, cada vez mais, aproveitar o tempo livre de sua viagem, desfrutando também de uma permanência mais longa no destino:

Antigamente, os romeiros vinham e ficavam mais no final de semana. Hoje já vem e já fica mais dias, já circula pela região. E a pesquisa de demanda mostra exatamente isso. As agências, os guias de turismo e as operadoras tem um papel fundamental nesse aspecto. E quando estamos desenhando o roteiro, a gente mostra as outras possibilidades, né? E tem alguns hotéis em Aparecida que conseguem fazer uma diária diferenciada durante a semana onde tem pouco movimento.

Ainda mais, a entrevistada acredita ser necessária maior articulação entre os segmentos do trade, reafirmando a importância do trabalho em redes, para o fortalecimento do *cluster* do turismo no município e na região. Exemplifica sua opinião a partir de uma experiência pessoal:

Alguns hotéis já têm trabalhado com as agências locais com os guias. E aí eles divulgam e ofertam até para os romeiros. E tem alguns ainda que, agora que estão vendo que isso pode agregar. Então, recentemente fui chamada por um hotel que é familiar, existe há anos em Aparecida. Veio um grupo e pediu [serviço de guiamento turístico e ele não sabia nem com quem falar. Ele pediu para falar comigo. Daí o feedback do grupo para ele foi muito importante. Ele já veio me chamar para ver se eu posso ajudá-los outras vezes, até para ofertar não só Aparecida, mas a região, e também ter mais clientes durante a semana, porque tem demanda. Mas você entendeu que isso ainda não é algo que está se trabalhando em sintonia.

A entrevistada também aponta para a presença de grupos que, ao contratar seus serviços, já solicita que no roteiro esteja incluso a ida à fabricas de imagens, com a intenção de fazer compras, relacionando assim, o destino a outros segmentos turísticos: “Muita gente

que vem não é católica, mas vem para fazer compras na feira ou para fazer compras de artigos religiosos, em Aparecida e em fábricas de imagens em Potim, para revender em outros estados. É um turismo de negócios”.

Com relação à divulgação dos atrativos locais, nota-se que o território do Santuário apresenta boa sinalização, conforme observa-se na figura 33 (à esquerda) que retrata um mapa turístico da cidade fixado no pátio central da Cidade do Romeiro. Quanto à sinalização externa ao Santuário, o presidente do Comtur, afirma que, apesar da necessidade de melhorias, existem alguns totens com o mapa turístico da cidade, localizados na entrada do município, na praça de São Benedito (figura 33, à direita), na Basílica histórica e próximo à feira. Lembra também da existência do Centro de Apoio ao Turista (CAT), onde há um posto de informações sobre os principais atrativos e materiais impressos. A figura 33, portanto, registrada pelo pesquisador na ocasião de ida a campo, mostra que, de acordo com ambos os mapas, os principais atrativos turísticos locais estão relacionados com o Santuário ou com a história do encontro da imagem.

Figura 33 - Mapas turísticos fixados em Aparecida



Fonte: Imagens do autor (2022)

Ainda assim, a secretária executiva do Comtur, expressa em sua fala que a sinalização turística é insuficiente e acrescenta a importância de investimento no marketing turístico local, que ultrapasse os limites do município, sendo esse um dos principais desafios da IGR:

Falta marketing na cidade que mostre o todo: não só o santuário e não só o externo, mas que junte tudo, o local e o regional. Aí sim você mostra a região, mostra tudo, não só o turismo religioso. O turismo religioso, cultural, todas as vertentes do turismo. Porque você tem público para tudo. Temos que criar mais roteiros,

disponibilizar esses roteiros e mostrar que existe. Mesmo assim, ainda tem muita gente que vem e não sabe as possibilidades que se tem aqui.

Deste modo, compreende-se, ao analisar o conteúdo das entrevistas, que o estabelecimento do cluster do turismo fortalece o ambiente de cooperação em redes a nível municipal, da mesma forma que a roteirização e o processo de regionalização do turismo por meio da IGR estimulam o desenvolvimento regional.

6.4.1 Regionalização do turismo e roteirização turística

Conforme exposto anteriormente, a Região Turística da Fé possui sua IGR formalizada com CNPJ e diretoria, sendo esse o órgão que objetiva articular os municípios. Portanto, ao tratar da regionalização do turismo, alguns dos entrevistados fazem menção à “Associação Turística da Fé”.

O turismólogo entrevistado, além de atuar na elaboração do PDTR de Aparecida, também ocupa o posto de presidente da IGR, trazendo em seu relato, a importância do município para o desenvolvimento do turismo regional. Menciona que, os dados do período anterior à pandemia indicam o número total de turistas a visitar anualmente a região turística da fé – ou seja, os onze municípios - foi de 15 milhões de visitantes, sendo que, desses aproximadamente 12 milhões visitam o Santuário Nacional.

Aparecida tem um papel importantíssimo para a região turística da fé. Ela seria como a cidade Satélite, a locomotiva de tudo isso, pela sua representatividade. Então na articulação, Aparecida é muito efetiva, porque hoje você vê Aparecida não pensando mais internamente, apenas dentro do seu município. Você vê ações que são feitas, e pelo processo da regionalização que a gente fez e vem fazendo, você percebe que ela fomenta e divulga os outros municípios, faz essa articulação. Então ela [IGR] começa a criar roteiros regionais, em conjunto né? Você sabe, que estão sendo desenvolvidos roteiros dos santuários. Você tem outros santuários além de Aparecida, nessas outras cidades que estão na RT da Fé. Então aí ela promove esses roteiros, que podem ser finalizados em Aparecida ou iniciados por Aparecida. Então você sai dali e ramifica a região.

O turismólogo entrevistado afirma que um dos principais trabalhos em execução pela IGR da Região Turística da Fé consiste no processo de roteirização para o turismo religioso local, abrangendo o Santuário Nacional em Aparecida, o Santuário de Frei Galvão em Guaratinguetá, o Santuário do Pai das Misericórdias e Canção Nova em Cachoeira Paulista, o mosteiro da Sagrada Face em Roseira, a sede da Renovação Carismática Católica em Canas, a Igreja de São Miguel em Piquete e o Santuário Bom Jesus em Tremembé.

Ainda no que se refere ao turismo religioso, a secretária de turismo discursa sobre as características regionais que proporcionam o desenvolvimento do turismo religioso, seja pela roteirização de santuários católicos, como pela presença de elementos relacionados à outras denominações religiosas:

Trabalhar com a fé é um turismo constante, as pessoas sempre vêm. Mesmo quem de repente fala "Ah eu não acredito em Nossa Senhora", mas eu gosto do Espaço Sagrado. Ah eu não vou no Santuário [de Aparecida], mas eu posso ir no Frei Galvão, tem a Canção Nova. Ah, eu sou muçulmano, aqui em Taubaté a gente tem a Mesquita. Ah eu sou Hare Krishna, tem a Nova Gokula. Então quer dizer, é uma região muito espiritual. Então a fé é um produto que nunca se acaba. Talvez por falta de estrutura, tem que melhorar sim, mas a fé não acaba, as pessoas acabam vindo, mesmo que de repente, não tenham uma estrutura adequada. E é essa estrutura que nós precisamos melhorar.

A Secretária executiva do Comtur, que é também a vice-presidente da IGR, confirma a informação. Considera importante a criação de diferentes roteiros, além do religioso: “A associação está fortalecida hoje, tem CNPJ, e já executa os guias das agências, os roteiros. E a gente está trabalhando, no sentido de aprimorar, de criar novos roteiros, por exemplo, da cachaça, roteiros históricos, roteiros culturais, roteiros de turismo rural”. A entrevistada valoriza também o trabalho conjunto que pode ser realizado por meio da instituição e do fortalecimento da IGR: “O regional tem muito mais poder do que só o local. Porque você tem mais braços, mais cabeças trabalhando juntos e muito mais oferta de atrativos e tudo mais. Então você estimula que a região cresça como um todo”.

Ademais, os entrevistados percebem o potencial dos meios de hospedagem no município de Aparecida, uma vez que a região permite o acesso à diversas cidades turísticas, além de interligar os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo o presidente do Comtur:

Hoje temos a Rota da Fé que foi criada, né? Então está havendo um despertar das cidades vizinhas, em função de Aparecida. Aliás, hoje é uma coisa que chama muito a atenção. Então, daqui de Aparecida, as pessoas vão para o Rio de Janeiro, capital, vão para Paraty. Daqui vão para Campos do Jordão. Daqui vão para a Canção Nova. Daqui vão para Minas. Então aqui, pela concentração, pela localização geográfica né... virou a serra, Minas. Desceu a Serra do Mar no litoral. Então, na verdade, as cidades despertaram para isso. Mas tudo em função do movimento para Aparecida, do fluxo de romeiros e do turista de Aparecida, né.

O ex-secretário municipal de turismo também afirma haver fluxo de pessoas que se hospedam em Aparecida e visitam, além dos municípios da região turística, outros destinos do Vale do Paraíba como Campos do Jordão, Taubaté, Bananal, dentre outras. Ademais, reafirma que muitos visitam o Rio de Janeiro, Paraty, além de se dirigirem também a São Paulo,

sobretudo para a prática do turismo de compras, retornando no mesmo dia para pernoitar em Aparecida. Nesse sentido, discursa sobre a possibilidade de criar estratégias a partir deste cenário:

O grande objetivo nosso é criar uma demanda turística regional para que as agências de viagem promovam pacotes na região do Vale do Paraíba, né, para que os turistas fiquem hospedados em Aparecida, onde a hospedagem é mais em conta e visitem outros municípios, por exemplo, Taubaté, Monteiro Lobato, que tem a cultura turística caipira, Campos do Jordão, que é a Suíça Brasileira, a parte das fazendas históricas lá de Bananal e Vale Histórico, onde tem várias fazendas que foram até cenários de novelas, e também o litoral norte, pertinho também. A duas horas de Aparecida tem Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, são cidades aí, que podem usufruir do turista que vêm à Aparecida.

O representante da Pastoral do Turismo no Comtur também acredita no potencial existente na roteirização da região, a partir de uma realização conjunta com os guias locais: “Tem bastante gente que vem por essas cidades, vem de carro, a pé, cumprir promessa em Aparecida, então elas passam por dentro dessas outras cidades. Certamente tem lá uma conexão que a pessoa vai conhecendo as cidades até chegar aqui em Aparecida”. Afirma também que Guaratinguetá apresenta atualmente um crescimento em sua demanda turística ao trabalhar a seu favor o turismo receptivo já existente em Aparecida, por meio da roteirização do turismo religioso.

Entretanto, o entrevistado acredita que alguns municípios, como Potim, Roseira e Pindamonhangaba – de onde muitos habitantes se locomovem até Aparecida para trabalhar – deveriam investir mais no seu potencial turístico e se articularem, uma vez que também fazem parte da região turística da Fé. O ex-secretário de turismo faz a mesma afirmação, apontando para um problema resultante dessa situação. Segundo ele, a maior parte da população ativa dos municípios de Potim e de Roseira trabalha em Aparecida, de modo que os municípios são economicamente dependentes, não tendo condições de atender a sua população que, por muitas vezes se locomove até Aparecida para a utilização de serviços essenciais, como o atendimento à saúde, por exemplo.

6.5 Indicadores do desenvolvimento socioeconômico

Este tópico tem por finalidade apresentar, por meio da utilização de dados disponibilizados por órgãos oficiais, o resultado alcançado, referente ao objetivo específico dessa dissertação: “Identificar os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico municipal, por meio do segmento do turismo religioso”.

Para uma melhor percepção da importância do turismo religioso em Aparecida, optou-se por fazer uma comparação entre o município em questão e outros municípios. Para tanto, foram considerados indicadores econômicos fornecidos pelo IBGE e pela Fundação SEADE, além de dados do Ministério do Turismo.

Foram selecionados seis municípios com número de habitantes aproximado ao de Aparecida. Em seguida, foram identificadas as principais atividades geradoras de emprego em cada um, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Como resultado, foram comparados os municípios de Aguai, Aparecida, Iguape, Ilhabela, Rio das Pedras, São Pedro e Socorro, apresentando, portanto, uma amostra de municípios com atividades econômicas diversificadas.

O comparativo entre os municípios considerou indicadores básicos como a taxa da população empregada e o salário médio da população. Outros indicadores econômicos utilizados foram o PIB Per Capta¹² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal¹³ (IDHM). Além desses, foi acrescida a classificação dos municípios no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), uma vez que este apresenta uma classificação relacionada às condições de vida das populações dos municípios em questão¹⁴. No apêndice E estão apresentados os dados relativos a cada um dos indicadores cuja combinação resultou nas informações posteriormente citadas nessa dissertação. Na tabela 3 encontra-se o resumo das comparações entre os municípios acima relacionados:

¹² Segundo o IBGE (2022), o PIB refere-se à soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. A análise do PIB per capita seria, portanto, a mensuração de quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um local, caso todos recebessem em partes iguais.

¹³ O IDH é costumeiramente mensurado a cada década, na ocasião da realização do Censo do IBGE. Todavia, devido à pandemia de Covid-19, o censo de 2020 não foi feito. Sendo realizado apenas em 2022, não havia apresentado sua atualização no momento da redação deste trabalho, motivo pelo qual, foram utilizados os dados de 2010

¹⁴ Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos – Dinâmicos, Desiguais, Equitativos, em transição e Vulneráveis – a partir da combinação de três diferentes indicadores – Riqueza, Longevidade e Escolaridade (FUNDAÇÃO SEADE, 2019).

Tabela 3 - Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas - Indicadores Socioeconômicos

Município	Aparecida	Aguai	Iguape	Ilhabela	Rio das Pedras	São Pedro	Socorro
População Estimada 2021	36.211	36.981	31.177	36.194	36.233	36.298	41.690
Principal atividade de empregos formais por divisão da CNAE	Comércio varejista (22,6%)	Agricultura, Pecuária e relacionados (17,6%)	Adm. pública, defesa e seguridade social (37,9%)	Adm. pública, defesa e seguridade social (22,8%)	Fabricação de automóveis e carrocerias (18,1%)	Comércio varejista (26,9%)	Comércio varejista (19,2%)
Salário médio em 2020 (salários mínimos)	1,6	2,2	2,2	2,8	2,9	1,9	1,9
% População Empregada (2020)	31,7%	18,7%	9,9%	28,9%	27,1%	21,3%	22,9%
PIB Per capita (2019)	R\$ 31.641,35	R\$ 28.249,47	R\$ 40.708,33	R\$ 428.020,22	R\$ 37.034,87	R\$ 22.416,24	R\$ 21.849,12
IDHM (2010)	0,755	0,715	0,726	0,756	0,759	0,755	0,729
Posição no ranking IDHM no estado de São Paulo (2010)	195°	502°	426°	188°	169°	195°	400°
Posição no ranking IDHM no Brasil (2010)	453°	1454°	1133°	440°	383°	453°	1152°
Classificação nos grupos do IPRS (2018)	Dinâmico	Vulnerável	Vulnerável	Dinâmico	Dinâmico	Equitativos	Equitativos

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em dados do IBGE e SEADE (2022)

A comparação realizada constata primeiramente que Aparecida é o município que possui a maior porcentagem da população empregada. Percebe-se também que, apesar de apresentar uma menor média salarial, o PIB *per capita* de Aparecida apresenta um valor significativo, estando em relação intermediária quando comparado aos outros municípios, superando os índices de Aguai, São Pedro e Socorro. Os dados correspondem às percepções apresentadas por autores como Maio (2004), Cesar e Vianna (2015) e Almeida, Enoque e Oliveira Júnior (2020), indicando que o turismo religioso gera significativa quantidade de empregos nos destinos. Desse modo, percebe-se que as atividades demandadas pelo turismo

religioso no município proporcionam significativa oferta de empregos, provavelmente em quantidade maior que as existentes nos demais municípios, que não apresentam o turismo religioso como principal motor econômico.

A análise desses aspectos econômicos se faz importante para a observação do total da riqueza gerada em cada município, dado que autores como Nodari (2007), Vanhove (2011b, 2015) e Gonçalves, Faria e Horta (2020) salientam que a atividade turística resulta em um processo produtivo que envolve diferentes setores, gerando riqueza e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Todavia, apesar da importância do conhecimento acerca da geração de riquezas para o município, para melhores detalhamentos acerca do desenvolvimento socioeconômico dos municípios, considerou-se necessária a busca por informações mais detalhadas no que se refere à distribuição de renda. A exemplo disso, observa-se a realidade atípica de Ilhabela que possui, em números contabilizados pelo IBGE, o segundo maior PIB *per capita* nacional, fenômeno decorrente da extração de petróleo, não significando porém, enriquecimento proporcional para o cidadão.

Conforme já descrito anteriormente, o desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, mas abrange também aspectos sociais dos residentes (SEN, 2000; TOMAZZONI, 2009; ARÁUJO et al., 2020; WANG; BERBEKOVA; UYSAL, 2022), razão pela qual foram considerados também o IDHM e o IRPS, remetendo-se também à aspectos relacionados à qualidade de vida da população.

O IDHM é considerado médio em todos os municípios selecionados, em níveis aproximados, pontuado entre 0,71 e 0,76. No ranking estadual e nacional, o município de Aparecida encontra-se abaixo de Ilhabela e Rio das Pedras e equiparado a São Pedro. Os dados, porém, datam de 2010, ano do último censo realizado até a redação deste trabalho. Por essa razão, considerou-se pertinente a utilização de indicadores mais recentes, relacionados à qualidade de vida da população, a fim de fundamentar melhor os resultados deste estudo.

Por fim, o comparativo do IPRS apresenta dados quantitativos do governo do Estado de São Paulo de 2018 e atesta que referente às condições de vida da população, os municípios de Aguai e Iguape classificam-se como vulneráveis, ao passo que São Pedro e Socorro apresentam condições intermediárias, sendo considerados equitativos. Aparecida, Ilhabela e Rio das Pedras, por sua vez, estão classificados como “Dinâmicos” pelo IPRS, ou seja, nas melhores condições socioeconômicas dentre os municípios, comparada ao se considerar os critérios utilizados para a obtenção do referido indicador.

Analisando com maior profundidade os três municípios melhor categorizados, nota-se que Ilhabela e Rio das Pedras possuem pontuação alta nas dimensões, riqueza e longevidade e

pontuação média na dimensão escolaridade, ao passo que apenas Aparecida apresenta alta pontuação nas três dimensões observadas (APÊNDICE E). Pode-se dizer, ao correlacionar tais dados com o conceito de desenvolvimento proposto por Sen (2000b), que Aparecida seria o município que apresenta melhores condições dentre os selecionados na presente comparação, de acordo com indicador em questão, apresentando um nível considerável de desenvolvimento.

Em seguida, buscou-se para análise informações fornecidas pelo Ministério do Turismo referentes a categorização de cada um dos municípios selecionados, e portanto, com seus critérios: número de visitantes anuais, quantidade de estabelecimentos de hospedagem, empregos gerados e impostos federais recolhidos por tais estabelecimentos, conforme a tabela 4. Na busca realizada nos indicadores do Mapa do Turismo Brasileiro, não foi localizado o município de Rio das Pedras, motivo pelo qual não está incluso nessa etapa da comparação.

Tabela 4 - Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas - Indicadores do Turismo em 2021

Município	Aparecida	Aguai	Iguape	Ilhabela	São Pedro	Socorro
Região Turística	Fé	Entre Rios, Serras e Cafés	Lagamar	Litoral Norte de São Paulo	Serra do Itaqueri	Águas e Flores Paulista
Categoria MTUR	A	D	C	A	B	B
Principais segmentações turísticas*	Turismo religioso	Turismo cultural e de natureza	Turismo religioso, de pesca, e de sol e praia	Turismo de sol e praia e de natureza	Turismo Rural, de natureza e de aventura	Turismo de aventura e de compras
Visitantes (domésticos e internacionais)	1.212.639	13.569	125	198.054	19.139	87.003
Fluxo médio de turistas por habitante**	33,5	0,4	0,0	5,5	0,5	2,1
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	175	4	9	114	14	21
Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	1451	12	28	1345	302	295
Arrecadação de Impostos Federais (meios de hospedagem)	R\$ 11.472.737,00	R\$ 0,00	R\$ 303.760,00	R\$ 13.779.198,00	R\$ 1.684.237,00	R\$ 2.853.881,00

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em dados do Ministério do Turismo 2022.

*Informações obtidas nos Planos Diretores de Turismo e/ou sites das prefeituras dos municípios.

**Com base no número de visitantes (Ministério do Turismo) e população estimada dos municípios (IBGE)

A tabela aponta primeiramente que, a critério de categorização, Aparecida e Ilhabela estão equivalentes, na categoria “A”. Importante notar que Aparecida é o município com maior número de visitantes anuais, chegando a ser seis vezes maior que Ilhabela, segundo destino mais visitado.

Baseado no número de visitantes e na população estimada, foi possível mensurar o fluxo de visitantes por habitante. Os números de Aparecida novamente destacam-se, estando largamente à frente dos demais municípios. Tais informações reforçam a importância do turismo religioso como principal atividade econômica municipal, conforme apresentado por autores como Pereira e Christoffoli (2013), Cesar e Vianna (2015), Godinho (2018) e Moreira Neto, Guimarães e Zanetti (2020) e convergindo com os relatos obtidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas com os representantes do Comtur e com a comunidade local. Ademais, essa informação pode vir a complementar os dados relacionados às ofertas de emprego comentadas com base no gráfico anterior.

Além do mais, vale lembrar que o número oficial de visitantes anuais contabilizado pelo Ministério do Turismo equivale a apenas um décimo da quantidade contabilizada pelo Santuário Nacional. Tal divergência pode sugerir que grande parte dos romeiros que se dirigem ao Santuário Nacional são atendidos pelos equipamentos do empreendimento religioso e não circulam pelo município. Outro fator a ser observado é que parte dos romeiros não pernoitam no destino, chegando pela manhã e retornando ao local de origem no final da tarde. Desse modo, não seriam incluídos na quantificação oficial.

Aparecida também possui maior quantidade de meios de hospedagem e de empregos no setor. Todavia, relatos dos entrevistados sugerem a existência de um número maior de hotéis e pousadas, além dos contabilizados, uma vez que, para compor o quantitativo do Mapa do Turismo, tais estabelecimentos devem, necessariamente, estar regularizados e cadastrados no Cadastur, e parte dos estabelecimentos ainda não estão.

Importante observar também que o único critério no qual Aparecida não apresenta números superiores aos outros municípios é o valor da arrecadação de impostos federais nos meios de hospedagem. Ilhabela, apesar de ter menor quantidade de estabelecimentos, apresenta um valor total recolhido maior que Aparecida. A informação obtida sugere a necessidade de ajustes no que tange à tributação dos equipamentos turísticos. Nesse sentido, alguns dos entrevistados que se manifestam a respeito do assunto, indicam o Comtur como órgão capaz de fomentar tal articulação municipal.

A presente análise possibilitou, portanto, a validação de informações obtidas para a construção do referencial teórico dessa pesquisa. Ademais, estão de acordo com os relatos dos

membros do Comtur entrevistados e complementadas com o resultado alcançado por meio da abordagem à comunidade local. A combinação de tais resultados compõe, portanto, as informações apresentadas a seguir.

6.5.1 O Desenvolvimento local através do turismo

Feita a análise com base nas informações fornecidas por órgãos oficiais, são apresentados os resultados da análise de conteúdo aplicada à categoria “desenvolvimento”, a partir da associação de informações coletadas em campo e indicadores econômicos que, relacionados com o referencial teórico consultado, visa a alcançar os objetivos propostos para a presente dissertação, por meio da compreensão da relação entre o trade turístico e o desenvolvimento do município de Aparecida.

O primeiro aspecto relacionado ao tema é a necessidade de uma conscientização no que se refere ao trabalho em redes para o desenvolvimento do *cluster* turístico local. Conforme autores como Beni (2003) e Costa, Costa e Miranda Jr., (2012), Mirailh, Cassanego Jr e Albano (2019) e Calero e Turner (2020) quando bem administrado, o *cluster* resultante da infraestrutura turística potencializa o desenvolvimento do setor. Além disso, o trabalho com os guias é apresentado como fundamental para o turismo local. Nesse sentido, o ex-secretário de turismo aponta para os desafios inerentes no que se refere à organização do setor:

Nossa maior dificuldade agora é colocar na cabeça dos hoteleiros que não são só hotéis, que todo segmento agora é integrado, interligado. Por exemplo, o guia de turismo, é o embaixador do município, e tanto ele pode arrumar serviço como guia, como ele pode promover a visita dos atrativos turísticos, tipo bondinho aéreo, passeio de balsa, museu de cera e também acabar levando hóspedes além da romaria, durante a semana.

Além disso, o entrevistado compreende a importância do setor hoteleiro para o desenvolvimento do município, uma vez que se apresenta como um dos setores que mais gera empregos. Ademais, admite que o município possui o status de estância turística devido ao constante investimento do Santuário, em ampliar o seu empreendimento, oferecendo novos atrativos, além de gerar mais empregos.

Todavia, o ex-secretário de turismo, outro desafio encontrado, consiste na necessidade de um trabalho para a formalização dos empreendimentos. Em seu relato, aponta que o impacto negativo não se resume à ausência de recolhimento dos tributos, mas também à necessidade de valorização profissional:

Eles [os hotéis] até geram empregos, mas muitos deles têm essa cultura da sonegação. Essa cultura sonegadora em Aparecida é o que impede um maior desenvolvimento do turismo local. Ao ponto que, as pessoas que se formam em turismo aqui acabam não tendo oportunidade de ficar aqui, se eles querem se desenvolver tem que ir para Campos do Jordão, ir para São Paulo, ir para as cidades como Gramado, para crescer profissionalmente, podem ser chefe de cozinha na área de gastronomia e na hotelaria. Ele não encontra espaço aqui, porque os hoteleiros daqui não veem a necessidade de colocar alguém graduado, por exemplo, para ficar na parte de hospedagem, na parte gastronômica, porque ele acha que o turista de Aparecida não precisa ser tratado como merece aqui. O índice de baixa qualidade, ele acha que qualquer coisa para ele serve. Eu estou falando da maioria aqui, mas tem uma minoria que já tem um alto padrão de qualidade e trabalham muito bem.

O relato expressa diferentes deficiências a serem trabalhadas em âmbito municipal, que por sua vez interferem na qualidade de vida da população. A situação irregular de alguns empreendimentos, que por sua vez dificulta a valorização profissional, que conforme relatos da amostra da população local (Pag.127) evade do município em busca de melhores condições de emprego. Ao verificar os dados da tabela 3 (Pag.170) compreende-se que, apesar de Aparecida apresentar a maior porcentagem de população empregada, a média salarial da população é de 1,6 salários mínimos, a menor dentre os municípios selecionados para a análise comparativa.

O presidente do Comtur também comenta que a informalidade limita os recursos destinados ao turismo, apesar do grande número de visitantes, o recurso que o município recebe ainda é insuficiente para investimentos mais profundos no setor. Afirma que o plano diretor contempla a criação de taxas que serão revertidas para investimentos no setor, e a estruturação do Fundo Municipal do Turismo (Fumtur).

Apesar dos desafios aparentes, seu discurso apresenta otimismo para com a proposta: “vamos ter bastante dificuldade. Mas vai gerar recurso, vai gerar conscientização, né? E o resultado vai ser acolher cada vez melhor o romeiro, o turista que aqui vem. Está dentro do plano diretor”. Os discursos apresentam coerência, uma vez que o referencial consultado para a fundamentação teórica deste estudo indica a geração empregos formais e de receita tributária – que deve ser revertida em benefícios para a população - como importante etapa para o desenvolvimento local a partir do turismo. (VANHOVE, 2011a; MTUR, 2018a;).

Nesse sentido, a secretária executiva acredita na importância do Comtur para auxiliar no processo de regularização do setor. “[A gestão do turismo local] precisa ser aprimorada também no sentido de fiscalização. Fiscalização dos restaurantes, fiscalização da rede hoteleira e fiscalização das cobranças indevidas, pois isso ainda existe”. Aponta sua fala sobretudo na formalização de estabelecimentos e tabelamento de preços, visando diminuir a

sonegação de impostos e aplicação de preços abusivos aos clientes. Além disso, sinaliza a necessidade de melhorias na qualidade do atendimento.

O representante do Santuário Nacional no Comtur salienta também a relevância do Comtur, de modo a potencializar o seu desenvolvimento no turismo:

Esse é o ponto chave. É o conselho municipal de turismo que vai direcionar a evolução do turismo em si. Porque se não tiver o COMTUR, primeiro não tem a verba. E também se não tiver alinhado, a gente não consegue desenvolver o trabalho no município. Vai ficar sempre, como eu costume dizer, apagando fogo. A gente não precisa ficar apagando fogo, a gente tem que desenvolver algo, para um município tão importante que é Aparecida, no trade religioso.

Outra dificuldade apresentada pela secretária municipal de Turismo consiste no fato de grande parte dos empresários do trade turístico não serem moradores do município de Aparecida, o que na sua percepção, limita o sentimento de pertencimento ao município por parte da iniciativa privada. O ex-secretário municipal de turismo também relata o problema, afirmando que alguns dos grandes empreendimentos no município pertencem a empresários ou grupos de outras cidades, de outros estados e até de outros países: “tem vários investidores de fora que estão investindo em Aparecida e estão se dando bem. Mas o dinheiro que eles ganham aqui, eles vão investir em outro lugar, não investem aqui. Acabam não contribuindo para o desenvolvimento local”.

Nesse sentido, os relatos dos entrevistados apontam para a necessidade de atenção com relação ao destino das riquezas geradas a partir da atividade turística local, uma vez que são indicativos de que parte desta receita se concentre em poder de poucos empresários e, portanto, revele a falta de uma distribuição dessas riquezas de forma equitativa. A questão se torna mais sensível a partir da perspectiva apresentada, de que alguns destes não se mantêm no município, ao que caberia uma análise mais extensa e aprofundada.

O presidente do Comtur acrescenta também o fato de o setor turístico ser o que mais gera empregos no município, além de atrair moradores dos municípios vizinhos, que diariamente se deslocam à Aparecida para trabalhar, seja no comércio como também na rede hoteleira.

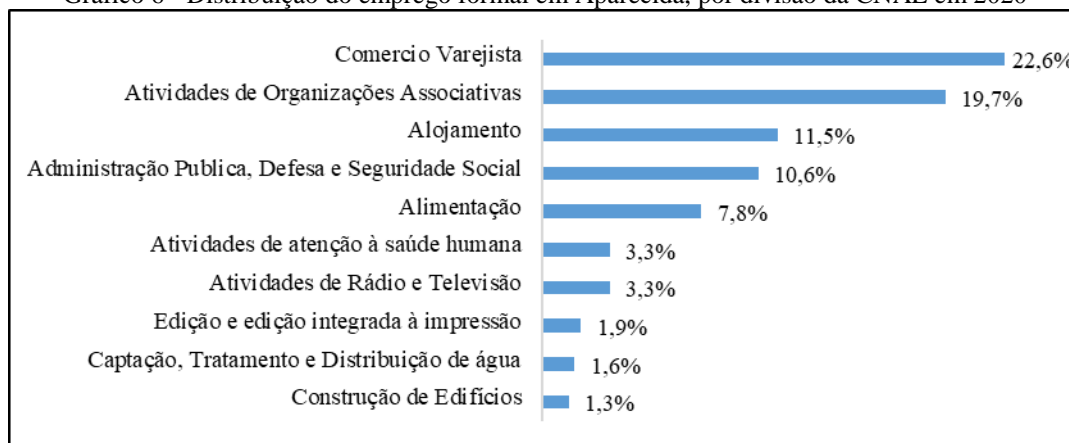
Portanto, considera-se pertinente que a observação dos discursos sobre o desenvolvimento local, seja pautada em dados oficiais referentes à empregabilidade gerada pelo setor, sendo este um dos critérios considerado pelo Ministério do Turismo para a classificação dos municípios turísticos.

6.5.2 Emprego e Capacitação Profissional

Para a percepção da oferta de emprego em Aparecida, relacionada com a prática do turismo religioso, foram consideradas as especificidades do público visitante que, além de alojamento e alimentação, consomem produtos de comércio varejista, sobretudo para a compra de *souvenirs* e artigos religiosos, sendo esses os três segmentos principais do cluster do turismo religioso, conforme o referencial teórico deste trabalho, aponta ser observado em Aparecida (PEREIRA; CHRISTOFFOLI, 2013; CESAR; VIANNA, 2015; ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020).

De acordo com a Fundação Seade, no ano de 2020, Aparecida contabilizou o total de 9.682 empregos formais. Destes, os setores com maior oferta foram: o comércio varejista (22,6%), as atividades de organizações associativas (19,7%), alojamento (11,5%), administração pública e seguridade social (10,6%) e alimentação (7,8%), conforme observado no gráfico 6:

Gráfico 6 - Distribuição do emprego formal em Aparecida, por divisão da CNAE em 2020



Fonte: Adaptado de Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2022

O gráfico evidencia, portanto, que o setor com maior empregabilidade no município em 2020 foi o comércio varejista (22,6% dos empregos formais), que por sua vez atende não somente à população residente, mas, sobretudo, aos turistas. Os dados confirmam os relatos obtidos pelos entrevistados e a percepção na pesquisa de campo, com relação ao grande número de lojas e boxes das galerias locais, como por exemplo, no CAR e na Galeria Recreio, destinadas para a venda de *souvenirs* aos visitantes. Ao longo das avenidas centrais da cidade há também lojas de artigos religiosos e produtos diversos. Além destes, existe a feira local, em que possivelmente, parte dos ambulantes, estejam formalizados.

Figura 34 - Galeria Recreio



Fonte: <https://galeriarecreio.com.br/>

Para melhor identificação dos empregos oferecidos pelo Santuário Nacional, foi realizada consulta da classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) do empreendimento religioso. Na busca realizada, foram encontradas duas diferentes matrizes com CNPJ.

O CNPJ principal do Santuário Nacional tem como código CNAE “94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas”. Possui Matriz no endereço do Santuário Nacional e uma filial no endereço da Cidade do Romeiro.

O segundo CNPJ pertencente ao Santuário está relacionado aos seus meios de hospedagem e suas obras sociais. Tem como código CNAE “94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais”, dotada de uma matriz, com endereço no Santuário Nacional, e cinco filiais, a saber: Lar Nossa Senhora Aparecida, Casa do pequeno trabalhador, Loja oficial do Santuário Nacional, Pousada Bom Jesus e Rainha Hotéis.

Em ambas as matrizes e filiais, a natureza jurídica descrita é “Associação Privada”, e suas atividades estão categorizadas como “Atividades de Organizações Associativas”. Desse modo, conclui-se que parte significativa da empregabilidade no município de Aparecida é, de fato, oferecido pelo Santuário Nacional, uma vez que a atividade correspondente à sua classificação no CNAE equivale a 19,7% da totalidade do emprego formal.

Sendo o terceiro setor que mais gera empregos no município, os meios de hospedagem absorvem 11,5% dos empregos formais. Complementando a informação, a consulta ao site do Mapa do turismo brasileiro (MTUR) informa que Aparecida possui 175 meios de hospedagem cadastrados e 1.451 empregos formais em 2021. Ao relacionar a informação com os dados da SEADE, percebe-se a equivalência.

Portanto, nota-se que as três principais atividades econômicas no município de Aparecida estão relacionadas direta ou indiretamente com o turismo religioso e com o Santuário Nacional. O setor de alimentação ocupa o quinto lugar no *ranking*, indicando a força econômica resultante da movimentação de peregrinos no município. Nesse sentido,

conclui-se que o *cluster* do turismo religioso local é o principal motor para a geração de empregos em Aparecida.

Com relação à capacitação profissional, o ex-secretário de turismo informa sobre a existência de uma importante parceria com o Senac, que oferece no município cursos de capacitação para guiamento turístico e para o setor hoteleiro. O entrevistado cita também o projeto de capacitação “Juntos por Aparecida”, em parceria o Sebrae, que presta serviços de consultoria e atendimento aos empreendedores locais em um escritório localizado do Centro de Atendimento ao Turista do município, com a intenção de incentivar a formalização e o crescimento dos microempreendedores. O presidente do Comtur cita haver resultados com relação ao processo de formalização nos últimos dois anos, sobretudo dos ambulantes da feira local, por meio da citada parceria: “O Sebrae não só oferece capacitação, mas a intenção da prefeitura, por meio da Secretaria de Indústria e Comércio é tornar tudo o mais legalizado possível. E o Sebrae tem um posto fixo para orientar as leis, que estão sendo criadas no dia a dia”. Além desses, a Associação Comercial de Aparecida (ACIA) é apontada como órgão que também fomenta capacitação profissional para a rede hoteleira.

O representante da Pastoral do Turismo no Comtur afirma inclusive, estar matriculado em um curso de guia de turismo no Colégio Técnico Municipal de Aparecida (CTMA), que oferece cursos na área de turismo, hotelaria e gastronomia. Em seu relato, como aluno, afirma sobre a importância de uma melhor qualificação do setor, para um melhor atendimento aos turistas: “para mim está sendo muito bom. A gente fica aqui e esquece de estudar as coisas de fora, e muitas vezes a gente vai levar informações para as pessoas, de coisas que a gente também tem que aprender. Então a escola é um ótimo investimento para aprendermos e passarmos para outras pessoas”.

Segundo o representante do Santuário no Comtur, o Santuário Nacional também promove cursos de capacitação como assistente administrativo, cozinheiro industrial, garçom, camareira, padeiro, confeitiro e recepcionista. Os cursos são oferecidos no Centro de Qualificação Hoteleira, situado na Cidade do Romeiro, em parceria com o SENAI, que emite os certificados. Parte dos alunos são posteriormente absorvidos como mão de obra pelo empreendimento religioso (TOSTES, 2022).

A secretária municipal de turismo compreende os desafios inerentes à profissionalização local, considerando como primeiro passo a conscientização da comunidade local sobre a importância de qualificação, como processo para o desenvolvimento. “Precisamos colocar na cabeça das pessoas, a importância de se profissionalizar. Aperfeiçoar o atendimento, porque aí começa a entender a questão de estrutura, começa a buscar direitos

que as pessoas não sabem”. Nesse sentido, percebe-se avanços na população que outrora preocupava-se “somente em ter sua barraquinha na feira”, e atualmente apresenta crescente procura aos cursos oferecidos.

O representante da Pastur compartilha da mesma visão. Relata que observa diariamente os efeitos positivos da profissionalização, afirmando que vários colegas que estão se profissionalizando demonstram interesse em conhecer melhor o Comtur, após descobrir a existência e importância do órgão. Segundo ele, o primeiro passo para desenvolver o município consiste em qualificar o cidadão.

Desse modo, pode-se analisar transversalmente a capacitação profissional e a qualidade no atendimento ao turista, apontada como ponto a melhorar na abordagem à comunidade local, uma vez que evidentemente estão relacionadas. Ademais, a partir de uma abordagem mais profunda, pode-se sugerir que a capacitação profissional, e consequentemente, a melhoria no atendimento ao turista favorece uma melhor remuneração dos profissionais do setor, gerando uma efetiva melhora na qualidade de vida da população e, portanto, desenvolvimento socioeconômico.

O emprego e capacitação profissional são, portanto, um dos principais indicadores do desenvolvimento, uma vez que os relatos dos entrevistados, pautado no referencial teórico consultado, indicam que esses fatores contribuem diretamente para geração de renda, e consequentemente, melhoria da qualidade de vida da população. Desse modo, compreende-se que o alcance do desenvolvimento local, resulta da combinação de tais fatores, que resultam em satisfação e bem-estar social para a população.

6.5.3 *Qualidade de vida*

Para a análise de dados relacionados à qualidade de vida da população aparecidense, são considerados os critérios: saúde, segurança pública e educação. Objetivando apresentar maior consistência ao estudo, os dados do município de Aparecida, são apresentados em comparação com os mesmos municípios selecionados para as análises anteriores. Os critérios selecionados constituem parte dos indicadores possíveis para a observação da qualidade de vida local, uma vez que estão relacionados ao bem-estar da população.

A tabela 5 contém o comparativo de dados sobre a saúde nos municípios. A tabela 6, por sua vez apresenta os dados referentes à segurança pública, enquanto a tabela 7 demonstra os dados relacionados à educação.

Tabela 5: Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Saúde (dezembro / 2021)

Município	Aparecida	Aguai	Iguape	Ilhabela	Rio das Pedras	São Pedro	Socorro
Médicos*	1,91	1,16	1,7	2,85	0,41	0,74	0,91
Enfermeiros*	1,16	0,57	0,42	1,82	0,28	0,94	0,48
Unidades Básicas de Saúde	11	5	10	13	5	11	15
Estabelecimentos municipais de saúde**	21	15	13	26	11	16	26
Estabelecimentos Privados de saúde**	30	71	23	15	83	88	67
Estabelecimentos de Saúde (total)**	51	86	36	41	94	104	93
Mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos (Dados IBGE 2020)	14,2	10,44	9,14	6,15	23,26	5,06	12,66

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do SEADE e IBGE (2022)

*Número de profissionais com vínculo empregatício por mil habitantes

**Estabelecimentos de saúde: Somatória de UBS, Clínicas, unidades móveis, consultórios isolados, hospitais Pronto atendimento, dentre outros

De acordo com a tabela 5, que contém dados de dezembro de 2021, o número de profissionais atuantes na área da saúde em relação à população do município de Aparecida apresenta índices elevados em comparação com quase todos os outros, com exceção à Ilhabela. Compreende-se que o atendimento público à saúde também se mantém satisfatório na presente comparação, uma vez que, em número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de estabelecimentos municipais se apresenta entre os três melhores.

Nota-se que outros municípios possuem um número maior de estabelecimentos privados para o atendimento às necessidades de saúde da população, o que influencia diretamente no saldo descrito na somatória entre as duas modalidades de estabelecimento. Por fim, quando se refere à taxa de mortalidade infantil, o município de Aparecida exhibe números elevados em comparação aos outros municípios, indicando um ponto de atenção, uma vez que a mortalidade infantil também se revela como um importante indicador da qualidade de vida da população.

Tabela 6 - Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – Ocorrências Policiais (2021)

Município	Homicídios dolosos	Furtos	Roubos	Furtos e Roubos de veículo	Total
Aparecida	2	513	102	48	665
Aguai	5	276	39	17	337
Iguape	1	492	9	2	504
Ilhabela	5	358	20	17	400
Rio das Pedras	3	229	18	20	270
São Pedro	4	247	40	30	321
Socorro	1	162	12	20	195

Fonte: Elaborado pelo autor, base em dados da Secretaria de Segurança Pública - Estado de São Paulo (2022)

No que tange à segurança pública, foram comparados os dados fornecidos pela secretaria de segurança pública do estado de São Paulo, referente às ocorrências policiais registradas no ano de 2021. Aparecida apresenta o segundo menor número de ocorrências registradas para crimes de homicídio doloso. Todavia, é notável que há índice maior de furtos, e roubos. Pode-se relacionar aos números apresentados o intenso fluxo turístico existente no município, que são muito maiores. Ainda assim, a segurança pública não foi apontada como grande problema municipal na ocasião da abordagem aos representantes do Comtur e à comunidade local.

Tabela 7 - Comparativo Aparecida e outros municípios paulistas – IDEB em 2019

Município	Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano)	Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano)	Ensino Médio
Aparecida	6,7	5,6	4,7
Aguai	6,4	5,2	4,7
Iguape	6,0	5,0	4,8
Ilhabela	6,3	5,2	4,4
Rio das Pedras	6,5	5,0	4,7
São Pedro	6,5	5,5	5,0
Socorro	7,4	5,8	4,9

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da SEADE

Ao analisar o critério “educação”, foram considerados os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹⁵ (IDEB) dos municípios selecionados, em suas três

¹⁵ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Funciona como um indicador nacional calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e das médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022)

etapas – Fundamental I, Fundamental II e Ensino médio. As informações obtidas por meio da comparação de dados mostram que Aparecida possui pontuação relativamente boa em comparação aos demais, sobretudo nas duas etapas do ensino fundamental, em que ocupa a segunda melhor posição.

Por fim, com o objetivo de complementar as informações obtidas, foram categorizados os relatos dos entrevistados no que se refere à relação do turismo local com a qualidade de vida dos munícipes. Parte-se do pressuposto de que, quando efetiva, a atividade turística promove a cultura local e impulsiona melhorias na infraestrutura local, resultando no aumento da satisfação, bem-estar e felicidade da população. (YU; COLE; CHANCELLOR, 2018; ALMEIDA; ENOQUE; OLIVEIRA JÚNIOR, 2020; EMMENDOERFER et al., 2021). Nesse sentido, as diretrizes propostas pelo PDTR, favorecem o aprimoramento do trade turístico, contribuindo diretamente para o desenvolvimento do município.

Conforme relata a secretária municipal de turismo: “o plano diretor revisional veio ajudar a pensar dessa forma, ir atrás para melhorarmos a nossa cidade. A nossa estrutura, o nosso acolhimento e também a nossa mentalidade no sentido de educação turística”. O presidente do Comtur confirma, afirmando que a intenção do conselho não se restringe em melhorar a município para o romeiro, mas também para o munícipe.

Em vista disso, as falas dos entrevistados evidenciam as particularidades decorrentes no constante fluxo de romeiros, composto em grande porcentagem de pessoas simples, daí a importância da população em proporcionar uma experiência acolhedora. A amostragem da comunidade local abordada indica que o perfil acolhedor da população é o principal ponto forte a contribuir para o desenvolvimento do turismo local (41%), seguido da crescente conscientização da importância econômica do turismo para o município (18%).

Autores como Antunes (2017), Frugoli (2019), Tomillo Noguero (2019) atestam essa percepção, apontando a prática hoteleira característica do turismo religioso como elemento fundamental para uma experiência positiva para o turista. Ademais, o acolhimento típico aos romeiros se estende aos serviços prestados para atendê-los, resultando no desenvolvimento do trade turístico e do comércio local (ROSENDAHL, 1996; ABUMANSUR, 2003; SCHNEIDER; DOS SANTOS, 2015).

Nota-se a preocupação em melhorar a acessibilidade e conforto o no município. Além da cobrança já relatada na ocasião da reunião do Comtur, a secretária executiva discursa sobre a preocupação com o bem-estar da população, em face da alta demanda de turistas, convergindo com autores como Molina (2007) e Hall (2011) no que tange à necessidade de atenção para a oferta e a demanda turística local. Segundo a entrevistada: “o turismo tem que

ser desenhado pensando na capacidade de carga, porque se você coloca mais gente do que a capacidade de carga, você pode destruir o destino, pode destruir uma comunidade. Então a gente tem que ter essa preocupação”. Reforça também:

Isso é gestão pública. O objetivo real é envolver as pessoas. Os cidadãos é que fazem a diferença, porque não adianta você ter uma cidade maravilhosa para o turista, mas não para o cidadão. Mas se ela for boa para o cidadão e ela conseguir ouvir o turista, ela vai ser boa pra todos. Então assim, a qualidade da água, a infraestrutura, o acesso, né... a infraestrutura dos locais, a segurança, a boa informação, a divulgação e o marketing, faz toda a diferença.

Um ponto crítico observado é a deficiência de equipamentos de lazer externos ao Santuário, que atenda às necessidades de lazer dos turistas e dos munícipes. De acordo com a amostra da comunidade local entrevistada, 18% dos respondentes citam como ponto fraco na gestão pública para o turismo a falta e investimento em novos atrativos e equipamentos de lazer. A percepção de tal descontentamento por parte da população indica a necessidade de reflexões a esse respeito, uma vez que, de acordo com o referencial teórico apresentado, a qualidade de vida, o que inclui o lazer, apresenta-se como elemento fundamental para o bem-estar da população e, conseqüentemente para o desenvolvimento socioeconômico (VAREIRO, 2007; ARAÚJO, *et.al* 2020).

Por outro lado, 23% da amostra da população entrevistada aponta que um ponto forte da gestão do Santuário consiste em visão empreendedora e sua preocupação em sempre ampliar a oferta de equipamentos de lazer em seu espaço. Todavia, tratando-se de equipamentos privados, não possibilitam o acesso da população em geral que, conforme verificado nos indicadores, possui média salarial baixa. A informação se confirma ao verificar que 23% dos respondentes apontam como ponto negativo os preços dos atrativos, considerados elevados por parte dos respondentes.

Em vista disso, a secretária municipal de turismo nota a lacuna existente, e salienta a importância de investimento em equipamentos de lazer, que atenderão não somente aos turistas, mas também os munícipes:

O munícipe também tem que se sentir lisonjeado, sabe? De ter um agrado para si. Durante a semana, que não tem muitoromeiro, poderíamos fazer um showzinho lá que a família pode ir assistir, sabe? O próprio munícipe vai se sentir importante também. Eu acho que falta um pouco essa autoestima do munícipe também. Para que a gente possa realmente falar assim: “Nossa, olha aqui, o plano diretor é para o acolhimento dos visitantes, mas também está servindo para os munícipes”. “Olha, eu tenho o meu momento de lazer, não só trabalho”. Tem isso também, as pessoas só trabalham, mas não tem lazer com a família. Ou aquelas pessoas que trabalham, vão

para fora da cidade, de repente gastar o dinheiro e talvez aqui na cidade poderiam contribuir também.

Nesse sentido, o representante do Santuário Nacional no Comtur descreve que, como morador do município por muitas vezes se locomove para as cidades vizinhas quando busca por momentos de lazer com qualidade. Afirma que, por mais que perceba melhorias na qualidade de atendimento, ainda há muito o que melhorar. O resultado da abordagem realizada com a população local, confirma. O principal ponto negativo referente à gestão pública apontado foi a falta de investimento em infraestrutura e manutenção no setor, apontado por 73% dos entrevistados, seguido da carência de atrativos, além dos oferecidos pelo Santuário Nacional, apontado por 18% dos entrevistados.

As queixas apresentadas convergem com a perspectiva de autores anteriormente citados como Moesch (2012) e Araújo et al. (2020) que apontam as benfeitorias em espaços públicos, e a harmonia e beleza da paisagem local, como indicadores de uma atividade turística sustentável, que impulsiona a melhoria da qualidade de vida da população.

Apesar disso, a secretária municipal de turismo afirma que tem buscado trabalhar em parceria com as outras secretarias. Dentre as ações já realizadas, comenta sobre a recente reinauguração da praça de São Benedito. Relata que, ao saber do projeto de reforma da praça, entrou em contato com o secretário municipal de obras, apresentando sugestões para melhoria na acessibilidade local, considerando a festa de São Benedito, que anualmente acontece no espaço. Ademais, na ocasião da reunião do Comtur, comentou-se a respeito da criação de meios para ouvir a população, com a intenção de desenvolver o turismo local, de modo a atender também aos anseios dos residentes.

As informações coletadas evidenciam que, na visão dos munícipes e dos representantes do Comtur, o Santuário Nacional é o principal detentor dos equipamentos de lazer do município de Aparecida, indicando carência de opções advindas da gestão pública. Os entrevistados, conscientes de tal situação, demonstram interesse em resolvê-la.

Ademais, considera-se o potencial de desenvolvimento local a partir de uma observação dos indicadores socioeconômicos anteriormente apresentados. Os níveis satisfatórios de renda, longevidade e educação apresentados pelo IRPS, combinados com a observação do índice de empregos no município em 2020/2021, ou seja, período econômico crítico devido a pandemia da Covid-19, o demonstram. Além disso, a oferta de capacitação profissional no setor, também aponta para essa possibilidade.

Para tanto cabe à IGM de Aparecida, e sobretudo o poder público, que de fato detém o poder decisório no que se refere às políticas públicas, trabalhar de modo a desenvolver o

turismo local por meio da solução dos problemas apresentados, de modo conveniente para o bem-estar do visitante e, sobretudo da população residente no município que, por sua vez, expõe carências no que se refere à equipamentos de lazer, infraestrutura nos espaços públicos, além de condições favoráveis de segurança, educação, saúde, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo considerada uma das mais antigas motivações para o deslocamento de pessoas, as peregrinações religiosas - ou como chamamos no Brasil, as romarias - configuram-se por elementos específicos para a sua realização. Apesar de cada vez mais o peregrino assumir o comportamento semelhante aos de turistas, ainda que por outras motivações, nota-se que a relação entre o indivíduo ou grupo de pessoas que se deslocam para tais destinos permanece intimamente relacionada com a visita ao local considerado sagrado, em que se realiza a prática religiosa.

Estudos anteriores, que se dedicaram à observação de centros receptores de turistas sob motivações religiosas, mostram o quanto essa prática influencia diretamente na configuração espacial do destino. Nesse sentido, diferentes autores consideram que o turismo religioso desponta como um fenômeno, que possibilita o desenvolvimento dos municípios que sediam os templos, ou locais, nos quais tal prática ocorre.

Da mesma forma, a demanda específica para o turismo religioso mostra o potencial do segmento, uma vez que, cumpridos os preceitos religiosos, esses indivíduos fazem uso de equipamentos locais, como meios de hospedagem e serviços de alimentação, bem como podem ser motivados a visitar outros atrativos locais. Ademais, os estudos salientam também a relevância do comércio varejista, dado que o público também utiliza de seu tempo livre para a compra de artigos religiosos e de *souvenirs*. Nessa conjectura, a pesquisa confirma a importância dos equipamentos supracitados para a configuração do *cluster* do turismo religioso local.

De modo particular, este trabalho investigou a configuração da gestão do turismo no município de Aparecida, no estado de São Paulo, principal destino do segmento religioso no Brasil. A pesquisa de campo iniciou-se pela observação do fenômeno turístico, decorrente do crescente aumento do fluxo de visitantes na localidade, desde a descoberta de uma imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição em 1717, compreendendo os fatos históricos, que culminaram na criação do município, em 1928. A partir desse fato, como distrito autônomo, o território desenvolveu o turismo como a sua principal atividade econômica.

Feita tal constatação, a presente pesquisa dedicou-se à identificação dos principais atores envolvidos na governança municipal do turismo. Para tanto, após a pesquisa bibliográfica acerca do tema, os principais procedimentos metodológicos adotados foram a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores, cujo material foi

posteriormente categorizado e interpretado por meio da análise de conteúdo. Além dos procedimentos acima indicados, que estruturam toda a pesquisa, o estudo foi realizado a partir da análise de três diferentes elementos da governança do turismo, organizados com base em três objetivos específicos da dissertação. Para o alcance de cada um dos objetivos, foram acrescentadas outras técnicas complementares, objetivando maior consistência aos resultados.

O primeiro elemento estudado, relacionado com o primeiro objetivo específico desta dissertação, foi o processo de elaboração das políticas públicas para o turismo no município. Para tanto, considerou-se como documento fundamental, o Plano Diretor de Turismo Revisional – cuja revisão foi realizada em 2021, portanto, no período concomitante ao desenvolvimento deste trabalho, com as portarias relacionadas à configuração do Conselho Municipal de Turismo. Essa etapa da pesquisa possibilitou a confirmação dos atores visíveis, envolvidos na governança municipal do turismo, presentes nas câmaras temáticas e nas audiências públicas para a aprovação do plano. Também foram identificados os atores invisíveis, presentes na realização da análise SWOT e na elaboração das diretrizes estratégicas que, por sua vez, resultaram do inventário turístico, da pesquisa de demanda e da avaliação dos atrativos locais.

O alcance de tais informações foi possível com a utilização da análise documental, aplicada a partir do modelo teórico dos múltiplos fluxos, proposto por Kingdon (2003), por meio do qual foi possível identificar que: a) no fluxo dos problemas destacam-se a identificação da necessidade de aperfeiçoamento no turismo local a partir do inventário turístico, da avaliação dos atrativos e da pesquisa de demanda, além da percepção da pandemia da Covid-19 como evento-foco que despertou a atenção dos atores envolvidos para uma melhor organização do setor; b) no fluxo político, evidencia-se a organização das forças políticas por meio de mudanças na gestão do setor, como a reconfiguração do Comtur e a posse de uma nova secretária municipal de turismo; e, c) no fluxo de políticas públicas, salienta-se a busca pela viabilidade técnica das diretrizes propostas, por meio da consulta à profissionais do turismo e o estabelecimento de prazos para o seu cumprimento.

Nesse sentido, o PDTR representa a janela de oportunidades, ou seja, o momento de revisão e planejamento das políticas públicas para o turismo municipal, viabilizando assim, a inclusão das diretrizes estratégicas e dos planos de ação propostos na agenda para a gestão da pasta no período proposto.

A análise do plano diretor, e, posteriormente, a análise de conteúdo, realizadas com base nas entrevistas semiestruturadas, indicaram que o processo, no ano de 2021, teve a participação de diferentes representantes do setor turístico, indicando que houve uma

construção conjunta entre o poder público e os representantes de diferentes segmentos da iniciativa privada, comprovando a participação ativa do Comtur e, portanto, a atuação efetiva da Instância de Governança Municipal. Destaca-se também, a participação da organização religiosa no Conselho Municipal de Turismo, por meio de representantes da Pastoral do Turismo e do Santuário Nacional de Aparecida, nas diferentes etapas da revisão do plano diretor.

Dessa maneira, compreende-se que a relação entre o Santuário Nacional e os demais atores da governança do turismo, em Aparecida, se dá por meio de sua representação no Comtur, ambiente em que ocorre a cooperação dos atores em rede. Ademais, os atores da governança entrevistados, evidenciam que o Santuário exerce o poder de influência direta no turismo municipal, assumindo inclusive, a posição de protagonista, no que se refere à representatividade em eventos externos, por exemplo, uma vez que é o detentor dos principais atrativos turísticos locais.

Tais observações foram pertinentes para o alcance do segundo objetivo específico deste trabalho, que consistiu em analisar a estrutura da governança do turismo municipal e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade. Para a execução dessa etapa da pesquisa, considerou-se oportuna a pesquisa de campo, ocasião em que foi possível entrevistar alguns representantes do Conselho Municipal de Turismo, abordar a comunidade local e realizar uma observação de uma das reuniões do Comtur.

Ao observar os discursos individuais dos membros do Comtur entrevistados, percebe-se, de modo geral, uma visão alinhada entre eles. Há consciência geral de que o grupo, formado recentemente, ainda está iniciando o seu trabalho, seja em razão da recente posse da diretoria, em março de 2022, como também, em razão do cenário atual, em vias de retomada das atividades, após dois anos com restrições decorrentes da pandemia do Covid-19.

A partir da observação da reunião do Comtur, em junho de 2022, foi possível confirmar as informações relatadas anteriormente nas entrevistas individuais. A diretoria do Comtur é consciente de que há muitos desafios à serem enfrentados, e sua postura, na ocasião da reunião, indica que é informada a respeito de suas atribuições e que está buscando conhecimento para trabalhar de forma eficaz, fazendo a sua parte. Os atores entrevistados sabem que o Comtur tem fundamental importância para captação de verbas, bem como para a execução de projetos voltados para o setor turístico local. Ao mesmo tempo, evidenciam que o órgão não deve ter uma atuação meramente consultiva, mas que deve ser um espaço para a participação e a cooperação dos atores envolvidos, em prol do desenvolvimento.

A observação converge com as informações obtidas nas entrevistas. Apesar do Poder Público ser o detentor legítimo do poder de decisão, os membros do Comtur atuam como *stakeholders* no que tange ao planejamento, execução e fiscalização das ações direcionadas para o setor. São conscientes, portanto, de que não têm poder determinante sobre a gestão pública, mas sim de intervir no processo decisório das políticas públicas, voltadas para o turismo no município.

Os atores entrevistados expressam admiração pela organização interna do Santuário Nacional, reconhecendo a divergência entre a realidade externa aos seus muros do território administrado pela Igreja. Nesse sentido, compreende-se que o Santuário também exerce o seu poder de influência local por meio da admiração que os membros do Comtur expressam. Todos são conscientes de que a atividade turística local decorre do Santuário, e sabem da necessidade de uma melhor articulação entre todos, visando a proporcionar as melhorias necessárias para o desenvolvimento municipal por meio do turismo.

A visão dos munícipes entrevistados confirma tal percepção. De modo geral, pontuam a necessidade de investimento público para a manutenção e a construção de novos equipamentos de turismo e lazer para além do Santuário, e para a melhoria na qualidade do atendimento do setor turístico, representado pela iniciativa privada, ao passo que reafirmam a excelência da capacidade de gestão e do atendimento ao romeiro, por parte do Santuário Nacional. Portanto, para a população é evidente a distinção entre as realidades interna e externa ao Santuário.

É interessante notar também que, de acordo com a amostra da população entrevistada, apesar de considerarem o Santuário uma estrutura “preocupada, quase que exclusivamente, apenas com o desenvolvimento de seu espaço interno”, reconhecem a eficácia de sua visão empreendedora, que resulta direta e indiretamente em melhorias para o município, atraindo os turistas, gerando empregos e renda.

Ainda no que se refere à participação da sociedade civil na IGM de Aparecida, nota-se limitações na escuta desse importante universo, constatada na ausência da realização de uma pesquisa junto aos munícipes na ocasião da elaboração do PDTR 2021-2024, bem como na pouca representatividade na reunião do Comtur observada. Nesse sentido, até mesmo a composição do conselho não privilegia a participação de representantes da sociedade civil na composição do referido órgão, apesar de seguir as indicações do Guia de Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e da AMITur. É constituído por seis membros representantes do poder público, vinte membros representantes da iniciativa privada, e outros quatro membros sem direito a voto. Por sua vez, não contempla, em

profundidade, a participação direta da População no conselho favorecendo, portanto, a visão mercadológica, cujo principal representante é o Santuário nacional, dentro do Comtur.

Tal ausência é notada por alguns membros do Comtur, como também pela amostra de cidadãos aparecidenses entrevistada. Ressalta-se, portanto, conforme o referencial teórico da presente pesquisa, que “as capacidades que uma pessoa realmente possui dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar” (SEN, 2010).

Os resultados atestam, portanto, que a abordagem acadêmica referente à governança se sobrepõe aos mecanismos tradicionais muitas vezes adotados pela administração pública, que por sua vez, são pautados em uma representatividade com pouca participação direta da sociedade no sistema político democrático. Reafirma-se, portanto, que a governança não deve ser compreendida como um modelo de governo, mas sim como o estabelecimento de padrões de articulação entre os atores que constituem as arenas políticas, bem como suas relações, sejam elas de cooperação, competição, conflito ou consenso (KALAOUM; TRIGO, 2021).

Tais relações, por sua vez, ocorrem não somente de maneira formal, na IGM, mas também de maneira informal, por meio das relações de poder existentes, sejam elas a partir do poder legítimo de tomada de decisão, conferido ao poder público, e do poder de influência conferido ao Comtur, mas transcendem o citado órgão através de outros mecanismos de poder exercidos pelo Santuário, destacando-se o poder de expertise por sua organização e gestão, e o poder de influência resultante da referência e admiração que o empreendimento desperta nos demais atores (FRENCH; RAVEN, 1959) que, somados à dependência econômica municipal da atividade turística, conferem o protagonismo ao Santuário no que toca ao setor.

Por fim, o terceiro objetivo específico deste trabalho identifica os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico local, por meio do segmento do turismo religioso. Desse modo, fez-se necessária a busca e análise de dados oficiais, fornecidos pelo IBGE e pela Seade, sendo essa a etapa de utilização de dados quantitativos para a validação dos dados qualitativos, coletados nas etapas anteriores da pesquisa, objetivando maior consistência dos resultados. O procedimento adotado para a mensuração consistiu na comparação entre os indicadores de Aparecida e de outros municípios do estado de São Paulo com número aproximado de habitantes, e cuja principal atividade econômica não consiste no turismo, sendo estes: Aguai, Iguape, Ilhabela, Rio das Pedras, São Pedro e Socorro.

Constatou-se que o turismo religioso em Aparecida, gera empregos diretos e indiretos, seja através do comércio varejista, de serviços de alimentação e de hospedagem, como também por meio do grande número de funcionários contratados pelo Santuário. A

comparação realizada evidencia o potencial gerador de empregos do turismo local, uma vez que a porcentagem da população empregada, destaca-se, em relação aos demais municípios.

Os dados confirmam também a alta demanda de turistas e visitantes em Aparecida, com relação a outros municípios utilizados na comparação, evidenciando a importância de uma gestão voltada para o aproveitamento do fluxo de pessoas que frequentam o local, a fim de potencializar o desenvolvimento.

Indicadores socioeconômicos do governo do estado de São Paulo, como a classificação dos municípios no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), revelam que Aparecida apresenta índice satisfatório quanto aos critérios longevidade, riqueza e educação. Ademais, no que tange à qualidade de vida da população, em comparação aos outros municípios com população em número aproximado, Aparecida apresenta melhores condições no que se refere à quantidade de estabelecimentos e profissionais destinados à saúde pública. Todavia, a mortalidade infantil no município apresenta-se elevada, dado esse que não pode ser desconsiderado. No que toca à educação, o município apresenta pontuação relativamente boa no IDEB, indicador de educação e número baixo de homicídios, sendo que as ocorrências policiais referem-se, sobretudo, a casos de roubo e furto, provavelmente, devido ao elevado fluxo de pessoas, que circulam anualmente pela cidade.

Todavia, a pesquisa realizada revela a necessidade de investimentos na qualificação profissional, visando melhorias no atendimento ao turista. Esta por sua vez, se apresentará efetivamente conveniente para a população se for vinculada ao reconhecimento do profissional do setor, evidenciado pela necessidade de melhor reconhecimento e, conseqüentemente, aumento da média salarial. Nesse sentido, considera-se pertinente um aprofundamento na análise do *cluster* do turismo religioso local, apresentado pelos membros do Comtur entrevistados como benéfico tanto para os turistas como para a população local.

Destarte, considera-se que a presente dissertação apresenta contribuição acadêmica para os estudos voltados para o turismo religioso, com base na observação de Aparecida e para o conhecimento acerca da estrutura de governança municipal do turismo. Além disso, os resultados da pesquisa enfatizam o potencial do turismo religioso para o desenvolvimento dos destinos turísticos.

O desenvolvimento da presente pesquisa não possui caráter conclusivo. Ao contrário, visa a estimular uma futura observação, mais aprofundada com relação ao objeto escolhido. Salienta-se que, enquanto dissertação para o mestrado, esse estudo concentrou-se, dentro do tempo proposto para seu desenvolvimento, na observação de um único destino e delimitou-se a analisar a estrutura da gestão do turismo em Aparecida, por meio da observação do Comtur,

estabelecido como IGM do turismo, evidenciando aspectos do citado órgão, bem como limitações em sua articulação, estabelecendo assim, possibilidades de avanços e novos estudos.

Tratando-se de um estudo relacionado à governança, considera-se interessante como possibilidade de avanços na pesquisa, compreender melhor a relação da população aparecidense em relação à IGM, uma vez que as pesquisas aqui apresentadas indicam a sua pouca participação efetiva nas políticas municipais de turismo. Outra possibilidade consiste também em analisar as percepções da comunidade local com relação ao turismo, como principal atividade econômica local e elementos como empregabilidade, qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico municipal.

Futuras pesquisas podem também estabelecer relações entre o PDTR 2021-2024 e o plano estratégico do município, visando a identificação de convergências ou divergências entre os referidos documentos orientadores, sobretudo no que toca às suas diretrizes.

Ademais, essa dissertação não apresenta, em suas análises, um monitoramento por um período de gestão que permita observar a atuação do Comtur para a execução das diretrizes estabelecidas no PDTR 2021-2024, bem como para acompanhar avanços nos indicadores selecionados, em um recorte temporal mais extenso. Por essa razão, apresentam-se, como possibilidades de novas pesquisas, a análise futura dos indicadores do município de Aparecida, tencionando acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do destino.

Compreende-se que, para a análise de indicadores socioeconômicos, existem diversas possibilidades de ferramentas e dados a serem trabalhados. Desse modo, a presente pesquisa pode ser futuramente complementada com outros indicadores que auxiliem na interpretação dos aspectos aqui mencionados, bem como acrescida de outras abordagens e interpretações, enriquecendo assim os resultados apresentados.

Considera-se interessante também a ampliação deste estudo, com aplicação à Região Turística da Fé, considerando a viabilidade de desenvolvimento regional por meio da roteirização turística, explorando assim, o potencial existente no *cluster* do turismo religioso local. Do mesmo modo, pode-se considerar a possibilidade de realizar o mesmo procedimento a outras regiões turísticas.

Outras possibilidades de avanço para esse estudo consistem na aplicação dos mesmos procedimentos e técnicas em outros destinos de turismo religioso do país, a fim de realizar análises comparativas para a obtenção de maior conhecimento acerca das realidades ou a aplicação em destinos turísticos de outros segmentos, como modelo para analisar a governança municipal do turismo e mensurar seus impactos no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS¹⁶

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. Tradução: Alfredo Bossi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABEOC, Associação Brasil de empresas de Eventos. **Turismo religioso movimentou a economia do país**. 2016a. Disponível em: <https://abeoc.org.br/2016/10/turismo-religioso-movimentou-economia-do-pais/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ABEOC, Associação Brasil de empresas de Eventos. **Potencial do turismo religioso ainda é pouco explorado no Brasil**. 2016b. Disponível em: <https://abeoc.org.br/2016/10/potencial-do-turismo-religioso-ainda-e-pouco-explorado-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ABLAS, L. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 42-52, 1991. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v2i1p42-52.

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 80–101, 2018. DOI: 10.7784/rbtur.v12i1.1328.

ABUMANSSUR, E. S. Religião e turismo: notas sobre as deambulações religiosas. In: **Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

ALMEIDA, L. A. Poder e políticas públicas: O que nos dizem os modelos teóricos? **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 04, n. 03, p. 216–237, 2016. DOI: 10.31990/agenda.2016.3.8.

ALMEIDA, L. L. S.; ENOQUE, A. G.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Turismo religioso como fonte de desenvolvimento local. **Marketing & Tourism Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2020. DOI: 10.29149/mtr.v4i2.5538.

ANJOS, F. A.; ANGELI, N. P.; LIMBERGER, P. F. (Org.). **Turismo e hospitalidade no Brasil**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2003.

ANTUNES, Ana Cláudia Guimarães. **A Hospitalidade e a Oferta de Serviços no Turismo Religioso: O caso do Santuário Nacional de Aparecida**. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2017.

APARECIDA, Município de. Lei nº 4375 de 23 de Novembro de 2021. **Diário Oficial de Aparecida**, Edição 59. Aparecida SP, p.2-4, n. 12, p. 0–6, 2021a. Disponível em: https://www.aparecida.sp.gov.br/uploads/diario_2021232411331998b99a7118680c2390ec8d83669ace.pdf.

APARECIDA, Prefeitura de. **Comtur elege nova diretoria para o próximo biênio**. 2020a. Disponível em: <https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1451/comtur-elege-nova-diretoria-para-o-proximo-bienio>. Acesso em: 23 set. 2021.

APARECIDA, Prefeitura de. **História da Cidade**. 2021b. Disponível em <https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/servicos/1004/historia-da-cidade/>. Acesso em 28 abr. 2021.

¹⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

APARECIDA, Prefeitura de. **Portaria nº 754/2021, de 02 de dezembro de 2021**, 2021c. Disponível em: https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/leis_decretos/17665/. Acesso em: 11 jan. 2022.

APARECIDA, Prefeitura de. **Secretaria de Turismo apresenta Plano...** 2020b. Disponível em: <https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1840/secretaria-de-turismo-apresenta-plano-diretor-revisional-da-pasta-para-os-proximos-quatro-anos>. Acesso em: 23 set. 2021.

APARECIDA, Prefeitura de; PHOCUS, Educação corporativa. **Plano diretor de turismo revisional 2021-2024**, 2021. Disponível em: https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/anexo_i-pdtr_aparecida_2021-2024_-_finalizado_30102038.pdf.

ARAGÃO, I.; MACEDO, J. R. Turismo religioso, patrimônio e festa: Nosso Senhor dos Passos na cidade sergipana de São Cristóvão. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 399–414, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115421323008>

ARAÚJO, C. M.; CÉSAR, P. A. B. Dimensão político-institucional do turismo no Brasil. In: BENI, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - Desenvolvimento regional, produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012.

ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - Desenvolvimento regional, produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012.

ARÁUJO, W. A. de; GONÇALVES, C. de F.; LINS, I. de O.; COSTA, P. A. D. Turismo Sustentável e indicadores econômicos e visuais da paisagem. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 339–357, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i2p339-357.

ARAÚJO, V. C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília, DF: ENAP, 2002.

ARNDT, H. W. Economic Development: A Semantic History. **Economic Development and Cultural Change**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 457–466, 1981. DOI: 10.1086/451266.

ATHANÁSIO, B. B. M. **A percepção dos atores sociais no processo de gestão democrática e participatória na construção do planejamento estratégico regional no conselho regional de desenvolvimento serra do Rio Grande do Sul**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Integradas de Taquara, RS, 2015.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 108–124, 2019. DOI: 10.7784/rbtur.v13i1.1487.

BAQUERO, M. **A Pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

BARBOSA, I. F. **A Produção do espaço urbano em Aparecida - SP: agentes e processos**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goycatazes, RJ, 2016. Disponível em: http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/Ivo_DIss.pdf.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 reimp da 1 edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Campinas: Papyrus, 2003.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *In*: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2008.

BECK, D. T. O. **Redes como estratégia para o desenvolvimento regional integrado do turismo da região Costa da Mata Atlântica (SP)**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programma de Pós-Graduação em Turismo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2016.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v10i1p7-17.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BENI, M. C. . **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, M. C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERITELLI, P.; BIEGER, T.; LAESSER, C. Destination Governance: Using Corporate Governance Theories as a Foundation for Effective Destination Management. **Journal of Travel Research**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 96–107, 2007. DOI: 10.1177/0047287507302385.

BETTONI, Tatiana. **Basílica Nacional de Aparecida impressiona pela grandiosidade** - A12.com. 2020. Disponível em: <https://www.a12.com/santuário/noticias/basilica-nacional-de-aparecida-impressiona-pela-grandiosidade>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BICHLER, B. F. Designing tourism governance: The role of local residents. **Journal of Destination Marketing and Management**, [S. l.], v. 19, 2021. DOI: 10.1016/j.jdmm.2019.100389.

BOCK, I. A. A. **Governança e Desenvolvimento do Turismo: o caso do douro**. 399 f. Tese (Doutorado em Turismo). Universidade de Aveiro, 2018. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/28394/1/documento.pdf>.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, [S. l.], v. 19, n. 4–5, p. 411–421, 2011. DOI: 10.1080/09669582.2011.580586.

BRIDI, G. **Participação dos Atores Turísticos em sistemas de Governança em Turismo: um estudo a partir dos municípios de Bento Gonçalves (RS), Bonito (MS) e Ouro Preto (MG)**. 2017. 310 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

BRONSTEIN, M. M.; FONTES FILHO, J. R.; PIMENTA, G. A. **Organização dos Conselhos**

Municipais: governança e participação da sociedade civil. **Interações**. Campo Grande. v. 18, n. 1, p. 89–102, 2017.

BRUSTOLONI, J. **A Senhora de Aparecida**: história da imagem, da capela e das Romarias. 8 ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2004.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: Os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CALERO, C.; TURNER, L. W. Regional economic development and tourism: A literature review to highlight future directions for regional tourism research. **Tourism Economics**, [*S. l.*], v. 26, n. 1, p. 3–26, 2020. DOI: 10.1177/1354816619881244.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CÁRDENAS-GARCÍA, P. J.; SÁNCHEZ-RIVERO, M.; PULIDO-FERNÁNDEZ, J. I. Does Tourism Growth Influence Economic Development? **Journal of Travel Research**, [*S. l.*], v. 54, n. 2, p. 206–221, 2015. DOI: 10.1177/0047287513514297.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. da. Como criar e classificar categorias para fazer uma análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 173–188, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Comunicação e desenvolvimento regional. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 325–345, 2013. DOI: 10.54399/rbgdr.v9i2.1032.

CÉSAR, P. A. B. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

CESAR, P. A. B.; VIANNA, A. A. Aparecida (SP): a formação socioespacial do atrativo religioso. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 149–166, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115443158005.pdf>.

CIRINO, A. L. C.; SILVA, L. N. da; MELO, J. R. R. Compreendendo a Agenda-setting e o Modelo dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 119–132, 2021. DOI: 10.36311/2447-780x.2021.v7.n1.p119-132.

CLAVAL, P. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. **Confins**, [*S. l.*], n. 12, 2011. DOI: 10.4000/confins.7115.

COLLINS-KREINER, N. Researching pilgrimage: Continuity and transformations. **Annals of Tourism Research**, [*S. l.*], v. 37, n. 2, p. 440–456, 2010. DOI: 10.1016/j.annals.2009.10.016.

CONCEIÇÃO, C. C. Modelo analítico de governança regional de turismo - MAGRET. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 123–138, 2020. DOI:

10.7784/rbtur.v14i2.1822.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 95–111, 2013. DOI: 10.7867/2317-5443.2013v1n1p095-111.

COSTA, H.; SOUTO-MAIOR, A. Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Observatório de Inovação de Turismo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-22, 2006. DOI: <https://doi.org/10.12660/oit.v1n1.5608>

COSTA, H. A.; COSTA, A. C.; MIRANDA JÚNIOR, N. da S. Arranjos Produtivos Locais (APL) no turismo: estudo sobre a competitividade e o desenvolvimento local na Costa dos Corais. **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1–31, 2012. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v7n1.3482>

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. de M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 55–70, 2019. DOI: 10.7784/rbtur.v13i3.1543.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 63–79, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000600006>

DEL CHIAPPA, G.; PRESENZA, A. The use of network analysis to assess relationships among stakeholders within a tourism destination: An empirical investigation on costa smeralda-gallura, italy. **Tourism Analysis**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1–13, 2013. DOI: 10.3727/108354213X13613720283520.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, R. O Turismo Religioso como Segmento do Mercado Turístico. In: DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. (org.). **Turismo Religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Política pública: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DREDGE, D. Policy networks and the local organisation of tourism. **Tourism Management**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 269–280, 2006. DOI: 10.1016/j.tourman.2004.10.003.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EMMENDOERFER, M. L.; MEDIOTTE, E. J.; DOS SANTOS, Y. T. Governança pública no turismo: polissemia, reflexões e implicações. **Ateliê Geográfico**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 24–49, 2022. DOI: 10.5216/ag.v16i1.69253.

EMMENDOERFER, M. L.; TRENTIN, F.; PONTÓN, M. B. Z.; SILVA JÚNIOR, A. C.; PONTÓN, R. G. Z. Destinos turísticos e desenvolvimento: o que foi publicado pela comunidade científica no Brasil antes da pandemia COVID-19? *Navus*, [S. l.], v. 11, p. 1–13, 2021. <http://dx.doi.org/10.22279/navus.2021.v11.p01-13.1596>

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1–18, 2019. DOI: 10.7784/rbtur.v13i1.1431.

FEGER, J. E. **Regionalização do Turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)**. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

FEGER, J. E.; ETGES, V. E. Regionalização para o planejamento do desenvolvimento turístico: uma discussão sobre critérios para a determinação de áreas com vistas a aplicar a política pública do setor. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

FESTURIS, Feira Internacional do Turismo. **Turismo religioso movimentou 15 bilhões de reais por ano no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.festurisgramado.com/noticias/turismo-religioso-movimentou-15-bilhoes-de-reais-por-ano-no-brasil>. Acesso em: 5 mar. 2020.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M. (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. [s.l.]: NAEA, 2015.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução de Magda Lopes, Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRATUCCI, A. C. Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 391–408, 2009. DOI:10.11606/issn.1984-4867.v20i3p391-408

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

FRENCH, J. R. P.; RAVEN, B. The Bases of Social Power. *In*: ANN ARBOR, MI (org.). **Studies in Social Power**. [s.l.]: University of Michigan Press, 1959. p. 150–167.

FRUGOLI, Ricardo. **Turismo Religioso, Hospitalidade E Acolhimento Na Romaria De Nossa Senhora De Nazaré: O Caminho Da Casa Da Mãe**. 2019. 193 f. Tese (Doutorado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 2014-2018**. 2019. Disponível em: http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODINHO, R. G. **Cartografia dos espaços de uso turístico de Trindade, Aparecida, e Santiago de Compostela: uma análise comparativa a partir do turismo religioso**. 2018. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GOEDERT, A. R. **Governança em rede de desenvolvimento e experiência em Santa Catarina**. 2005. 446 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- GONÇALVES, C. C. S.; FARIA, D. M. C. P.; HORTA, T. de A. P. Metodologia para Mensuração das Atividades Características do Turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 89–108, 2020. DOI: 10.7784/rbtur.v14i3.1908.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001
- GONZÁLES, M. V. Gestión pública del turismo: La Gobernanza. *In*: PULIDO FERNÁNDEZ, J. I.; LÓPEZ SÁNCHEZ, Y. (org.). **Gestión Estratégica Sostenible de Destinos Turísticos**. Sevilla: Universidade Internacional de Andalúcia, Servicio de Publicaciones, 2013. p. 469–519.
- GONZÁLEZ, L. T. V. **Estar no mundo, sem ser do mundo: alguns casos da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) Rio 2013**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GUIMBELLI, E. Religious tourism and religious monuments: the politics of religious diversity in Brazil. **International Journal of Latin American Religions**. V.3, p. 1-14, 2019. DOI: 10.1007/s41603-019-00084-0
- HALL, C. Rethinking Collaboration and Partnership: A Public Policy Perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, [S. l.], v.7, n.3, p.274–289, 1999. DOI: 10.1080/09669589908667340
- HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HALL, C. M. Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: from first- and second-order to third-order change? **Journal of Sustainable Tourism**, [S. l.], v. 19, n. 4–5, p. 649–671, 2011. DOI: 10.1080/09669582.2011.555555.
- HANDLEY, S. M.; BENTON, W. C. The influence of exchange hazards and power on opportunism in outsourcing relationships. **Journal of Operations Management**, [S. l.], v. 30, n. 1–2, p. 55–68, 2012. DOI: 10.1016/j.jom.2011.06.001.
- HINGLEY, M. K. Power to all our friends? Living with imbalance in supplier-retailer relationships. **Industrial Marketing Management**, [S. l.], v. 34, n. 8, p. 848–858, 2005. DOI: 10.1016/j.indmarman.2005.03.008.
- HOFFMANN, V. E.; CAMPOS, L. M. de S. Instituições de suporte, serviços e desempenho: um estudo em aglomeração turística de Santa Catarina. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 18–41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-

65552013000100003.

HRISTOV, D.; ZEHRER, A. The destination paradigm continuum revisited: DMOs serving as leadership networks. **Tourism Review**, [S. l.], v. 70, n. 2, p. 116–131, 2015. DOI: 10.1108/TR-08-2014-0050.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). **Produto Interno Bruto - PIB | IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). **Cidades, São Paulo, Aparecida, Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aparecida/panorama>. Acesso em: 16 ago. 2022.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2002.

JOPPE, Marion. Tourism policy and governance: Quo vadis? **Tourism Management Perspectives**, [S. l.], v. 25, p. 201–204, 2018. DOI: 10.1016/j.tmp.2017.11.011.

JORNAL DO TURISMO. **Turismo religioso movimentada a economia de diversas regiões do Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.jornaldeturismo.tur.br/noticias/destinos/65092-turismo-religioso-movimentada-a-economia-de-diversas-regioes-do-brasil>. Acesso em: 7 nov. 2021.

KALAOUM, F.; TRIGO, L. G. G. Reflexões teóricas sobre governança pública e governança turística. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 71–89, 2021. DOI: 10.18226/21789061.v13i1p71.

KEYIM, P. Tourism Collaborative Governance and Rural Community Development in Finland: The Case of Vuonislampi. **Journal of Travel Research**, [S. l.], v. 57, n. 4, p. 483–494, 2018. DOI: 10.1177/0047287517701858.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: Harper Collins, 2003.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. Thousand Oaks, California: SAGE Publication, 2003.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países**. São Paulo: Makron, 1994.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, H. M. O auto da liberdade: manifestação de lazer e cultura em Mossoró/RN. In: MAIA, L. F. S. (org.). **Turismo: cultura e possibilidades de intervenções**. Natal: Gráfica do Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. *In: FISCHER, T. (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOPES, P. F. B. **Gestão de um epicentro católico no Brasil: o circuito turístico Religioso do Vale do Paraíba Paulista/SP**. 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1997.

MACCANNELL, D. Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings. *American Journal of Sociology*, [S. l.], v. 79, n. 3, p. 589–603, 1973. DOI: 10.1086/225585.

MACCANNELL, Dean. **The Tourist: A new theory of the leisure class**. New York: Schocken Books, 1976.

MAIO, C. A. Turismo Religioso e Desenvolvimento Local. **Publicação UEPG**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 53–58, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v12i1.503>

MALEK, A.; COSTA, C. Integrating Communities into Tourism Planning Through Social Innovation. **Tourism Planning and Development**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 281–299, 2015. DOI: 10.1080/21568316.2014.951125.

MALTA, G. A. P.; BRAGA, S. de S.; BARBOSA, M. F. P. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 16–31, 2019. DOI: 10.7784/rbtur.v13i2.1513.

MANGIALARDO, V. C. **Aparecida, Profana e Dividida: conflitos socioespaciais no município de Aparecida, São Paulo, Brasil**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

MARTINS, C.; FIATES, G. G. S.; PINTO, A. L. A relação entre os clusters de turismo e tecnologia e seus impactos para o desenvolvimento local: um estudo bibliométrico da produção científica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 65–88, 2016. DOI: 10.7784/rbtur.v10i1.907.

MATOS, F.; DIAS, R. **Governança pública: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.

MEDIOTTE, E. J. **Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)**. 2020. 238 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG), 2020.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; OLIVEIRA, G. de A. A Polissemia da Governança Pública nos Estudos do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 159–178, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i1p159-178.

MENEGHEL, L. M.; TOMAZZONI, E. L. A comunicação e a integração dos atores do turismo regional: o caso do observatório de turismo e cultura da serra gaúcha (Observatur). **Turismo, Visão e Ação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 246–260, 2012. DOI:

10.14210/rtva.v14n2.p246-260.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **IDEB - Apresentação**. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 5 set. 2022.

MIRAILH, R. F.; CASSANEGO JR, P. V.; ALBANO, C. S. Cluster Turístico : análise da produção científica nacional. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 61 - 76, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n2.5284>.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 853–886, 1997. DOI: 10.1037/h0035597.

MOESCH, M. Dimensão Social. In: BENI, M. C. (org.). **Turismo e Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Manole, 2012.

MOLINA, S. **Fundamentos del nuevo turismo**: de la fase industrial a la de innovación. Mexico: Trillas, 2007.

MOREIRA NETO, P. R.; GUIMARAES, A. C.; ZANETTI, V. R. Fronteiras da Fé: Disputas Socioespaciais em Aparecida, Terra da Padroeira do Brasil. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 107–127, 2020. DOI: 10.36403/espacoaberto.2020.29786.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORENO, J. C. **A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do Turismo religioso**. 2009. 136 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORRISON, A.; LYNCH, P.; JOHNS, N. International tourism networks. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 197–202, 2004. DOI: 10.1108/09596110410531195.

MOTA, K. C. N.; VIANNA, S. L. G.; ANJOS, F. A. **Competitividade das destinações turísticas**: estudos de casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2013.

MTUR, Ministério do Turismo. **Estudo da competitividade de destinos turísticos**. BARBOSA, L.G. (Org.). Brasília, DF: SEBRAE, 2010.

MTUR, Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Idutores do Desenvolvimento Turístico**. 2 ed. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Org.). Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

MTUR, Ministério do Turismo. **Instâncias de Governança Regionais Formalizadas com CNPJ - 2019**. 2019c.

MTUR, Ministério do Turismo. **Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007 a.

MTUR, Ministério do Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, DF:

Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização, 2007 c.

MTUR, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2022. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MTUR, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007 b. Disponível em: https://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf.

MTUR, Ministério do Turismo. **Plano nacional do Turismo 2018-2022: mais turismo e renda para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018a. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf.

MTUR, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (Perguntas e Respostas)**. Brasília, DF: Departamento de Ordenamento do Turismo, 2019 b. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf.

MTUR, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf.

MTUR, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Formação de Redes**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007d.

MTUR, Ministério do Turismo. **Rede de Inteligência de Mercado do Turismo - RIMT: Documento Referencial**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018 b.

MTUR, Ministério do Turismo. **Regionalização Instância de governança Regional: Documento Orientador**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019 a.

MTUR, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas Públicas, 2006.

NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.; FARIAS FILHO, M. C. Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 129–151, 2016a. DOI: 10.7784/rbtur.v10i1.924.

NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.; FARIAS FILHO, M. C. Política pública de turismo do Amazonas a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 129–151, 2016b. DOI: 10.18472/vt.16n1.2016.1055.

NODARI, Maria Zaneide Ricarti. **As Contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu**. 2007. Monografia (Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2007.

NOVELLI, M.; SCHMITZ, B.; SPENCER, T. Networks, clusters and innovation in tourism: A UK experience. **Tourism Management**, [S. l.], v. 27, n. 6, p. 1141–1152, 2006. DOI:

10.1016/j.tourman.2005.11.011.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão & Produção**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 289–318, 2001. DOI: 10.1590/s0104-530x2001000300006.

OLIVEIRA, C. D. M. **Um templo para a cidade-mãe: A construção mítica de um contexto metropolitano na geografia do santuário de Aparecida – SP**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, C. D. M. **Turismo Religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, D. T.; TOMAZZONI, E. L. Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP). **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 113–130, 2017. DOI: 10.18472/cvt.17n3.2017.1195.

OLIVEIRA, L.; SACOMANO NETO, M.; BOAVENTURA, J. M. G. Influência do poder nas redes de negócio: análise da evolução da teoria. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–25, 2016. DOI: 10.1590/1413-2311.025162016.62022.

OLIVEIRA, M. F.; GONÇAVES, C. A. Estratégia de cooperação em redes: intenção e prática de um aglomerado territorial turístico. **Revista Alcance**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 234–254, 2014. DOI: 10.14210/alcance.v21n2.p234-254

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Tradução: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARÓQUIA DE APARECIDA. **Festa de São Benedito**. 2022. Disponível em: <https://paroquiadeaparecida.com.br/festa-de-sao-benedito>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PEREIRA, R. M. F. A.; CHRISTOFFOLI, A. R. A Evolução dos Santuários Católicos Brasileiros: Os Casos de Aparecida-SP, Iguape-SP e Nova Trento-SC e a Caracterização dos seus Visitantes. **Revista de Cultura e Turismo**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2013. Disponível em <http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=941>

PINTO, A. G. **O turismo religioso em Aparecida (SP): Aspectos históricos, urbanos e perfil dos romeiros**. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

Plano Regional de Desenvolvimento Turístico: Vale do Paraíba - São Paulo - Brasil 2019. SENAC, 2019. Disponível em: <http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/06/PRT-RT-da-Fé-Finalizado-DEZ18.pdf>.

PORTAL A12. **Circuito Visitação à Cúpula**. 2017. Disponível em: <https://www.a12.com/santuario/locais-turisticos/circuito-de-visitacao-a-cupula>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PORTAL A12. **Faça uma visita interativa pelo Santuário com a tecnologia de realidade aumentada**. 2021. Disponível em: <https://www.a12.com/santuario/noticias/faca-uma-visita-interativa-pelo-santuario-com-a-tecnologia-de-realidade-aumentada-14-12-2017-07-00-01>.

Acesso em: 8 dez. 2021.

PORTAL A12. **Caminho do Rosário**. 2022. Disponível em: <https://www.a12.com/santuاريو/caminho-do-rosario>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PORTER, M. Clusters and the new economics competition. **Harvard Business Review**, [S. l.], v. 76, n. 6, p. 77–90, 1998. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=46852>.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, L. M. A. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade de Salvador**. 2005. Tese (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional), Universidade de Barcelona, 2005.

RAGIN, C. Making Comparative Analysis Count. **Revista de História Comparada**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/148>.

REVEDILHO, J. V. **Fé na pandemia: Aparecida (SP) convive com desemprego, fome e incertezas**. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-04-18/aparecida-santuاريو- crise-desemprego-pandemia.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RIBEIRO, J. C. **Religiosidade Jovem**. São Paulo: Loyola, 2009.

RINSCHÉDE, G. Forms of religious tourism. **Annals of Tourism Research**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 51–67, 1992. DOI: 10.1016/0160-7383(92)90106-Y.

ROCHA, S. M. Organização religiosa: Pessoa jurídica amorfa no código civil de 2002. **Esmat**, Palmas, v. 4, n. 4, p. 245–268, 2012. DOI: 10.34060/reesmat.v4i4.92

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 29–50, 2006. DOI: 10.1590/S1415-65552006000300003.

RODRIGUES, S. de; SOUZA, M. de. O papel da Governança na regionalização do Turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [S. l.], v. v.8, n. n.2, p. 234–250, 2015. DOI: 10.34024/rbecotur.2015.v8.6418.

ROMÃO, I. **Nova fachada do Santuário Nacional de Aparecida integra um grande projeto de evangelização**. Jornal O São Paulo. 2022. Disponível em: <https://osaopaulo.org.br/destaque/nova-fachada-do-santuاريو-nacional-de-aparecida-integra-um-grande-projeto-de-evangelizacao/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ROSAS, J.; CAMARINHA-MATOS, L. M. An approach to assess collaboration readiness. **International Journal of Production Research**, [S. l.], v. 47, n. 17, p. 4711–4735, 2009. DOI: 10.1080/00207540902847298.

ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UNB, 2000.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

ROSENDAHL, Z. O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. *In: Uma procissão na geografia*. [s.l.] : EDUERJ, 2018. p. 47–75. DOI: 10.7476/9788575115015.0004. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wy7ft/pdf/rosendahl-9788575115015-04.pdf>.

SANTOS, A. P. dos. Turismo religioso: uma contribuição de geografia humana. **Geo UERJ**, [S. l.], v. 0, n. 27, p. 1–22, 2015. DOI: 10.12957/geouerj.2015.6160.

SANTOS, L. A cor da santa: Nossa Senhora Aparecida e a construção do imaginário sobre a padroeira do Brasil. *In: VAGNER, G. S. (org.). Imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro. Coleção Memória Afro-brasileira. vol 3., 2007.

SÃO PAULO TURISMO. **Municípios Turísticos (Estâncias) - Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo**. 2017. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/dadetur/estancias>.

SÃO PAULO TURISMO. **Municípios do Estado de São Paulo**. 2022. Disponível em: <http://www.sp-turismo.com/municipios-sp.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SARTORI, A. “Um Pedacinho da Itália” ou “Terra de Santa Paulina”? Planejamento Turístico em Nova Trento-SC., 1990-2010. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 679–694, 2019. DOI: 10.18226/21789061.v11i3p679.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. **Cambridge Journal of Economics**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 465–483, 1999. DOI: 10.1093/cje/23.4.465.

SCHNEIDER, M.; DOS SANTOS, M. M. C. a Hospitalidade sob a ótica do romeiro na romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio – Farroupilha/Rs e seu corolário no conceito de turismo religioso. **Turismo - Visão e Ação**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 323-353, 2015. DOI: 10.14210/rtva.v17n2.p323-353.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. 2022. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>. Acesso em: 5 set. 2022.

SEIXAS, J.; MAS, A. A. I. Urban governance in the South of Europe: Cultural identities and global dilemmas. **Análise Social**, [S. l.], v. 45, n. 197, p. 771–787, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41012834>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SETTE, I. R.; TOMAZZONI, E. L. Competitividade Turística: aspectos positivos e limitações do Índice adotado pelo Ministério do Turismo brasileiro. **Anais do Seminário da ANPTUR**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/381.pdf>.

SILVA, C. A. O.; BARROSO, H. P. Cultura, patrimônio e as festas religiosas: uma relação com o desenvolvimento turístico de Luziânia/GO. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 16–35, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5564>.

SILVA, G. B. da; MARQUES JUNIOR, S. Fatores que afetam o apoio dos residentes para o

desenvolvimento do turismo religioso: o caso de Santa Cruz (RN), Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 497–515, 2016. DOI: 10.7784/rbtur.v10i3.957.

SILVA, I. da; XAVIER FILHO, J. L. J.; DOS SANTOS, E. C. Religião, sentido e dominação: uma organização religiosa analisada a partir da abordagem sociológica weberiana. **Pensamento e Realidade**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 87–104, 2020. DOI: 10.23925/2237-4418.2020v35i2p87-104

SILVA, F. S.; COSTA, S. R.; CARVALHO, C. M. B. Políticas públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país., **X Simpósio de excelência em gestão e tecnologia: Gestão e Tecnologia para a Competitividade**, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>.

SILVA, L. F.; MANTOVANELI JR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Gobenanza y territorialidad en el desarrollo turístico regional. **Estudios y Perspectivas en turismo**, v. 21, n. 6, p. 1369–1388, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180725030002>.

SILVEIRA, E. J. S. da. Turismo religioso no Brasil: uma perspectiva local e global. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 33–51, 2007. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v18i1p33-51.

STOCKER, F.; MASCENA, K. M. C.; AZEVEDO, A. C.; BOAVENTURA, J. M. G. Teoria de Redes de Influências de “Stakeholders”: uma abordagem revisitada. **Cadernos EBAPE.BR**, [S. l.], v. 17, n. spe, p. 673–688, 2019. DOI: 10.1590/1679-395176683.

STOKER, G. Governance as theory: five propositions. **International Social Science Journal**, [S. l.], v. 68, n. 227–228, p. 15–24, 2018. DOI: 10.1111/issj.12189.

SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, v.2, 2006. p. 199–218.

TAKASAGO, M.; MOLLO, M. de L. R. O potencial gerador de crescimento, renda e emprego do turismo no Distrito Federal - Brasil. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 445, 2011. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v22i2p445-469.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. M. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 2141, 2021. DOI: 10.7784/rbtur.v15i1.2141.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **AATR-BA**, [S. l.], p. 1–11, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Pesquisado em 18 de abril de 2022

TOLEDO, G. L.; VALDÉS, J. Á.; POLLERO, C. Configuración del Turismo en el Ambiente Globalizado. Estudio de casos de Clusters Turísticos. **Turismo em Análise**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 90-104, 2002. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v13i1p90-104.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: Dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

TOMILLO NOGUERO, F. **A Hospitalidade na Bíblia e nas Grandes Religiões**. Trad. Alexandre Panosso Netto. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

TOSTES, L. **Projeto Social Acolher Bem tem inscrições abertas até a próxima sexta-feira (21) - A12.com**. 2022. Disponível em: <https://www.a12.com/santuاريو/imprensa/releases/projeto-social-acolher-bem-tem-inscricoes-abertas-ate-a-proxima-sexta-feira-21>. Acesso em: 29 ago. 2022.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. **Tourism Management**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 493–504, 2006. DOI: 10.1016/j.tourman.2004.12.004.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros : comparação entre Armação dos Búzios / RJ , Paraty / RJ e Bonito / MS 1. **Pasos - Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 645–658, 2016. DOI:10.25145/j.pasos.2016.14.042.

TRENTIN, F.; FONSECA FILHO, A. da S. Gestão pública em turismo: coordenação e comunicação no processo de inventário da oferta turística. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2020. DOI: 10.18472/cvt.20n1.2020.1768.

TRIGO, L. G. G. A viagem como experiência significativa. In: GAETA, C.; PANOSSO NETO, A. (org.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

TRINDADE, B. S. **Planejamento e competitividade no Turismo: estudo sobre as políticas públicas e a Governança local de Gramado (RS)**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2019.

TRINDADE, B. S.; CÉSAR, P. de A. B.; VIANNA, S. L. G. Governança do Turismo: Planejamento e Gestão Local e Regional em Gramado - RS, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 653–663, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653>

UNWTO. **International Congress on Religious Tourism and Pilgrimage**. 2017. Disponível em: <https://www.unwto.org/archive/europe/event/international-congress-religious-tourism-and-pilgrimage>. Acesso em: 7 abr. 2021.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VANHOVE, N. **The economics of tourism destinations**. 2 ed. London: Elsevier, 2011a.

VANHOVE, N. Economic Characteristics of the Tourism Sector. **The Economics of Tourism Destinations**, [S. l.], p. 1–22, 2011b. DOI: 10.1016/b978-0-08-096996-1.00001-7.

VANHOVE, N. Tourism as a Strategic Option for Development of Less Developed Regions. In: **Tourism and Leisure**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2015. p. 95–113. DOI: 10.1007/978-3-658-06660-4_7.

VAREIRO, L. **Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima**. 2007. 337 f. Tese (Doutoramento em Ciências Econômicas). Universidade do Minho, Portugal, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9014>.

VASQUEZ-BARQUERO, A. . **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**.

Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VIANA, A. L. B. **Modelos relacionais para a organização e o desenvolvimento regional do turismo**. 2012. 307 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/404>.

WAN, Y. K. P.; BRAMWELL, B. Political economy and the emergence of a hybrid mode of governance of tourism planning. **Tourism Management**, [S. l.], v. 50, p. 316–327, 2015. DOI: 10.1016/j.tourman.2015.03.010.

WANG, S.; BERBEKOVA, A.; UYSAL, M. Pursuing justice and quality of life: Supporting tourism. **Tourism Management**, [S. l.], v. 89, p. 104446, 2022. DOI: 10.1016/j.tourman.2021.104446.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, DF: Ed Universidade de Brasília, 1991.

WILDBERGER, M.; GILEÁ, J. Post-New Public Management, governança e controle externo: um diálogo necessário. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 1–21, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6647.

XAVIER, T. R. **Governança dos atores locais em um cluster turístico: A associação de produtores de vinhos finos do vale dos vinhedos (APROVALE)**. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

YU, C. P.; COLE, S. T.; CHANCELLOR, C. Resident support for tourism development in rural midwestern (USA) communities: Perceived tourism impacts and community quality of life perspective. **Sustainability (Switzerland)**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2018. DOI: 10.3390/su10030802.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



PPGTUR - Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei ser entrevistado (a) de modo a contribuir para o projeto intitulado “**As relações entre os atores da governança do turismo em Aparecida (SP) e a participação da Igreja nas políticas públicas do destino turístico religioso**”, desenvolvido por **João José dos Santos Júnior**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo. Fui informado(a) de que o pesquisador pode ser contatado pelo e-mail joao_junior@usp.br ou pelo telefone (XX) XXXX-XXXX, e de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário pelo e-mail: eltomazzoni@usp.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do escopo estritamente acadêmico do estudo, que em linhas gerais consiste no estudo da Governança do Turismo no município de Aparecida.

Declaro ciência de que, para evitar eventuais riscos, minha colaboração se fará de forma anônima. Nesse sentido, autorizo a divulgação dos dados e informações obtidos em eventos e revistas científicas, visando a publicação das constatações desta pesquisa. Também autorizo o uso de imagens feitas durante o trabalho de campo do pesquisador, inclusive fotos e vídeos das quais eu esteja presente, mas que não seja reconhecido.

Estou ciente de que os resultados do estudo serão divulgados através de defesa pública da dissertação, do qual posteriormente será postada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome completo do participante:

_____.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador(a): _____

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS
(REPRESENTANTES DO COMTUR)**

Roteiro para entrevistas semiestruturadas
<p>Questão-Problema da Pesquisa: Como uma organização religiosa influencia na gestão turística de um destino com forte presença de turistas sob a motivação religiosa?</p>
<p>Objetivo Geral: Analisar a Configuração da gestão turística no município de Aparecida (SP).</p>
<p>Introdução:</p> <p>- Pedir a pessoa que se apresente, fale a sua atuação no turismo em Aparecida, e sua experiência;</p>
<p>Questões relacionadas ao objetivo específico 1: <i>“Verificar a participação da organização religiosa (Igreja) nas políticas públicas municipais de turismo e no ambiente de cooperação entre os atores em rede”</i></p> <p>1. De que forma as políticas públicas voltadas para o turismo contribuem para o desenvolvimento do município de Aparecida? 2. Quais as ações realizadas pelo município de Aparecida que contribuem para o desenvolvimento do setor turístico na região? 3. Considerando que o município de Aparecida se destaca pelo turismo religioso, há participação ativa da Igreja no processo organizacional do setor turístico local? Em caso afirmativo, de que forma?</p>
<p>Questões relacionadas ao objetivo específico 2: <i>“Analisar a estrutura da governança do turismo local e as relações de poder entre a organização religiosa e os atores do poder público, da iniciativa privada e da comunidade”</i></p> <p>4. Qual a participação dos atores envolvidos no turismo local (poder público, setor privado, representações da comunidade) no processo de tomada de decisão das ações e estratégias relacionadas ao desenvolvimento do setor? 5. Como você avalia a eficácia do COMTUR no que se refere ao desenvolvimento do setor turístico no município de Aparecida? 6. Como ocorre a articulação entre o município de Aparecida e os municípios vizinhos no que se refere ao setor turístico?</p>
<p>Questões relacionadas ao objetivo específico 3: <i>“Identificar os principais indicadores do desenvolvimento socioeconômico local, por meio do segmento do turismo religioso”</i></p> <p>7. Considerando o fato de o município de Aparecida ser uma Estância Turística, existem projetos para aperfeiçoar o atendimento no setor, como capacitação profissional local? 8. Existe um planejamento para que os turistas conheçam e diversifiquem os atrativos turísticos que visita em sua estada no município? 9. Na sua visão, há um planejamento e incentivo para o desenvolvimento dos serviços turísticos no município, como o setor hoteleiro e de alimentação? 10. Como as informações obtidas pela pesquisa de demanda turística realizada em 2021 para a composição do Plano Diretor de Turismo 2021/2024 serão utilizadas para, de fato, implicar em melhorias no setor turístico de Aparecida?</p>
<p>Sobre o Plano Diretor:</p> <p>11. Você participou de alguma forma do processo de elaboração do Plano Diretor de Turismo do Município de Aparecida vigente (2021-2024)? De que forma? 13. Poderia explicar como se deu o processo de construção do Plano Diretor? 12. Na sua visão, qual a importância desse Plano para a gestão do Turismo local? 13. Houve uma participação visível dos atores da Governança na elaboração do Plano? Como cada um desses atores (Poder Público, Iniciativa Privada, Sociedade Civil e Igreja Local) trabalhou? 14. Considerando que Aparecida é o principal destino turístico religioso do Brasil, você considera que há uma participação ativa da Igreja Católica nesse processo de elaboração e acompanhamento da gestão do turismo no município?</p>
<p>Ao Final:</p> <p>- Há alguma informação ou experiência que gostaria de acrescentar?</p>

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS
(COMUNIDADE LOCAL)**



PPGTUR - Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
AMOSTRA DA COMUNIDADE LOCAL DO MUNICÍPIO DE APARECIDA**

Respondente: () Homem () Mulher

Idade: () 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () 61 a 70 anos

Local da abordagem:

1. Aponte um ponto **FORTE** da atuação do **Poder Público** na gestão do turismo municipal

2. Aponte um ponto **FORTE** da atuação da **Iniciativa Privada** na gestão do turismo municipal

3. Aponte um ponto **FORTE** da atuação da **Igreja** na gestão do turismo municipal

4. Aponte um ponto **FORTE** da atuação da **Comunidade (moradores)** na gestão do turismo municipal

5. Aponte um ponto **FRACO** da atuação do **Poder Público** na gestão do turismo municipal

6. Aponte um ponto **FRACO** da atuação da **Iniciativa Privada** na gestão do turismo municipal

7. Aponte um ponto **FRACO** da atuação da **Igreja** na gestão do turismo municipal

8. Aponte um ponto **FRACO** da atuação da **Comunidade (moradores)** na gestão do turismo municipal

APÊNDICE E – CALCULO DE IPRS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Dimensões Município	IRPS - Dimensão Riqueza	IRPS - Dimensão Longevidade	IRPS - Dimensão Escolaridade	Grupo IRPS
Aparecida	42 (Alta)	74 (Alta)	67 (Alta)	Dinâmico
Aguai	33 (Baixa)	68 (Baixa)	48 (Baixa)	Vulnerável
Iguape	29 (Baixa)	58 (Baixa)	52 (Baixa)	Vulnerável
Ilhabela	52 (Alta)	75 (Alta)	56 (Média)	Dinâmico
Rio das Pedras	40 (Alta)	78 (Alta)	58 (Média)	Dinâmico
São Pedro	37 (Baixa)	75 (Alta)	61 (Alta)	Equitativos
Socorro	33 (Baixa)	69 (Média)	65 (Alta)	Equitativos

NOVOS NOMES PARA OS GRUPOS

	RIQUEZA		LONGEVIDADE	ESCOLARIDADE
DINÂMICOS =	ALTA	+	MÉDIA ou ALTA	
DESIGUAIS =	ALTA	+	BAIXA LONGEVIDADE e MÉDIA / ALTA ESCOLARIDADE ou BAIXA ESCOLARIDADE e MÉDIA / ALTA LONGEVIDADE	
EQUITATIVOS =	BAIXA	+	MÉDIA ou ALTA	
EM TRANSIÇÃO =	BAIXA	+	BAIXA LONGEVIDADE e MÉDIA / ALTA ESCOLARIDADE ou BAIXA ESCOLARIDADE e MÉDIA / ALTA LONGEVIDADE	
VULNERÁVEIS =	BAIXA	+	BAIXA LONGEVIDADE e BAIXA ESCOLARIDADE	